

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA
GERAL

LUCAS PORTO DE QUEIROZ

Semiotização da subjetividade contemporânea

Versão corrigida

São Paulo

2020

LUCAS PORTO DE QUEIROZ

Semiotização da subjetividade contemporânea

Versão corrigida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Profa. Dra.
Norma Discini de Campos

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Q3s Queiroz, Lucas Porto de
Semiotização da subjetividade contemporânea / Lucas
Porto de Queiroz ; orientadora Norma Discini. - São
Paulo, 2020.
179 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Linguística. Área de concentração:
Semiótica e Linguística Geral.

1. Subjetividade. 2. Contemporaneidade. 3.
Significação. 4. Semiótica. I. Discini, Norma, orient.
II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Lucas Porto de Queiroz

Data da defesa: 27/04/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Norma Discini de Campos

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 21/05/2020



Profa. Dra. Norma Discini de Campos

Professora Associada, Aposentada, Permanente, do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Linguística da FFLCH/USP

(Assinatura do (a) orientador (a))

À Norma, cujos olhos brilham, nos
fazendo acreditar.

AGRADECIMENTOS

À Camila, que tem vocação para ver o que é belo, agradeço a paciência, o apoio, o amor.

Ao meu pai e à minha mãe, pela vida e pela educação que me deram.

Ao meu irmão e à minha irmã, partes significativas de minha identidade.

À Norma, pela orientação capaz de combinar, não sei se como alguma outra, carinho e rigor.

Aos amigos que fiz em São Paulo, pelo afeto recebido e pela irmandade construída.

Aos amigos de outros tempos-espacos, sempre comigo.

Às pessoas amigas da Quixaba, por tornarem mais leve o momento de escrita.

Ao Doca, pelo zelo com que me tratou durante a temporada de escrita.

Ao Ivã Carlos Lopes, pelo carinho com que me recebeu no GES-USP e pelos ensinamentos todos que ele, nesses anos de convivência, me legou.

À Renata Mancini, pela leitura cuidadosa que fez na qualificação deste trabalho, com destaque para uma contribuição sem a qual possivelmente eu ainda estaria incorrendo num grave erro teórico.

Ao Américo, mestre e amigo.

Aos professores todos que tive ao longo da vida.

Ao Miguel, por mostrar, a todo instante, que a fabulação pode tornar os dias mais leves.

A toda a minha família, pelo carinho livremente ofertado e recebido.

À CAPES, pela concessão de bolsa ao projeto 88882.327861/2019-01, que resultou nesta tese. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da CAPES.

"Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós. Assim um passarinho nas mãos de uma criança é mais importante para ela do que a Cordilheira dos Andes" (BARROS, 2018, p. 43)

"[...] é preciso abstrair-se da ação presente, é preciso saber dar valor ao inútil, é preciso querer sonhar. Talvez apenas o homem seja capaz de um esforço desse tipo" (BERGSON, 2010, p. 90).

RESUMO

QUEIROZ, Lucas Porto de. **Semiotização da subjetividade contemporânea**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2020.

As ciências humanas, em seus mais distintos campos do saber (Filosofia, Sociologia, Psicanálise, História etc.), têm buscado, cada uma a partir de seus próprios pressupostos teóricos e metodológicos, compreender a subjetividade contemporânea — quais práticas podem ser reconhecidas como próprias dessa individualidade; o que a distingue em comparação com o modo de vida anteriormente dominante; a partir de que momento histórico se pode reconhecê-la; qual contexto social favoreceu seu surgimento. Assim, embora também participando desse amplo leque de pesquisas voltadas a esta temática, este trabalho procura, mais especificamente, reconhecer o que há de *invariante* em meio às tantas interpretações já feitas sobre a subjetividade contemporânea. Nosso objetivo é, a partir de uma teoria como a semiótica, que afinal simula categorias *gerais* da significação humana, aparar as arestas teóricas específicas de cada área (Psicanálise, Sociologia etc.) em benefício de uma compreensão mais generalizante sobre o assunto. Interessa-nos, em particular, entender de que modo o *campo de presença* (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001) do sujeito parece ter se reconfigurado na contemporaneidade. Nosso referencial teórico é o da semiótica de linha francesa, em seus desdobramentos tensivos (ZILBERBERG, 2011), principalmente, mas também trazendo à luz categorias narrativas, desenvolvidas no primeiro lustro da semiótica (GREIMAS; COURTÉS, 2012 [1979]). Nosso *corpus* é composto por análises já feitas, a partir de diferentes áreas das ciências humanas, sobre a subjetividade contemporânea. Assim, apenas a título de exemplo, nos apropriamos de interpretações feitas por filósofos (AGAMBEN, 2005; BAUDRILLARD, 2004, 2011, 2015, 2017; BENJAMIN, 2012; HARVEY, 2014; LIPOVETSKY, 2005 etc.), sociólogos (BAUMAN, 1998, 2001, 2004; SENNETT, 2018; RIESMAN, 1995 etc.), psicanalistas (KEHL, 2015; BIRMAN, 2014; MAIA, 2002), entre outros. Como resultados obtidos, podemos dizer que os analistas, cada um à sua maneira, convergem ao apontar dois vetores como distintivos da subjetividade contemporânea. O primeiro deles seria uma alta velocidade regendo o *campo de presença* do sujeito, da qual resulta, em termos semióticos, um

efeito de *temporalidade breve* e de *espacialidade fechada*. De acordo com as premissas do esquematismo tensivo, esperar-se-ia que essa alta velocidade se refletisse de modo *tônico* para o sujeito. A *atonia* verificada, porém, nega essa possibilidade de arrebatamento vivido pelo indivíduo. Defendemos, desse modo, a tese de que não se trata simplesmente de um andamento rápido a caracterizar a vivência do sujeito, mas, mais precisamente, daquilo que a semiótica chama de *elã da rapidez*. Ou seja, assumindo a alta celeridade (notada apenas pelo narrador-analista, mas aparentemente não endossada pelo sujeito analisado) como *hábito*, o sujeito parece viver tal velocidade com a atonia típica aquilo que nos é rotineiro. Tal proposta repousa, como se pode ver, numa distinção entre os pontos de vista do narrador-analista e do sujeito referido (segundo simulacro dele pelo narrador). Os capítulos do trabalho estão dispostos segundo temas que, em conjunto, formam uma espécie de mapa geral acerca da subjetividade contemporânea. Esta é assumida como efeito de sentido engendrado pelas análises em que nos baseamos.

Palavras-chave: Subjetividade. Contemporaneidade. Significação. Semiótica.

ABSTRACT

QUEIROZ, Lucas Porto de. **Semiotization of contemporaneous subjectivity**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2020.

The Human Sciences have focused on understanding contemporaneous subjectivity in their most distinct fields of knowledge (Philosophy, Sociology, Psychoanalysis, History, etc). Each of them has evolved from their own theoretical and methodological presuppositions enlightening which practices can be recognized as proper from that form of individuality; what distinguishes it compared to the way of life previously dominant; from which historical moment it could be recognized and which context favored its appearance. Although this work also participates of this wide quest of researches aimed at this theme, it searches more specifically for identifying what is invariant among the different interpretations already produced. Deriving from a theory as semiotics that simulates general categories of human signification, our objective is to mend theoretical issues from each area (Psychoanalysis, Sociology etc.) in benefit of a more generalized comprehension of the matter. Particularly, it interests us to understand the way the presence field (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2011) of the individual seems to have been reset in contemporaneity. Our theoretical reference is mainly the French semiotics line and its tensive outcomes (ZILBERBERG, 2011), but also enlightening narrative categories developed in the first development of semiotics (GREIMAS; COURTÉS, 2012[1979]). Our corpus is composed of analysis already made from the different areas of Human Sciences about the contemporaneous subjectivity. In this sense, to exemplify, we access interpretations made by philosophers (AGAMBEN, 2005; BAUDRILLARD, 2004, 2011, 2015, 2017; BENJAMIN, 2012; HARVEY, 2014; LIPOVETSKY, 2005 etc.), sociologists (BAUMAN, 1998, 2001, 2004; SENNETT, 2018; RIESMAN, 1995 etc.), psychoanalysts (KEHL, 2015; BIRMAN, 2014; MAIA, 2002), among others. As obtained results, we can say that each of the analysts, in their own way, converge to point out two vectors as distinctive of contemporaneous subjectivity. The first of them would be a high speed conducting the presence field of the individual, from which an effect of brief temporality and closed spaciality results in semiotic terms. According to the premises of the tensive

schematism, it would have been expected that the high speed reflected in a tonic way to the subject. However, the verified atony denies that possibility of implication lived by the individual. This way, we defend the thesis that it isn't simply related to a fast progress to characterize the living of the subject, but, more precisely, the speed force named from semiotics. In other words, assuming a high velocity (noticed only by the narrator-analyst, but apparently not endorsed by the analysed subject) as a habit, the subject seems to live such speed with the typical atony that is routine based. As it can be seen, such propose rests in a distinction between the view points of the narrator-analyst and the referred subject (according its simulacrum by the narrator). The chapters of the work are sequenced according to themes that form a kind of general map about contemporaneous subjectivity together. That is assumed as a meaning effect engineered by the analysis in which we have relied on.

Keywords: Subjectivity. Contemporaneity. Signification. Semiotics.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULOS	
1. POR QUE A SEMIÓTICA	22
2. SUBJETIVIDADE CONTEMPORÂNEA: MAPEANDO O TERRENO	
2.1 PRIMEIROS TRAÇOS	31
2.2. TEMPORALIDADE	67
2.3. ESPACIALIDADE	88
2.4. UM FALSO ACONTECIMENTO	104
2.5 SUJEITO DO FAZER E DOMINÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ALTERIDADE	108
3. REPERCUSSÕES	
3.1 MEMÓRIA	123
3.2 AMOR LÍQUIDO	135
3.3 CIBERCULTURA	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS	174

1. INTRODUÇÃO

Sem querer turvar demais a feição de um trabalho que, afinal de contas, é acadêmico e, portanto, deve primar por linhas mais objetivantes, peço licença — necessito desta licença inicial, sem ela não saberia por onde começar — para inserir, garanto que por poucos parágrafos, algumas pinceladas mais subjetivas. Espero, ao fim e ao cabo, que, em vez de um extemporâneo lapso memorialístico, estas linhas iniciais figurem como uma justificativa discreta mas harmonizada com o restante do escrito.

Embora não tenha nascido lá, creio que minhas lembranças mais caras vêm de um vilarejo no litoral leste do Ceará que leva o nome de Quixaba, terra de minha família materna. Era nesta praia pacata, que até pouco tempo vivia quase exclusivamente da pesca, que alguns primos, alguns amigos que lá tínhamos, em sua maioria filhos de pescadores, e eu passávamos férias inteiras, do primeiro ao último dia. Sem pais ou mães ali presentes, embora cuidados de perto pelo Doca, que cuida daquele espaço como se ainda cuidasse de nós, vivíamos um mundo bastante distinto da realidade metropolitana de que fazíamos parte logo que pisávamos o pé fora da Quixaba. Neste vilarejo, cultivando durante aquelas temporadas de férias uma rotina sem pressa, ouvíamos histórias das quais mais tarde, já imersos numa lógica racionalizante, duvidaríamos; adquiríamos saberes transmitidos tão somente de uma geração à geração seguinte daquela comunidade; éramos marcados, enfim, diria Walter Benjamin, por *experiências* que, como tais, ainda hoje *duram* em nosso imaginário.

Mas não é por um saudosismo deslocado que resgato, agora, as temporadas que vivi ali desde meus primeiros anos de vida até minha adolescência: se pretendo, neste trabalho, investigar *de que modo a significação parece ser articulada pela subjetividade contemporânea*, o breve ato de rememoração que aqui me permiti estabelece um contraste proveitoso. Quero dizer, conforme veremos a partir do *corpus* eleito para a pesquisa, que a maneira como significamos o mundo hoje já não se compatibiliza com o modo pelo qual estruturávamos o sentido até não muito tempo atrás. O vilarejo no litoral cearense vai aqui apenas como figura metonímica capaz de resgatar uma subjetividade calcada num outro tempo-espço.

Não se trata de avaliar se o agora é melhor que o então ou vice-versa: este julgamento, que resultaria pouco generalizável, apenas cada um de nós, sem pretensões científicas, pode fazer. O que buscamos é — a partir da constatação relativamente consensual de que a passagem da modernidade para a pós-modernidade¹ marcou uma mudança relevante na subjetividade humana — explicitar que mecanismos envolvidos na significação entraram em jogo neste novo cenário. Partimos do pressuposto — aliás bastante saussuriano, na medida em que o sentido de um dado signo não se revela senão na *relação* que esse termo trava com os demais que o cercam, de tal modo que não há jamais, nessa perspectiva, um signo de significação *positiva, per se* — de que a subjetividade, enquanto signo fruto do exercício linguageiro, altera-se à medida que seu perímetro (social, cultural etc.) se modifica. Nesse espírito, concordamos com Sibilia (2016, p. 26-27), quando afirma que,

Se as subjetividades são modos de ser e estar no mundo, longe de toda essência fixa e estável que remete ao ser humano como uma entidade não histórica de relevos metafísicos, seus contornos são elásticos e mudam ao sabor das diversas tradições culturais. [...] Com base nessa premissa, cabe supor que quando ocorrem mudanças nos modos de se relacionar com os demais e nessas pressões históricas que nos configuram, o campo da experiência subjetiva também se altera.

Por outro lado, contrabalanceando esse aspecto de certo modo variável destacado por Sibilia, é importante reconhecer que estudar a subjetividade contemporânea implica concebê-la, em algum momento, como um fenômeno minimamente estabilizado, uniforme, estruturado. Nessa medida, parece coerente a colocação de Fontanille (2016, p. 2), para quem "uma sociedade é definida, de um lado, pela forma como cria a fronteira entre 'si mesmo' e 'outrem' e, de outro lado, pelos modos de identificação que essa sociedade oferece a todos os membros do 'si mesmo'". Nosso propósito será, nesse contexto, explicitar o que define, em termos de significação, essa fronteira que identifica (mas também diferencia) a individualidade tipicamente contemporânea.

¹ Evitaremos ao máximo, ao longo do trabalho, os termos *modernidade* ou *pós-modernidade* devido ao pouco consenso que eles suscitam. Abrir caminho para avaliar em que medida são pertinentes ambos os conceitos faria nascer outra tese. De todo modo, podemos dizer que o que marca a tal pós-modernidade é o ingresso no século XX.

Num primeiro instante, reconhecemos que o propósito desta pesquisa pode parecer um tanto repetitivo dentro da academia: são muitos os trabalhos² que, partindo dos mais variados campos das humanidades, convergem no sentido de entender que caracteres têm se revelado na relação entre subjetividade e mundo atuais. Assim, ainda que nossa pesquisa também faça parte desse vasto quadro científico de análise, entendemos que este estudo se distingue na medida em que pretende analisar, numa primeira instância, não as subjetividades "em si" (como se isso fosse possível e como se não estivéssemos todos lidando sempre com *textos*), mas os *discursos sobre essas novas subjetividades*, vistos sempre pelo prisma da semiótica de linha francesa.

É importante destacar, no entanto, aproximando-nos da discussão travada por Krenak (2019), que falar em *subjetividade contemporânea* não é afirmar uma única maneira de se posicionar no mundo, um único modo de se conceber a realidade. Ou seja, reconhecer um modo de vida hegemônico não significa menosprezar outras formas de estar no mundo, alheias, por exemplo, às ferramentas tecnológicas surgidas com a Internet. É preciso estar claro que estudar a subjetividade dominante não implica endossá-la — ao contrário, é preciso conhecer suas particularidades para que possamos, lucidamente, rever nossos caminhos, nossas escolhas enquanto sociedade.

Entendendo que já há muitas e coerentes pesquisas sobre o tema da subjetividade contemporânea, vindas, por exemplo, da sociologia, da filosofia, da história ou da psicanálise, preferimos tomar como *corpus* justamente alguns desses textos. Acreditamos que essa opção apresenta-se a um só tempo como um gesto de respeito teórico àqueles (sociólogos, filósofos etc.) que já vêm de mais longa data tratando do tema, como também nos mantém com mais segurança no lugar teórico de que viemos, a saber, da linguística e da semiótica. Ademais, esquivamo-nos de nos ver, em dada altura da pesquisa, fazendo, sem competência para tanto, um trabalho muito mais de sociologia ou filosofia do que de semiótica — e não queremos, como nos diz Greimas (1975, p. 10), correr "o risco de nos transformarmos de linguistas — situação em que nos sentíamos mais ou menos à vontade — em maus filósofos". Queremos dizer em suma que, se não avançaremos além de um exercício linguístico e semiótico, isso não deve ser interpretado como falta de ambição, mas, antes, como reconhecimento de

² A própria bibliografia da tese é mostra dessa pluralidade de pesquisas que vêm seja da sociologia — Bauman (1998, 2001, 2004), Sennet (2018), Gabler (1999) etc. —, seja da filosofia — Benjamin (2012), Baudrillard (2004, 2011, 2015, 2017), Lipovetsky (2005) etc. —, seja da psicanálise — Kehl (2015), Birman (2014), Maia (2002) etc.

uma fronteira para a qual nos alerta um lúcido Agamben (2005, p. 71, grifos do autor), "*a ciência da linguagem chega a seu limite incontornável, além do qual não pode prosseguir sem transformar-se em filosofia*".

Ao optar, portanto, por trabalhar preferencialmente com textos já enunciados sobre o tema, ainda que tenhamos de triar e analisar um número volumoso de escritos, acreditamos pisar em solo teórico mais seguro. Observaremos, destarte, o que têm dito *alguns* filósofos, sociólogos, psicanalistas etc. sobre a subjetividade contemporânea e analisaremos semioticamente seus textos.

Chamamos atenção, na frase anterior, para o pronome *alguns* porque utilizaremos como *corpus* apenas os textos que ajudam — cada qual à sua maneira, quer dizer, independentemente do revestimento teórico de que se valem — a entender de que modo tem se configurado o *campo de presença* (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 123-151) do sujeito contemporâneo, ou seja, de que modo o sujeito hoje parece organizar (inteligivelmente) aquilo que o afeta (sensivelmente). Nosso interesse está, portanto, em compreender, a partir dos efeitos de sentido apreensíveis em nosso *corpus*, de que maneira se configura o espaço tensivo em que o sujeito contemporâneo, centro do tal campo de presença, instaura o sentido.

Há uma ressalva que se impõe a esta altura, mas que nos exige uma breve digressão teórica: todo texto comporta uma dimensão persuasiva, no sentido de que há sempre um *enunciador* (pressuposto à existência de seu texto-enunciado) que se dirige a um *enunciatário* (igualmente pressuposto), de tal modo a fazer este último aderir ao discurso em questão. Alguns textos — um comercial publicitário, um artigo de opinião etc. — revelam mais claramente essa dimensão persuasiva; outros, como uma tese acadêmica ou um quadro cubista, minimizam tal traço. De todo modo, temos uma relação, mais ou menos explícita, mais ou menos direta, entre um *eu* e um *tu*, de tal sorte que o primeiro *faz* o segundo *fazer* (trata-se de um *fazer-fazer*, portanto) ou, ao menos, *crer* (*fazer-crer*) em certos valores. Podem-se, assim, analisar as estratégias discursivas — por exemplo, projetar ou não projetar, no enunciado, as marcas da enunciação (*eu/tu-aqui-agora*), que tornam mais direta e subjetiva a relação entre enunciador e enunciatário; ou o uso da norma linguística, mais ou menos culta, de que se lança mão para fazer o enunciatário aderir ao discurso etc. — que alicerçam esta relação persuasiva, este *fazer-crer*. Queremos dizer com tudo isso que um dos caminhos

legítimos dentro de uma análise é tomar o texto como objeto que medeia e revela a relação entre um *eu* e um *tu*.

Este, porém, não será o caminho de análise privilegiado por nós: assumindo de partida que cada um dos textos que compõe nosso *corpus* comporta essa dimensão persuasiva, isto é, reconhecendo que cada um deles nasce como um jogo de linguagem que *faz parecer verdadeiro* aquilo que se enuncia — observaremos principalmente *aquilo de que se fala, aquilo para o que o texto aponta*. Trata-se de uma mudança sutil, porém relevante: em lugar de nos voltarmos para a relação *eu/tu*, enfatizaremos em nossas análises o *ele*, o assunto de que se trata. Com Benveniste (2006, p. 93-104), podemos dizer que, suspendendo as pessoas que compõem a cena enunciativa (*eu* e *tu*), observaremos o *ele*, a não pessoa (não pessoa justamente por ser aquele de que se fala e não um dos que ocupam os turnos de fala efetivamente). No fim das contas, queremos apenas salientarmos que, sendo legítimas ambas as opções de análise, optar por observar sobretudo o *assunto enunciado* não significa que fomos fisgados ingenuamente enquanto participantes da relação persuasiva *eu/tu*. Se concordamos em olhar para aquilo que nos apontam, não se trata de imaginar que não reconhecemos o dedo que nos encaminhou o olhar.

Voltemos ao ponto em que havíamos parado, quando falávamos da escolha do *corpus*. Aproveitando uma categoria que o filósofo Charles Taylor (2013, p. 641) utiliza para, assim como nós, filtrar o vasto número de trabalhos sobre a contemporaneidade com base em algum critério plausível, diríamos que não participarão de nosso *corpus* os textos que tratam predominantemente de "consequências públicas", mas tão somente aqueles que se interessam de maneira mais explícita por "consequências experienciais" reconhecíveis na tal contemporaneidade. A fronteira demarcada por Taylor põe, de um lado, pesquisas que se voltam para efeitos mais concretos, mais próximos da realidade política, social ou econômica — Virilio (2015), Jaguaribe (2007), Dunker (2017), Žižek (2011, 2013), Gomez-Mejia (2016) são apenas alguns participantes desse grupo, parecem-nos —, e, de outro, estudos mais voltados às implicações particulares, interiores se pudermos dizer assim, da subjetividade. É este último grupo, então, que nos interessa.

Salientamos ainda que, embora a opção por analisar textos que já tratam do tema — em vez, por exemplo, de enveredar por uma pesquisa de campo — pareça à primeira vista mais distante da "realidade" em comparação com o trabalho que nossos colegas de

academia vêm fazendo, não esqueçamos que, para a semiótica, "a significação é [...] apenas esta transposição de um nível de linguagem a outro, de uma linguagem a uma linguagem diferente, e o sentido é apenas esta possibilidade de *transcodificação*" (GREIMAS, 1975, p. 13, grifos do autor), o que equivale a dizer que a posição de *análise da análise*³ na qual nos encontraremos ao longo desta tese apenas ecoa aquele que é a um só tempo o calcanhar de Aquiles e o maior trunfo da semiótica francesa: nós não lidamos com o sentido senão quando este já está *transposto* numa estrutura mínima de significação. Esta estrutura, da qual partiremos, são os textos que compõem nosso *corpus*. Desse modo, se em alguns momentos nossa empreitada parecer menos "real", menos encarnada que a de nossos vizinhos, pensemos com Leite (2017, p. 57) que "o encarnamento ou desencarnamento dos conceitos [...] diz respeito simplesmente a um efeito de sentido resultante do grau de adensamento semântico das transposições metalinguísticas realizadas pelo teórico analista". No fim das contas, complementar a Greimas citado pouco acima, se algumas categorias — eleitas sempre pelo próprio analista, como observa Leite — parecem mais encarnadas que outras, todas se identificam enquanto exercício de transposição linguageira, simulacro do sentido calcado em linguagem.

É importante ter em vista, desse modo, que lidaremos sempre com um *parecer*, o qual, nesta pesquisa, se revela nos textos que compõem nosso *corpus*. Em todo o trabalho, mesmo quando isso não for explicitado por nós, anunciamos de antemão que estaremos sempre concebendo apenas efeitos de sentido, de tal modo que o leitor poderá sempre pressupor a nossos enunciados uma espécie de expressão que remete ao lugar teórico-metodológico do qual partimos — em tudo o que enunciarmos, deve-se, portanto, pressupor um sintagma do tipo: *parece que*.

Entendemos que a ferramenta teórico-metodológica que a semiótica tem à mão pode contribuir não para propor uma análise exatamente inovadora de nossa contemporaneidade, mas, principalmente, para *explicitar quais cifras gerais sobre a produção e interpretação do sentido têm sido acionadas* mais recentemente, interrogando sua constituição semiótica.

³ O sintagma, embora assinado por Zilberberg (2011, p. 38), chamou nossa atenção em Saraiva (2017, p. 77).

Após todo esse preâmbulo, deve estar claro que nossos pressupostos teóricos repousam na semiótica de linha francesa, mais precisamente em seus veios narrativo (GREIMAS; COURTÉS, 2012) e tensivo (ZILBERBERG, 2011). Por outro lado, a escolha de nosso *corpus* principal (BENJAMIN, 2012; SIBILIA, 2016; KEHL, 2015; BIRMAN, 2014; SENNET, 2014; etc.), ainda que a princípio objetive apenas circunscrever nosso objeto de análise, não é isenta e, por isso, acaba por funcionar também como um pano de fundo teórico da pesquisa. Assim, se nosso *locus* de análise será sempre o da semiótica, não é menos correto dizer que este trabalho se coloca na fronteira com outras ciências humanas que vêm investigando a subjetividade atual. Tentaremos, porém — reconhecendo que a semiótica, ao longo de sua curta história de pouco mais de 50 anos, sempre primou pelo uso de uma metalinguagem própria, o que acabou por dificultar seu entendimento para além de sua pequena tribo —, diluir os termos técnicos numa linguagem que se faça mais palatável ao público não especialista. É bem verdade que, por outro lado, e ecoando aqui as cuidadosas ponderações de Beividas; Lopes (2012), esse forte apego à metalinguagem, esse cuidado em definir os termos de que se lançava mão, permitiu que a semiótica se erguesse sobre um solo teórico-epistemológico consideravelmente seguro. No fim das contas, o que o texto de Beividas e Lopes ilumina são os dois gumes que uma faca muito afiada em metalinguagem traz a reboque: quanto mais terminologia científica, mais precisão conceitual — porém mais dificuldade de leitura entre os não especialistas. Reconhecendo os riscos, tentaremos neste trabalho amenizar ou ao menos tornar pouco antipáticos os termos técnicos que surgirão pelo caminho, esperando com isso que, sem ferir em demasia a precisão conceitual, a teoria soe palatável a um círculo um pouco menos restrito de leitores.

Não se trata, como dissemos anteriormente, de afirmar se o *admirável mundo novo* é melhor ou pior que os arranjos culturais que preponderaram anteriormente, mas, sim, de tornar explícitos os mecanismos produtores do sentido que hoje estão em jogo, apreendendo de que modo estes ressignificam nossa subjetividade. Se já há, como dissemos, diversos trabalhos pertinentes voltados ao tema, cabe notar que, no cômputo geral, eles não investigam — e não o fazem não por uma deficiência da pesquisa, mas simplesmente porque não estão interessados, como nós, em uma teoria geral da significação humana — o mesmo que queremos investigar, ou seja, são pesquisas que,

em sua maioria, não visam a apreender, a partir do espaço-tempo contemporâneo, *categorias gerais sobre a significação*.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro deles, *Por que a semiótica*, tentaremos evidenciar por qual razão nos parece que a teoria de que lançamos mão pode ser especialmente útil aos objetivos da pesquisa, isto é, por que uma teoria como a que elegemos parece apresentar, por sua própria constituição teórico-metodológica, uma inclinação para sintetizar as invariantes reconhecíveis como próprias à subjetividade contemporânea. Também neste primeiro capítulo, tentaremos mostrar que esse desejo de interrogar a contemporaneidade, de interessar-se por questões eminentemente presentes parece ter sido, desde os primeiros estudos em semiótica, uma preocupação da teoria.

O segundo capítulo (*Subjetividade contemporânea: mapeando o terreno*), subdividido em cinco partes — *Primeiro traços; Temporalidade; Espacialidade; Um falso acontecimento; Sujeito do fazer e dominância do princípio da alteridade* — procuram dar conta, à maneira de um mosaico se pudermos dizer assim, dos pontos que (tanto nós quanto os analistas em que nos baseamos) consideramos mais relevantes para tratar da subjetividade contemporânea. Assim, essa opção por uma divisão *temática* do trabalho nos parece se adequar melhor a nosso propósito de identificar os diferentes traços que singularizam a individualidade atual. Esperamos que essa maneira de organização da escrita, além de torná-la menos pesada, funcione como um bom guia para o reconhecimento das principais invariantes encontradas ao longo da pesquisa. Os temas sumariados, em suma, figuram mais ou menos como partes de um mapa: embora relativamente autônomas, compreende-se melhor cada uma delas quando se toma o mapa por inteiro, observando os canais de comunicação entre as partes.

O terceiro e último momento (*Repercussões*) divide-se em três partes: *Memória, Amor líquido e Cibercultura*. Nele procuramos mostrar de que modo os achados do capítulo dois repercutem em três temas (memória, amor líquido e cibercultura) que nos parecem dar exemplos suficientes da maneira como as invariâncias apreendidas no capítulo precedente participam de nossa vida.

Por fim, gostaríamos de destacar um traço que diríamos *flutuante* de nosso *corpus*. Expliquemos. Há alguns pesquisadores cujas análises são bastante profícuas por relação a apenas algum(ns) dos temas que sumarizam o trabalho. Desse modo,

alertamos que, não raro, um determinado pesquisador figurará como protagonista em um certo momento da pesquisa — por exemplo, quando formos tratar da espacialidade, as análises de Birman (2014) nos serão muito caras; passada essa etapa da tese, porém, ele sairá desse lugar mais destacado, permanecendo numa posição mais adjuvante —, cedendo lugar, ao mudarmos de capítulo ou de subitem, a um outro pesquisador que ocupará, também provisoriamente, esse lugar de mais destaque dentro de nossas observações.

1. POR QUE A SEMIÓTICA

Sem grandes dificuldades, pode-se reconhecer, já no surgimento da semiótica francesa, nos anos 1960, uma vocação para o diálogo com outras ciências humanas. Embora essa vocação — devido a uma série de razões, que vão desde o forte apego à metalinguagem, até contingências pessoais que por vezes movem a predileção dos holofotes acadêmicos — em muitos momentos não tenha se realizado de modo persistente, regular, o estudo de Badir (2010) mostra que a semiótica da Escola de Paris já nasce potencialmente voltada ao diálogo com áreas humanas vizinhas.

Desse modo, Sémir Badir lembra, neste artigo, para citarmos apenas alguns dos vários autores aludidos pelo semioticista e alguns dos temas de que a semiótica se avizinhava àquela altura, que as célebres análises empreendidas por Roland Barthes em suas *Mitologias* e no *Sistema da moda* aproximavam a semiótica dos domínios da publicidade e do jornalismo, do mesmo modo que Umberto Eco fazia a teoria se aproximar, através de algumas análises feitas ainda também na década de 1960, do cinema e da televisão. Já em seu nascedouro, portanto, vê-se a teoria, ao menos no que respeita aos objetos de que ela se apropriava como *corpus* de análise, com um traço híbrido, num desejo de abarcar e analisar os produtos discursivos humanos em toda a sua rica diversidade. Tratava-se, afinal, de uma ciência da significação de caráter *geral*. Para Badir (2010, p. 15, grifos do autor), nesse aspecto, "a semiótica é uma *interdisciplina*, ou seja, uma ciência empírica sem território fixo"⁴ (voltaremos logo mais a comentar esta não fixidez de território).

Fontanille (2017, p. 66), também ecoando esse aspecto, digamos, *diversificadamente humano* da teoria, aponta uma "intuição antropológica de sua [da semiótica] proposta", intuição que estaria presente de modo mais evidente desde as análises presentes nos dois volumes de *Sobre o sentido* (GREIMAS, 1975, 2014). Porém, segundo Fontanille (2017, p. 67), o diálogo com a antropologia, tão relevante por exemplo para a constituição do quadrado semiótico, lamentavelmente não "se intensifica posteriormente, e será até mesmo colocado entre parênteses, por um tempo, a

⁴ No original: "[...] la sémiotique est une *interdiscipline*, c'est-à-dire une science empirique sans territoire fixe." Tradução nossa.

partir do momento em que a dimensão sensível da significação conduz Greimas a recorrer [...] à fenomenologia".

Nesse contexto, é importante perceber que essa inclinação para abarcar objetos muito diversos ou, retomando o Badir (2010, p. 15) citado pouco acima, o fato de não ter um "território fixo", impôs, por outro lado, alguns obstáculos à difusão da teoria, segundo o pesquisador belga. Assim, se a semiótica teve participação importante ao chamar atenção, através das já aludidas análises de Barthes e Eco na década de 1960, para a comunicação de massa e para a especificidade de seus objetos — contribuindo, com isso, até mesmo para uma espécie de alargamento do conceito de cultura, o qual permanecia, na França, segundo Badir, refém de autores consagrados pelo cânone —, se a semiótica, vínhamos dizendo, teve participação importante nesse processo, o caminho trilhado pela teoria não fez dela a, por assim dizer, ciência ideal para tratar dos objetos oriundos da comunicação de massa. Nessa medida, Badir (2010, p. 14) afirma que "de fato, as ciências da comunicação podem acolher em seu seio a semiótica, mas apenas a título de aparato metodológico, entre muitos outros possíveis"⁵.

Ainda como uma tentativa de compreender os obstáculos implicados nessa *infixidez territorial* em que nasceu a semiótica, cabe um comentário acerca da linguagem. É importante perceber aqui que o tratamento conferido à linguagem — cuja abordagem imanente semeada já por Saussure, quando este, lembremos, concebe o signo composto por duas faces apenas, o que implica dizer que a realidade seria apenas um efeito linguageiro decorrente da união solidária entre significante e significado — seria capaz de destacar e difundir a semiótica francesa dentre as demais ciências que se voltam à significação humana. No entanto, isso acabou por não se realizar, de modo que a filosofia seguiu ocupando a maior parte dos espaços e se fazendo bastante mais ouvida — seja no estrito ambiente acadêmico, seja entre um público leigo ilustrado — quando o assunto flutua entre linguagem e realidade.

Mas, se nem os objetos de que se apropriava como *corpus* de análise, nem a filiação epistemológica calcada numa concepção *sui generis* de língua foram suficientes para alavancar o que Badir (2010, p. 15, grifos nossos) chama de "*identidade gnoseológica*"⁶ da semiótica, há um aspecto que ajuda a identificar a especificidade da

⁵ No original: "De fait, les sciences de la communication peuvent accueillir en leur sein la sémiotique, mais seulement à titre d'approche méthodologique, parmi bien d'autres possibles". Tradução nossa.

⁶ No original: "identité gnoséologique". Tradução nossa.

teoria: "os objetos de comunicação de massa são tomados por diversas disciplinas segundo diferentes visadas, mas só a semiótica *considera sua determinação como objetos de linguagem como constitutiva*"⁷. Desse modo, ao olhar para os objetos, quaisquer que sejam eles (Badir refere-se especificamente aos que compõem a chamada comunicação de massa apenas porque foram estes que tiveram atenção da semiótica em sua primeira hora), o semioticista enxerga, para além da matéria física que os reveste, a *linguagem* como aquilo de que essencialmente são feitos. É portanto a concepção saussuriana de que a realidade não pré-existe à língua, ou seja, a concepção de que o estatuto de realidade dos objetos deve-se, ao contrário, ao signo linguístico que o constitui, seria essa ideia que atuaria como fator identitário da semiótica francesa, para Badir.

Também concebendo os objetos como constitutivamente linguageiros, Greimas (2000, p. 372) então chama atenção, ainda em 1956, portanto num momento em que a semiótica sequer havia surgido como um projeto claro e cientificamente orientado, para o "valor heurístico da linguística tomada globalmente"⁸, interrogando-se "por que a linguística não poderia representar [...] esse lugar privilegiado de ultrapassagem"⁹. No fim das contas, mesmo para o jovem Greimas que aqui acompanhamos, "interpretar os fenômenos linguísticos dentro do quadro de relações recíprocas de duas 'substâncias': o pensamento e a linguagem"¹⁰ é não só uma possibilidade como uma necessidade da qual a linguística — e posteriormente a semiótica que o lituano fundaria — não deveria abrir mão.

Ora, se o caminho que escolhemos trilhar para compreender o que distingue a subjetividade contemporânea, no sentido de entender como se caracteriza a maneira como essa subjetividade produz e interpreta sentido, se esse caminho que escolhemos, estávamos dizendo, passa principalmente por textos escritos por pesquisadores outros (não semioticistas, não linguistas) que já vinham se debruçando sobre essa temática, queremos crer que estamos, com isso, a um só tempo: 1) reavivando a inclinação que a semiótica manifestou em seus primeiros passos, quando se aproximou de outros

⁷ No original: "[...] les objets de la communication de masse sont approchés par diverses disciplines selon différentes visées mais seule la sémiotique considère leur détermination en tant qu'objets de langage comme constitutive". Tradução nossa.

⁸ No original: "[...] la valeur heuristique de la linguistique prise globalment". Tradução nossa.

⁹ No original: "[...] pourquoi la linguistique ne pourrait représenter [...] ce lieu privilégié de dépassement". Tradução nossa.

¹⁰ "[...] interpréter les phénomènes linguistiques dans le cadre des rapports réciproques de deux substances: la pensée e le langage". Tradução nossa.

domínios das humanidades (BADIR, 2010; FONTANILLE, 2017); e 2) fazendo valer a premissa de que os fenômenos observados — em nosso caso a relação da subjetividade contemporânea e a significação por ela engendrada — são constituídos, para a semiótica, essencialmente por linguagem (BADIR, 2010), podendo, portanto, ser interrogados também linguisticamente (GREIMAS, 2000).

Ademais, como Fontanille (2017, p. 1) observa, num artigo emblematicamente intitulado "A semiótica hoje: avanços e perspectivas", se a teoria fundada por Greimas "quer reconhecer-se ainda como disciplina de vocação científica, não pode escapar desse movimento global", do qual participam várias áreas do conhecimento, as quais têm convergido no sentido de compreender melhor os novos sentidos que temos produzido. Assim, diz Fontanille (2016, p. 1, grifos nossos) ,

Ao propor um corpo de conceitos e de métodos para questionar as práticas, os textos, os objetos, as interações sociais, as formas de vida e os modos de existência coletivos e da coletividade, a semiótica tem condições de construir esses sentidos, especialmente se trabalhar em colaboração com as outras ciências humanas e sociais que contribuem para edificar, *cada uma de seu próprio ponto de vista*, essa arquitetura de significações humanas.

É interessante observar, no trecho acima, que, se, de um lado, o semioticista chama atenção para a competência de que a semiótica, por sua própria constituição metodológica, dispõe para uma melhor compreensão da significação engendrada hoje, especialmente se souber dialogar com as ciências vizinhas, por outro lado, o excerto deixa entrever uma segunda característica que de certo modo distingue a maneira como a semiótica se volta para os fenômenos estudados. Nesse sentido, se as demais ciências humanas e sociais, tal como destacado acima, contribuem *cada uma de seu próprio ponto de vista* — o que implica especificidades teóricas e metodológicas que muitas vezes dificultam o trânsito entre as áreas —, a semiótica, como teoria que se quer geral da significação humana, sempre buscou fornecer um método capaz de abranger a significação humana em toda a sua variedade. Desse modo, um dos nossos objetivos neste trabalho será mostrar que, embora haja muitas e pertinentes análises acerca da subjetividade contemporânea, no mais das vezes elas permanecem vinculadas a um ponto de vista teórico específico (seja da psicanálise, seja da sociologia etc.). Nosso estudo tentará, dessa maneira, enxugar, se pudermos dizer assim, as especificidades de

cada seara em benefício de uma compreensão mais generalizante sobre o fenômeno observado.

Destarte, com a semiótica não faremos uma análise necessariamente melhor do que as que têm sido feitas a partir de outros pontos de partida teóricos, mas acreditamos que ela pode viabilizar uma observação mais abrangente, capaz de reconhecer, na variedade dos pontos de vista específicos a cada ciência, invariâncias, regularidades que podem ser importantes quando se quer entender de modo mais distanciado um fenômeno qualquer. É nesse diapasão, aliás, que Badir (2010, p. 7), no mesmo estudo que tem nos apoiado neste capítulo, lembra que "a semiótica conduziu a um degrau de generalização muito elevado os conceitos que ela tomava emprestados de outras disciplinas"¹¹. Assim, "todo o esforço do semioticista tende para uma ampliação de generalização, acompanhada de uma exigência de formalização"¹². Desse modo, nosso esforço consistirá em, aparando as especificidades teóricas específicas aos textos de nosso *corpus*, enxergar o que os atravessa como constante. Tal tendência a buscar invariâncias a partir de um conjunto variante, ou seja, apreender um *sistema* a partir de um *processo* é, como se sabe, herança de Hjelmslev (2009), em grande medida.

Esse desejo de generalização que acompanhou a teoria desde sua fundação — a exemplo da constituição do quadrado semiótico, estrutura que leva ao extremo a possibilidade de simplificar a organização semântica de um texto; ou mesmo da redução das 31 funções proppianas às apenas quatro etapas do esquema narrativo canônico — é explicado por Zilberberg (1999, p. 42), segundo um esquema interessante, mas que requer uma breve digressão.

Para este semioticista francês, a manifestação de um dado conteúdo assenta-se num primeiro nível — chamado por ele de D1 — de organização da língua, a *textualização*. Pode-se sempre, no entanto, *analisar* este primeiro patamar, para o que seria convocado um segundo nível — D2 — de organização, chamado por ele de *conceptualização*. Haveria nesta segunda etapa a constituição de uma *metalinguagem 1*. E o autor explicita ainda um terceiro nível, que analisaria esta metalinguagem 1. Seria um nível, D3, chamado de *gramaticalização*, para a qual seria demandada uma

¹¹ No original: "[...] la sémiotique est amenée à porter à un degré de généralisation très élevé les concepts qu'elle emprunte à d'autres disciplines". Tradução nossa.

¹² No original: "[...] tout l'effort du sémioticien est tendu vers une augmentation de généralisation, accompagnée d'une exigence de formalisation [...]". Tradução nossa.

metalinguagem 2. O recurso metalinguístico poderia se estender *ad infinitum*. O quadro abaixo (ressalvando que utilizamos dela apenas aquilo que nos interessa mais de perto, a saber, as colunas 1 e 3) resume o que dissemos:

<i>Énonciation</i>	<i>Contenu</i>	<i>Hiérarchie</i>	<i>Véridiction</i>	<i>Manifestation</i>
D1 textualization	Catégories existencielles [survenir vs. parvenir]	Langage	motivation	Iconisation
D2 conceptualisation	Catégories sémantiques [implication vs. concession]	Métalangage 1	argumentation	Figurativisation
D3 grammaticalisation	Catégories sémiotiques [contraintes schématiques: ascendance vs. décadence]	Métalangage 2	Mise sous condition	Figuralisation

Tabela 1: níveis hierarquizados de linguagem. Fonte: Zilberberg, 1999, p. 42, negritos nossos.

Assim, a tendência da semiótica à generalização, para a qual temos chamado atenção, resulta, segundo o esquema de Zilberberg, de uma inclinação, um gosto da teoria por se situar nas etapas de conceptualização e, sobretudo de gramaticalização, procurando iluminar a maneira como se organizam sintaxicamente as transposições feitas anteriormente (no nível D1, no esquema acima). Trata-se, portanto, de uma busca por *conceptualizar* e *gramaticalizar* conteúdos linguageiros estabilizados previamente. A teoria, nessa medida, lembremos, não lida com o sentido, mas, mais exatamente, com significação, ou seja, o sentido já transposto numa estrutura ou, se se preferir dizer, num

texto. Cabe lembrar que tal inclinação para generalizar, como apontado anteriormente por Badir, sempre veio, no desenvolvimento da teoria, "acompanhada de uma exigência de formalização", a qual, voltando à tabela de Zilberberg, ficaria a cargo do surgimento de uma metalinguagem específica (metalinguagem 1 e 2). Vale destacar, em palavras do próprio Zilberberg (1999, p. 40, grifos nossos), que "a intervenção de [D3] em relação a [D2] volta a reproduzir a operação precedente, *considerando [D2] não mais como uma metalinguagem, mas como uma linguagem*"¹³.

Trazendo agora as implicações deste trecho e da tabela acima para o caso específico de nossa pesquisa, importa notar que as análises que nos servirão como *corpus* se situariam no nível de *conceptualização*: trata-se de estudos que já se apropriaram de um primeiro nível de transposição (D1) e, a partir dele, teriam chegado a um primeiro nível de análise, lançando mão de uma metalinguagem 1. Nosso modo de operar, então, incidindo sobre as análises já feitas, concebe-as como uma linguagem, cuja explicitação requer uma metalinguagem mais abrangente (metalinguagem 2). Nossa pesquisa, assim, procura se situar no nível de gramaticalização. Apenas à guisa de exemplo, suponhamos que um pesquisador de nosso *corpus* analise a subjetividade tal como apresentada nas redes sociais. Ora, neste caso ele estará reconhecendo um primeiro nível — D1, para Zilberberg — de estabilização da linguagem, presente nas redes sociais. Para conceptualizar esse nível, lança mão de uma metalinguagem 1. Quando nós, neste trabalho, analisarmos o texto deste pesquisador, estaremos gramaticalizando sua linguagem.

No fim das contas, consideramos importante a participação da semiótica nos temas que têm ocupado as ciências humanas na contemporaneidade porque, como destaca Fontanille (2016, p. 8), as "questões sociais [foram levadas a] a um nível de complexidade ao qual a semiótica ainda não fez face". Nessa medida, outras ciências humanas, a exemplo da história e da sociologia, de acordo com o pesquisador, têm ousado análises que miram "fenômenos multidimensionais, o que lhes permite dar conta de questões que afetam populações inteiras". E adverte: "Ao limitar-se a seus objetos de predileção, os textos, as imagens e as mídias, a semiótica corre o risco de nunca ser ouvida por outras ciências humanas". Embora nosso *corpus* consista de textos verbais, importa notar que eles são apenas ponte para o diálogo interdisciplinar defendido por

¹³ No original: "L'intervention de [D3] à l'égard de [D2] revient à reproduire l'opération précédente en considérant [D2] non plus comme un méta-langage, mais comme un langage [...]". Tradução nossa.

Fontanille. Nosso intuito é, a partir de análises já feitas sobre o tema (mas sob pontos de vista teóricos mais específicos), estabelecer hipóteses que permitam uma compreensão mais ampla da subjetividade contemporânea. Procedendo assim, entendemos que também estaremos pondo a semiótica dentro de uma discussão à qual a teoria não deve se furtar, segundo pensamento de Fontanille (2016).

Assim, se nosso objetivo é, apoiando-nos mais uma vez em Fontanille (2016, p. 2), "observar sob quais formas e com quais efeitos [...] as escolhas tecnológicas, econômicas e culturais influem na transformação de nossas sociedades", cremos que a semiótica pode desempenhar um papel protagonista. Os caracteres sintetizados neste capítulo — os quais desde o nascimento da teoria já sugeriam uma vocação para observar questões contemporâneas de modo específico, isto é, com uso de uma metalinguagem determinada; concebendo os fenômenos como constitutivamente linguageiros; e buscando generalizar tanto quanto possível os conceitos que tomava de empréstimo de outras disciplinas — são evidência disso, parece-nos. Investigar e explicitar como a subjetividade parece hoje construir sentidos segue, ademais, como uma possibilidade à disposição da semiótica. Afinal, como provoca Badir (2010, p. 17): "O projeto da semiótica era estudar segundo o ponto de vista estrutural toda forma de linguagem à maneira das línguas. Conseguiu? [...] A questão permanece pendente"¹⁴.

Ao cotejar vários textos com o fito de deles extrair uma identidade para o sujeito contemporâneo, ratifica-se, a nosso ver, o fato de que a semiótica não construiu apenas um instrumental metodológico para analisar textos, mas também princípios que permitem o reconhecimento de tensões entre o sensível e o inteligível. Assim, não se deve perder de vista que analisaremos textos científicos que tratam da subjetividade contemporânea como uma maneira de apreender uma identidade, um esquema de sentir e de pensar que constitui o sujeito referido nestes textos.

Procuramos, neste capítulo, discorrendo sobre a pergunta que o intitula — *Por que a semiótica* —, mostrar que esta teoria, interessada desde seu nascimento por questões contemporâneas e vocacionada para o diálogo com outras ciências humanas, pode ajudar a explicitar aquilo que parece definir o sujeito contemporâneo. Ao observar os objetos que traz à análise como constitutivamente linguageiros e dispondo de um

¹⁴ No original: "Le projet de la sémiotique était d'étudier selon le point de vue structural toute forme de langages à l'instar de langues. Y est-elle parvenue? [...] La question demeure pendante." Tradução nossa.

método constantemente pautado pelo próprio texto-enunciado, abre-se caminho para uma compreensão relativamente segura acerca dos efeitos de sentido que parecem constituir o sujeito contemporâneo.

2. SUBJETIVIDADE CONTEMPORÂNEA: MAPEANDO O TERRENO

2.1 PRIMEIROS TRAÇOS

Quando Debord (1997, p. 182, grifos do autor), a seu modo sempre provocante e por isso mesmo instigante, escreveu que "*os homens estão mais parecidos com seu tempo do que com seus pais*", estava a afirmar que o modo como nossa subjetividade tem se organizado diz muito mais respeito ao *hoje* ("seu [próprio] tempo") do que a uma tradição ("seus pais") que nos filiaría e nos conferiria significados de antemão. Se buscamos compreender e explicitar que cifras gerais fazem da subjetividade contemporânea um *todo*, um *conjunto* — variável e quiçá incoerente num certo nível, decerto; mas em cuja variação se possa ler algo de *constante* —, tais cifras devem ser exploradas no *agora*, não mais no *então* com o qual este *agora* se relacionaria: eis o recado do pensador francês que escreveu em fins da década de 1960. *A sociedade do espetáculo* cunhada por Guy Debord embebe-se e revela-se, portanto, sobretudo em seu *aqui-agora*, afasta-se do *lá-então* que a moldava noutros tempos.

É esta a diferença que Riesman (1995) também capta, à sua maneira, quando apresenta sociedades *tradicivo-dirigidas*, *introdiregidas* e *alterdiregidas*. Basta, a nosso propósito inicial de fornecer um panorama com os principais traços da subjetividade contemporânea, compreender que, se nossa subjetividade não parece mais guiada por uma tradição, figurativizada por Guy Debord como "nossos pais", isto é, se aquilo que confere feição de conjunto à nossa individualidade não mais advém de um *lá-então*, isso se dá porque hoje ela é guiada por outros caracteres.

Numa breve explicação sobre a tríade de conceitos de Riesman, podemos dizer que, numa sociedade *tradicivo-dirigida*, a identidade do sujeito revela-se à medida que ele se reconhece como parte orgânica de uma comunidade social qualquer. É o reconhecimento do sujeito como parte de um tecido social historicamente constituído que lhe fornece as crenças e os conhecimentos que o formam como *ser*. Com a ascensão e consolidação da burguesia, arrefecem as sociedades *tradicivo-dirigidas*. Isso porque, com a migração massiva de pessoas saídas do campo para as cidades recém-industrializadas (ou seja, pessoas que abandonam uma vida cujas práticas reconheciam

como *historicamente suas*, para morar num local alheio a esse lastro cultural que cada trabalhador trazia consigo), fere-se o cerne de um povo traditivo-dirigido.

Vem à tona, assim, a sociedade introdirigida, que teve seu ápice na Europa do século XIX: a identidade seria investigada e definida sobretudo pelo próprio sujeito, que, na intimidade silenciosa da nova casa de valores burgueses, deveria perscrutar-se. A essa altura, o que passa a definir a subjetividade é o mergulho do sujeito nas profundezas de um *eu* que já não se reconhecia como parte de uma comunidade historicamente posicionada. Protegido pelas quatro paredes de sua casa ou de seu quarto, portanto protegido do espaço público que lhe era doravante estranho, o sujeito procurava se compreender afundando-se o máximo possível em sua *intimidade* — conceito intrinsecamente ligado ao cenário europeu de então.

E, por fim, com a ascensão da sociedade do espetáculo e dos veículos de comunicação de massa, perde força a subjetividade descrita acima e ganha relevância sua contraface, a sociedade alterdirigida. Com o surgimento do cinema e posteriormente de outros veículos de comunicação que pouco a pouco incutiam no imaginário coletivo uma nova e sedutora ideia de *estar em público*, o sujeito precisa cada vez mais do olhar do outro (*alter*) para reconhecer sua identidade. É o *outro* — e não mais algum elo tradicional em que o sujeito se reconheça (sociedade traditivo-dirigida), tampouco o mergulho nas profundezas de eu, sob a proteção da intimidade burguesa (sociedade introdirigida) — que passa a guiar a subjetividade, em primeiro lugar.

Feita essa breve explanação sobre a obra de Riesman (1995), notemos que, hoje, no início do século XXI, estaríamos num momento de recrudescida alterdireção: é principalmente o outro (*alter*) que guia o *eu*, numa relação fortemente calcada no *aqui- agora*. As redes sociais — de que também trataremos mais adiante —, em que cada sujeito parece mesmo chancelado tão somente pelos *likes* vindos do outro, seriam emblemáticas deste momento acentuadamente alterdirigido.

Há, portanto, uma distinção entre as sociedades que repousa não apenas nas coordenadas espaçotemporais (lá-então *versus* aqui-agora) que dirigem as subjetividades, mas também na instância que chancela o eu. Assim, no ápice da sociedade burguesa industrial que floresceu no século XIX, esse papel de *sancionador* — em terminologia da semiótica — era exercido pelo próprio sujeito, que, na privacidade da casa, da leitura silenciosa, do diário íntimo e outros tantos índices desse

momento introdirigido, avaliava-se, perscrutava-se. O sujeito sincretizava, assim, os papéis de agente e de sancionador. Noções como a de *culpa* e de *intimidade* são filhas desse tempo oitocentista, em que o sujeito do fazer imbuía-se também do papel de avaliador. Hoje, no século XXI, a dinâmica das redes sociais, das quais falaremos melhor num outro momento, põe o outro como sancionador, como responsável principal por cancelar o indivíduo. O sujeito que age deixa de ser, desse modo, o responsável principal pela avaliação. As funções, em termos narrativos, da ação e da sanção não mais se encontram num mesmo sujeito, eis o que marca em termos semióticos a sociedade alterdirigida.

Fizemos esta breve contextualização, em que inevitavelmente pipocaram alguns pontos que serão retomados oportunamente mais à frente, no sentido de mostrar que, tal como Debord advertia, a compreensão da subjetividade deve ser buscada em seu tempo-espaço presente. Somos afinal filhos dele, muito mais que do momento precedente.

Para analisar esse aqui-agora, como recomenda Debord, cremos que a obra de Benjamin (2012) pode ser um bom ponto de partida. Embora tenha escrito no início do século passado, as contribuições do filósofo alemão seguem, a nosso juízo, absolutamente atuais, tendo o mérito de, a um só tempo, i) captar de que modo a subjetividade estava sendo alterada no início do século XX, apresentando alguns traços que apenas se solidificaram nas décadas seguintes; e ii) contribuir para entender de onde nasceu este novo cenário.

No célebre ensaio "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica", Benjamin (2012, p. 179-212) propõe *grosso modo* que a possibilidade de reproduzir uma obra de arte, pela primeira vez na história, *tecnicamente* — isto é, não mais reproduzir por "imitação [...] praticada por discípulos, em seus exercícios, pelos mestres, para a difusão das obras, e finalmente por terceiros, interessados no lucro" (p. 180) — deflagrou um "processo novo, que vem se desenvolvendo na história intermitente, através de saltos separados por longos intervalos, mas com intensidade crescente" (p. 180).

Assim, a reprodução técnica implicaria não apenas uma alteração no modo como percebemos as obras ou imagens: seria preciso ter em conta que, "*no interior de grandes períodos históricos, a forma de percepção das coletividades humanas se transforma ao mesmo tempo que seu modo de existência*" (p. 183, grifos do autor). Ora, isso quer dizer

que o surgimento de uma dada técnica de reprodução instaura não apenas uma nova condição de observação dos objetos ("forma de percepção"), mas modifica o próprio *ser* do sujeito ("modo de existência"). Importa destacar aqui que o uso que Benjamin faz de "modo existência" não se refere, naturalmente, ao tratamento que a semiótica historicamente conferiu ao sintagma.

O percurso, brevemente retomado por Benjamin, que tem entre seus momentos-chave o surgimento da xilogravura, da litografia, da fotografia, do cinema etc., isto é, todo o longo caminho que, cada vez mais, *acelerou* — guardemos esta palavra — e aperfeiçoou a reprodutibilidade de uma imagem ou obra trouxe consigo duas consequências sumamente importantes para o entendimento de uma nova subjetividade que, ali pelo início do século XX, estava se evidenciando.

A primeira dessas consequências é o que o filósofo vai chamar de *perda da autenticidade* da obra, cujo significado pode ser entendido quando ele afirma que,

Mesmo na reprodução mais perfeita, *um elemento* está ausente: o aqui e agora da obra [...], sua existência única [...]. É nessa existência única, e somente nela, que se desdobra a história à qual ela estava submetida no curso de sua existência. Essa história compreende não apenas as transformações que ela sofreu, com a passagem do tempo, em sua estrutura física, como as cambiantes relações de propriedade em que ela ingressou [...]. O aqui e agora do original constitui o conteúdo da sua autenticidade, e nela, por sua vez, se enraíza a concepção de uma tradição que identifica esse objeto, até os nossos dias, como sendo *aquele* objeto, sempre igual e idêntico a si mesmo. *A esfera da autenticidade, como um todo, escapa à reprodutibilidade técnica, e naturalmente não apenas a técnica.* (BENJAMIN, 2012, p. 181-182, grifos do autor)

A *autenticidade* de que fala o filósofo apresenta, portanto, um traço de *unicidade* ("*aquele* objeto") que, justamente por se atrelar à concretude do objeto, à sua materialidade, às contingências de sua história enfim, não se pode replicar tecnicamente. São as marcas da enunciação ("[seu] aqui e agora") na obra-enunciada que, com efeito, não se deixam repetir. Há, no conceito benjaminiano de autenticidade, algo de forte e de singular ou, semioticamente, de *tônico* ("a autoridade da coisa, seu *peso* tradicional", grifo nosso) e de *concentrado* ("sua existência *única*", grifo nosso). *Tonicidade* e *concentração* perfazem, dentro do esquematismo tensivo de Zilberberg (2011) uma condição de alto grau de afetação sensível. É esta autenticidade, a qual em outros momentos do ensaio o autor chama mais hiperonimicamente de *aura*, que se perde à

proporção que a técnica de reprodução *difunde* ("substitui a existência única [concentrada, diríamos] da obra por uma existência massiva [difusa, complementaríamos semioticamente]") o valor que até então se concentrava na singularidade irrepetível do objeto.

A reprodução técnica, assim, para Benjamin, põe em curso um duplo fenômeno: de um lado, retira força ou, nos termos da teoria que nos ampara, tonicidade do objeto ("o que se *atrofia* na era da reprodutibilidade técnica [...] é *sua aura*", p. 182, grifos nossos; "essas novas circunstâncias *desvalorizam*, de qualquer modo, *o seu* [da obra] *aqui e agora*", p. 182, grifos nossos); de outro, e proporcionalmente a essa atenuação, promove uma maior difusão do objeto e seu respectivo valor ("a catedral abandona seu lugar para instalar-se no estúdio de um amador; o coro, executado numa sala ou ao ar livre, pode ser ouvido num quarto"). Desse modo, cabe notar que, antes, o objeto era mais tônico ("*aquele* objeto"), porém permanecia concentrado num espaço mais fechado ("executado numa sala"). Com a replicação técnica, perde sua "existência única", mas, em contrapartida, difunde-se numa superfície espacial mais aberta ("pode ser ouvido num quarto [ou literalmente em qualquer local, se quisermos saltar várias décadas e já trazer a questão para hoje]"). Num texto um tanto marginal de sua obra, Zilberberg, (1999, p. 16), também analisando as considerações benjaminianas sobre a modernidade, propõe que a mudança deflagrada pela reprodutibilidade técnica diria respeito a um caminho da *admiração* (tônica e concentrada) para a *contemplação* (átona e mais difusa). O gráfico abaixo deve iluminar o fenômeno em pauta:

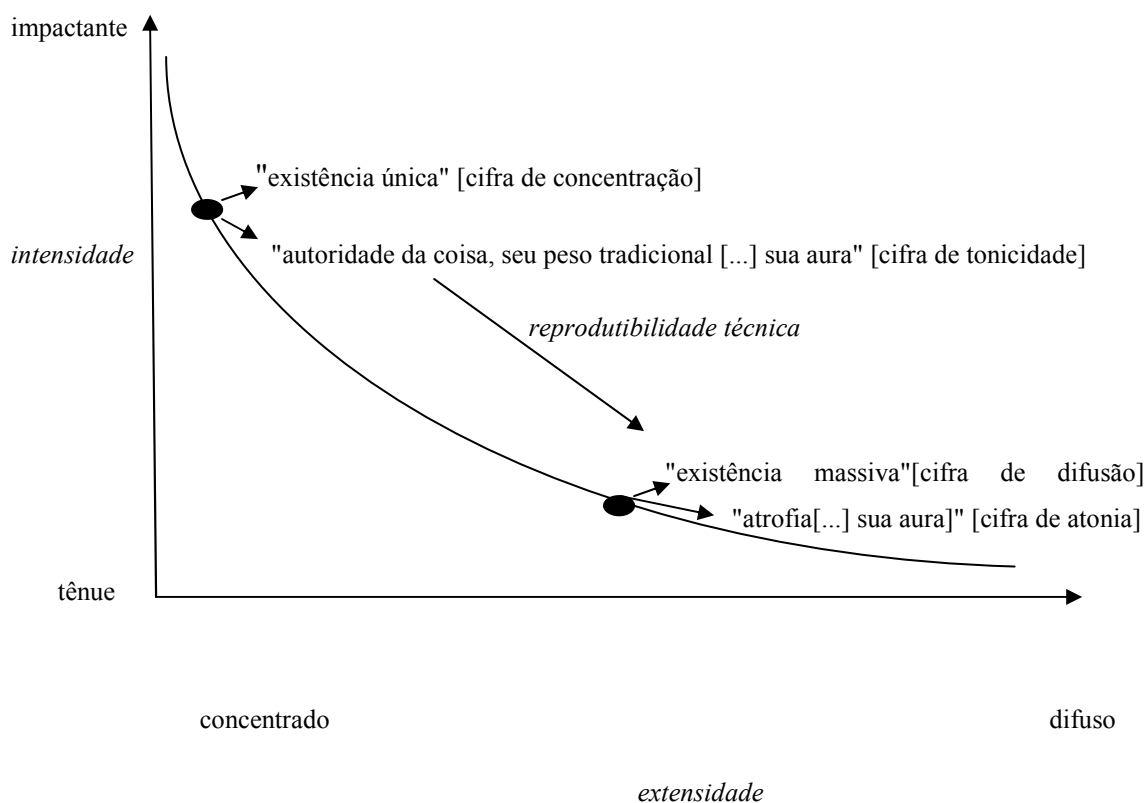


Gráfico 1: concentrado vs. difuso e impactante vs. tênue. Fonte: adaptação nossa, a partir de Zilberberg (1999, 2011) e Benjamin (2012).

Notemos, a partir do gráfico, que o eixo vertical, que diz respeito à face sensível que radica a significação humana, apresenta dois polos: valores mais impactantes (tônicos) ou mais tênues (átonos). O eixo horizontal, que respeita à dimensão inteligível, por sua vez, propõe valores que assumiriam feição (mais ou menos) concentrada ou difusa. Quanto mais impactante for a grandeza, mais ela ganhará, no eixo horizontal, contornos de concentração. É isso o que ocorre antes da reprodutibilidade técnica. A partir do surgimento e do desenvolvimento desta, o gráfico muda de feição: os valores passam a ser mais tênues, mais fracos, no eixo da intensidade — figurando, ao mesmo tempo, no eixo da extensidade, como mais difusos.

Essa mudança, isto é, o movimento explicitado pelo gráfico com a ajuda de categorias oferecidas pela semiótica, mudança de valores mais tônicos e concentrados em direção a um arranjo mais átono e difuso, chega mesmo a ser reconhecida pelo filósofo alemão: "podemos compreender as transformações contemporâneas [...] sob o

signo do *declínio da aura* [...]. Ele deriva de [...] circunstâncias [...] ligadas à crescente *difusão* e intensidade dos *movimentos de massas* (BENJAMIN, 2012, p. 184, grifos nossos). Reconhece-se, dessa maneira, que a perda de tonicidade ("declínio da aura") diz respeito diretamente à "difusão" decorrente de um "movimento de massas".

No mesmo ensaio mencionado pouco acima, Zilberberg (1999, p. 19), também analisando as considerações benjaminianas, propõe o seguinte gráfico:

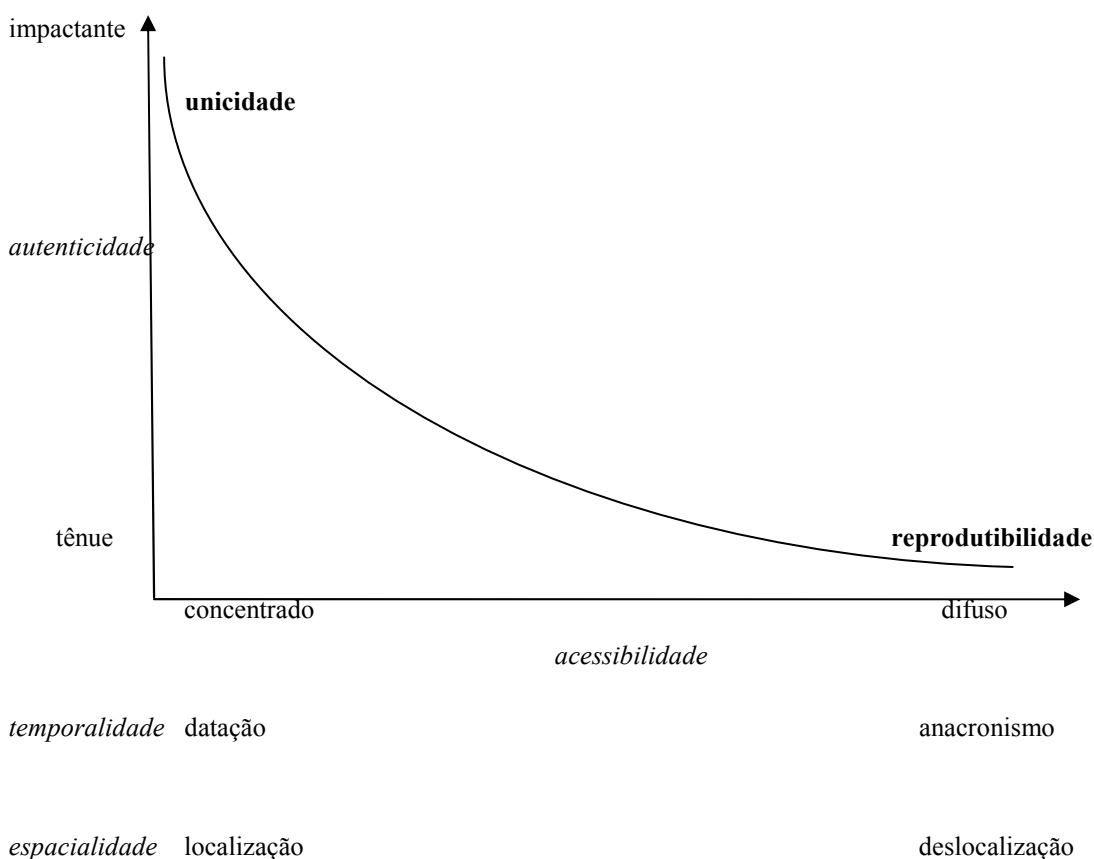


Gráfico 2: autenticidade vs. acessibilidade. Fonte: Zilberberg (1999, p. 19). Tradução nossa.

O esquema, além de reforçar a relação inversa entre autenticidade e acessibilidade, enriquece nossa discussão na medida em que a relaciona com a temporalidade e com a espacialidade — estas que são, para o esquematismo tensivo, as duas partes que compõem o plano inteligível da significação. No que tange à temporalidade, temos uma mudança do que o semiótico chama da *datação* para o

anacronismo. Parte-se, assim, do "agora", a que o objeto estava atrelado antes de sua possibilidade de replicação técnica, para uma espécie de desvinculação temporal, de tal modo que o objeto passa a ser localizado em qualquer tempo — anacrônico, portanto, etimologicamente falando. Lançando mão das categorias temporais da semiótica *standard*, podemos falar numa mudança do *agora* — categoria enunciativa, subjetiva, pertencente ao tempo do *eu* e do *tu* — para o *então* — tempo objetualizado, tempo do *ele*. Quanto à espacialidade, tem-se, de acordo com o gráfico, uma mudança da *localização* para a *deslocalização*, ou, simplesmente, aproveitando mais uma vez as categorias que a própria semiótica oferece, do *aqui*, espaço enunciativo, do *eu/tu*, para o *lá*, espaço objetivo, já que vinculado à não pessoa (*ele*) da enunciação.

A gramática tensiva proposta por Zilberberg (2011), a propósito desta relação com objetos que nos parecem ora mais impactantes e concentrados, ora mais tênues e difusos, oferece um par categorial que também merece menção de nossa parte. O primeiro arranjo — que presta contas com objetos que, no plano sensível, são mais impactantes, e, no eixo inteligível, figuram como mais concentrados — pode ser sintetizado pelo que o semioticista chama de *valores de absoluto* (ZILBERBERG, 2011, p. 91). Já o segundo arranjo — objetos tênues e que por isso mesmo tendem à difusão — estaria vinculado aos ditos *valores de universo* (ZILBERBERG, 2011, p. 91). A tabela abaixo põe mais claramente em tela o que dissemos:

<i>Definidos</i> → <i>Definidores</i> ↓	<i>Valores de absoluto</i>	<i>Valores de universo</i>
<i>Intensidade</i>	Impacto	Tenuidade
<i>Extensidade</i>	Concentração	Difusão

Tabela 2: definidos e definidores; valores de absoluto e de universo. Fonte: Zilberberg (2011, p. 90).

Se Walter Benjamin, que afinal faz parte de uma escola assumida, de partida, como crítica, não economiza tinta para afirmar com todas as letras que todo o cenário do qual a reprodutibilidade técnica faz parte traz, sim, uma "forma completamente nova de miséria" (BENJAMIN, 2012, p. 124), Zilberberg opta, ao menos aqui, por caminho

mais, digamos, diplomático — apresentando as faces negativas e positivas de um e de outro arranjo tensivo:

(i) na perspectiva dos valores de universo, sensíveis às valências extensivas, os valores de absoluto são, certamente, intensos, *mas* apresentam o grave defeito de serem concentrados. Os valores de universo, por sua vez, são tênues, *mas* têm a vantagem, a seus olhos mais significativa, de serem difusos;

(ii) na perspectiva dos valores de absoluto, sensíveis principalmente às valências intensivas, os valores de universo são difusos, *mas* tênues; os valores de absoluto, por seu turno, são por certo concentrados, *mas* seu impacto compensa amplamente esse defeito. (ZILBERBERG, 2011, p. 91, grifos do autor)

Se o filósofo cujo raciocínio temos acompanhado toma partido pela perspectiva dos valores de absoluto — de tal modo que, muito mais que lamentar o fato de uma obra permanecer, antes da reprodutibilidade técnica, concentrada numa espacialidade mais fechada ("numa sala"), ele valoriza o traço impactante de um objeto inserido neste arranjo ("*aquele* objeto", "sua existência única") —, o semioticista, que apresenta essas duas, digamos, *classes de valores* pelas quais o imaginário humano parece significar os objetos circundantes, já apresenta *prós* e *contras* para ambos os grupos. Desse modo, alguém mais afeito aos valores de universo terá toda a legitimidade para asseverar, hoje em dia, que, se decerto a fotografia digital assume um valor mais tênue, menos impactante — já que pode, sem grandes lamentações, ser descartada num clique e substituída por outra —, ela possui a vantagem, *a seus olhos mais significativa*, de poder ser vista em qualquer parte, a qualquer momento, por qualquer um — a recrudescida *difusão* compensaria, portanto, segundo esse ponto de vista, mais adepto aos valores de universo, a tenuidade. É nesse sentido que um pesquisador como Kern (1983, p. 88), embora não se debruce longamente sobre este ponto, flagra a ideia de que a tecnologia desenvolvida ao longo do século XX trouxe "um crescente sentido de unidade entre as pessoas antes isoladas pela distância e pela falta de comunicação". O *sentido de unidade* a que o autor se refere designaria um contato mais próximo entre pessoas que até então permaneciam um tanto isoladas — porque *concentradas* na área dos valores de absoluto. Kern (1983, *apud* HARVEY, 2014, p. 241-243) parece ver com bons olhos a mudança em pauta. A alteração empreendida pela reprodutibilidade técnica

diria respeito, desse modo, à passagem, no gráfico abaixo, da área dos valores de absoluto para a área dos valores de universo. Vejamos:

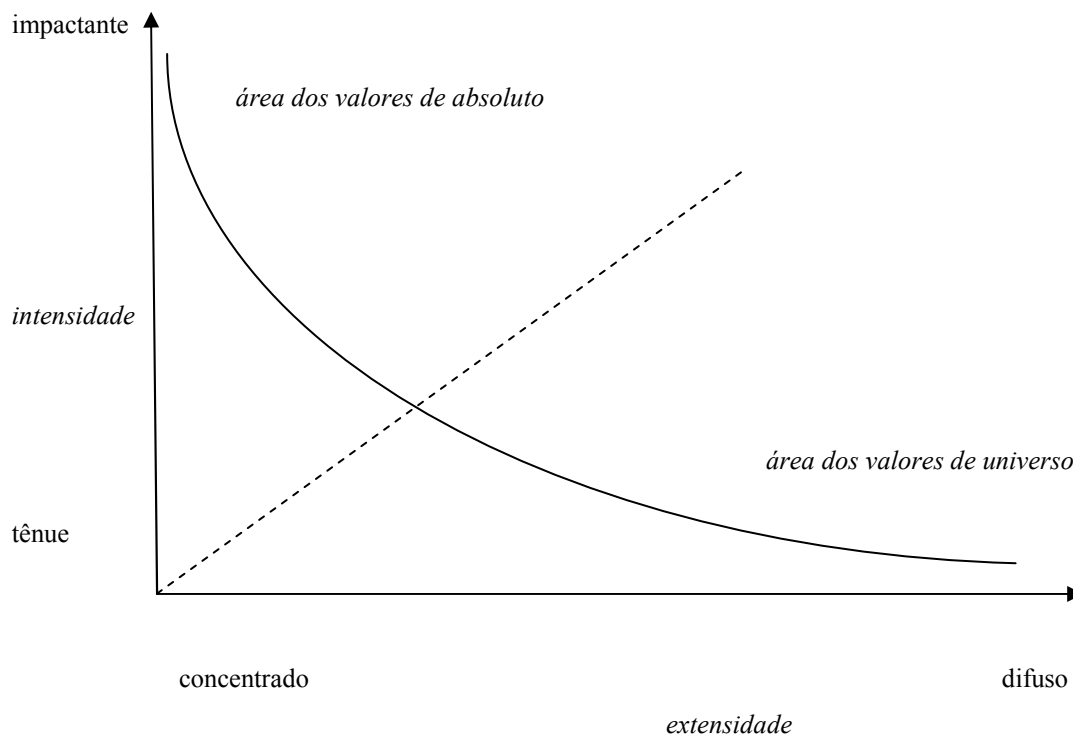


Gráfico 3: valores de absoluto vs. valores de universo. Fonte: Zilberberg (2011, p. 90).

A seta tracejada que divide, no gráfico, as duas áreas marca uma zona que Zilberberg (2011, p. 69) chama de "área da utopia": com efeito, parece sonho não imaginar que não estamos sempre lidando com objetos que se nos afiguram ou tônicos e concentrados, ou átonos e difusos. A justa medida, o exato meio caminho entre um e outro parece utópico, e Benjamin, quase um século atrás, capta — deixando clara sua lamentação, inclusive — com lucidez essa transição entre áreas da significação humana bem distintas, um tanto inconciliáveis até.

Sem querer fazer uma espécie de resenha do ensaio benjaminiano, cuja leitura afinal não pode ser substituída por um exercício de análise como este, mas ao mesmo tempo sem querer deixar de semiotizar suas agudas percepções, observemos o que ele afirma no trecho a seguir:

Seria possível reconstituir a história da arte a partir do confronto de dois polos [...], e ver a história do seu decurso na variação do peso conferido seja a um polo, seja a outro. Os dois polos são o valor de culto da obra e seu valor de exposição. O valor de culto, como tal, quase obriga a manter secretas as obras de arte: certas estátuas divinas somente são acessíveis ao sumo sacerdote [...], certas esculturas em catedrais da Idade Média são invisíveis, do solo, para o observador. *À medida que as obra se emancipam do seu uso cultural, aumentam as ocasiões para que elas sejam expostas.* [grifos do autor] A exponibilidade de um busto, que pode ser deslocado de um lugar para outro, é maior que a de uma estátua divina, que tem sua sede fixa no interior de um templo. A exponibilidade de um quadro é maior que a de um mosaico ou de um afresco, que o precederam [...]. *A exponibilidade [...] cresceu em uma escala tão descomunal, com os vários métodos de sua reprodutibilidade técnica, que a mudança de ênfase de um polo para outro corresponde a uma mudança qualitativa comparável à que ocorreu na pré-história.* (BENJAMIN, 2012, p. 187, grifos nossos).

Queremos relacionar os dois polos, valor de culto e valor de exposição, ao gráfico apresentado anteriormente. Nesse sentido, cabe notar que o primeiro, ao restringir o acesso às obras — as quais permanecem, como dito no trecho, secretas, acessíveis a poucos, invisíveis para um observador comum —, torna mais tônicos e concentrados estes objetos. Paralela e contrariamente, o valor de exposição distingue-se à proporção que descentraliza, difunde a obra, atonizando o valor a ela associado. Desse modo, com "os vários métodos de [...] reprodutibilidade técnica, houve uma mudança importante de um polo a outro". Em gráfico, teríamos:

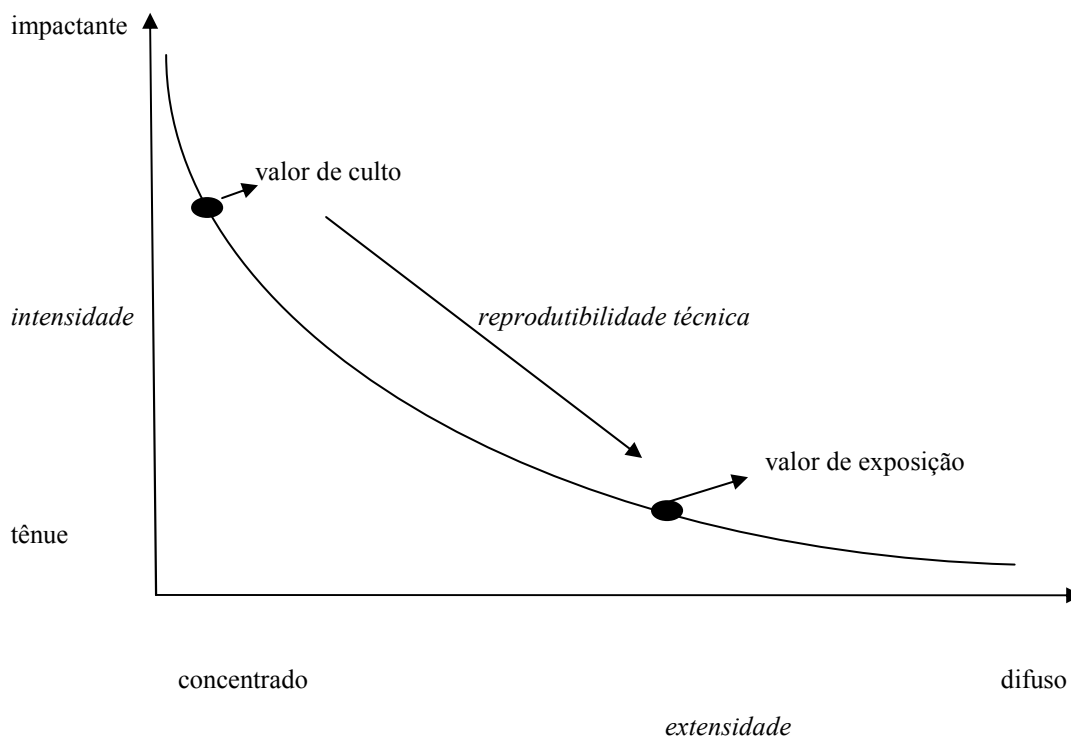


Gráfico 4: Valor de culto e valor de exposição. Fonte: adaptação nossa, a partir de Zilberberg (2011, p. 69) e Benjamin (2012).

Embora o autor esteja tratando a princípio das obras de arte e da maneira como percebemos-las¹⁵, não esqueçamos que ele mesmo afirmara que "*a forma de percepção das coletividades humanas se transforma ao mesmo tempo que seu modo de existência*" (p. 183, grifos do autor). Nada impede, portanto, que entendamos esta dinâmica — forma de percepção das obras a partir de sua reprodução técnica — como metonímia de um processo mais amplo, que toca, em última instância, na maneira como as coletividades humanas têm lidado com a significação. Na contemporaneidade, dessa maneira, os objetos, poderíamos dizer não só de arte, perderam valor de culto à justa proporção que ganharam valor de exposição. Há um percurso — figurativizado, isto é, exemplificado concretamente por Benjamin — que delinea este caminho entre os dois polos. Quando ele afirma que, na Grécia Antiga, excetuando-se as moedas e as terracotas, "todas as demais [obras] eram únicas e tecnicamente irreprodutíveis"

¹⁵ Ao leitor mais familiarizado com a teoria semiótica, cabe a observação de que a maneira como Benjamin utiliza o termo *percepção* aproxima-se muito mais da ideia de *semiose* do que da percepção tal como assumida pela fenomenologia.

(BENJAMIN, 2012, p. 189), ele está apontando o momento histórico em que havia maior tonicidade e maior concentração inscritas nos objetos. Não se podendo reproduzi-los, aquilo se saturava em concentração. Cada objeto tinha enorme densidade semântica. A "autoridade da coisa, seu peso" se impunham. Assim, "*os gregos foram obrigados, pelo estágio de sua técnica, a produzir valores eternos na arte*" (p. 189, grifos do autor). *Valor de eternidade* radica então a maior medida possível de impacto e o mais alto grau de concentração. "*Com a fotografia,, o valor de culto começa a recuar, em todas as frentes, diante do valor de exposição*" (p. 188, grifos do autor). Neste caso, já estaríamos caminhando em direção a uma área da significação em que os valores são mais tênues e que, por isso mesmo, espalham-se, expõem-se mais facilmente no campo inteligível do sujeito. Obviamente, tendo escrito quase um século atrás, Benjamin estava tratando da fotografia em seus moldes tradicionais, ainda dependentes de um suporte físico em que a imagem se revelava. A fotografia digital, de que falaremos melhor no sub-capítulo "Cibercultura", nessa medida, sendo impressionantemente difundível no tempo e no espaço, não só faz o valor de culto recuar como *minimiza-o* ao extremo. Em troca, temos *maximizado*, tanto quanto possível, o valor de exposição. Em gráfico:

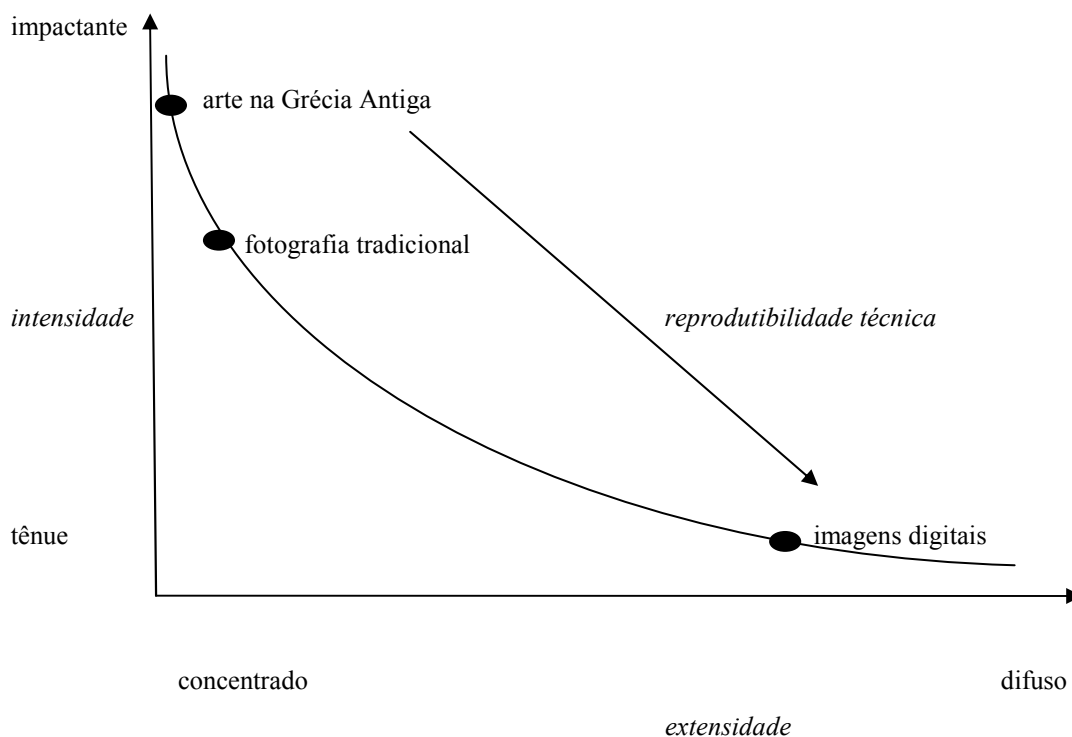


Gráfico 5: proposta tensiva para diferentes objetos . Fonte: adaptação nossa, a partir de Zilberberg (1999, 2011) e Benjamin (2012).

Em suma, estamos diante de um *movimento de atonização e de difusão* deflagrado pela reprodutibilidade técnica. Esta, não esqueçamos, traz a reboque, segundo Benjamin (2012, p. 181), uma cifra de alta velocidade ("tal aceleração", p. 181). Ora, trata-se de observar que, quanto mais se desenvolveu a técnica de replicação dos objetos, isto é, quanto mais se acelerou a forma de percepção do sujeito por relação aos objetos, mais o valor destes últimos se atonizou ("o que se atrofia [...] é sua aura").

É fundamental notar, no entanto, algo que atravessa todo o nosso *corpus* e que aqui já se manifesta. Essa rapidez, esse aumento na velocidade com que os objetos entram no campo de presença do sujeito parece notado apenas pelo analista, pelo narrador, mas não pelo sujeito a que o analista se refere. Trata-se de entender, nesse sentido, que é o narrador — e não o sujeito, o *ele* de quem se fala — que, observando à distância, diacronicamente, a subjetividade, nota esse incremento de velocidade, apontando-o, conforme acompanharemos ao longo do trabalho, como causa da perda da aura ou, em termos semióticos, da tonicidade.

O sujeito observado (por oposição ao narrador observante), inserido de partida num contexto marcado pela rapidez, não parece notar — e muito menos lamentar, o que demandaria uma avaliação ou, em termos semióticos, uma sanção de ordem cognitiva que só quem observa diacronicamente o fenômeno poderia realizar — seu campo de presença marcado pela aceleração. A rapidez com que os objetos entram em seu campo de presença é, para o sujeito, constitutiva e, por isso mesmo, assumida como hábito, como normal. O traço célere que marca a contemporaneidade torna-se assim uma condição percebida apenas pelo analista, não pelo sujeito analisado. Em termos semióticos, diríamos que se trata de uma sanção que só tem âncora se o ponto de vista for o da enunciação enunciada (narrador), mas que não tem esteio se o ponto de vista for o do ator do enunciado.

Aliás, uma vez que sequer temos acesso à voz do sujeito analisado (os narradores-analistas não delegam voz, por debreagem interna, àquele de que tratam), permanecemos reféns dos enunciados proferidos pelos narradores. De todo modo, veremos no decorrer do trabalho que muitos teóricos afirmam que os sujeitos

observados não parecem concordar com as análises feitas sobre eles. Essa fronteira entre os dois pontos de vista (olhar do narrador a respeito dos sujeitos analisados *versus* olhar dos sujeitos, segundo a crença do narrador) será fundamental para entendermos uma série de questões doravante.

Temos, portanto, para o narrador-analista, que o duplo movimento de atonia e de difusão, para o qual já chamamos atenção, encontra justificativa no acréscimo de velocidade pela qual o sujeito passou a ser regido na contemporaneidade.

Notemos que, quando Benjamin associa a perda da aura — perda de tonicidade, semioticamente falando — à reprodutibilidade técnica e sua intrínseca cifra de aceleração, ou seja, quando o filósofo enxerga o que seria para a gramática tensiva uma relação inversa entre *andamento* e *tonicidade*, tal constatação se dá às custas de algumas condições que precisam estar claras: i) essa constatação tem esteio apenas se o ponto de vista considerado for o do analista, tendo em conta que o sujeito analisado, aquele que, digamos de modo pouco científico, é nascido e criado na cena contemporânea, não sente um acréscimo na velocidade que rege seu campo de presença; ii) essa consideração se deve a uma visada diacrônica, uma vez que, imerso num quadro sincrônico, até mesmo o narrador não poderia notar que *algo se acelerou*. Trata-se de entender o que a rigor é bastante evidente: só se pode falar que algo ganhou em celeridade *em função de um momento outro, em que se reconhece uma menor velocidade*. Apenas no cotejo entre os dois momentos, portanto valendo-se de uma visada diacrônica, é que se reconhece essa diferença de velocidade.

Numa breve explanação sobre a teoria que nos ampara, cabe dizer que andamento e tonicidade são as duas subdimensões que o esquema tensivo propõe como definidoras da intensidade, isto é, do sensível. A dimensão da extensidade, nome técnico para o inteligível, se subdivide, por sua vez, em temporalidade e espacialidade. Cada uma dessas quatro subdimensões (andamento e tonicidade, no plano sensível; e temporalidade e espacialidade, no eixo inteligível) recebe, a depender do que se esteja analisando, uma cifra, de tal modo que o andamento pode ser (mais ou menos) rápido ou lento; a tonicidade flutua entre o (mais ou menos) tônico ou átono; a temporalidade pode ser (mais ou menos) longa ou breve; e a espacialidade (mais ou menos) fechada ou aberta. O que funda um valor no campo de presença do sujeito é, necessariamente, a união entre uma medida intensa e um número extenso, ou seja, entre um dado sensível,

(estimado em termos de andamento e/ou de tonicidade) e um dado inteligível (mensurado em termos de espacialidade e/ou de temporalidade).

Ora, cabe salientar que, nos gráficos com que temos trabalhado e levando em conta o que está implicado na diferença entre os pontos de vista do narrador e do sujeito referido, o que sustenta os gráficos é sempre o ponto de vista do sujeito, não do narrador. Isso porque, conforme dissemos, apenas o narrador, valendo-se de uma perspectiva diacrônica acerca da subjetividade, separa a dimensão da intensidade nas duas partes que a compõem, andamento e tonicidade. Para o narrador (mas não para o sujeito referido por este), a baixa tonicidade sentida pela subjetividade contemporânea deve-se ao andamento célere que marca a contemporaneidade.

O ator do enunciado (segundo *crê* o narrador), por outro lado, mergulhado no quadro sincrônico em que é apenas um sujeito do vivido, não sente a perda de tonicidade *relacionando-a a um acréscimo de velocidade*. Ele sente uma perda de intensidade, simplesmente. Os objetos perdem força, aura nos termos de Benjamin, e não se nota um campo de presença sendo regido por um andamento mais célere. Se a velocidade que rege o campo de presença do sujeito lhe é constitutiva e, nesse sentido, corriqueira, pode-se dizer que a perda da aura, da força cifrada nos objetos embala uma diminuição de intensidade como um todo. Assim, para o sujeito analisado, é a dimensão sensível — toda ela — que se reduz, e não apenas sua parte que respeita à tonicidade.

Tudo isso para explicar que, quando expomos, como no último gráfico apresentado, a intensidade no eixo vertical, é o ponto de vista do sujeito referido (segundo a crença do analista) que está em jogo. O narrador, na medida em que, numa perspectiva diacrônica, apresenta a perda de tonicidade *em função* de um andamento célere que é marca da cena contemporânea, talvez demandasse um gráfico distinto, em que apenas a tonicidade ocuparia o eixo vertical. Vejamos:

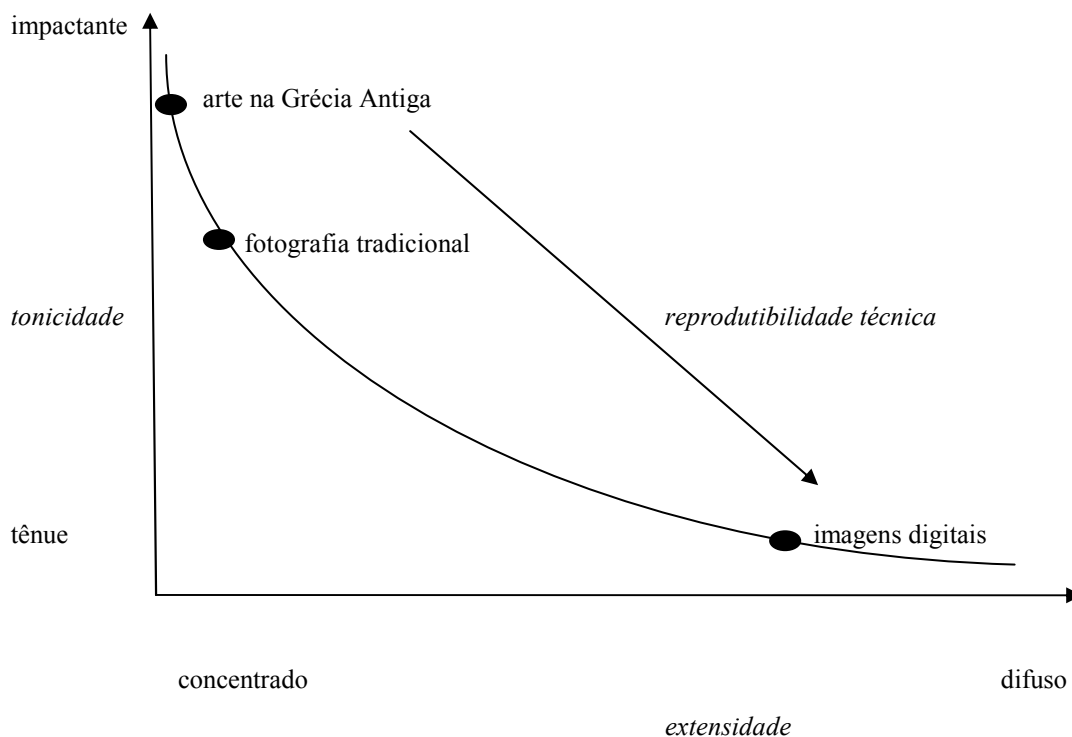


Gráfico 6: proposta tensiva para diferentes objetos; ponto de vista do narrador. Fonte: adaptação nossa, a partir de Zilberberg (1999, p. 31) e Benjamin (2012).

Benjamin está tocando num ponto nodal de nossa pesquisa, o qual é reforçado, de diferentes maneiras, por distintos caminhos de análise, em praticamente todo o *corpus* que acompanharemos. Como veremos no decorrer do trabalho, embora nem sempre a causa seja a reprodutibilidade técnica, vários autores reconhecerão sempre algo de *enfraquecido* na contemporaneidade. A causa varia, mas o efeito átono parece se configurar como um denominador comum, um ponto consensual entre aqueles que têm se debruçado sobre a individualidade de hoje.

Para Gabler (1999), por exemplo, esse movimento — que acompanharemos melhor mais adiante — em direção a uma arquitetura de significação que se destaca pelos valores *enfraquecidos* nela contidos, diz respeito sobretudo a um amplo processo de *entretenimento* que, cuidadosamente apresentado pelo pesquisador, se desenvolveu nos Estados Unidos a partir do início do século XX e se alastrou pelo Ocidente como um todo. Para pensadores como Lipovetsky (2005) e Bauman (1998, 2001, 2004), em que pesem as diferenças entre eles, seria a sociedade do consumo que acabou por tornar

toda a sorte de objetos (não só bens de consumo, queremos dizer), um tanto descartáveis — porque átonos. Variam, desse modo, as justificativas para a atonia, mas esta parece bastante consensual enquanto traço distintivo da subjetividade. Independentemente da causa — seja o entretenimento defendido por Gabler, seja a reprodutibilidade técnica apontada por Benjamin etc. —, o sujeito acabaria por inscrever nos objetos à sua volta uma cifra enfraquecida, de tal modo que a *forma de percepção* (retomando a expressão de Benjamin, utilizada anteriormente) do sujeito se altera. Alterando-se esta forma de percepção, dizia-nos o filósofo, move-se também seu *modo de existência*, o *ser* do sujeito. Aliás, para uma teoria de raiz estruturalista, a exemplo da semiótica que nos guia, isto soa bastante coerente: se o sujeito só se define por relação ao objeto com que se relaciona (e vice-versa), uma vez alterada a cifra de tonicidade inscrita, percebida no objeto, o próprio sujeito, seu modo de existência também será reconfigurado.

Walter Benjamin, salvo melhor juízo, seria o primeiro a constatar, ao menos com tamanho estofo argumentativo, a relação da reprodutibilidade técnica e com a perda da aura dos objetos. Mesmo tendo escrito muitas décadas atrás, parece-nos que este seu *insight* apenas foi reiteradamente entoado, decerto em novos timbres, de sua época em diante. Tanto é assim que mesmo uma pesquisadora como Kehl (2015), atenta à subjetividade já de nosso século XXI, não parece ir de encontro às considerações benjaminianas; muito pelo contrário, complementa-as, enriquece-as.

Em sua obra *O tempo e o cão*, Kehl (2015) propõe *grosso modo* que a *atualidade das depressões* — subtítulo do livro — estaria ligada diretamente a uma incompatibilidade entre dois regimes temporais que, hoje em dia, entram numa relação conflitual: de um lado, um tempo rápido demais exigido do sujeito; de outro, o tempo excessivamente lento do depressivo, dado justamente como resposta à rapidez que lhe é cobrada. A "experiência do tempo, que na contemporaneidade praticamente se resume à experiência da velocidade", explicaria em boa medida o estado do depressivo, "arrancado de sua temporalidade singular; daí sua lentidão, tão incompreensível e irritante para os que convivem com ele" (KEHL, 2015, p. 18). Não nos interessam nesta pesquisa as questões psicanalíticas: tentaremos, na medida do possível, aparar as arestas teóricas específicas de cada área a partir da qual falam os pesquisadores (psicanálise, filosofia, sociologia), a fim de entender o que há de generalizável, por uma teoria da significação humana, em suas respectivas observações. O que destacamos, portanto, nas palavras da psicanalista é "a questão do sujeito com o tempo" (p. 18), a qual, sendo

capaz de explicar em grande parte a impressionante frequência das depressões, aclara também — eis nosso interesse — a configuração da individualidade contemporânea em geral.

Um dos pontos que a psicanalista traz à baila — dentro da questão que lhe interessa mais de perto, envolvendo temporalidade e depressão — é a relação que ela estabelece entre aquilo que temos chamado de andamento e de tonicidade. Quando assinala que "o homem contemporâneo vive tão completamente imerso na temporalidade urgente dos relógios de máxima precisão, [...] que já não é possível conceber outras formas de estar no mundo que não sejam as da pressa e da velocidade" (KEHL, 2015, p. 123), ela está chamando atenção para o andamento rápido ("pura pressa") que rege o sujeito na atualidade. Em seguida, ao afirmar que "é evidente que algo do valor da vida se perde quando o tempo, matéria do vivido, passa a ser tributário dos instrumentos científicos criados para sua medição" (p. 124), está, à sua maneira, enxergando uma perda de tonicidade ("algo do valor da vida se perde") a partir do momento em que o homem começa a mergulhar numa "nova forma de temporalidade" (p. 124) — uma temporalidade mais breve, dado que regida por um andamento mais rápido, conforme veremos no próximo item.

Não gostaríamos de parecer excessivamente repetitivos, mas ao mesmo tempo não nos sentimos confortáveis para deixar de acompanhar alguns dos pesquisadores que, cada qual à sua maneira, cada um se valendo de suas próprias metáforas, convergem como que tateando uma mesma conclusão acerca da individualidade hoje. Não que, para constatar tal efeito de fraqueza em quase tudo o que nos cerca, fosse preciso recorrer aos discursos científicos de que nos valem aqui — bastaria olhar para o lado, assumindo praticamente qualquer evento cotidiano como um *texto*, para constatar o que os pesquisadores que temos acompanhado também enxergam —, mas esse empenho em sermos mais exaustivos quanto ao uso de nosso *corpus* talvez confira mais credibilidade à análise.

Toda a vasta obra deixada por Zigmunt Bauman, em que ele defende a existência de uma *modernidade líquida* como definidora de nossa contemporaneidade, é atravessada por um caractere de enfraquecimento que se atrela aos objetos com que os sujeitos se relacionam. Tal atonia, no entanto, não é, na maior parte das vezes, reconhecida como algo negativo pelo sujeitos — segundo o narrador baumaniano. A

crítica, aliás muitas vezes contundente, que Bauman (1998, 2001, 2004) faz à nossa contemporaneidade permaneceria apenas vinculada ao próprio sociólogo ou, sendo mais fiéis à teoria que nos ampara, a seu narrador, mas essa avaliação não seria, a princípio, chancelada pelos sujeitos *de que o sociólogo fala*. Noutras palavras, os sujeitos contemporâneos, os *personagens*, por assim dizer, apresentados nos ensaios de Bauman, muito mais que lamentarem a perda da aura dos objetos (Benjamin), muito mais que cotejarem a atualidade das depressões com a configuração tensiva hoje vigente (Kehl), gozam tanto quanto possível das benesses de uma configuração que prima pela tenuidade e difusão. A partir do momento em que intervém alguma crítica ou algum alerta do narrador, o contentamento vivido pelos sujeitos ganha, então, ares de *mentira*: o que *parece* fascinante (aos olhos dos sujeitos de que o narrador fala) *não o é* exatamente (aos olhos do narrador). A estrutura abaixo ajuda a entender os efeitos de sentido resultantes das diferentes combinatórias entre parecer e ser:

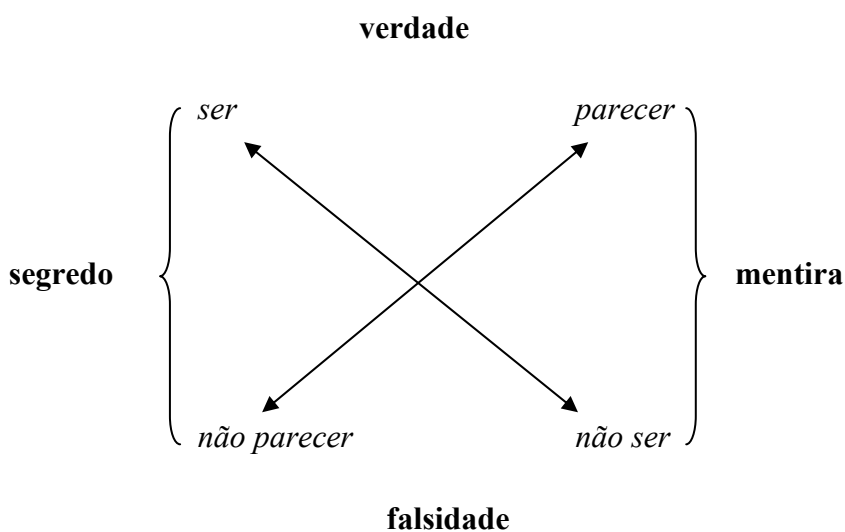


Gráfico 7: Quadrado semiótico das categorias veridictórias. Fonte: Greimas; Courtés, 2012, p. 532).

A combinação entre *parecer* e *não ser*, como se pode ver, cria um efeito de mentira ou de ilusão, como se preferir chamar. Neste polo estariam os alertas feitos pelo narrador de Bauman, ao passo que, para aqueles sujeitos de que ele trata, a relação estaria no eixo da verdade: o arranjo átono e difuso *parece e é* positivo, parece e traz inúmeras vantagens, enfim.

Comparemos, nesse sentido, os dois trechos que seguem:

Um número crescente de homens e mulheres pós-modernos [...] acham a *infixidez de sua situação suficientemente atrativa* para prevalecer sobre a aflição da incerteza. Deleitam-se na busca de novas e ainda não apreciadas experiências [...] de um modo geral, *a qualquer fixação* de compromisso, *preferem ter as opções abertas*. Nessa mudança de disposição, são ajudados e favorecidos por um mercado inteiramente organizado em torno da procura do consumidor e vigorosamente interessado em manter essa procura permanentemente insatisfeita [...] (BAUMAN, 1998, p. 22-23, grifos nossos)

Nossas lutas pela vida, ao contrário, se dissolvem, naquela *insustentável leveza do ser...* Nunca sabemos, ao certo, quando rir e quando chorar. E mal há um momento, na vida, para se dizer sem escuras premonições: "Tive êxito" (BAUMAN, 1998, p. 111, grifos do autor).

O primeiro excerto marca o ponto de vista dos sujeitos *de que Bauman trata*. São eles, "homens e mulheres pós-modernos", que valorizam positivamente sua própria localização na área dos valores de universo, de acordo com o que propusemos pouco acima. A *infixidez*, tão cara a estes sujeitos, derivaria do arranjo difuso e átono, típico mesmo dos valores de universo.

Notemos, porém, no segundo trecho, que, quando o próprio narrador passa a se incluir entre os sujeitos ("*nossas lutas*"), a avaliação muda de feição, de tal modo que, para o mesmo arranjo, igualmente reconhecido como difuso ("*nossas lutas pela vida [...] se dissolvem*"), a tal *infixidez* passa a receber uma rubrica de lamentação: "Nunca sabemos, ao certo, quando rir e quando chorar". Mais uma vez, como se vê, a fronteira entre os pontos de vista do narrador e do sujeito referido separa dois arranjos de sentido bastante distintos.

Dessa maneira, para os "coletores de sensações ou colecionadores de experiências [...]" (BAUMAN, 1998, p. 43), há uma preocupação maior "com a flexibilidade e a abertura, mais do que com a fixidez e o autofechamento". Os sujeitos valorizam, portanto, mais a aparente vastidão libertadora dos valores de universo do que a concentração ("*fixidez e autofechamento*") — a seu olhos limitadora — dos valores de absoluto.

O sociólogo polonês apresenta então a figura do *turista* como emblemática da individualidade. A analogia se justifica na medida em que o turista, podendo se dar o

privilégio de não se *concentrar* em nenhum objeto específico, pode com isso transitar livremente de um objeto a outro, de um espaço a outro, até que o potencial de prazer inscrito nesse objeto seja consumido. "Os turistas [...] são os mestres supremos da arte de *misturar os sólidos e desprender o fixo*" (BAUMAN, 1998, p. 114, grifos nossos). Com efeito, uma vez que, nessa zona difusa da significação, os valores são *tênues*, pode-se mudar *levemente* o percurso até então empreendido, de tal modo que eles, turistas,

[...] podem sair de novo a caminho, de uma hora para outra logo que as coisas ameaçam escapar ao controle, ou quando seu potencial de diversão parece ter-se exaurido, ou quando aventuras ainda mais excitantes acenam de longe. O nome do jogo é mobilidade [...]. A essa aptidão os turistas dão o nome de liberdade, autonomia ou independência, e prezam isto mais do que qualquer outra coisa. (BAUMAN, 1998, p. 114)

Importa notar que a atonia, tão desvalorizada por Benjamin (2012) e por Kehl (2015), é aqui valorizada pelos sujeitos, de acordo com o pensamento de Bauman. Este mesmo, na linha do que dissemos anteriormente, não chancela a avaliação positiva de seus "personagens", de tal maneira que são *eles* — e não o narrador-analista — que "dão o nome de liberdade, autonomia ou independência" a essa configuração. Em resumo, mudar a chave dos valores de absoluto para os valores de universo parece ser uma característica da contemporaneidade.

É a tenuidade inscrita nos objetos que, com efeito, põe os "turistas" num arranjo mais difuso, menos concentrado ou, simplesmente, retomando a citação acima, mais *libertador*. Se estivessem lidando com valores mais impactantes, estariam, por via de consequência, mais concentrados nestes valores — e limitados por eles, segundo esta óptica. Observemos o trecho abaixo:

No jogo da vida dos homens e mulheres pós-modernos [...], a estratégia [...] é manter curto cada jogo — de modo que um jogo da vida sensatamente disputado requer a *desintegração de um jogo que tudo abarca, com prêmios enormes e dispendiosos, numa série de jogos estreitos e breves, que só os tenha pequenos e não demasiadamente preciosos* [...]

Manter o jogo curto significa tomar cuidado com os compromissos a longo prazo. (BAUMAN, 1998, p. 113)

Os valores muito grandiosos, impactantes, tônicos em nossa terminologia, por positivos que sejam ("prêmios enormes e dispendiosos"), são rechaçados pelos sujeitos contemporâneos: a concentração ("jogo que tudo abarca") que se associa aos objetos não compensa seu impacto. Prefere-se, assim, fragmentar ou, podemos dizer, *difundir* este jogo eminentemente concentrado "numa série de jogos estreitos e breves", que primam por valores tênues, átonos ("pequenos e não demasiadamente preciosos").

Em gráfico, poderíamos propor algo como:

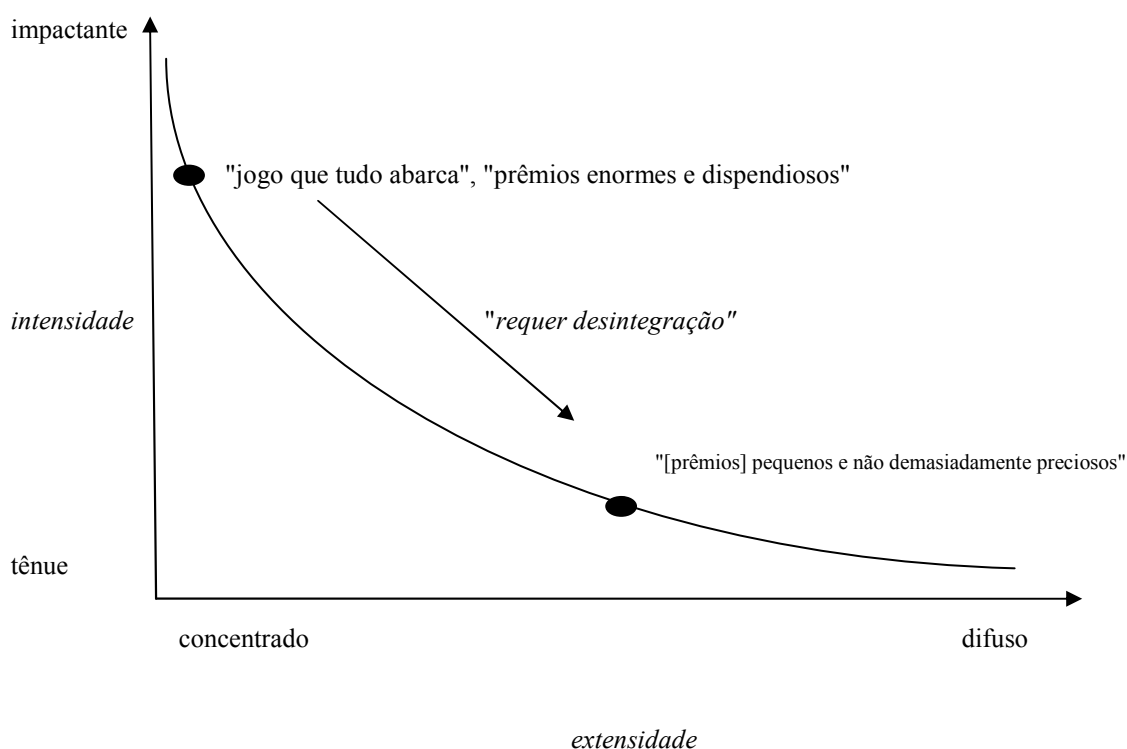


Gráfico 8: intensidade vs. transitoriedade. Fonte: elaboração nossa, a partir de Zilberberg (2011) e Bauman (1998).

A desintegração dos "prêmios enormes e dispendiosos" em outros "pequenos e não demasiadamente preciosos" ou, se preferirmos, a mudança de um arranjo em que figuravam objetos mais impactantes em direção a uma configuração mais difusa (mudança de um ponto a outro, indicada pela seta no gráfico acima) estaria, para o narrador, intrinsecamente associada a um acréscimo na *velocidade* pela qual os sujeitos

passaram a ser regidos, sobretudo do século XX em diante, quando se articulou e floresceu de fato uma sociedade de consumo. Trocando em miúdos, quanto maior for a velocidade de base pela qual o sujeito é regido na cena contemporânea, menor será a chance de que ele venha a se concentrar num único objeto significante. Ou, assumindo a outra face da mesma moeda, quanto maior for o andamento, maior será a chance de o sujeito voltar atenção para vários objetos simultaneamente — sem que nenhum deles receba uma cifra por demais tônica, o que acabaria por fazer o sujeito se concentrar em demasia num só ponto. Assim, quanto mais celeridade, menor será a chance de que um objeto *importe* para o sujeito de modo mais durativo. A rapidez favorece, dessa maneira, o trânsito, digamos, *leve* de um objeto para outro, de tal modo que cada um deles tende a ganhar contornos tênues, fragmentários ("pequenos e não demasiadamente preciosos").

É, no entanto, preciso sempre ter em vista que, quando destacamos, como no parágrafo anterior, a alta velocidade como elemento fundamental para se compreender algumas nuances da significação implicadas na contemporaneidade, trata-se de uma cifra de velocidade que é notada apenas pelo narrador-analista. Nota-se uma cifra de velocidade relatada pelo analista como articulada ao outro, o ele referido, que desempenha seus papéis actanciais e temáticos conforme narrativa feita pela enunciação enunciada. Isso porque para o sujeito ele mesmo, como já salientamos, ausenta-se essa, digamos, sensação de rapidez na medida em que ele é, de partida, inserido num campo de presença regido por tal velocidade. Esta, assim, *lhe* é constitutiva, o que significa dizer que é assumida como norma, como hábito, como rotina. Ora, um dos traços daquilo que nos é vivido como rotina é a baixa intensidade. O hábito nos é pouco afetante. Em termos semióticos, baixa intensidade é a síntese do que nos é átono (fraco, com baixa força, baixo impacto) e lento.

Compreende-se melhor, desse modo, que a celeridade, sendo para o sujeito constitutiva, parece-lhe lenta — conforme o relato do narrador. Não há, portanto, para o sujeito — exceto se ele, afastando-se do quadro sincrônico em que está inserido e no qual é apenas um sujeito do vivido, puder observar-se, à distância, enquanto alguém que analisa seu estado de vivente —, um elo diacrônico em função do qual ele capte a cifra de rapidez que o distingue enquanto homem contemporâneo. Assim, sem elo comparativo, o que é avaliado como rápido pelo narrador não passa de hábito, de norma — aos olhos do sujeito. Em suma, não parece receber do sujeito ele mesmo uma rubrica

de rapidez. Trata-se portanto de distinguir uma rapidez de base (vivida sincronicamente pelo sujeito e, por isso mesmo, não notada por ele) de uma celeridade (constatada diacronicamente apenas pelo analistas) que é marca da cena contemporânea. O andamento rápido, justamente por ser constitutivo da contemporaneidade, não pode ser percebido senão à distância, em diacronia, portanto.

Sem querer fazer nosso trabalho pender para um eixo teórico que não lhe diz respeito, entendemos que um conceito básico de física clássica pode ajudar a entender o que estamos propondo a esta altura. Tomemo-lo como analogia apenas. Quando se está viajando num avião a, por exemplo, 800 km/h, pode-se, em determinadas circunstâncias — por exemplo, ausência de nuvens que possam ser vistas pela janela, movimentação do avião em linha reta e sem variação de altura etc. — não se sentir tal velocidade, pois há, nesse caso, um *movimento a velocidade constante*. Já para alguém que está em solo e vê a aeronave sobrevoando sua casa — ou mesmo para o sujeito que está dentro do avião, mas que percebe que ele está a fazer uma pequena curva nos ares, ou que nota pela janela um lago, naturalmente parado, abaixo da aeronave — pode, sim, haver a percepção de que o avião está rápido. Trata-se neste caso do *movimento acelerado*. É nesse sentido que Brian Greene, em uma envolvente obra na qual apresenta ao público não especialista em Física as diferentes maneiras como esta ciência foi concebendo, desde Newton até os desdobramentos teóricos mais recentes, o espaço, o tempo e a realidade, afirma, ainda apresentando lições newtonias:

O movimento só tem significado em termos de uma relação: a velocidade de um objeto só pode ser especificada em relação à de outro objeto. Provavelmente você já teve essa experiência. Quando o trem em que você se encontra está ao lado de outro você percebe a existência de um movimento relativo entre eles, não se pode dizer de imediato qual dos dois trens está realmente movendo-se sobre os trilhos. Galileu descreveu esse efeito usando o meio de transporte de sua época, os barcos. Deixe cair uma moeda quando estiver em um barco que navega em águas serenas, disse ele, e ela chegará aos seus pés exatamente como se estivesse em terra firme [...].

Evidentemente, há circunstâncias em que o movimento parece intrínseco, quando você pode senti-lo e parece em condições de declarar que tem a certeza de estar se movendo [...]. Isso é o que acontece com o movimento *acelerado*, no qual a sua velocidade e/ou a sua direção sofrem alteração. Se o barco em que você está de repente dá uma guinada, diminui a velocidade, ou a aumenta, ou muda de direção [...], você sabe que está se movendo [...]. Quando o seu movimento é uniforme e segue uma trajetória reta e imutável — denominada *movimento a velocidade constante* —, você não o sente. (GREENE, 2005, p. 41-42, grifos do autor)

Queremos dizer que o movimento acelerado está para a percepção dos analistas que temos acompanhado assim como o movimento a velocidade constante está para a percepção que os sujeitos referidos possuem de seu próprio universo significante.

Voltemos agora à análise que vínhamos fazendo do texto de Bauman. Se, segundo o sociólogo, estamos diante de "um mercado inteiramente organizado em torno da procura do consumidor e vigorosamente interessado em manter essa procura permanentemente insatisfeita" (BAUMAN, 1998, p. 23), o andamento célere (notado apenas pelo narrador e vivido pelos sujeitos como identidade de partida) cumpre aqui uma função essencial, à medida que favorece a transitoriedade e a flexibilidade de um objeto a outro. Ao mesmo tempo, como já vimos, essa configuração agrada também aos próprios indivíduos contemporâneos, que a assumem como estratégia a ser perseguida ("*O eixo da estratégia de vida pós-moderna não é fazer a identidade deter-se — mas evitar que se fixe*", p. 114, grifos do autor). Nesse espírito, Baudrillard (2004, p. 62, grifos nossos), outro pesquisador que terá nossa atenção ao longo deste trabalho, fala em "*consumo* entusiasmado dessa *banalidade* alucinogênica", trecho em que vemos tanto o traço de atonia ("*banalidade*") quanto um indício do tipo de sociedade, voltada para o "consumo", que alimenta essa cifra enfraquecida. O consumo, para este pensador, figuraria então como motor que *faz ser* o estado vigente, que o mantém, que o radicala. Notemos ainda que, se o consumo é "entusiasmado", significa que os sujeitos que cumprem o fazer que lhes fora designado cumprem-no de bom grado. Tal como Bauman, a crítica mordaz se restringe ao narrador de Baudrillard, não parece se estender àqueles sujeitos de que ele fala, aos atores do enunciado, em metalinguagem semiótica. No fim das contas, como analistas do discurso, resta-nos apenas constatar que, se o destinatário cumpre de bom grado o fazer que o destinador (aquele que faz-fazer) dele espera, a persuasão — ou, em terminologia específica, a manipulação — foi bem-sucedida.

Assim como observamos, nas análises de Bauman, uma discrepância entre a maneira como o narrador enxerga o cenário da subjetividade atual e o modo como, segundo esse mesmo narrador, os próprios sujeitos analisados veem o fenômeno em curso, em Lipovetsky (2005) essa distinção também se aplica. Os momentos de desvalorização, de crítica mais ácida, os momentos que a semiótica chamaria de *disfóricos* em relação ao cenário atual sempre advêm da voz do narrador lipovetskiano, ao passo que os momentos mais euforizantes, isto é, avaliados positivamente, parecem

ser sempre cancelados apenas pelos sujeitos de que se fala. É o narrador, assim, que chama atenção para o "aumento da apatia de massa" (LIPOVETSKY, 2005, p. 19), que alerta, enveredando por observações de cunho psicológico e psicanalítico, para um "mal-estar difuso [...] um sentimento de vazio interior [...] uma incapacidade de sentir as coisas e as pessoas" (p. 56). É sob essa perspectiva, do narrador e não dos atores do enunciado, que surgem avaliações como a de que "os pacientes não sofrem mais de sintomas fixos, mas, sim, de perturbações vagas e difusas" (p. 56). Tais sintomas, característicos de nossa contemporaneidade, seriam bastante diferentes das neuroses clássicas do século XIX — histeria, fobias, obsessões —, as quais alimentaram a prática psicanalítica em sua primeira hora. Vai-se estabelecendo um contraste entre o narrador, que chama atenção para algo de preocupante circundando e configurando a subjetividade atual, e a cultura que os sujeitos eles mesmos parecem experimentar ("surgimento de uma cultura *cool* em que cada qual vive num *bunker* de indiferença", p. 56).

O ponto para o qual queremos chamar atenção aqui é que, se o momento contemporâneo repousa predominantemente numa área de valores átonos e difusos, isso é avaliado como positivo ou negativo a depender do ponto de vista assumido no texto. Se o ponto de vista é do narrador, nota-se algo de mais disforizante. Se a perspectiva é mais do sujeito analisado (segundo crença do narrador, única voz a que temos acesso), vem à tona um efeito mais euforizante. O modo como um mesmo conteúdo é valorizado — ou, em terminologia semiótica, axiologizado — varia ao longo da análise. Na citação que segue, parece-nos bastante clara a fronteira entre as duas vozes, estabelecida a partir da oração adversativa, que deflagra o ponto de vista dos sujeitos e não mais do narrador: "Deus morreu, as grandes aspirações se extinguem, mas *ninguém está dando a mínima importância*, eis a *alegre* [grifo nosso] notícia (p. 19, grifos do autor). A adjetivação final ("alegre") reforça o contraste entre os dois observadores implícitos na sentença, ironizando o segundo deles. Vão correndo paralela e sutilmente, então, dois fios de foria contrária — euforia vs. disforia — na análise de Lipovetsky e de vários outros pesquisadores que têm lugar em nosso *corpus*. De um lado, "indiferença pelos sentidos, uma ausência inelutável, uma estética fria" (p. 20); de outro, uma atonia taxada de modo bastante mais simpático ("apatia 'new-look'", 19). No fim das contas, o filósofo propõe uma espécie de apanhado geral do individualismo contemporâneo: "O homem *cool* não é nem o decadente pessimista de Nietzsche nem o trabalhador oprimido de Marx; ele se

parece mais com o telespectador tentando 'assistir' uns após outros aos programas noturnos ou com o consumidor enchendo seu carrinho [...]" (p. 24, grifos do autor). Falaremos melhor, mais à frente, sobre essa busca desenfreada por *fazer*, figurativizada em Lipovetsky pelo telespectador e pelo consumidor incansáveis. Aqui queríamos apenas apontar para o modo positivo ("*cool*") como o enfraquecimento é apresentado em alguns momentos do texto.

Voltemos à relação delineada pelos analistas, pondo em relação andamento, numa perspectiva diacrônica, e tonicidade. Baudrillard (2004, p. 60, grifos nossos) afirma em outro momento que "a última década [a obra foi publicada originalmente em 2001] assistiu a uma *aceleração extraordinária* desta *banalização do mundo*", ou ainda que estaríamos diante "duma sociedade toda inteira [*sic*] apanhada na *corrida* para a *insignificância* e embasbacada frente à sua própria *banalidade*" (2004, p. 41), frases em cujos grifos constatamos os mesmos vetores flagrados por Benjamin: velocidade elevada intrinsecamente ligada à baixa tonicidade. Embora nesta obra o pensador francês analise a princípio um livro, *best-seller* de confissões sexuais, e principalmente um *reality show* francês, *Loft Story*, "o universo televisual é apenas um detalhe holográfico da realidade global" (p. 21). Os objetos que ele analisa seriam, portanto, metonímias de um processo mais amplo em que se inscreve e se reconfigura a subjetividade contemporânea.

A passagem do terreno dos valores de absoluto em direção aos valores de universo, com tudo de positivo ou de negativo que possa ser elencado em cada uma das grandes áreas, também ressoa no pensamento de Lipovetsky (2005) em muitos momentos. Nesse sentido, a sociedade contemporânea se caracterizaria

[...] por uma tendência global a *reduzir as atitudes autoritárias e dirigidas* e, ao mesmo tempo aumentar a oportunidade das escolhas particulares, a *privilegiar a diversidade* e, atualmente, a oferecer fórmulas de 'programas independentes nos esportes, nas tecnologias psicanalíticas, no turismo, na moda casual, nas relações humanas e sexuais [...] a verdade da sociedade pós-moderna: *uma sociedade aberta e plural*. A vida sem imperativo categórico, a vida *kit* [grifo do autor] que pode ser modulada em função das motivações pessoais, a vida *flexível* na era das combinações, das opções e das fórmulas independentes é possível graças a uma oferta *infinita*; é assim que a sedução opera." (LIPOVETSKY, 2005, p. 3, grifos nossos)

Uma vez que não partem de uma teoria geral da significação humana — e têm toda a legitimidade para isso —, que apresenta uma metalinguagem específica, os autores que temos acompanhado acabam por lançar mão de diferentes expressões, por vezes metafóricas, para falar do que temos reconhecido como um só e mesmo fenômeno. Na citação acima, são as "atitudes autoritárias e dirigidas" que revestem, na superfície textual, os valores tônicos e concentrados para os quais já chamamos atenção, do mesmo modo que expressões como "privilegiar a diversidade", "sociedade aberta e plural", "infinita", "vida flexível", "vida sem imperativo categórico" dão concretude ao novo cenário tensivo que passou a vigor — mais difuso, átono e que por isso mesmo confere um maior efeito de autonomia a seus usuários. A combinação difusão-atonía favorece uma relação mais leve entre sujeito e objetos de valor com que ele trava uma relação conjuntiva (conjuntiva ou disjuntiva) qualquer. Daí a *flexibilidade* a que o autor se refere — sedutora, aliás, como ele finda por dizer. É a "sedução à la carte" (p. 2), resultado de um campo de significação em que a vastidão e a infinidade de escolhas diz respeito direto à reduzida força que os objetos assumem aos olhos do sujeito.

É nesse sentido que o pesquisador chega a dizer que, no cenário atual, "nada há de importante a dizer e, assim, tudo pode ser pintado sem inquietação e sem denúncia, com a mesma *leveza*" (LIPOVETSKY, 2005, p. 20, grifos nossos). Interessa notar aqui algo de tautológico em sua colocação: a ausência de algo "importante a dizer" — algo impactante, tônico, em nossos termos — se dá justamente devido à *leveza* — atonia, em metalinguagem semiótica — para a qual ele mesmo chama atenção. Se os objetos são átonos, não poderiam, obviamente, ao mesmo tempo ser tônicos, eis o que permanece um tanto implícito no trecho acima. E, sendo átonos os objetos, ganham conseqüentemente poder de dispersão.

Ambos os fenômenos, atonia e difusão, faces de uma mesma moeda, são captados por Lipovetsky, ainda que, evidentemente, sem que o filósofo os categorize nos moldes da gramática tensiva. Vejamos: de um lado, a difusão se traveste de "uma curiosidade *dispersa*, captada por tudo e por nada" (p. 22, grifos nossos), ajudando a entender também afirmações como a de que "vivemos um tempo em que as *oposições rígidas se esfumam*, em que as preponderâncias se tornam *fluidas* [...] uma preeminência cada vez maior dos sistemas *flexíveis e abertos* (p. 60, grifos nossos); de outro lado, como se em alguns momentos estivesse mais atento à atonia do que propriamente à correlata difusão figurativizada acima de diferentes modos, chama atenção para uma

"*indiferença* [...], indiferença por excesso e não por falta, por hiper-solicitação e não por privação. O que ainda consegue nos espantar ou escandalizar?" (p. 22, grifos nossos). Afirma também, nesse sentido, que "O momento [...] é muito mais do que uma moda: revela o processo da *indiferença pura* no qual todos os gostos conseguem coabitar sem se excluírem" (p. 23, grifos nossos). Tal indiferença parece-nos uma metáfora para tratar da atonia.

É interessante notar que, para combater essa atonia, tão lamentada pelos analistas, ou seja, para que os objetos que compõem o campo de presença do sujeito ganhassem em intensidade, uma das duas condições a seguir teriam de ser atendidas, a parece-nos. No que respeita ao andamento, seria preciso ou que a velocidade regente do campo de presença se acelerasse *ainda mais*, ou que houvesse, ao contrário, um movimento de desaceleração, de tal modo a retirar velocidade do campo.

A pergunta que pode ajudar a compreender o que está em pauta é: se, de acordo com os analistas que temos acompanhado, há uma aceleração que é marca da subjetividade contemporânea, e se, de acordo com os primados da gramática tensiva em que nos baseamos, uma alta velocidade deveria trazer *impacto* ao sujeito que é afetado por ela, por que então os sujeitos lidam com uma baixa intensidade, ou seja, por que eles são pouco afetados do ponto de vista sensível, a despeito da alta velocidade verificada pelos analistas? Parece haver uma incongruência aqui. A justificativa, a nosso ver, é que, uma vez que os sujeitos não sentem essa celeridade excessiva apontada pelos analistas — e não a sentem porque, voltando à analogia newtoniana que apresentamos anteriormente, os sujeitos *viajam a velocidade constante* —, seria preciso *acelerar ainda mais* para que a cifra de velocidade fosse enfim como acréscimo de intensidade, como um *assomo*. Outra possibilidade — que igualmente converteria a percepção de trajeto a velocidade constante em movimento acelerado — seria que houvesse não uma aceleração ainda maior, mas, ao contrário, uma *desaceleração*. Neste caso, o indivíduo tanto poderia se dar conta da alta celeridade que, sendo vivida como *norma*, não era sentida como acréscimo de intensidade; quanto poderia viabilizar uma maior *concentração*, por parte do sujeito, nos objetos que o circundam. Desacelerar implicaria, aqui, abrir a possibilidade de uma percepção mais *durativa* pautando a relação entre sujeito e objeto. Desse modo, um andamento mais lento encaminharia mais facilmente a permanência do sujeito na área dos valores de absoluto. A rapidez excessiva facilita o trânsito leve por diferentes objetos.

A questão é que não é fácil — nem sadio, complementariam os teóricos — acelerar o que já é rápido. Quem sabe por isso Maria Rita Kehl (2015, p. 142) argumente que "talvez seja necessário recuperar a lembrança das tardes de tédio, daquelas que só acontecem na infância". O que a psicanalista está de certo modo apontando é que, entre as duas maneiras através das quais se pode sair do "movimento a velocidade constante", trazendo com isso alguma maior percepção de impacto, isto é, entre acelerar o que já é de partida rápido, ou desacelerar, esta última parece a opção mais sensata. As tardes de tédio referidas pela autora possuem uma cifra de lentidão que contrasta com a "vivência do tempo agendado de manhã à noite que caracteriza o cotidiano das crianças contemporâneas como um permanente treino para a futura competição pelo mercado de trabalho" (p. 142). São essas tardes de tédio, essa "experiência do tempo ocioso" (p. 142) que Kehl sugere como uma alternativa para se, digamos, intensificar o vivido, ampliar a tonicidade cifrada nos objetos.

As duas faces que ajudam a compreender a mudança dos valores de absoluto em direção aos valores de universo vão pouco a pouco, também na análise de Lipovetsky (2005), sendo atreladas a um incremento de velocidade que tem regido cada vez mais o sujeito na contemporaneidade. Haveria, para o filósofo, uma "rapidez com que os acontecimentos veiculados pela mídia de massa se substituem, impedindo qualquer emoção duradoura" (p. 34), o que significa dizer que a alteração de um arranjo mais tônico e concentrado — que seria favorável à manutenção no campo de presença de algo mais durativo ("emoção duradoura") — em direção a um arranjo mais tênue e difuso — em que os objetos, frágeis que são, tendem de fato a não durar em demasia — está estreitamente ligada a um incremento no andamento pelo qual o sujeito é regido, segundo o ponto de vista do narrador. A celeridade elevada parece impedir que um dado objeto dure um tanto mais no campo de significação. Desse modo, compreende-se o que está em jogo quando ele afirma que, "com o universo [...] da publicidade, da mídia, a vida cotidiana e o indivíduo *não têm mais peso* próprio, anexados que estão pelo processo da moda e da obsolescência *acelerada*" (p. 85, grifos nossos). É o andamento veloz — notado pelo analista, mas sentido com a atonia típica dos movimentos a velocidade constante — que retira força, na medida em que impede a manutenção de um cenário impactante e concentrado. A alta velocidade que rege o campo de significação favorece, ao mesmo tempo, por outro lado, o surgimento e a manutenção de um arranjo tensivo leve, flexível, cuja "lei é a coexistência pacífica de contrastes" (p.

89). Esta lei parece ser a marca, o trunfo e, ao mesmo tempo, o calcanhar de Aquiles do arranjo tensivo que pauta a individualidade contemporânea.

Cabe notar, no fim das contas, que os pesquisadores que acompanhamos até aqui, cada um a seu modo, apresentam de certa maneira a alta velocidade como justificativa para a atonia que caracteriza o cenário contemporâneo. Ou seja, acabam por enxergar o que para a semiótica de Zilberberg (2011) seria um contrassenso: uma relação inversa entre andamento e tonicidade, de tal modo que, quanto maior for a velocidade pela qual o sujeito é regido, mais tênues parecerão os objetos no campo de significação. Parece-nos, no entanto, que, a despeito das tantas outras interpretações pertinentes apresentadas pelos teóricos, falta, nas análises que temos acompanhado, a percepção de que a atonia, corretamente reconhecida como marca da subjetividade contemporânea, não se deve ao andamento veloz que rege o campo de presença, mas, sim, à *normalidade* com que os sujeitos vivem sob tal andamento. Se nossa proposta tiver pertinência, é o fato de a celeridade ser assumida como *norma*, como *hábito* que responde pelo baixo impacto notado pelos analistas. Tudo aquilo que se converte em *rotina*, afinal, torna-se pouco afetante.

Gostaríamos de comentar o gráfico tensivo abaixo, apresentado precisamente assim por Zilberberg (2011, p. 90):

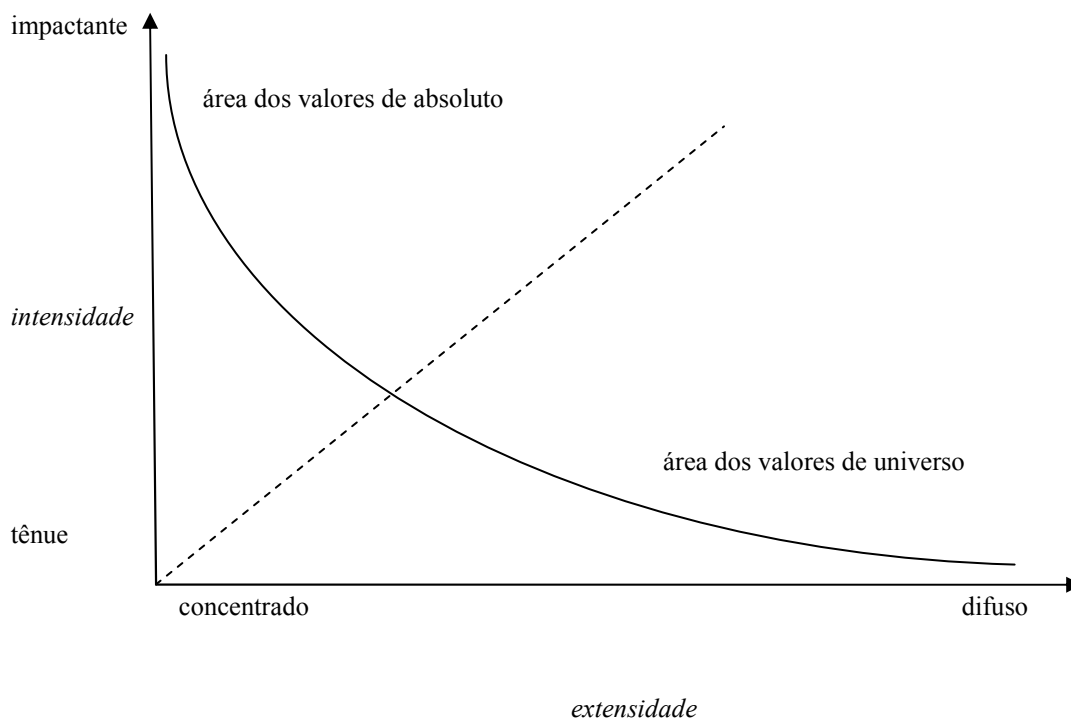


Gráfico 9: gráfico tensivo. Fonte: Zilberberg (2011, p. 90).

Como já dissemos anteriormente, subjaz a um gráfico como este, em que temos a dimensão da intensidade (e não apenas uma de suas subdimensões, andamento ou tonicidade) no eixo vertical, o ponto de vista do ator do enunciado (conforme crença do narrador). Se quisermos, por outro lado, apresentar em gráfico a relação inversa entre andamento e tonicidade defendida pelos analistas, precisaríamos separar a dimensão da intensidade — do sensível — nas duas partes que a compõem. Resultariam daí dois gráficos distintos. O primeiro deles poria em relação tonicidade e extensão; o segundo colocaria em relação andamento e extensão. Apresentemos os dois e comentemo-los em seguida:

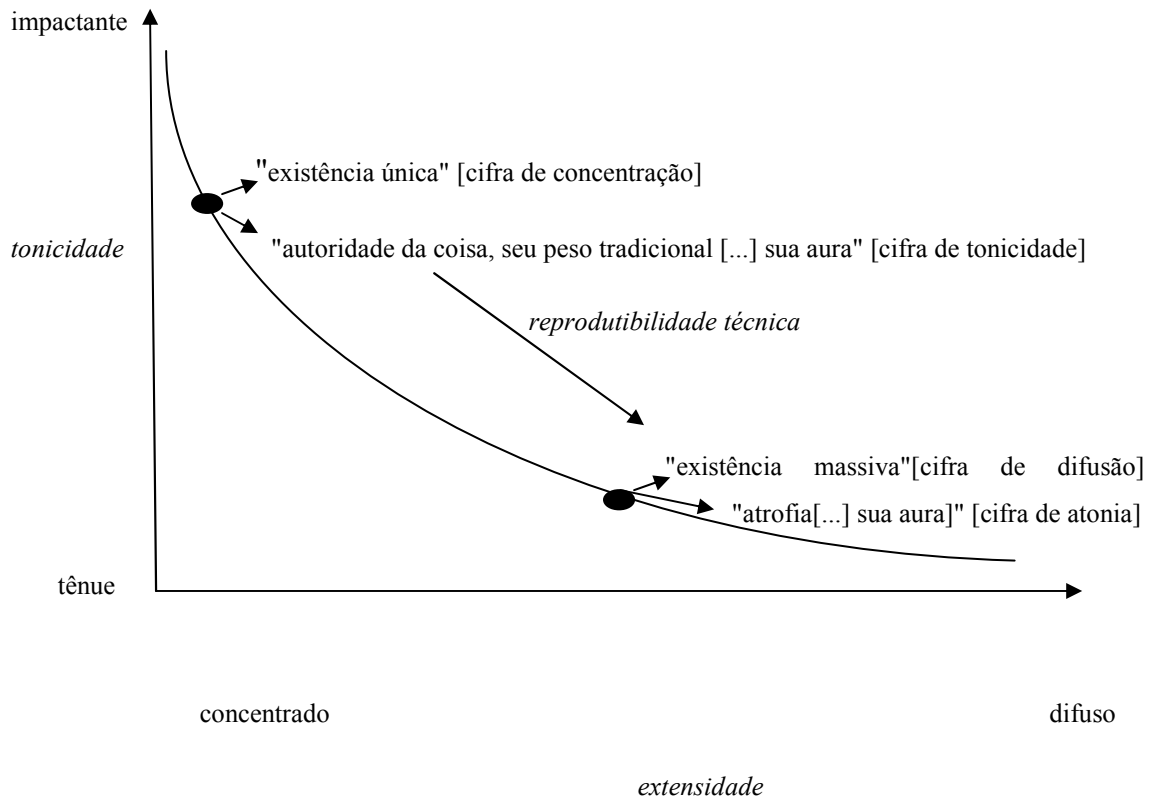


Gráfico 10: tonicidade vs. extensidade; ponto de vista do narrador. Fonte: elaboração nossa, a partir de Zilberberg (1999, 2011) e Benjamin (2012).

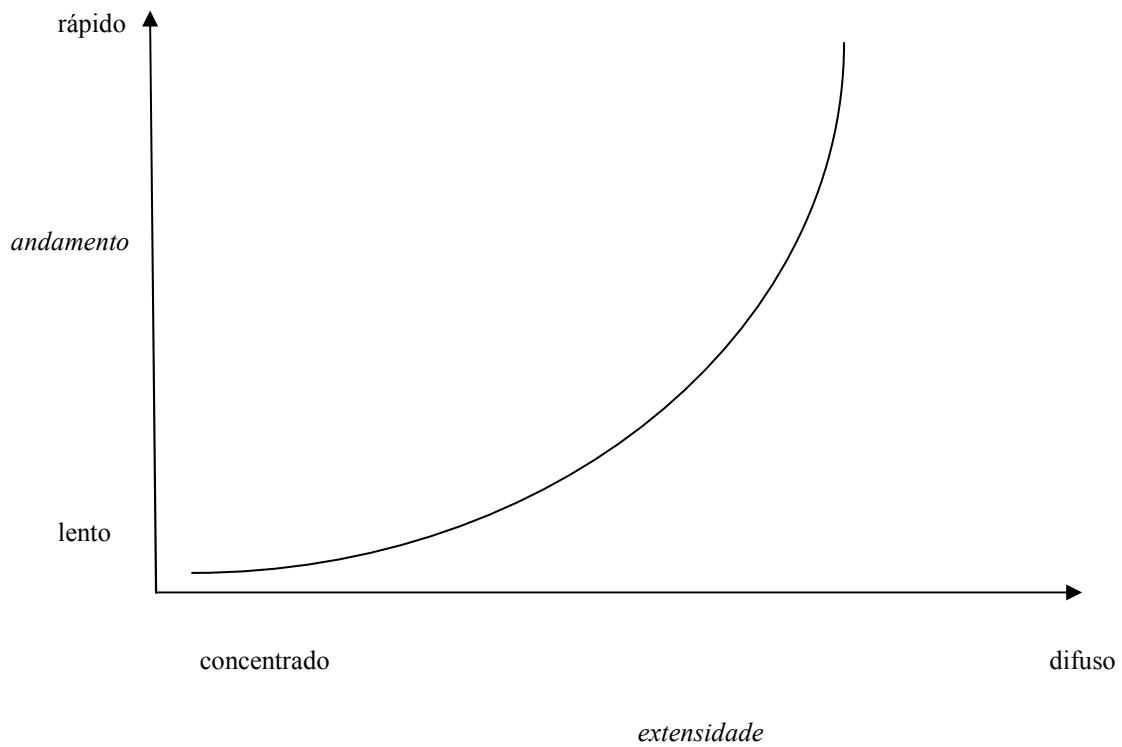


Gráfico 11: andamento vs. extensidade; ponto de vista do narrador. Fonte: elaboração nossa, a partir de Zilberberg (1999, 2011) e Benjamin (2012).

Já comentamos bastante o gráfico 10, constatando que os objetos se tornaram ao mesmo tempo menos tônicos e mais difusos, isto é, tornaram-se menos impactantes, porém, por isso mesmo, ganhando poder de dispersão. A relação junctiva entre sujeito e objeto tornou-se com isso mais *frágil* (se o ponto de vista assumido for o de alguém mais adepto dos valores de absoluto) ou mais *flexível* (adjetivo que já implicaria o ponto de vista de quem privilegia os valores de universo).

O gráfico 10 ajuda a compreender também quando os pesquisadores estão chamando mais atenção: 1) para a mudança que houve no eixo vertical, flagrando então uma mudança situada entre *impactante vs. ténue* — "indiferença pura" (LIPOVETSKY), "banalização do mundo" (BAUDRILLARD), "atrofia sua aura" (BENJAMIN), "algo do valor da vida se perde" (KEHL) são todas expressões que revestem, em superfície, essa alteração no eixo vertical, da tonicidade; e 2) quando os mesmos estudiosos notam as implicações que o cenário contemporâneo trouxe no eixo horizontal, polarizado entre *concentrado vs. difuso*: é nesse aspecto preciso de análise que se situariam expressões como "existência massiva" (BENJAMIN), "sistemas flexíveis e abertos", "vidas flexíveis" (LIPOVETSKY), "infixidez de sua situação" (BAUMAN) etc.

Vimos também que essa mudança de cifras tônicas e concentradas em direção a um arranjo mais ténue e difuso justifica-se, aos olhos do narrador, pelo aumento da velocidade, a qual se traveste em nosso *corpus* seja de "obsolescência acelerada" (LIPOVETSKY), seja de reprodutibilidade técnica (BENJAMIN) etc. Estabelece-se, então, para o analista que observa o fenômeno diacronicamente, uma relação inversa entre andamento e tonicidade: se houver uma diminuição do impacto dos objetos, significa que houve um acréscimo de velocidade. Isso implica, conforme se vê no gráfico 11, em que se põe em relação andamento e extensidade, uma curva oposta à do gráfico 10. Quanto mais se ampliou a velocidade que rege o campo de significação, mais difusos os objetos parecem ser — e mais átonos, embora isso não esteja explícito neste gráfico. De igual modo, quanto mais lentidão, maior será o efeito de concentração cifrado nos objetos.

Dessa maneira, compreende-se melhor esta colocação de Kehl (2015, p. 162): "*a experiência é incompatível tanto com a temporalidade veloz quanto com a sobrecarga de solicitações que recaem sobre a consciência*". A *experiência* a que a psicanalista se refere é aquela referida por Walter Benjamin, no célebre ensaio "Experiência e pobreza" (BENJAMIN, 2012, p. 123-128). Neste escrito, o filósofo alemão, em linha argumentativa bastante próxima da que analisamos em "A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica", defende a tese de que a contemporaneidade, que ele via nascer no início do século XX, minou a capacidade, milenarmente cultivada pelas coletividades humanas, de o indivíduo adquirir um saber que lhe era transmitido através das narrativas orais que lhe eram apresentadas. Estas eram responsáveis pela transmissão de um saber que, fazendo parte da vida coletiva, incorporava-se a cada um dos indivíduos. O ato de transmissão da história contada e sua consequente incorporação à vida dos indivíduos confunde-se com a própria aquisição de uma experiência. Esta, em Benjamin, importando e funcionando como guia na vida dos sujeitos, é *tônica* por excelência.

Neste capítulo, procuramos destacar o duplo movimento de atonia e de difusão que parece caracterizar a subjetividade contemporânea, segundo os analistas que temos acompanhado. Este arranjo pode ser resumido pelo que a semiótica denomina de valores de universo, área da significação em que os objetos com que o sujeito se relaciona serão tênues, no plano sensível, e parecerão, ao mesmo tempo, difusos, no eixo inteligível. A despeito das razões por que teria havido essa mudança dos valores de absoluto — área da significação em que se combina um traço impactante, no eixo sensível, e uma feição mais concentrada, no plano inteligível — em direção aos ditos valores de universo, parece haver um relativo consenso no que tange à alteração propriamente. Assim, se Benjamin associa essa mudança à possibilidade que passou a existir de se reproduzir tecnicamente uma obra, Bauman e Lipovetsky, para retomarmos apenas estes dois, já associam a mudança à sociedade de consumo que ganhou maior força no decorrer do século XX. De toda maneira, também vimos que, sob o ponto de vista dos narradores-analistas (e não dos sujeitos analisados), há uma relativa concordância quanto à cifra de rapidez que radica a mudança dos valores de absoluto para uma dominância, na contemporaneidade, dos valores de universo. Seria então o andamento rápido — ora travestido pela capacidade de se reproduzir tecnicamente uma obra, ora revestido figurativamente pelos hábitos apressados da sociedade de consumo — que responderia

pela saída de valores predominantemente impactantes e concentrados em direção àqueles tênues e difusos. Acrescentamos, no entanto, algum tempero às análises observadas: em lugar de justificarmos a atonia característica da contemporaneidade em função do andamento rápido que rege o campo de presença do sujeito — o que, trocando em miúdos, significaria defender uma relação inversa entre andamento e tonicidade —, consideramos mais coerente justificar a atonia em razão de uma celeridade alta, sim, mas que é vivida pelo sujeito como habitual. Resultaria daí, a nosso juízo, o pouco impacto reconhecido no cenário atual.

2.2. TEMPORALIDADE

No item anterior tratamos principalmente do movimento, que parece marcar a contemporaneidade, da área dos valores de absoluto em direção à área dos valores de universo, de acordo com os termos da gramática tensiva proposta por Zilberberg (2011). Além disso, foi também central a distinção que verificamos entre os pontos de vista dos analistas e dos sujeitos a que eles se referem (segundo simulacro criado pelo narrador). Os primeiros parecem enxergar, nesse sentido, um acréscimo da velocidade regente do campo de presença como marca da subjetividade atual. A atonia — cifrada nos objetos que circundam os sujeitos e apontada como mais um caractere da individualidade atual — seria justificada na esteira desse andamento rápido demais. Os indivíduos, por outro lado, inseridos de partida na cena que temos observado, lidam, a nosso ver, com essa celeridade como hábito, como regra. Não notam, assim, a rapidez acusada pelos analistas. Não há, enfim, para os sujeitos, esse andamento rápido. Isso é fundamental para compreender o movimento em direção aos valores de universo: se houvesse, aos olhos dos sujeitos, um andamento veloz, como se poderia estar numa zona da significação de reduzida intensidade? O que ocorre então é que a tenuidade que os sujeitos parecem enxergar nos objetos decorre, na verdade, da habitualidade com que vivem o andamento notado pelos teóricos.

Segundo o esquematismo tensivo, andamento e tonicidade compõem o eixo sensível, denominado de intensidade, ao passo que temporalidade e espacialidade apresentam-se como as duas subdimensões que compõem a dimensão inteligível,

chamada tecnicamente de extensidade. Temporalidade (breve ou longa) e espacialidade (aberta ou fechada), assim, conferem contornos inteligíveis às medidas afetivas de andamento e de tonicidade. A significação nasce necessariamente da tensão — daí a proposta de uma semiótica *tensiva* — entre uma medida intensa e um número extenso, isto é, entre um dado sensível e um inteligível. Nesta parte do trabalho observaremos sobretudo a subdimensão da temporalidade, isto é, verificaremos de que modo ela parece se configurar na contemporaneidade, que traços ele assume, que efeitos de sentido revela.

Importa notar que não é de nosso interesse refletir sobre o tempo enquanto categoria filosófica, tampouco faremos uma retomada diacrônica das diferentes concepções de tempo que moldaram as diferentes sociedades. Importa-nos apenas observar o tempo tal como já discursivizado em nosso *corpus*, isto é, já transposto numa estrutura de significação. O tempo enquanto efeito de sentido apreensível em nossos textos. Trata-se portanto de uma observação, de uma análise discursiva, não de uma especulação filosófica acerca desta categoria.

Assim, assumiremos, de partida, na linha do que aponta Agamben (2007, p. 129), que, se "cada concepção da história vai sempre acompanhada de uma determinada experiência de tempo que está implícita nela, que a condiciona e que precisamente se trata de esclarecer", a contemporaneidade também traz consigo algum rearranjo temporal que tentaremos explicitar. Agamben (2007, p. 129) afirma ainda que "cada cultura é antes de tudo uma experiência de tempo e não é possível uma nova cultura sem uma modificação dessa experiência". Assim, não nos interessará a relação entre os momentos históricos que nos precederam e o arranjo temporal que os definia. Se os analistas que temos acompanhando, independentemente do nome que proponham — pós-modernidade, modernidade líquida, sobremodernidade etc. — afirmam que estamos diante de algo novo, de uma nova cultura, implica-se uma nova temporalidade, eis o alerta do filósofo italiano.

A obra *O tempo e o cão*, de Maria Rita Kehl (2015), parece-nos mais uma vez um bom ponto de partida para a discussão que nos ocupa a esta altura. Embora o objetivo principal, ou ao menos o que se apresenta como mais tangível, seja defender que *a atualidade das depressões*, subtítulo da obra, diz respeito a um, digamos, desajuste temporal, no sentido de que o tempo excessivamente lento do depressivo pode

ser interpretado como uma resposta, de certo modo previsível, ao tempo rápido demais demandado pelo Outro, o caminho que leva a essa conclusão mais abrangente deixa pegadas valiosas para quem, como nós, pretende compreender melhor as nuances temporais inerentes à individualidade hoje.

Nesse sentido, Kehl (2015) inicialmente aproveita os três tempos apresentados no ensaio "O tempo lógico", escrito por Lacan (1998, p 197-213) em 1945, que ajudam a compreender o momento em que um sujeito qualquer se assenhora, se apodera de um saber que até então se resguardara em seu inconsciente, segundo os pressupostos da psicanálise. Este processo, por meio do qual se toma consciência de um saber que até então se mantinha latente, é, evidentemente, muito caro a um processo psicanalítico — mas também à significação em geral, como veremos — , pois traz à tona uma "certeza do sujeito sobre si mesmo" (KEHL, 2015, p. 114).

Os tais tempos são o *instante de ver*, o *tempo para compreender* e o *momento de concluir*. Transpondo semioticamente, podemos dizer, *grosso modo*, que o primeiro marca, do ponto de vista narrativo, o reconhecimento, por parte do sujeito, de um estado inicial qualquer. O terceiro, momento de concluir, diz respeito a algum tipo de ação, algum gesto sancionador, alguma providência enfim, seja de ordem cognitiva seja pragmática, que o sujeito exerce. Esses dois momentos são instantâneos, pontuais ou, em termos mais cerradamente semióticos, intensos (HJELMSLEV, 1971, p. 171-184). Já o segundo, *momento de compreender*, distingue-se como o único que "supõe a duração de um *tempo de meditação*" (LACAN, 1998, p. 195, grifos do autor) necessário para a conclusão que se sucede. "A *duração* seria assim uma das condições necessárias para a produção do instante [de conclusão], sem a qual o sujeito conclui sem compreender e reduz sua escolha a uma precipitação inconsequente" (KEHL, 2015, p. 115, grifo da autora). O primeiro seria, como se vê, em termos aspectuais, incoativo; o segundo, durativo; e o terceiro, terminativo. Deixando de lado as especificidades da psicanálise, que não nos interessam nesta pesquisa, o que nos importa é notar que, segundo a psicanalista brasileira, é justamente a subtração deste momento durativo que distingue nossa contemporaneidade — e que favorece os quadros frequentes de depressão, dentro da conclusão mais estritamente psicanalítica a que chega a autora.

Tudo se passa como se "a experiência do tempo, que na contemporaneidade praticamente se resume à experiência da velocidade" (p. 17), inviabilizasse o êxito do

momento de compreender, já que este definitivamente não pode ser apressado pelas demandas de outrem. A letargia tão característica do depressivo seria uma resposta de quem "foi arrancado de sua temporalidade singular; daí sua lentidão, tão incompreensível e irritante para os que convivem com ele" (p. 18). Semioticamente, o que está em jogo no *momento de compreender*, assim nos parece, é uma aquisição de saber calcada num andamento que não pode ser definido senão pelo próprio sujeito. Acelerar ou suprimir esta etapa do processo psicanalítico — e do processo de significação, de modo mais amplo — acaba por impedir que o sujeito adquira um saber necessário para a etapa posterior, de conclusão. Importante destacar que a duração implicada nessa etapa sequer pode ser quantificada, definida *a priori*, segundo Lacan. A fábula abaixo, assinada por Calvino (1990, p. 67) e reproduzida por Kehl (2015), ilustra bem o fato de que apenas o próprio sujeito, tendo autonomia para definir o andamento com que pode/sabe vivenciar algo, pode passar a contento pelo tal *momento de compreender*:

Entre as múltiplas virtudes de Chuang-Tsê estava a habilidade para desenhar. O rei pediu-lhe que desenhasse um caranguejo. Chuang-Tsê disse que para fazê-lo precisava de cinco anos e uma casa com doze empregados. Passados os cinco anos, não havia sequer começado o desenho. "Preciso de outros cinco anos", disse Chuang-Tsê. O rei concordou. Ao completar-se o décimo ano, Chuang-Tsê pegou o pincel e num instante, com um único gesto, desenhou um caranguejo, o mais perfeito caranguejo que já se viu. (CALVINO, 1990, p. 67)

A psicanalista brasileira argumenta, dentro da linha de raciocínio que vínhamos traçando, que, suprimida ou acelerada essa etapa intermediária, o sujeito passa a agir ou a concluir como que a esmo, praticamente saltando do instante de ver para o momento de concluir. Surge daí uma concepção de tempo específica, que tem predominado na atualidade, como se pode notar a partir do trecho abaixo:

O homem contemporâneo vive tão completamente imerso na temporalidade urgente dos relógios de máxima precisão [...], que já não é possível conceber outras formas de estar no mundo que não sejam as da velocidade e da pressa.

São escassas as ocasiões que nos permitem outras formas de vivenciar os ritmos do corpo e os estados da mente que não os das sensações fugazes, das percepções e das decisões instantâneas. Em tais condições, sofre-se a falta do

'tempo de compreender', a partir do qual o sujeito [...] pode emergir como sujeito de um saber sobre si mesmo. (KEHL, 2015, p. 123).

Incapaz, impossibilitado de vivenciar, em seu próprio ritmo, a duração que o colocaria em conjunção com um saber, o sujeito acaba — quando não se deprimindo — sendo regido pelo andamento rápido que lhe é demandado, isto é, sendo levado pela "temporalidade urgente dos relógios de máxima precisão". Com isso, o sujeito vai apenas saltando de uma sensação a outra, de um instante a outro, incapaz de conectar esses instantes num mesmo fio temporal, num mesmo elo identitário. Age sem saber, conclui sem entender, mergulhado que está no modo que lhe é exigido para estar no mundo — formas "da velocidade e da pressa". Aliás, a inserção do sujeito na zona dos valores de universo, tipicamente *difusa* e que comentamos na seção anterior, ajuda aqui a compreender o ar *blasé*, pouco ciente dos fazeres que vai cumprindo. Noutras palavras, a alta celeridade parece abalar as condições modais — querer, dever, saber e poder — requeridas pelo momento de compreender. O que a psicanalista não chega a dizer com todas as letras, mas que a gramática de Zilberberg (2011) pode ajudar a explicitar, é que essa temporalidade urgente é já fruto do andamento rápido pelo qual o sujeito é regido. Esta, no entanto, lembremos sempre, é uma colocação tão somente da analista, não percebida, não endossada pelo sujeito referido.

Andamento e temporalidade são categorias distintas para a semiótica tensiva: o primeiro, que pode ser (mais ou menos) rápido ou (mais ou menos) lento, é uma das duas subdimensões da intensidade, do sensível, dos estados de alma. Já a temporalidade, a qual pode ser (mais ou menos) breve ou (mais ou menos) longa, é uma das subpartes da extensidade, vale dizer, da dimensão inteligível, dos estados de coisa. A relação entre tempo e andamento também é flagrada, por exemplo, por Durkheim (1915, *apud* HARVEY, 2014, p. 245, grifos nossos), quando afirma que "*o fundamento da categoria tempo é o ritmo da vida social*". É o ritmo ou, em nossos termos, o andamento que está por trás da organização temporal vigente. Via de regra, quanto mais rápido o andamento, isto é, quanto mais aceleradamente algo ocorrer ao sujeito, menor será a possibilidade de o sujeito acomodar essa velocidade num fio temporal mais longo, e por isso mesmo mais inteligível. Segundo Zilberberg (2011, p. 124), "o andamento dirige a temporalidade segundo uma correlação inversa, isto é, a rapidez abrevia e concentra, ao passo que a lentidão alonga e distribui". É preciso atenuar a velocidade com que um objeto entra no campo de significação de um sujeito para, então, se instaurar um estado

mais inteligível. Aquilo que nos ocorre muito rapidamente não é passível de compreensão senão quando desacelerado, isto é, quando atenuada a velocidade com que o evento ocorreu. Andamento e temporalidade travam, assim, a princípio, uma relação inversa, tal como se vê no gráfico abaixo:

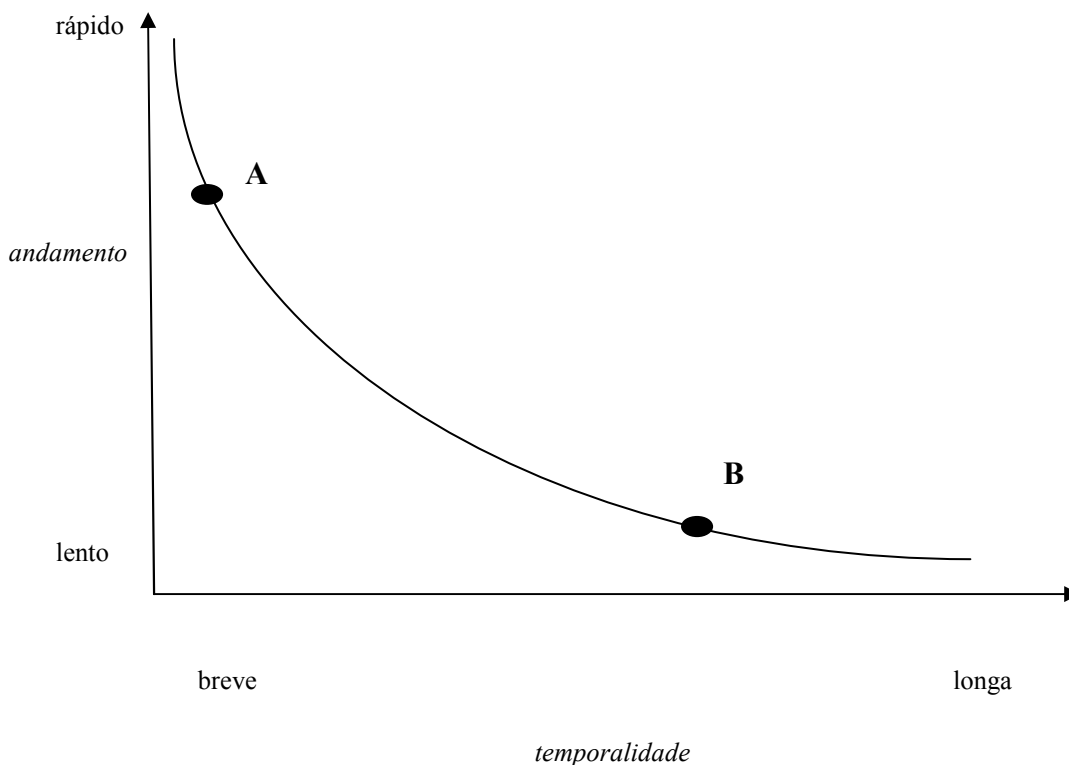


Gráfico 12: andamento vs. temporalidade. Fonte: elaboração nossa, a partir de Zilberberg (2011).

Impelido a concluir, a agir rapidamente, sem que possa estender a duração do momento de compreender, vem à tona uma temporalidade breve, urgente nas palavras da psicanalista. As formas predominantes de se estar hoje no mundo, formas "da velocidade e da pressa", calcadas num andamento rápido, levam o campo de significação do sujeito para um ponto próximo ao "A", localizado no gráfico acima. Neste ponto, tem-se uma temporalidade reduzida, breve, o que significa uma extensidade — dimensão inteligível — também diminuta. Lembrando que a temporalidade compõe, juntamente com a espacialidade, o eixo inteligível da significação, compreende-se melhor o que a filósofa Marilena Chauí (2013, 1:38:40') quer dizer quando, também analisando a contemporaneidade, reconhece benefícios implicados no tempo-espaço contemporâneo, mas enxerga um problema de difícil

solução imposto pela rapidez de hoje em dia: "O trabalho do pensamento é lento; ele é um trabalho de lentidão e paciência". O que Chauí está apontando é que uma extensidade maior, um maior grau de inteligibilidade ("o trabalho do pensamento") — que se desdobraria numa temporalidade mais longa e/ou numa espacialidade mais aberta — demandaria um andamento lento ("é um trabalho de lentidão"). A filósofa brasileira está apresentando à sua maneira a condição (tensiva) necessária para a realização do ponto "B", no gráfico.

Vamos assim compreendendo melhor o que está em jogo quando Kehl (2015, p. 119) afirma que "a temporalidade contemporânea, frequentemente vivida como pura pressa, atropela a duração necessária que caracteriza o momento de compreender [...]". A alta celeridade que rege o sujeito ("pura pressa") impede uma temporalidade mais longa, já que os objetos — isto é, tudo aquilo que entra no campo de percepção do sujeito e passa a compor seu universo significativo — que entram no campo de significação não duram nele ("atropela[-se] a duração"). Estabelece-se desse modo uma situação difícil de se contornar, uma vez que, por um lado, "é dessa temporalidade distendida que eles [os sujeitos que se deprimem, tão emblemáticos para se compreender a subjetividade contemporânea, segundo a autora] precisam", porém, por outro, não conseguem experimentar essa temporalidade mais longa justamente porque não podem "se libertar da pressão aniquiladora [e apressada] das demandas do Outro". Seguindo essa toada, talvez seja pertinente pensar que a pouca duração dos objetos favorece a percepção acelerada vivida regularmente como hábito, conforme defendemos anteriormente.

Se a semiótica tensiva (ZILBERBERG, 2011, p. 271) concebe o *pervir* e o *sobrevir* como as "duas maneiras pelas quais uma grandeza tem acesso ao campo de presença" do sujeito, poderíamos ser levados a concluir que o "tempo de longa duração", a "temporalidade distendida" (KEHL, 2015, p. 119), tão ausentes na contemporaneidade — embora tão latentes nos depressivos, como sublinha a pesquisadora, encaminhando a conclusão mais propriamente psicanalítica que lhe interessa —, se filiaria ao *pervir* e à sua inerente lentidão, ao passo que a "temporalidade contemporânea, frequentemente vivida como pura pressa", se afinaria muito mais com o *sobrevir*, conceito que flagra a rapidez com que determinado objeto entra no campo de presença do sujeito. Essa conclusão, embora aparentemente correta, estaria, no entanto, conforme tentaremos explicar nos próximos parágrafos, equivocada.

Isso porque algumas condições teóricas implicadas na definição do sobrevir, em vez de sustentarem de ponta a ponta o pensamento de Kehl, ajudam, ao contrário, a explicar *por que, a despeito da rapidez que a psicanalista enxerga na subjetividade contemporânea, os indivíduos eles mesmos seguem num estado pouco intenso*, típico da condição deprimida notada pela autora.

Queremos dizer que, se as *formas da velocidade e da pressa* apontadas por Kehl como um dos traços definidores da subjetividade fossem sentidas como tais pelos sujeitos, isso geraria indivíduos escancaradamente *intensos* — distantes, portanto, do *bunker de indiferença* em que Lipovetsky (2005, p. 56) os situa, ou da imagem do *turista* um tanto *blasé* de que fala Bauman (1998, p. 114), ou do *isolamento sensorial* apontado por Baudrillard (2004, p. 13), para citar apenas alguns dos rastros de apatia reconhecíveis em nosso *corpus*. Em suma, a pergunta que estamos nos colocando é: por que o andamento célere, que parece tão consensual como marca da contemporaneidade, não se reflete nos sujeitos como acréscimo de intensidade, como elevação do grau de afetação sensível? Por que essa velocidade não arrebatada, não toma de assalto, não desconcerta o indivíduo, como era de se esperar? O que há, a meio do caminho entre a suposta alta velocidade que rege o campo de presença do sujeito e a apatia manifestada por este último? Nossa tese é de que a resposta nasce, mais uma vez, dos diferentes pontos de vista com que estamos lidando. Aquilo que o analista-narrador percebe não deve ter lastro no modo como o sujeito avalia seu próprio viver, como concebe seu universo significativo (embora não tenhamos, em nosso *corpus*, acesso à voz do sujeito referido). Por isso a alta velocidade estranhamente não se converte em aumento de intensidade. Que fique claro: não discordamos do andamento rápido de que tanto se fala; endossamos tal proposta. Parece-nos, no entanto, fundamental compreender que, se os pontos de vista do analista e do sujeito fossem homologáveis entre si, não encontraríamos cifras tão evidentes de atonia na contemporaneidade. Nossa proposta para entender o que ocorre nesse arranjo em que há um, digamos, *input* de celeridade e um *output* de atonia passa, assim, pelos diferentes pontos de vista a que temos aludido.

Seguindo essa toada, se o andamento rápido fosse sentido como tal pelos sujeitos, isso significaria que os objetos do universo significativo do sujeito entrariam em seu campo de presença segundo as premissas do *sobrevir*, isto é, de modo rápido e *tônico*. Essa condição de alta tonicidade, porém, não encontra respaldo em nosso *corpus*. Não se trata, destarte, do sobrevir, que "deve sua veemência afetiva ao ardor das

subvalências de andamento e tonicidade por ele ativadas" (ZILBERBERG, 2011, p. 277). Não temos "a aceleração 'delirante' e a saturação tônica vivenciadas a contragosto pelo sujeito" (ZILBERBERG, 2011, p. 277, grifos nossos), dupla condição definidora do sobrevir. Se assim fosse, teríamos sujeitos permanentemente assustadiços, arrebatados pelo que a semiótica tensiva chama de *acontecimento*. Não é isso o que nossos analistas apontam na maior parte do tempo. O que ocorre, a nosso ver, então, é que os sujeitos, inseridos *de partida* num campo (que, sim, também nos parece rápido, enquanto analistas) não notam tal celeridade. *Viajam a velocidade constante*, segundo a metáfora que propusemos anteriormente. Assim, ao contrário do que a alta velocidade notada pelos analistas insinua, o mundo não sobrevém ao sujeito. Por quê? Porque eles simplesmente não parecem enxergar tal celeridade. Vivem-na como hábito, como rotina, daí a baixa tonicidade. Dito isto, entende-se melhor a inserção dos sujeitos na área dos valores de universo — zona tipicamente tênue e difusa.

Assim, quando Kehl (2015, p. 123) assevera que "o homem contemporâneo vive tão completamente imerso na temporalidade urgente dos relógios de máxima precisão, [...] que já não é possível conceber outras formas de estar no mundo que não sejam as da pressa e da velocidade", tal consideração parece condizente com um campo de presença regido por um andamento rápido — aos olhos da psicanalista. Segundo essa perspectiva, tudo se passaria como se, devido à alta rapidez, as grandezas que entram no campo de presença não *durassem* nele, de tal modo que, ao sujeito, não podem restar senão "percepções e [...] decisões instantâneas" e "sensações *fugazes*" (KEHL, 2015, p. 123, grifo nosso). O que não dura — foge, escapa. Não é à toa, dessa maneira, que se abrevia o tempo de compreender: sendo o único, dos três tempos lacanianos citados anteriormente, que exige uma duratividade mais alongada, ele, com efeito, não pode se realizar quando predomina um andamento rápido. Em suma, o tempo laciano que intermedeia o instante de ver e o de concluir não se compatibiliza com o andamento exigido hoje em dia.

Gostaríamos de apresentar, abaixo, duas tabelas que, a nosso ver, iluminam mais claramente a toda a linha argumentativa em que temos investido.

Aspecto Foremas	Minimização	Atenuação	Restabelecimento	Recrudescimento
Direção	Traîner [ir muito lentamente]	Desaceleração	Aceleração	Precipitação
Posição	Anacronismo	Atraso	Adiantamento	Prematuridade
Elã	Inércia	Lentidão	Rapidez	Vivacidade

Tabela 3: subvalências da dimensão do andamento. Fonte: Zilberberg (2011, p. 85).

Aspecto Foremas	Minimização	Atenuação	Restabelecimento	Recrudescimento
Direção	Retrospecção	Apreensão	Foco	Antecipação
Posição	Obsoleto	Anterior	Posterior	Imortal
Elã	Efêmero	Breve	Longo	Eterno

Tabela 4: subvalências da dimensão da temporalidade. Fonte: Zilberberg (2011, p. 86).

Os quatro termos apresentados na primeira linha, *minimização* - *restabelecimento* - *atenuação* - *recrudescimento* compõem uma sequência que, segundo o modelo teórico que nos ampara, simula a maneira como impomos, mesmo intuitivamente, alguma ordem inteligível àquilo que, numa situação qualquer, nos afeta do ponto de vista sensível. Trata-se, *grosso modo*, de uma sequência que simula uma das maneiras através das quais estimamos sentido. Chega-se a cada um desses quatro termos procedendo a todas as combinações possíveis entre aquelas que seriam as menores unidades linguísticas a partir das quais poderíamos lidar com a significação — essas unidades seriam o *mais* e o *menos*. Assim, teríamos as seguintes combinações possíveis, de que resultam os quatro termos da sequência acima: mais *mais* (recrudescimento); menos *mais* (atenuação); mais *menos* (minimização); menos *menos* (restabelecimento).

Formulemos um exemplo dos mais banais, mas que talvez por isso mesmo ajude o leitor não familiarizado com o esquematismo tensivo a compreender a utilidade desta parte do modelo: imaginemos um sujeito que tinha como sonho de vida se empregar numa certa empresa. Depois de um longo período em que adquiriu a competência

necessária para isso, ingressou na tal organização. Este seria um momento de *recrudescida* felicidade para o sujeito. Porém, depois de algum tempo, ele nota que o funcionamento da organização não é como havia imaginado; decepciona-se um pouco com seus colegas de trabalho, embora ainda se mantenha na maior parte do tempo satisfeito com o trabalho que desenvolve — teríamos aqui o valor felicidade *atenuado*, já que se subtraiu um *mais* do contentamento até então exacerbado. Na sequência desse texto hipotético, o sujeito nota que a organização é uma imensa farsa, finge prestar um serviço de ajuda à comunidade mais carente do bairro, ideal que motivara o sujeito a ingressar na empresa, mas na verdade apenas "lava dinheiro" para o grande empresariado: *minimiza-se* aqui a alegria do sujeito. Por fim, ele entende ou acredita que, apesar de todo esse lamentável contexto em que a organização está inserida, o único modo de ajudar de algum modo a comunidade da qual ele faz parte, o que era seu sonho maior desde o início de nossa breve história, é seguindo na empresa, trabalho que, no fim das contas, repercute positivamente na vida das pessoas mais necessitadas do bairro. *Restabelece-se* então o contentamento, valor que decidimos acompanhar neste texto.

O *mais* e o *menos*, desse modo, auxiliam nessas *estimativas de sentido* que intuitivamente fazemos, ao observar qualquer situação. Tais categorias mínimas não foram originalmente propostas por Zilberberg; Bachelard (2006, p. 88) já as havia sugerido, por exemplo. O mérito do semiótico foi, a nosso ver, apresentar uma esquema repleto de combinações possíveis, uma autêntica *gramática do sensível*, da qual o *mais* e o *menos* são parte importante, mas não exclusivas. Desse modo, intuitivamente acionaríamos categorias como essas a fim de estimar o quer que esteja em jogo: "admitiremos o *mais* e o *menos* como unidades extremas da progressividade e da degressividade" (ZILBERBERG, 2011, p. 55). A própria língua, em estado de léxico, estaria a todo instante dando mostras desse funcionamento, de tal modo que uma categoria como *fechado vs. aberto* pode, se minimizada de um lado e *recrudescida* de outro, ser reapresentada como *hermético - fechado - aberto - escancarado* (ZILBERBERG, 2011, p. 86).

Tendo compreendido, enfim, o que a primeira linha das duas tabelas reproduzidas anteriormente assinala, podemos comentar os *foremas*, os quais definem as balizas aspectuais citadas. O *elã* seria aquele *forema* pressuposto, que funcionaria como

uma base sobre a qual atuam os outros dois, pressupostos, direção e posição¹⁶. O *elã* é, portanto, o ponto de partida, guia primeiro para os outros dois *foremas* e, conseqüentemente, para a mensuração aspectual. Esses detalhes da teoria tornam-se fundamentais para nossa discussão porque ajudam a entender por que razão o andamento rápido, marca da subjetividade contemporânea de acordo com nosso *corpus*, não é endossado pelos próprios indivíduos e não se reflete, desse modo, em sujeitos cifrados por uma alta intensidade. Não se trata, tal como temos visto nos textos observados, de apontar o dedo para a celeridade como justificativa primeira do que temos vivido. Aceleração é pressuposto e, portanto, não pode ser apresentada como causa inicial. Ademais, não explicaria a atonia verificada. O núcleo definidor está, a nosso juízo, na base pressuposta: é o *elã* da rapidez ou da vivacidade que explica tanto a aceleração notada pelos analistas quanto a não percepção por parte dos sujeitos de que vivem aceleradamente. Não percebem porque se trata de uma condição pressuposta, em que estão inseridos de partida. Apenas afastando-se da condição de sujeito do vivido e observando-se à distância, diacronicamente, pode-se notar a celeridade em questão.

Gostaríamos de salientar ainda que apresentamos as duas tabelas acima, e não apenas a relativa ao andamento, porque o cotejo entre ambas também pode iluminar a relação travada entre andamento e temporalidade, na linha do que argumenta Kehl (2015). Em relação ao andamento, temos, para o *elã*, a seqüência inércia - lentidão - rapidez - vivacidade. No que tange à temporalidade, efêmero - breve - longo - eterno. Vimos com Kehl (2015) que há na contemporaneidade uma relação inversa entre essas duas subdimensões, de tal modo que o andamento rápido ("pura pressa") gera uma temporalidade breve ("temporalidade urgente"). Optamos por reproduzir as tabelas acima porque elas ajudam a entender que, sendo inversa a relação entre as duas subdimensões, teremos, para um andamento vivaz, isto é, recrudescidamente veloz, uma temporalidade efêmera, minimizada; para um andamento rápido, uma temporalidade breve. As tabelas ajudam a espelhar, com mais precisão, a relação inversa entre andamento e temporalidade.

¹⁶ Ao leitor mais familiarizado com a semiótica tensiva, lembremos o que Zilberberg (2011, p. 73, grifos do autor) nos diz a respeito: [...] a direção e a posição são pressupostos e o *elã*, pressuposto [...] os pressupostos mantêm a dependência em relação a seu pressuposto. Essa primazia do *elã* está em concordância com dois outros dados: por um lado, a precedência do *sofrer* sobre o *agir* e, por outro, a recção que postulamos da extensidade pela intensidade."

A temporalidade breve está longe de ser uma conclusão constatada apenas pela psicanalista brasileira. Harvey (2014), ao defender a *compressão do tempo-espaco* como emblemática da contemporaneidade, também está acenando com tal concepção de tempo, o que fica evidente neste trecho:

A volatilidade e a *efemeridade* também tornam difícil manter qualquer sentido firme de continuidade. A experiência passada é comprimida em algum presente avassalador.

Se é impossível falar alguma coisa da solidez e da permanência em meio a este *mundo efêmero e fragmentado*, por que não entrar no jogo (de linguagem)? Tudo, da escrita de romances e do filosofar à experiência de trabalhar ou construir um lar, tem de enfrentar o desafio do *tempo de giro em aceleração* e do rápido cancelamento de valores [...]" (HARVEY, 2014, p. 263, grifos nossos).

Além do efeito de brevidade constatado nos trechos em que nos baseamos nesta parte do trabalho, chama atenção também, na argumentação de Maria Rita Kehl, um traço enfraquecido que também se vincularia à temporalidade contemporânea. O tempo, dimensão inteligível, se relacionaria, na dimensão sensível, não só a um andamento rápido, como vimos, mas também a uma baixa tonicidade. Observemos os dois trechos abaixo, em sequência, para em seguida darmos continuidade à discussão:

A temporalidade tecida de uma sequência de instantes que comandam sucessivos impulsos à ação, não sustentados pelo saber que advém de uma experiência prévia de duração, é uma temporalidade *vazia*, na qual nada se cria e da qual não se conserva *nenhuma lembrança significativa* capaz de conferir valor ao vivido. (KEHL, 2015, p. 116, grifos nossos).

Daí decorre que a noção do tempo dependa inteiramente do maior ou menor grau de vigilância, ou de abandono, da consciência. O tempo contemplativo, experimentado em momentos de menor atividade do sistema P-Cc, carece de velocidade na proporção inversa de *não tê-lo visto passar* [grifos da autora]. Mas é exatamente a possibilidade de não vigiar a passagem do tempo que faz dele um tempo *pleno*. Já o tempo marcado pela autovigilância da consciência parece angustiosamente *vazio*, independentemente das atividades que o preenchem [...] (KEHL, 2015, p. 132, grifos nossos)

O primeiro trecho trata da temporalidade tal como vivida na contemporaneidade: tempo breve, regido por um andamento rápido, impelindo o sujeito a ações que se sucedem de modo um tanto desordenado, já que "não sustentad[as] pelo saber que

advém de uma experiência prévia de duração". O que há de novo em relação ao que já vínhamos acompanhando é que a psicanalista chama atenção para a temporalidade *vazia* que se instaura neste regime. Não se conserva, acrescenta, nenhuma lembrança *significativa*. A temporalidade instaurada aqui não traz consigo, isto é, não se atrela, no eixo sensível da significação, a algo impactante; pelo contrário. O efeito é de que a brevidade do tempo se vincula a algo de enfraquecido, pouco significativo, pouco marcante dentro do campo de presença do sujeito. Trata-se, em suma, de algo *átono*, em terminologia semiótica.

O segundo trecho, por outro lado, chama atenção para um *tempo contemplativo*, que *carece de velocidade*. Trata-se, assim, de uma temporalidade regida por um andamento lento, responsável por uma percepção de tempo mais alongado, distendido, longo. Este regime cria um tempo pleno, significativo — *tônico*, poderíamos dizer. Assim, temos que, neste caso, a temporalidade longa vincula-se, na dimensão afetiva, a um andamento lento e a uma tonicidade alta. Ela acrescenta: "toda *atribuição de significado* ao que é vivido depende da *permanência* das marcas [...]" (KEHL, 2015, p. 133, grifos nossos), o que quer dizer que, para que haja uma tonicidade ("atribuição de significado") um pouco mais destacada, é preciso que os objetos *durem* no campo de significação do sujeito.

Na visão da pesquisadora, a alta celeridade, que dá as cartas hoje, impede justamente essa permanência e, por via de consequência, uma tonicidade maior. No entanto, dentro do que propusemos anteriormente, analisando as tabelas envolvendo aspectos e formas, o que responde em primeiro lugar por esse estado não seria a aceleração — forma pressupponente, como vimos —, mas o *elã* — forma pressuposto — da rapidez.

Desse modo, quando Maria Rita Kehl inclina-se em favor das *tardes de tédio*, propondo com isso que seria preciso *desacelerar* para que o sujeito voltasse a cifrar mais tonicamente os objetos à sua volta, ela caminha na direção correta, mira o problema — mas erra por pouco o alvo: não se trata essencialmente *desacelerar*, o que implicaria alterar o forma da direção. Este é pressupponente, é resultado. O que seria preciso, e que resultaria sim num efeito de desaceleração, seria alterar o *elã*, movendo-o em direção ao polo da lentidão. Para que o sujeito não padecesse da apatia notada por Kehl, do isolamento sensorial lamentado por Baudrillard etc., seria preciso alterar a

condição de base, o elã, alicerce sobre a qual atuam os outros foremas. A desaceleração desejada é apenas efeito da condição de lentidão que lhe subjaz, eis o que a tabela ajuda a entender. Assim, para que houvesse maior intensidade cifrada no campo de presença do sujeito, seria preciso ou *recrudescer* o elã, tornando-o o mais vivaz possível, ou, como parece preferir Kehl, *atenuá-lo* na direção da lentidão.

A argumentação de Maria Rita Kehl está fortemente, nos trechos transcritos acima, amparada pelas concepções psicanalíticas de consciente e de inconsciente. Não entraremos a fundo nas questões de psicanálise — já que nosso intuito é, bem ao contrário, aparar as arestas específicas de cada uma das áreas a partir das quais falam os analistas da contemporaneidade —, mas aqui cabe uma breve digressão. O que a autora está apontando é que o sistema percepção-consciência (P-Cc), responsável pela dimensão consciente de nossa subjetividade, inviabiliza a temporalidade mais alongada. A "atenção consciente impede uma das modalidades gozosas de fruição do tempo: o abandono contemplativo". Por outro lado, os "processos secundários do pensamento" (p. 133), isto é, o inconsciente e o pré-consciente, que não se caracterizam e não são regidos pelo andamento rápido que guia a atenção consciente, favorecem a tal atribuição de significado, o tempo pleno, tônico enfim.

No fim das contas, a psicanalista estabelece, transpondo semioticamente, uma relação entre as duas subdimensões da intensidade (sensível), andamento e tonicidade, e uma das duas subdimensões da extensidade (inteligível), a temporalidade. Segundo essa visão, na atenção consciente, haveria um andamento rápido que, por impedir a duração dos objetos no campo do sujeito — ou, nos termos psicanalíticos em que Kehl se baseia, dir-se-ia que a celeridade impede a permanência das marcas mnêmicas —, acabaria por inviabilizar uma maior atribuição de significado aos tais objetos. O tempo neste caso seria, além de breve, vazio, carente de tonicidade. Já nos processos secundários do pensamento, haveria um andamento lento, que favoreceria uma maior duratividade dos objetos e, por isso, uma tonicidade maior cifrada neles. O tempo, aqui, além de longo, seria pleno, importante, tônico para o sujeito.

Como temos dito, porém, temos algumas ressalvas em relação a essa proposta, pois ela não explica por que o andamento rápido não se reflete numa alta intensidade vivenciada pelo sujeito, não se desdobra numa arena perceptiva regida pelo sobrevir, como era de se esperar. E por que isso não ocorre? Porque a rigor não se trata de um

andamento rápido, mas de um *elã da rapidez*. Embora a distinção pareça supérflua, não temos aqui uma mera troca de vocábulos sinônimos, mas uma nuance teórica que ilumina nosso problema. Se o *elã*, elemento pressuposto, é rápido, temos que a rapidez passa a ser vivida como norma, como hábito. E, como tudo o que nos é rotineiro, habitual, o campo ganha traços evidentes de atonia.

Maria Rita Kehl revela discretamente uma postura crítica, que também é nossa, em relação aos, digamos, hábitos velozes da contemporaneidade. Não se trata aqui, no entanto, nem da parte de Kehl, tampouco da nossa, de fazer voto na contemporaneidade em favor de um arranjo em detrimento do outro. Ainda que a posição da psicanalista e a nossa estejam relativamente claras, o que estamos tentando é analisar o que a contemporaneidade tem revelado como invariante. Tanto não se trata de um manifesto em favor da lentidão, que a autora ressalva que a atenção consciente, aquela que é atravessada por um andamento rápido, é essencial para a boa regulação do modo como produzimos significação, de tal maneira que a saúde da *economia psíquica*, caso se prefira a terminologia em que Kehl se ampara, precisa deste modo de funcionamento do psiquismo. Nesse sentido, assevera:

Para cumprir sua função protetora do psiquismo, de *aparar os choques* advindos do mundo externo, o sistema P-Cc tem de se manter desimpedido de ruminatórias, lembranças, devaneios. A consciência [...] é uma camada do psiquismo que *protege, com a própria morte de seus receptores sensíveis*, as outras camadas, ditas 'mais profundas', *dos impactos* do mundo externo. [...] a pobreza do trabalho do sistema P-Cc é necessária, em razão de sua função de proteger o psiquismo [...] (KEHL, 2015, p. 134-135, grifos nossos)

O trecho acima deixa claro o que está em jogo do ponto de vista da tonicidade: trata-se de uma retirada de força, de impacto — é a "a própria morte de parte de seus receptores sensíveis" atuando. Essa atenuação do impacto é necessária, afinal, para que o sujeito possa, narrativamente falando, cumprir as performances mais rotineiras, sem se deixar mear pelo impacto que as lembranças e os devaneios acarretam, via de regra. Ou seja, a atenção consciente, e todo o entorno tensivo que ela traz a reboque, assentado num *elã da rapidez*, é importante para o indivíduo. A crítica e o alerta da psicanalista vão apenas no sentido de mostrar que o excesso deste regime, que tem predominado na contemporaneidade, é, aí sim, preocupante, uma vez que tolhe a capacidade de o sujeito vivenciar um outro arranjo tensivo, pautado por um *elã da*

lentidão — este que viabilizaria uma temporalidade longa, na qual se inscreveriam mais facilmente as tônicas marcas mnêmicas de que fala a psicanalista.

A propósito do contraste entre estes dois grupos — um dos sujeitos mais vinculados ao tempo contemplativo, pleno, segundo Kehl; outro em que se inserem os sujeitos atrelados à "sequência de instantes que comandam sucessivos impulsos à ação" —, Ferraz (2010, p. 81), de quem voltaremos a falar neste trabalho, apresenta duas imagens emblemáticas. Tomando emprestada uma expressão de Bergson (2001, p. 296), de quem também voltaremos a tratar, Ferraz propõe que, neste último grupo, de tempo mais breve, estariam sujeitos assemelhados a "*autômatos conscientes*" (BERGSON, 2001, p. 296, grifos nossos). Por outro lado, no primeiro grupo, de tempo mais distendido, diz que, "mergulhando nas lembranças puras, tornamo-nos *sonhadores sonambúlicos*" (FERRAZ, 2010, p. 81, grifos nossos). Ora, transpondo semioticamente, chegaríamos a estas cifras:

Definidores → Definidos ↓	Elã	Temporalidade	Tonicidade cifrada nos objetos com que o suj. se relaciona	Competência do sujeito para performances
"Autômatos conscientes"	Rapidez	Breve	Átona	Recrudescida
"Sonhadores sonambúlicos"	Lentidão	Longa	Tônica	Atenuada

Tabela 5: semiotização de autômatos e sonhadores. **Fonte:** Elaboração nossa, a partir de Ferraz (2010), Bergson (2001), Zilberberg (2011) e Greimas; Courtés (2012).

Os autômatos conscientes mostram-se mais aptos para o cumprimento de performances, mais competentes no que respeita à ação, uma vez que não se deixam — inseridos que estão num elã da rapidez, o qual faz da aceleração um *hábito, naturalmente pouco impactante* — embriagar pela lentidão mais espessa, típica do tempo contemplativo. É nesse sentido que Kehl (2015, p. 132) aponta: "Não há lugar

para melancólicos e sonhadores entre os carros e caminhões da via Dutra. Nem entre as solicitações simultâneas do celular, do controle remoto, do mouse e das câmeras digitais". É compreensível semioticamente o que a psicanalista está afirmando: em todas essas situações, exige-se do sujeito uma competência para agir rapidamente, sendo particularmente importante que os objetos não afetem em demasia o sujeito nem durem excessivamente em seu campo de presença. O elã da rapidez ou da vivacidade é essencial nesses momentos, pois, sendo uma condição de base, pressuposta, faz dessa rapidez algo natural, corriqueiro, *habitual e, por isso mesmo, pouco afetante* do ponto de vista sensível.

No fim das contas, importa notar que o traço enfraquecido, praticamente consensual entre os analistas da subjetividade contemporânea, *decorre da normalidade com que o sujeito vive uma condição de rapidez ou de vivacidade*. A temporalidade, com isso, abrevia-se, já que andamento e temporalidade travam entre si uma relação inversa. Nesse diapasão a quantidade de estímulos que recebemos ao longo de um dia, quase todos eles recebidos via *smartphone*, também participam desse processo, representando, metonimicamente talvez, esse processo de fatiamento, de abreviamento do tempo. Vivemos, assim, instantes (breves, átonos, porque pautados por um elã da rapidez), não mais histórias (longas, tônicas, porque calcadas num elã da lentidão). O elã rápido, ao mesmo tempo em que naturaliza e por isso torna pouco impactantes os objetos do campo de presença, produz um andamento rápido e uma temporalidade breve.

Assim, Kehl sugere que, a fim de recuperar ao menos um pouco desta temporalidade distendida, praticamente extinta na individualidade contemporânea,

Talvez seja necessário recuperar a lembrança das tardes de tédio, daquelas que só acontecem na infância, para entender o que ocorre com o psiquismo em estado de abandono, na ausência de estímulos que solicitem o trabalho do sistema P-Cc [...]. Não há comparação entre a experiência do tempo ocioso, tão comum no cotidiano das crianças que podiam ficar entregues a si mesmas nos períodos não ocupados pelas obrigações escolares, e vivência do tempo agendado de manhã à noite que caracteriza o cotidiano das crianças contemporâneas [...]. Também não é de espantar que, nas circunstâncias em que os pais se veem impedidos de inventar programas para ocupar o tempo livre de seus filhos, estes se dediquem sem trégua a essa nova modalidade de treinamento da velocidade do arco reflexo, em curto-circuitos de estímulo-resposta propostos pelos excitantes videogames. E que na ausência desse tipo de estimulação, essas crianças de agenda cheia manifestem uma irritabilidade

e uma inapetência para o mundo que faz lembrar os sintomas da depressão [...] (KEHL, 2015, p. 142).

Todo esse trecho está atravessado pela polarização entre, de um lado, um arranjo tensivo calcado pela alta celeridade marcando a percepção dos sujeitos por relação aos objetos e pelo traço pouco impactante que os objetos assumem aos olhos do indivíduo; de outro, pela argumentação em favor do regime tensivo precisamente oposto, quer dizer, calcado num modo de perceber e de lidar com objetos mais lentamente ("tardes de tédio", "estado de abandono").

Aos poucos ganha corpo na argumentação da psicanalista a relação entre este arranjo de tempo mais alongado e alguns alertas que Walter Benjamin (2012) lança, ainda na década de 1930, em seus célebres ensaios "O narrador" e "Experiência e pobreza". Segundo o filósofo alemão, já despontava, nas primeiras décadas do século XX, uma subjetividade que trocava sua capacidade, milenarmente cultivada, de intercambiar *experiências* pelo hábito de trocar *informações*. O trecho abaixo apresenta a diferença entre os dois termos que, a esta altura, nos interessa. No decorrer do trabalho, voltaremos a abordar o contraste entre experiência e informação, mas a partir de um outro traço distintivo. Vejamos o trecho, comentado em seguida:

A cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão para tal é que todos os fatos já nos chegam *impregnados de explicações*. Em outras palavras: quase nada do que acontece é favorável à narrativa, e quase tudo beneficia a informação (BENJAMIN, 2012, p. 219, grifos nossos).

A *narrativa* — e Benjamin se refere aqui exclusivamente à versão oral das narrativas, a qual havia antes do surgimento da imprensa e do romance, responsáveis segundo ele por asfixiá-la — é um dos veículos, talvez o principal deles, da experiência. Esta se transmitia enquanto o narrador trazia aos ouvintes, incorporando à própria experiência de vida deles, um "saber que vinha de longe — seja especialmente, das terras estranhas, ou temporalmente, da tradição" (p. 219).

Este saber, é importante destacar, não é, definitivamente, filiado à ideia de cientificidade que se introjetou em nossas veias a partir de Descartes, Newton e demais

embaixadores da ciência moderna. O saber legado pela experiência benjaminiana e a importância que ele assume quando incorporado à vida dos sujeitos independe, queremos dizer, de qualquer verificação científica. Ele pode ser, inclusive, *inútil* (no sentido de que sua aquisição, por parte do sujeito, não auxilia diretamente o bom cumprimento de uma performance), mas não será jamais átono. Nesse sentido, aliás, segundo Agamben (2005, p. 26), "a idéia de uma experiência separada do conhecimento tornou-se tão estranha a ponto de esquecermos que, até o nascimento da ciência moderna, experiência e ciência possuíam cada uma o seu lugar próprio". A experiência, relata Agamben, repousava sobre o senso comum, ao passo que o conhecimento tinha como radical o intelecto agente ("aliás, para sermos precisos, o conhecimento não possuía nem mesmo um sujeito no sentido moderno de um *ego*, mas, ao contrário, era o próprio indivíduo o *sub-jectum* no qual o intelecto agente [...] realizava o conhecimento" (AGAMBEN, 2005, p. 26, grifos do autor)). Apenas com o advento da ciência moderna experiência e conhecimento aglutinam-se num só sujeito, o *ego* cartesiano: "Em sua busca pela certeza, a ciência moderna abole esta separação e faz da experiência o lugar — o 'método', isto é, o caminho — do conhecimento" (p. 28). Assim, o conceito benjaminiano de experiência apenas resgata um momento sócio-histórico em que, com efeito, ainda conseguíamos conceber uma relação com o mundo calcada apenas numa tradição, isto é, numa crença que, sendo partilhada por uma dada coletividade, conferia por isso mesmo sentido a esta última.

Não é nosso propósito recapitular detalhadamente os ensaios de Agamben e de Benjamin, leituras insubstituíveis, afinal. O que nos interessa é notar que, devido a uma série de razões, algumas das quais pinceladas aqui, a experiência, que trazia sempre algo de marcante, de impactante para aqueles a quem ela era transmitida, foi substituída pela informação. Por mais que sigamos escutando histórias, elas não mais nos surpreendem, diz-nos Benjamin. Isso porque perderam a tonicidade que as caracterizava. Por que isso ocorreu? O próprio filósofo alemão nos dá a resposta, quase numa lição tensiva: "é que todos os fatos já nos chegam *impregnados de explicações* [...]. Metade da arte narrativa está em, ao comunicar uma história, *evitar explicações*". A informação, desse modo, e ao contrário da experiência, demanda uma alta medida inteligível, exige *explicações*, "aspira a uma verificabilidade imediata" (BENJAMIN, 2012, p. 219, grifos nossos). Além disso, a informação retira o impacto que distinguia a experiência, razão pela qual

"somos pobres em histórias surpreendentes". Trata-se, no fim das contas, de uma relação inversa entre ambas:

[...] enquanto esses relatos [orais, que transmitem uma experiência] recorriam ao *miraculoso*, é indispensável que a informação soe *plausível*. Nisso ela se revela incompatível com o espírito da narrativa. Se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação tem uma participação decisiva nesse declínio. (BENJAMIN, 2012, p. 219, grifos nossos).

De um lado, o *miraculoso* — tônico e pouco compreensível dentro de um esquema racionalizante; de outro, o *plausível*, que prima pelas linhas inteligíveis claras e pouco afetantes do ponto de vista sensível. Em gráfico, teríamos algo como:

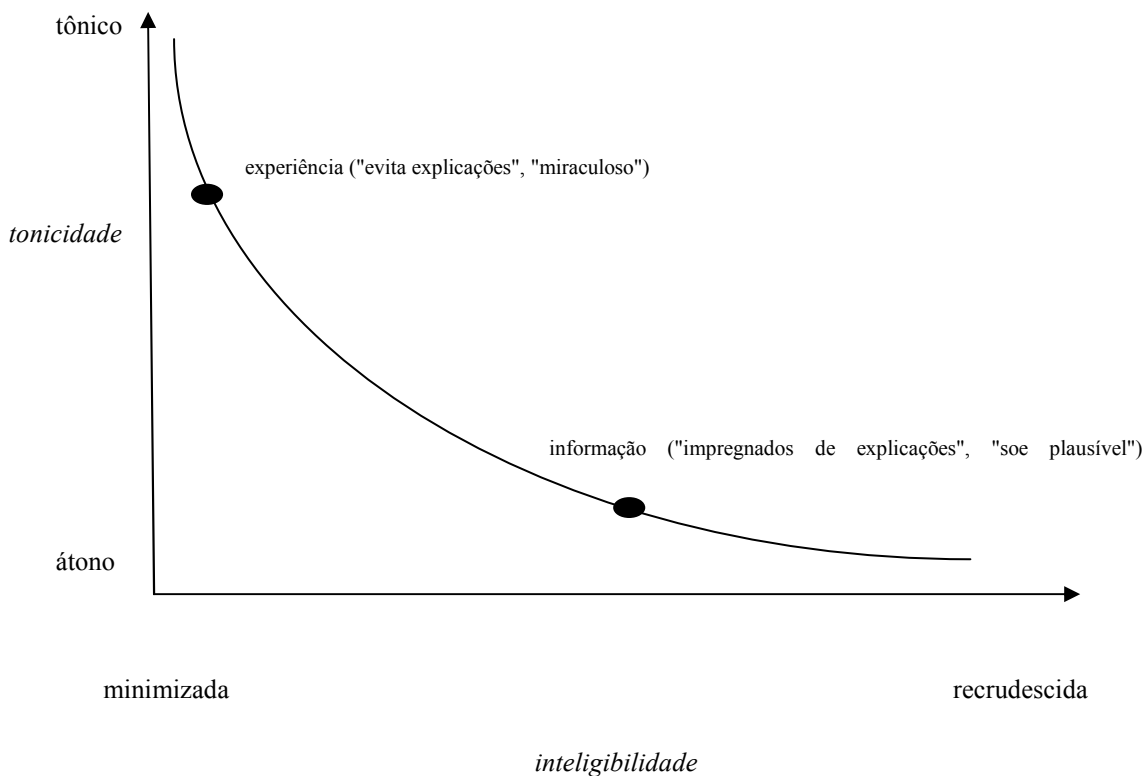


Gráfico 13: tonicidade vs. inteligibilidade. Fonte: elaboração nossa, a partir de Zilberberg (2011), Benjamin (2012), Agamben (2005).

A transmissão da experiência demandava uma temporalidade longa, fruto de um andamento lento. "Exige um estado de distenção que se torna cada vez mais raro" (BENJAMIN, 2012, p. 221). Assim, quando Kehl de certo modo saúda a "lembrança

das tardes de tédio", tão contrastantes com a rotina excessivamente atribulada imposta quando se é ainda criança, ela o faz porque reconhece, na esteira de Benjamin, a condição necessária para que os objetos pareçam mais tônicos ao sujeito. Para que o mundo tenha mais peso. Nesse sentido, conclui Benjamin (2012. p. 221, grifos nossos)

[...] se o sono é o ponto mais alto da distensão física, o tédio é o ponto mais alto da distensão psíquica. *O tédio é o pássaro onírico que choca os ovos da experiência.* O menor sussurro nas folhagens o assusta. Seus ninhos — as atividades intimamente associadas ao tédio — já se extinguiram nas cidades, e também no campo estão em vias de extinção. Com isso desaparece o dom de ouvir [...]. Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. *Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido.*

A alta velocidade que impele o sujeito a sucessivas performances, como é habitual hoje em dia, as constantes solicitações e estimulações que bombardeiam nosso dia a dia, tudo isso choca-se frontalmente com o *esquecer-se de si mesmo* — expressão que reveste em superfície a base pressuposta de lentidão, condição para a temporalidade alongada e para que os objetos se incrustem de modo tônico. Quando Olgária Matos (2007) refere-se à contemporaneidade como expressão de um *tempo sem experiência*, falando também em "tempo vazio" (9min40seg), está igualmente lidando com a concepção, eminentemente tônica, de experiência benjaminiana.

2.3 ESPACIALIDADE

Segundo as categorias tensivas (ZILBERBERG, 2011), um dos resultados esperados para um andamento rápido, o qual tem se revelado consensual em nosso *corpus*, seria um efeito de fechamento espacial. A espacialidade, que compõe juntamente com a temporalidade a dimensão inteligível da significação, pode ser (mais ou menos) aberta ou (mais ou menos) fechada. Quanto mais fechada, menor será o grau de inteligibilidade com que o sujeito lida com o objeto afetante, o fenômeno em questão enfim. A abertura espacial, por outro lado, perfaz a imagem de um campo de presença

em que o objeto, mantendo-se a uma maior distância do sujeito, centro do campo, afeta-o menos, de tal modo que o objeto ganha contornos mais inteligíveis.

Se a subjetividade contemporânea, como vimos a partir de Kehl (2015), afeiçoa-se muito mais a uma temporalidade breve, fruto de um andamento célere, harmoniza-se com isso o que Birman (2014, p. 46, grifo nosso), psicanalista também interessado pela subjetividade de hoje, chama de "*espacialização da experiência psíquica na contemporaneidade*".

Dada a dificuldade em se instaurar um andamento lento e uma temporalidade longa, tem-se a impressão de que a experiência subjetiva se reduz a uma série de *instantes* não interligados, não identificados temporalmente — por isso *espacializados* de certo modo. É nesse diapasão que vem à tona a colocação de que, na atualidade,

O mundo se reduz ao espaço do aqui e do agora, sem expansão, sem escansão e sem qualquer horizonte possíveis, pois é a pontualidade da [...] presença que aqui se impõe. Porque é o registro do tempo [longo] que abre as janelas do mundo para outras possibilidades de existência, fazendo entrever outras temporalidades existenciais, além do que eclode pontualmente nos momentos descontínuos dos diversos instantes. Para transformar o instante numa continuidade modulada, é necessária a incidência dos processos de temporalização [...]. Para isso, o instante tem que ser inscrito numa sequência [...]. (BIRMAN, 2014, p. 101).

Ora, se a temporalidade é breve, retira-se do sujeito sua competência para "transformar o instante numa continuidade", o que equivaleria a inserir tal instante numa temporalidade um tanto mais longa. Atravessado por um elã da rapidez, "sem expansão, sem escansão [...] possíveis", criam-se as condições necessárias para que, parafraseando Birman, o mundo se reduza ao *aqui* (espacialidade fechada) e ao *agora* (temporalidade breve). Calcado neste marco temporal e espacial tipicamente enunciativo, parece natural a conclusão de que "tudo se passa como se a subjetividade acreditasse que vivesse num *eterno presente*" (BIRMAN, 2014, p. 9, grifos nossos).

Tatit (2010, p. 62, grifos nossos), ao analisar o conto "As margens da alegria", de Guimarães Rosa, também ilumina nossa argumentação. Em dada altura da análise, o semiótico nota que a dificuldade que o "Menino", ator do conto rosiano, possui em compreender alguns eventos que ocorrem à sua volta decorre da *subitaneidade* com que esses eventos sucedem. As "alterações surpreendentes" que afetam o Menino, propõe

Tatit, são "mudanças marcadas pela rapidez e pela síncope das etapas intermediárias: sem possibilidade de gradação, não há como reorganizar a espera". O que importa aqui é notar que tanto o Menino do conto rosiano quanto o sujeito contemporâneo delineado pelo texto de Joel Birman têm de se ver com objetos que invadem seu campo de presença *de uma só vez*, sem gradação possível, portanto. Desse modo, podemos dizer que o andamento veloz, cifra que subjaz tanto ao conto de Rosa quanto aos textos sobre a contemporaneidade até aqui observados, responde, de um lado, pelo atordoamento momentâneo do Menino, e, de outro, pelo "eterno presente" a que se refere Birman. "Sem possibilidade de gradação", mina-se o poder de previsibilidade do sujeito, dirime-se seu poder de *espera*, de tal maneira que, mesmo em conjuntos significantes tão distintos quanto um conto literário e uma análise de pretensão científica, pairam ressaibos de *surpresa* — é a paralisação momentânea, o efeito de eterno presente.

Toda a consistente argumentação que o psicanalista desenvolve no sentido de provar que "a *perda* do potencial de *simbolização* da subjetividade contemporânea" (BIRMAN, 2014, p. 23, grifos do autor) relaciona-se intrinsecamente com a dificuldade de o sujeito "transformar o instante numa continuidade" (BIRMAN, 2014, p. 101), toda essa argumentação, vínhamos dizendo, encontra respaldo semiótico numa *incompetência* narrativa que o sujeito manifesta para se deixar reger por um andamento mais lento. "Imagens traumáticas" (p. 27), "estresse", "*pânico*", "*síndrome de fadiga crônica*" (p. 72, grifos do autor), todos esses *sintomas* que, para o pesquisador, respondem pelo *mal-estar* de hoje não são mais que efeitos de um campo de presença pautado por uma rapidez de base. De sorte que "[...] o eu [contemporâneo] não tem o poder de antecipação dos acontecimentos para poder circunscrever devidamente o impacto das intensidades [...] A resultante disso é que a subjetividade fica diante de algo que a ultrapassa [...]" (p. 115).

Dois pontos na argumentação do psicanalista merecem ressalva de nossa parte. Quando ele defende, entre tantas sentenças afins, que "a categoria do *espaço* assume uma prevalência e dominância cada vez maior na constituição da *experiência* subjetiva, a expensas da categoria de *tempo*" (BIRMAN, 2014, p. 8-9, grifos do autor), na verdade ele está concebendo o espaço como necessariamente fechado, quando, para a semiótica tensiva, tal categoria também poderia se revelar aberta. Do mesmo modo, concebe a experiência de tempo como necessariamente longa, quando, para a semiótica, ela também tem uma face breve. A gramática tensiva implica oscilações, afinal. Não se

trata, portanto, a nosso ver, de dizer que "a experiência psíquica [...] perderia sua potência temporalizante" (BIRMAN, 2014, p. 27), tampouco de afirmar que "a temporalidade progressivamente se apaga e no limite quase se suprime" (BIRMAN, 2014, p. 53), mas, sim, de notar, com uma sutil mas importante alteração nas sentenças, que a experiência temporal progressivamente *se abrevia*. Outra ressalva que consideramos importante diz respeito à regência, que o psicanalista parece enxergar, do espaço sobre o tempo ("é o espaço que engole a possibilidade de temporalização da experiência psíquica, que se cola assim no aqui e no agora" (BIRMAN, 2014, p. 51); "a espacialização da experiência toma efetivamente a dianteira desse processo de transformação em pauta, pelo qual a temporalidade progressivamente se apaga" (BIRMAN, 2014, p. 53)). Embora nos pareça deveras pertinente a proposta de *espacialização da experiência*, julgamos mais coerente, no lugar da relação hierárquica que o autor propõe do espaço por sobre o tempo, conceber ambos, fechamento espacial e abreviamento temporal, como pressupostos de um *elã* da rapidez. Não seria, portanto, "o espaço que engole a possibilidade de temporalização", mas o andamento *célere* — de base — que cria tanto uma temporalidade curta como uma espacialidade fechada. Esta opção, que parece ter mais respaldo nas considerações de Kehl (2015), condiz melhor com o primado tensivo de que a intensidade (o sensível, os estados de alma) rege a extensidade (o inteligível, os estados de coisa).

Destacamos que se trata de um andamento rápido e *de base* porque este último caractere, tal como comentamos por relação à obra de Kehl (2015), é fundamental para manter coerentes todas as implicações tensivas contidas na obra do psicanalista. Vejamos.

Assim, sem assumir que estamos diante de um andamento *célere pressuposto*, de tal modo que os sujeitos o vivenciam com a atonia típica daquilo que nos é habitual, não conseguiríamos pôr em harmonia teórica a cifra de alta velocidade captada por Birman quando fala do caráter *instantâneo* da contemporaneidade, com o traço de atonia que se vê, por exemplo, na passagem abaixo:

[...] no que concerne à depressão hoje, não é a culpa que se encontra inscrita na cena principal das narrativas [...], mas o *vazio* [grifo do autor] [...]. As pessoas se queixam cada vez mais que estão vazias, que não têm nada dentro de si, isto é, *perderam uma certa vitalidade e o envolvimento com as coisas e as pessoas*. [...] É a potência de ser que se esvaiu, secando quase

definitivamente a gana pela vida. Enfim, é a *impotência* e a *apatia* que se impõem como resultantes disso (BIRMAN, 2014, p. 120-121, grifos nossos)

Apenas um elã de rapidez, isto é, uma condição rápida, sim, mas assumida *a priori* e portanto vivenciada como hábito, explica a atonia destacada acima. Do contrário, não teríamos como coadunar num mesmo campo perceptivo cifras tão destacadas de velocidade e de enfraquecimento. Não haveria como explicar, sem recorrer a essa rapidez pressuposta, que é o mesmo sujeito que salta de um a outro *instante*, numa evidência de *brevidade temporal* que o impele de uma a outra ação, mas que ao mesmo tempo possui uma "imaginação [...] descolorida e pobre" (BIRMAN, 2014, p. 50), que perdeu "uma certa vitalidade e o envolvimento com as coisas e as pessoas", sem "gana pela vida", impotente e apático. Apenas a naturalização da rapidez viabiliza tamanha atonia.

Transpondo num gráfico tensivo a proposta de espacialização da experiência defendida por Birman, teríamos algo como:

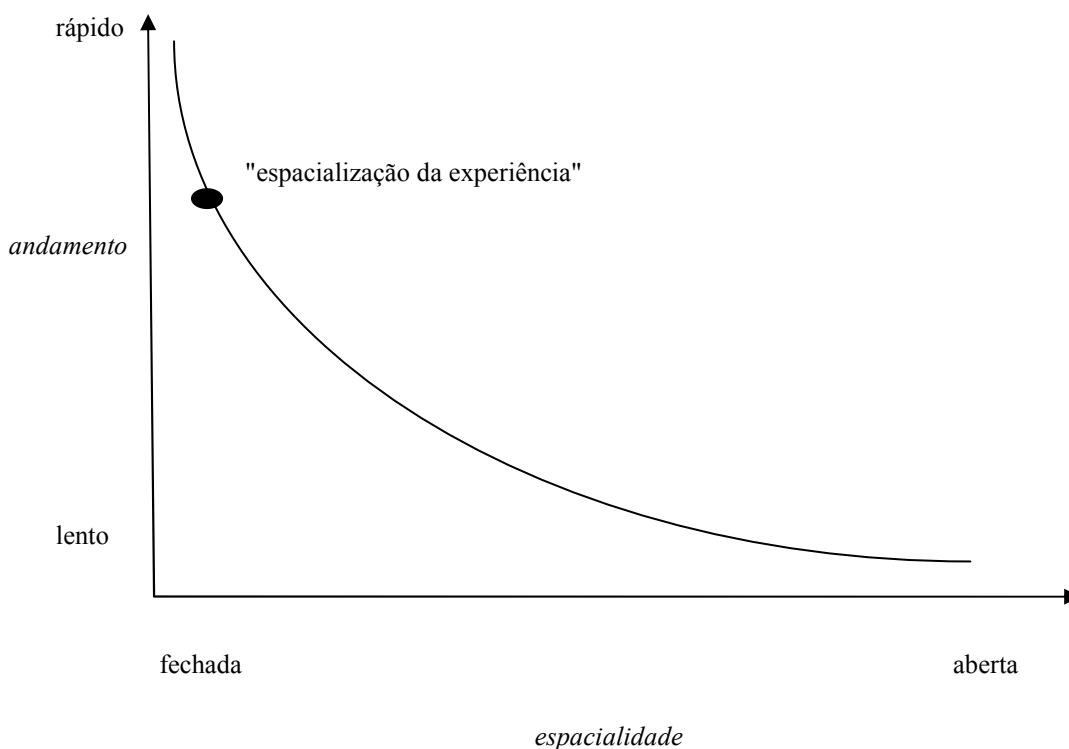


Gráfico 14: espacialização da experiência, em função de andamento e espacialidade; ponto de vista do narrador. Fonte: elaboração nossa, a partir de Birman (2014) e Zilberberg (2011).

O próprio tratamento que Zilberberg (2011, p. 172) confere à espacialidade, quando esta é regida por uma alta medida sensível, harmoniza-se com a proposta de Birman. Vejamos:

Quanto à espacialidade, também ela é maltratada [...]. A escansão do aberto e do fechado, exigida por toda circulação de valores, é virtualizada, uma vez que, ausentando-se o aberto do campo de presença, só o fechado, o ocluso, acaba se mantendo ali. De um sujeito estupefato, podemos dizer que ele ficou *siderado, sem poder sair do lugar* [...] (ZILBERBERG, 2011, p. 172, grifos do autor).

No seção anterior ("Primeiros traços"), em dada altura trouxemos uma contribuição de Bauman em que ele apresentava a figura do turista como emblemática da contemporaneidade. O sociólogo defende que a possibilidade de mudar de espaço — "podem sair de novo a caminho, de uma hora para outra, logo que as coisas ameaçam escapar de controle, ou quando o potencial de diversão parece ter-se exaurido, ou quando aventuras ainda mais excitantes acenam de longe" (BAUMAN, 1998, p. 114) — seria um dos caracteres da contemporaneidade. Observando agora as considerações de Joel Birman, parece haver um embate entre as duas posições, já que este último traz à tona, bem ao contrário, uma ideia de imobilidade como traço distintivo da individualidade hoje: "[...] não mais se temporalizam e se simbolizam, permanecendo *atadas à imobilidade* [...]. É a imagem, na sua *dimensão estática* e espacial ao mesmo tempo, na sua, ataraxia, enfim, o que se impõe no psiquismo" (BIRMAN, 2014, p. 27, grifos nossos).

Os dois posicionamentos, porém, a nosso juízo, apenas parecem conflitantes. O que está em jogo seriam são duas concepções distintas de espaço. A primeira delas, subjacente à colocação de Bauman, assume o espaço como mera superfície discursiva em que se desenrolam os eventos da vida do sujeito; nesse sentido, de fato, o indivíduo pode transitar de um ponto a outro com a liberdade de um turista. A segunda concepção, pressuposta à tese de Birman, é mais abstrata, pois lida com o espaço *perceptivo*, isto é, espaço enquanto campo (de percepção, não mais ligado, portanto, à superficial alteração espacial de quem, por exemplo, sai de casa e vai à praia — era mais ou menos este tipo de mudança a que Bauman se referia) tensivo em que se dá a significação.

Em suma, podemos dizer que as duas propostas se complementam: o andamento rápido gera, parece-nos, tanto uma face quanto a outra destas duas concepções de espaço. É também pautado pela concepção mais superficial de espaço que Valéry (1960) de certo modo fala da ubiquidade trazida pela contemporaneidade. Walter Benjamin (2012, p. 182), por sua vez, como já vimos, lamenta, igualmente em relação a essa concepção discursiva, superficial do espaço, a mudança que houve a partir do momento em o sujeito pôde travar contato com o objeto numa quantidade muito mais variada de espaços ("a catedral abandona seu lugar para instalar-se no estúdio de um amador; o coro, executado numa sala ou ao ar livre, pode ser ouvido num quarto"). Queremos dizer que a celeridade, ao mesmo tempo em que impulsiona o sujeito a ações sucessivas, indo de um espaço (discursivo) a outro, favorece certa imobilidade (perceptiva). No fim das contas, o sujeito pode viver diversos instantes (cada um deles em espaços distintos), mas sem poder inscrever estes instantes num campo de percepção mais aberto, numa temporalidade mais longa. Sem poder, enfim, amenizando a velocidade que o rege, ampliar a extensão do campo, o que conferiria maior grau de inteligibilidade aos objetos.

Ainda a propósito desta concepção de espaço perceptivo *versus* espaço discursivo, observemos as tabelas abaixo, duas das quais já apresentadas anteriormente:

Aspecto Foremas	Minimização	Atenuação	Restabelecimento	Recrudescimento
Direção	Traîner [ir muito lentamente]	Desaceleração	Aceleração	Precipitação
Posição	Anacronismo	Atraso	Adiantamento	Prematuridade
Elã	Inércia	Lentidão	Rapidez	Vivacidade

Tabela 6: subvalências da dimensão do andamento. Fonte: Zilberberg (2011, p. 85).

Aspecto Foremas	Minimização	Atenuação	Restabelecimento	Recrudescimento
Direção	Hermético	Fechado	Aberto	Escancarado
Posição	Estranho	Exterior	Interior	Íntimo
Elã	Fixidez	Repouso	Deslocamento	Ubiquidade

Tabela 7: subvalências da dimensão da espacialidade. Fonte: Zilberberg (2011, p. 86).

Aspecto Foremas	Minimização	Atenuação	Restabelecimento	Recrudescimento
Direção	Retrospecção	Apreensão	Foco	Antecipação
Posição	Obsoleto	Anterior	Posterior	Imortal
Elã	Efêmero	Breve	Longo	Eterno

Tabela 8: subvalências da dimensão da temporalidade. Fonte: Zilberberg (2011, p. 86).

A tabela 7 ajuda a compreender que tal espacialização da experiência diz respeito a uma minimização ou a uma atenuação da espacialidade — desde que esta seja entendida sob um viés perceptivo, distante da concepção espacial mais concreta, a qual, bem ao contrário, localizaria a espacialidade no lado direito da tabela (ubiquidade, deslocamento).

Tomando a terceira linha, elã, como referência, teríamos a espacialização situada nas casas da fixidez ou do repouso, do mesmo modo que, na tabela 8, conforme já havíamos visto anteriormente, temos uma temporalidade efêmera ou breve. A própria disposição visual das três tabelas — temporalidade, espacialidade e andamento — em sequência ajuda a visualizar a relação inversa que este último trava com as duas subdimensões que compõem o eixo inteligível da significação: o elã rápido ou vivaz, predominante na atualidade, desdobra-se, no eixo da extensidade, numa espacialidade de elã repousado ou fixo e numa temporalidade breve ou efêmera. Fechamento espacial e abreviamento temporal encontram respaldo sensível, desse modo, na alta velocidade que rege a percepção do sujeito em relação aos objetos.

Na obra *O sistema dos objetos*, o filósofo Jean Baudrillard, observando as mudanças por que passou o ambiente doméstico durante a passagem da sociedade

burguesa, cujo ápice tem lugar no século XIX, para o século XX, deixa pelo caminho uma série de considerações que nos parecem se estender do ambiente interno, da casa, ao espaço perceptivo. Como o próprio autor sugere neste trecho — "A configuração do mobiliário é uma imagem fiel das estruturas familiares [*sic*] e sociais de uma época" (BAUDRILLARD, 2015, p. 21) —, haveria uma relação metonímica entre o ambiente doméstico analisado por ele e o espaço da percepção, cuja investigação nos interessa.

Transpondo semioticamente as observações de Baudrillard (2015, p. 21-35), vemos que a passagem do espaço que ele chama de tradicional, típico da sociedade burguesa do século XIX, para o espaço que ele chama de moderno, surgido à medida que o século XX transcorreu, diz respeito a uma alteração na combinatória tensiva entre tonicidade e espacialidade. Expliquemos melhor. O espaço doméstico emblemático da sociedade burguesa apresentava um cenário tensivo cujo efeito de sentido resultante combinava uma alta tonicidade — "[...] extraindo os objetos de tal conluio *uma densidade*, um *valor afetivo* que se convencionou chamar sua 'presença'" (BAUDRILLARD, 2015, p. 22, grifos nossos) — com uma espacialidade fechada — "A sala de jantar burguesa era estruturada, mas esta era uma estrutura fechada" (p. 25). O espaço moderno, por sua vez, combina uma tonicidade baixa, isto é, valores tênues no eixo sensível — "*Os objetos perderam a substância* que os fundava" (p. 27, grifos nossos), "Assim como a lâmpada ou o espelho, *nenhum objeto deve voltar a ser um ponto de convergência muito intenso*" (p. 30) — com uma espacialidade aberta — "O ambiente funcional [moderno] é mais *aberto*, mais livre, todavia desestruturado, fragmentado em suas funções" (p. 25), "Os cômodos *abrem-se*, tudo se comunica, fragmentam-se em ângulos, em zonas difusas, em setores móveis. Liberalizam-se" (p. 27, grifos nossos). Não se trata de imaginar que o ambientes burguês descrito por Baudrillard deixou de existir na contemporaneidade. Trata-se apenas, segundo o autor, de uma nova predileção das pessoas pelos espaços que ele chama de modernos. Essa mudança seria uma espécie de consequência prática do novo arranjo tensivo que pauta o sujeito contemporâneo.

No fim das contas, Baudrillard propõe uma mudança do que denomina de *arranjo* para *ambiência*. Tal alteração parece-nos toda ela atravessada pela medida sensível que o esquematismo tensivo chama de tonicidade: o arranjo (tradicional) seria tônico; a ambiência (moderna), átona. Benjamin (2012, p. 126-127, grifos do autor) também capta essa alteração de tonicidade quando compara um quarto burguês do

século XIX com o espaço que passou a predominar com o desenvolvimento da modernidade:

Se entramos num quarto burguês dos anos 1880, apesar de todo o "aconchego" que possa irradiar, talvez a impressão mais forte que ele produz seja a de que "não tens nada a fazer aqui". Não temos nada a fazer ali porque não há nesse espaço um único ponto em que seu habitante não tenha deixado seus vestígios [...]. Uma bela frase de Brecht pode ajudar-nos a entender o que está em jogo [com o desenrolar do século XX]: "Apaguem os rastros!", diz o estribilho do primeiro poema da *Cartilha para os cidadãos*. Aqui, no cômodo burguês, a atitude oposta tornou-se hábito [...]. Tudo isso [esse espaço burguês do século XIX] foi eliminado por Scheerbart com seu vidro e pelo *Bauhaus* com seu aço: eles criaram espaços em que é difícil deixar rastros. [...] explicou Scheerbart há vinte anos, "podemos falar de uma *cultura do vidro*. O novo ambiente de vidro transformará completamente os homens.

O impacto existente no quarto do século XIX adviria da cifra tônica que se inscreve em cada objeto ali presente. Tratava-se de um espaço de tal modo adensado semanticamente, de tal modo *concentrado*, que a atmosfera resultante, de aspecto eminentemente privativo, tornava a participação de outrem naquele ambiente estranha ("não tens nada a fazer aqui"). A combinação tonicidade/concentração dificultava, portanto, a *diluição* de estranhos naquele ambiente, é este o efeito de sentido que paira no trecho acima. A exclamação imperativa de Brecht ("Apaguem os rastros!"), bem como a "cultura de vidro" referida por Sheerbart, ao contrário, evidenciam uma mudança radical no que tange ao espaço: em vez da tonicidade elevada que, incrustada em cada objeto, concentrava e, de certo modo, privatizava aquele espaço, privilegia-se a passagem discreta pelo ambiente, sem que se imprima, nos objetos, qualquer marca por demais tônica. *Apagar os rastros* significa não impor no espaço qualquer marca demasiadamente importante. Com isso, o espaço perde em personalidade o que ganha em fluidez. Perde em tonicidade o que ganha em difusão. A *cultura de vidro*, nesse mesmo sentido, também se traduz pela ideia do trânsito leve do sujeito no espaço. Tudo transparentemente diluído e transitável — porque átono.

Retornemos a Baudrillard (2015). O filósofo faz um levantamento bastante rico, esmiuçando as cores, os materiais preferidos por um e por outro ambiente, sempre com o fito de detalhar a diminuição de tonicidade e a abertura espacial que parecem distinguir o espaço que ele chama de *moderno*, mas que nós preferimos taxar de

contemporâneo. Em dada altura, tal como Benjamin já o havia notado, cita o vidro como emblema desta combinação tensiva. Observemos o trecho:

[...] o vidro principalmente materializa de forma extrema a ambiguidade fundamental da ambiência: a de ser a um só tempo proximidade e distância, intimidade e recusa da intimidade, comunicação e não comunicação. Em embalagem, janela ou parede, o vidro funda uma transparência sem transição: vê-se, mas não se pode tocar [...]. Uma vitrina é encantamento e frustração, a própria estratégia da publicidade.

O vidro oferece possibilidades de comunicação acelerada entre o interior e o exterior mas simultaneamente institui uma cesura invisível e material que impede a esta comunicação tornar-se uma abertura real para o mundo. (BAUDRILLARD, 2015, p. 48-49)

Assim, se nossa leitura tiver de fato pertinência, o referido material figurativizaria em superfície a combinação tensiva entre uma espacialidade que, como o próprio filósofo afirma, *parece mas não é aberta* ("impede a esta comunicação tornar-se uma abertura real para o mundo") e uma baixa tonicidade, resultante, talvez, de uma situação em que se vê, "mas não se pode tocar". Daí a situação ambígua da ambiência contemporânea, segundo o filósofo: "uma vitrina é encantamento", na medida em que aponta para um espaço outro, e "frustração", vez que "não se pode tocar". O gráfico abaixo, levemente adaptado¹⁷ de Zilberberg (2011, p. 153), ajuda a compreender o que Baudrillard está constatando acerca do vidro: uma baixa tonicidade, embora associada a uma aderência um tanto maior do que aquela cifrada no exclusivo ato de ver:

¹⁷ A única diferença é que Zilberberg utiliza, no eixo vertical, a dimensão intensidade, que subsume andamento e tonicidade. Como em nosso *corpus* temos contactado uma relação inversa entre estas duas sudimensões do sensível, precisamos lidar separadamente com elas.

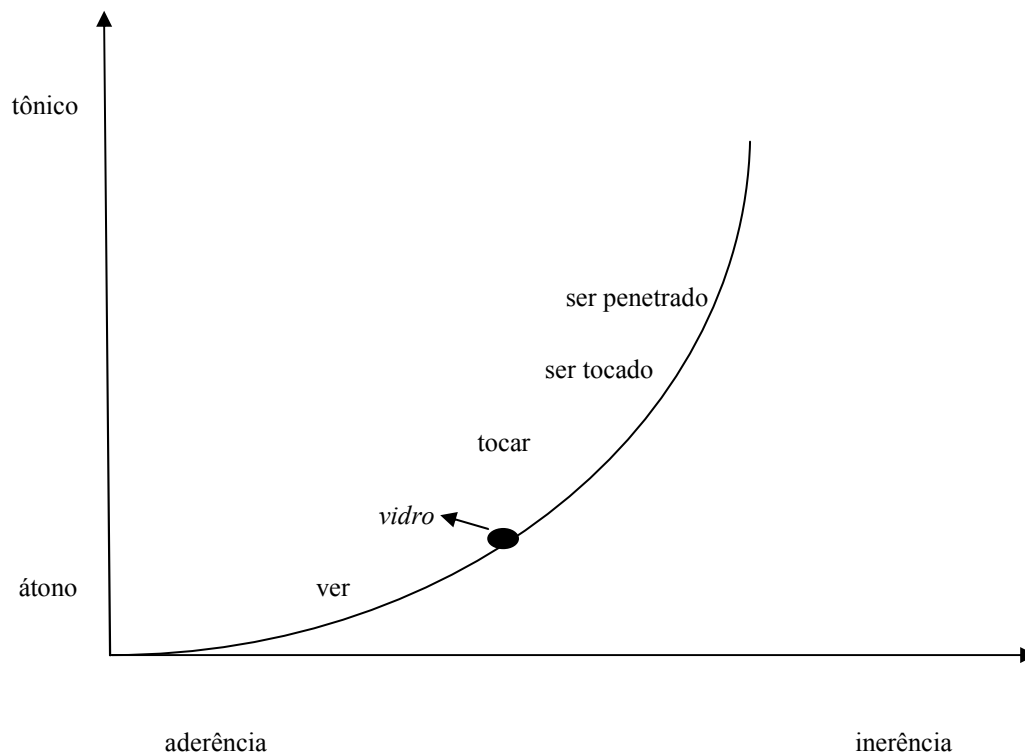


Gráfico 15: tonicidade vs. aderência. Fonte: adaptado de Zilberberg (2011, p. 153).

Benjamin, aliás, já havia chamado atenção para a condição especial do vidro, emblema da contemporaneidade que ele via nascer: "As coisas de vidro *não têm nenhuma aura*" (BENJAMIN, 2012, p. 126, grifos do autor). A diferença principal entre a posição benjaminiana e a do filósofo francês é que, se o primeiro é claramente avesso e crítico em relação ao que os novos tempos estavam anunciando como seus traços fundamentais, o segundo já é mais contido nesse sentido, deixando claro que, apesar da tenuidade assumida pelos objetos, o espaço — e, por via de consequência, a estrutura social como um todo — torna-se mais livre, mais fragmentado, difuso, atributos que tornam o trânsito do sujeito mais leve, conforme já expusemos no item 2.1 e como se vê no trecho:

Hoje em dia não há mais cama; tornou-se assento, divã, canapé, banqueta, ou então desapareceu embutido [...] A mesa faz-se baixa, cai fora do centro, não pesa mais. A cozinha inteira perde a função culinária e torna-se laboratório funcional [...]. *Somos mais livres nos interiores modernos.* (BAUDRILLARD, 2015, p. 52, grifos nossos)

Embora este item priorize o tema do espaço dentro da contemporaneidade, em dada altura Baudrillard (2015, p. 81-92) investe num caminho interessante, em que traz à baila a questão do tempo, aproximação afinal pertinente, levando em conta que ambas as subdimensões, tempo e espaço, caminham juntas na composição do eixo da extensidade.

Segundo o autor, o objeto que ele chama de antigo ou de mitológico, "não tem [...] resultado prático, acha-se presente unicamente para significar [...] não é nem afuncional nem simplesmente 'decorativo', tem uma função bem específica [...]: *significa o tempo*" (p. 82, grifos nossos). Acompanhando mais de perto a argumentação do filósofo, vemos que os tais objetos mitológicos significam não o tempo, mas, sim, sendo mais precisos do ponto de vista da semiótica, o tempo *longo*, de tal modo que "a fascinação pelo objeto artesanal vem do fato deste [*sic*] ter passado pela mão de alguém cujo trabalho ainda se acha nele inscrito" (p. 85). A marca manual, nesse viés, figurativiza a manutenção, no presente, do marco temporal pretérito, em que o objeto foi criado. O traço artesanal perfaz assim a ilusão de um tal alongamento temporal, que faria com que a tonicidade presente na criação se eternizasse, até hoje, no objeto. Desse modo, o objeto antigo sincretizaria: 1) tonicidade alta — "se dá como totalidade, como presença autêntica, tem um estatuto [...] especial. É vivido de outra maneira. É quando, não servindo para nada, serve profundamente para qualquer coisa" (p. 83); e 2) temporalidade longa, distendida, identificando pretérito, presente e futuro — "O tempo do objeto mitológico é o perfeito: ocorre no presente como se tivesse ocorrido outrora e por isso mesmo acha-se fundado sobre si, 'autêntico' (p. 84). Ora, contrastando com aqueles objetos nomeados pelo autor de funcionais, típicos do cenário contemporâneo, complementa:

É isto que evidentemente falta aos objetos funcionais, que existem somente na atualidade, no indicativo, no imperativo prático, esgotando-se no seu uso sem ter tido lugar outrora e que, se asseguram mais ou menos bem o meio ambiente no espaço, não o asseguram no tempo. O objeto funcional é eficaz, o mitológico, perfeito. É o evento completo que ele significa, o nascimento. Não sou aquele que é, isto seria a angústia, sou aquele que foi, segundo o fio de um nascimento inverso do qual este objeto é para mim o signo e que do presente mergulha no tempo: regressão (BAUDRILLARD, 2015, p. 84).

Os objetos funcionais, metonímicos da contemporaneidade segundo a interpretação do filósofo, trazem consigo uma cifra de temporalidade curta ("existem somente na atualidade, no indicativo [...], esgotando-se no seu uso sem ter tido lugar outrora"), ao contrário do que ocorre com os mitológicos.

Por vezes, o filósofo atribui a perda de tonicidade verificada no espaço contemporâneo — é o "vazio simbólico", a "maquinalidade sem alma" (p. 60) que ele enxerga na ambiência de hoje — valendo-se de explicações psicanalíticas, caminho de análise que, até por falta de suficiente competência na ciência fundada por Freud, preferimos não endossar. Seja como for, de acordo com essa chave de leitura,

Objetos e utensílios tradicionais, por mobilizarem o corpo inteiro no esforço e na realização, retêm alguma coisa do investimento libidinal profundo da troca sexual (como em um outro plano a dança e os ritos). Ora, tudo isso é desencorajado, desmobilizado, pelo objeto técnico.

De acordo com o trecho acima, a tonicidade conservada nos objetos mitológicos adviria do investimento libidinal que naturalmente se aplica numa produção que mobiliza o corpo. A reprodução técnica de um objeto, ao retirar a "mão" responsável até então pela produção, suprimiria este investimento libidinal, esta marca de tonicidade, em termos semióticos.

Em resumo, Baudrillard estaria, a seu modo, isto é, valendo-se de seus próprios recursos metafóricos, acenando com uma mudança de que já tratamos, qual seja: um deslocamento de uma área da significação em que predominavam valores de absoluto (tônicos e concentrados) para uma área em que se privilegiam valores de universo (átonos e difusos).

Recapitulemos: os objetos tradicionais, componentes do arranjo burguês, são, no que tange ao eixo vertical do gráfico, mais impactantes (possuem "uma densidade, um valor afetivo que se convencionou chamar sua 'presença'", p. 22)). Essa medida sensível, precisamente por ser acentuadamente impactante, cria um efeito de concentração, no eixo horizontal ("Os móveis se contemplam, se *oprimem*, se *enredam numa unidade*", p. 22, grifos nossos).

Os objetos técnicos, funcionais, criadores da ambiência moderna, por sua vez, apresentam valores tênues, no eixo sensível ("*Os objetos perderam a substância que os fundava*", p. 27; "Assim como a lâmpada ou o espelho, *nenhum objeto deve voltar a ser um ponto de convergência muito intenso*", p. 30 grifos nossos), Tais valores, tênues que são, favorecem a feição difusa em que se desdobram, no eixo horizontal do gráfico tensivo que temos utilizado ("O ambiente funcional [moderno] é mais aberto, mais livre, todavia desestruturado, fragmentado em suas funções", p. 25; "Os cômodos abrem-se, tudo se comunica, fragmentam-se em ângulos, em zonas difusas, em setores móveis. Liberalizam-se", p. 27, grifos nossos). Cabe notar, no entanto, que essa abertura é apenas aparente, como constatamos quando Baudrillard analisa o vidro ("impede [...] tornar-se uma abertura real para o mundo", p. 48).

Bauman (2001, p. 117-163) parece corroborar essa interpretação de atonização do espaço, isto é, leitura segundo a qual uma espécie de difusão espacial associa-se a uma tenuidade dos objetos pertencentes ao campo de presença. As considerações do sociólogo polonês ratificam a ideia de que o espaço, na contemporaneidade, deslocou-se para a área mais difusa, característica dos valores de universo, conforme último gráfico que apresentamos. Analisando, por exemplo, a praça La Défense, em Paris, ele afirma: "O que chama atenção do visitante de La Défense é antes e acima de tudo falta de hospitalidade da praça: tudo o que se vê [...] *desencoraja a permanência*" (BAUMAN, 2001, p. 123, grifos nossos). Ainda que pareça problemático o cotejo entre ambientes domésticos da classe média francesa e uma praça pública do país, vemos pertinência na comparação suscitada por Bauman. A *permanência* na tal praça, vínhamos comentando, não é, com efeito, favorecida, uma vez que o sujeito não está situado na área dos valores de absoluto, em que, aí sim, os objetos participantes do campo de presença, devido a uma cifra alta de tonicidade, pareceriam *concentrados* aos olhos do sujeito. Bem ao contrário, situado que está na área dos valores de universo, em que a tenuidade cifrada nos objetos acaba por criar um efeito de difusão, favorece-se o fluxo, o trânsito do sujeito. Os espaços contemporâneos, continua Bauman: 1) "desencorajam a ideia de estabelecer-se" (p. 130), trecho que sinaliza mais uma vez a predileção pela difusão, e não pela concentração; e 2) são "espaços vazios", "lugares a que não se atribui significado" (KOCIATKIEWICZ; KOSTERA, 1999, *apud* BAUMAN, 2001, p. 131), trechos que deixam evidente a tenuidade, a atonia cifrada nos objetos. Está explicitado, assim, o lugar da significação em que Bauman situa o indivíduo contemporâneo.

A hipótese de Bauman (2001) é de que esses espaços contemporâneos foram pouco a pouco adequando-se a uma demanda inerente ao capitalismo: "o espaço público [...] se destina a servir aos consumidores" (p. 124), de tal modo que os "encontros, inevitáveis num espaço lotado, [...] precisam ser breves e superficiais" (p. 125). Quanto mais breves os contatos, maior o potencial de se partir para uma nova compra, trocando em miúdos ("Qualquer interação [mais concentrada, durativa] os afastaria das ações em que estão individualmente envolvidos e constituiria prejuízo [...]. Não acrescentaria nada aos prazeres de comprar e desviaria corpo e mente da tarefa", p. 125).

É curioso como, em meio à *variedade* de justificativas que encontramos em nosso *corpus* para esse deslocamento da área dos valores de absoluto em direção à área dos valores de universo — Baudrillard frequentemente envereda pela psicanálise, como vimos, ao passo que Bauman, sociólogo que é, propõe soluções em geral ligadas às demandas do sistema capitalista —, pode-se extrair algo de *invariante*, de comum aos dois discursos: a tendência à tenuidade, na dimensão da intensidade, e o conseqüente efeito de difusão, no eixo da extensidade.

Outro interessante caminho que, segundo o sociólogo, teria levado ao que temos chamado *atonização do espaço* diz respeito a uma espécie de descompasso entre as medidas temporais e espaciais que a atualidade fez surgir. Expliquemos melhor. Até certo momento da história da humanidade, havia certa paridade entre as mensurações de espaço e de tempo, de tal modo que

"longe" e "tarde", assim como "perto" e "cedo" significavam quase a mesma coisa: exatamente quanto esforço seria necessário para que um ser humano percorresse uma certa distância — fosse caminhando, semeando ou arando. Se as pessoas fossem instadas a explicar o que entendiam por "espaço" e "tempo" poderiam ter dito que "espaço" é o que se pode percorrer em certo tempo, e que "tempo" é o que se precisa para percorrê-lo. (BAUMAN, 2001, p. 140)

Ora, a partir do momento em que surgem "veículos que podiam se mover mais rápido que as pernas dos humanos ou dos animais" (p. 141), cria-se um descompasso entre as duas medidas: *perto* e *longe* perdem a associação, até então inevitável, que mantinham com *cedo* e *tarde*, respectivamente. Os veículos que pouco a pouco foram surgindo com objetivo de vencer distâncias cada vez maiores num intervalo de tempo

cada vez menor — veículos entre os quais podemos incluir até mesmo a Internet, hoje — esfumaram as noções de perto ou longe: a tudo se chega num instante. Ora, complementa ele: "isso significa que, como todas as partes do espaço podem ser atingidas no mesmo período de tempo (isto é, em 'tempo nenhum'), *nenhuma parte do espaço é privilegiada, nenhuma tem um 'valor especial'* (BAUMAN, 2001, p. 150, grifos nossos). Desse modo, em última instância, o descompasso entre as mensurações de tempo e de espaço — que tanto se acentuou durante os últimos séculos, à medida que foram surgindo veículos cada vez mais eficazes que as pernas humanas — acabou por implicar uma perda de tonicidade no campo de significação do sujeito: uma vez que se pode chegar a qualquer parte do espaço num mesmo instante de tempo, nenhuma fatia de espaço passa a ter um caráter especial, mais *importante*. Todo espaço passa a ser igualmente desimportante. Nenhum ponto assume uma cifra de maior impacto, nenhum espaço recebe uma rubrica privilegiada, nenhuma parte assume valor especial. Ou, de modo mais otimista, enfatizando as vantagens de se frequentar a área dos valores de universo, poderíamos dizer que *todos* os espaços são *igualmente* especiais, na medida em que se pode chegar a todos eles num mesmo período de tempo.

Essa "narrativa" baumaniana, em que ele apresenta o descompasso entre as medidas de espaço e de tempo como razão para a atonização espacial, é mais uma das justificativas que, variando num determinado patamar de observação, convergem no sentido de reconhecer um enfraquecimento no campo de significação do sujeito.

2.4 UM FALSO ACONTECIMENTO

Boa parte do que observamos até aqui em nosso *corpus* poderia nos levar a supor que, na contemporaneidade, o sujeito lida constantemente com aquilo que a semiótica tensiva define por *acontecimento*. A alta velocidade com que os objetos entram no campo de presença do sujeito, bem como a temporalidade breve e a espacialidade fechada decorrentes deste andamento veloz, poderiam sinalizar na direção de algo que arrebatava o sujeito, roubando-lhe por um instante sua condição ativa de quem age, para colocá-lo por um momento na condição passiva de quem sofre. Os caracteres de andamento, tempo e espaço poderiam indicar, em resumo, que o sujeito

contemporâneo lida constantemente com, digamos, fatos desconcertantes, arrebatadores, nos quais "o sujeito é extraído da esfera familiar de seu *agir* e projetado na estranheza do *sofrer*" (ZILBERBERG, 2011, p. 278, grifos do autor). Queremos dizer que o andamento célere, responsável pelo efeito de temporalidade breve e de fechamento espacial, não se combina, no eixo da intensidade, com uma alta tonicidade, o que nos encaminharia facilmente ao conceito tensivo de *acontecimento* (ZILBERBERG, 2011, p. 235-236). Bem ao contrário, verificamos que o campo de presença do sujeito contemporâneo apresenta uma tonicidade baixa ou, simplesmente, uma *atonía*.

Tal arranjo (temporalidade breve e espacialidade fechada, no eixo da extensidade; e andamento rápido e tonicidade baixa, no eixo da intensidade) poderia intrigar, de certo modo, a teoria sobre a significação da qual partimos, já que a alta velocidade não reflete num assomo de intensidade. Assim, não temos a dominância do *sobrevir* — que demanda altas medidas não só de andamento, mas também de tonicidade, como já vimos —, o que explica a ausência do *acontecimento*, seu "correlato objetual" (ZILBERBERG, 2011, p. 236). A baixa tonicidade, ratificada até aqui de diferentes maneiras, por diferentes metáforas, a partir de distintos vieses teóricos, impede uma conclusão nesse sentido. Como vimos, os objetos que entram no campo de significação do sujeito em geral o impactam pouco. É, bem ao contrário, tomando-se por base uma escala polarizada entre o *forte* e o *fraco*, este último que se associa aos objetos.

Nesse sentido, de um lado, a alta velocidade com que os objetos entram no campo de presença do sujeito rege, como vimos, uma temporalidade breve e uma espacialidade fechada. Com isso, o sujeito parece por vezes *surpreendido* pelos objetos que entram em seu universo significante. Dessa forma, no dizer de Birman (2015, p. 115, grifos nossos), "o eu não tem o poder de *antecipação* dos acontecimentos para poder circunscrever devidamente o impacto das intensidades". Pareceria, *se observássemos o fenômeno apenas até aqui*, dessa maneira, que o mundo *sobrevém* ao sujeito. No entanto, ao contrário do que seria mais esperado numa situação como essa, em que "a subjetividade fica diante de algo que a ultrapassa" (BIRMAN, 2015, p. 115), o que vemos em nosso *corpus* é uma espécie *rapidez sem grande impacto*. A situação é, de fato, *sui generis*, pois temos uma "*velocidade traumática* com que os acontecimentos da vida atual afetam os sujeitos, [porém] sem produzir *nada de significativo*" (KEHL,

2015, p. 168, grifos nossos). Isso equivale a dizer que estamos diante de um andamento rápido ("velocidade traumática") e de uma atonia ("nada de significativo").

Cotejemos estas observações extraídas de nosso *corpus* com a colocação de Zilberberg (2011, p. 236) acerca do *acontecimento*:

O andamento do acontecimento é evidentemente rápido, mas o que isso quer dizer exatamente? A celeridade [...] acarreta no sujeito siderado uma espécie de tempo negativo, crescente, que expelle o sujeito para fora de si. A tonicidade, por sua vez, é extrema [...]. Essa saturação da tonicidade significa para o sujeito uma "tempestade" modal que vê o sofrer suplantar o agir.

A definição é clara o suficiente para entendermos que aquilo que a semiótica tensiva entende por acontecimento traz a reboque, conjuntamente, uma cifra de alta velocidade e de alto impacto. Lembremos a este propósito, embora isso seja bastante familiar entre semioticistas, que tais cifras foram extraídas por Zilberberg da própria definição que o Dicionário *Micro-Robert* traz para acontecimento: "aquilo que *chega* [trecho em que Zilberberg flagra um traço de velocidade] e *tem importância* para o homem [parte em que capta a cifra tonicidade]"¹⁸.

Maria Rita Kehl (2015, p. 157, grifos nossos) acaba encontrando um sintagma que nos parece traduzir com precisão a situação tensiva específica que distingue o sujeito na contemporaneidade. A combinação que tentamos explicitar até aqui, levando em conta andamento, tonicidade, temporalidade e espacialidade, acabaria por fazer com que "os estímulos recebidos [...] se pareçam com *pequenos traumas*". Destriçando o sintagma grifado, colocamos à apreciação:

	"pequenos	traumas"
Justificativa tensiva	porque átonos	porque rápidos

Tabela 9: destriçamento tensivo de "pequenos traumas". Fonte: elaboração nossa, a partir de Kehl (2015) e Zilberberg (2011).

A tonicidade elevada, extrema até, que participa da definição de acontecimento, não encontra respaldo na tenuidade dos objetos que circulam na contemporaneidade.

¹⁸ No original: "Ce qui arrive et qui il a d'importance pour l'homme". Tradução e grifos nossos.

Em outras palavras, "a velocidade [alta] com que a consciência é assolada" associa-se a um "*prosaico e corriqueiro choque*" (KEHL, 2015, p. 175, grifos nossos). Nada de grandes impactos. A velocidade, nesse caso, ao que parece, em lugar de multiplicar-se com uma alta medida de tonicidade e com isso produzir um canônico e irrepreensível acontecimento, o que nos faria ecoar as palavras de Zilberberg (2011, p. 71) — "o produto do andamento pela tonicidade tem por resultante necessária o impacto, o significado inapreciável de toda exclamação"—, parece abrir caminho para um arranjo de significação bastante distinto, em que essa velocidade, sendo uma condição constitutiva, elemento de partida, introjeta-se como *hábito* e respalda a atonia que se verifica na arena perceptiva do sujeito. Estamos lidando, afinal, em primeiro lugar, com um elã da rapidez. Esta, assim, no caso específico da subjetividade contemporânea, parece já nascer como *norma*, tornando-se, por isso, pouco afetante. Ao ser vivenciada como *hábito*, mina-se qualquer possibilidade de realização da (tônica) experiência benjamiana.

Quando Maria Rita Kehl lança mão da expressão oximoral transcrita acima ("prosaico e corriqueiro choque"), está apenas tentando abarcar a especificidade de um arranjo que, com efeito, é rápido, porém átono; é átono, embora rápido. Destrinçando na mesma tabela utilizada acima, chegaríamos a algo como:

	"prosaico e corriqueiro choque"	
Justificativa tensiva	porque átono	porque rápido

Tabela 10: destrinçamento tensivo de "prosaico e corriqueiro choque". Fonte: elaboração nossa, a partir de Kehl (2015) e Zilberberg (2011).

Talvez, com toda essa explanação, possamos compreender melhor o que está implícito na provocante colocação de Baudrillard (2017, p. 163, grifos nossos) "Entramos agora no mundo do *pseudo-acontecimento* [...]". *Pseudo* porque há um traço de rapidez, sim, mas que, devido às razões acima, não geram impacto.

2.5 SUJEITO DO FAZER E DOMINÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ALTERIDADE

No que respeita ao eixo da extensidade, dos estados de coisa, articulado pela semiótica tensiva em temporalidade e espacialidade, vimos que o indivíduo contemporâneo revela-se inserido numa temporalidade breve e numa espacialidade fechada. A constatação de Birman (2014, p. 51) de que a subjetividade "se cola [...] no aqui e no agora" é emblemática nesse sentido, pois, de fato, ecoa a condição de um sujeito que, regido pelo elã da rapidez, acaba por se restringir às coordenadas espaço-temporais típicas de quem está, diríamos com o próprio Birman (2014, p. 9), fixado num "eterno presente" — o mundo reduzido ao aqui (espacialidade fechada) e ao agora (temporalidade breve).

Quando Marisa Schargel Maia (2002, p. 88), psicanalista também interessada naquilo que distingue a individualidade contemporânea, enxerga um "somatório de presentes no qual nada se aprende com a experiência vivida, já que a dimensão de passado e futuro é retirada do presente", também está apontando para esta dificuldade de o sujeito descolar-se do presente, o que lhe permitiria reconhecer-se não só no aqui-agora em que está encruzilhado, mas também num lá-então em que ele poderia — se conseguisse alongar o tempo e abrir o espaço de seu campo de presença — *identificar-se*. "Proibir o passado de se relacionar com o presente" (BAUMAN, 1998, p. 113) significa impedir que o sujeito se *identifique* com um outro espaço-tempo que não seja o do aqui-agora. "Viver o presente, nada mais que o presente, não mais em função do passado e do futuro" (LIPOVETSKY, 2005, p. 33) traz a reboque não a condição de alguém que se *identifica* como um só e mesmo sujeito reconhecido num fio temporal mais longo, mas, ao contrário, traz à tona a condição de um sujeito que — justamente por viver sucessivos presentes, desconectados entre si — se apresenta a cada vez *diferente*.

Noutras palavras, o somatório de presentes que não dialogam entre si, que não formam entre si uma estrutura temporal una, confere ao sujeito um efeito de *alteridade*, oposto ao princípio de *identidade* que se revelaria mais claramente se ele se reconhecesse como parte de uma estrutura que abarca passado, presente e futuro. Devemos a Edward Lopes (1990), semioticista brasileiro, a proposta segundo a qual a subjetividade humana se constituiria parte pelo que ele chama de *princípio da*

identidade, parte pelo que denomina de *princípio da alteridade*. Expliquemos brevemente tal categoria.

De acordo com o princípio da alteridade, o que o sujeito é, hoje, "não é mais alguma coisa que ele já foi no passado, nem é, ainda, completamente, o que virá a ser no futuro [...] Desse ponto de vista, *o eu do ator é um não-ser*" (LOPES, 1990, p. 159, grifos do autor). Ou seja, sob esse ponto de vista, o que somos neste instante não é mais o que fomos um momento atrás, nem é, ainda, o que seremos logo mais. É, assim, esse o princípio que nos dá sempre a possibilidade de *mudar*. Observemos, no entanto, imaginando uma situação limítrofe, que, se fôssemos constituídos apenas com base no princípio da alteridade, sequer poderíamos nos reconhecer como um mesmo sujeito: sendo, a cada instante, diferentes do que fomos um momento antes e do que seremos um momento adiante, seríamos pura diferença — um *ser* a cada vez. Ora, isso não ocorre porque, segundo Lopes, parte de nossa subjetividade é contrabalaneada pelo princípio da identidade, segundo o qual o *eu* também se revela

[...] por um resto do que ele foi no passado, mais o embrião do que ele virá a ser no futuro (se ele não fosse, ainda, algo que já foi, e se não fosse ao mesmo tempo algo do que virá a ser, sua construção violaria o princípio da identidade, e já não poderíamos reconhecê-lo como o 'eu' de um só e mesmo ator). Desse prisma, *o eu do ator é um ser*. (LOPES, 1990, p. 159, grifos do autor)

Isto é, aquilo que somos, agora, tem de guardar uma semente do que seremos um instante adiante e também uma parcela do que fomos um momento atrás: sem essa condição, não conseguiríamos nos reconhecer, nesses três momentos, como um só e mesmo indivíduo. Pensar nessas situações-limite, em que apenas um dos dois princípios guiaria a subjetividade, ajuda a compreender que, com efeito, é uma mistura das duas que nos guia e que nos define. Temos assim que a subjetividade se revela como uma *"/parte de ser/ + /parte de não-ser/"* (LOPES, 1990, p. 159), isto é, constrói-se tanto com base no princípio da identidade quanto no princípio da alteridade.

Ora, recuperando Birman (2014), se o sujeito mostra-se incapaz de "transformar o instante numa continuidade", de tal maneira que "é a *pontualidade* da [...] presença que aqui se impõe" (BIRMAN, 2014, p. 101, grifos nossos), isso se dá porque os instantes vividos atrelam-se predominantemente — mas não exclusivamente, o que

significaria a implosão do sujeito como uma estrutura una, reconhecível — ao princípio da alteridade: o que se é advém muito mais do acúmulo de uma série de momentos que se afiguram a cada vez *diferentes* (não-ser) do que da inserção destes momentos numa continuidade que os *identifique* (ser). Do mesmo modo, utilizando agora uma expressão de Paula Sibilia (2016, p. 154), de cuja obra falaremos outras vezes ao longo deste trabalho, a "sensação de viver num perpétuo presente, como característica inerente à contemporaneidade" também sinaliza uma clara dominância do princípio da alteridade como traço distintivo de nossa individualidade.

Esta dominância da alteridade sobre a identidade coaduna-se com um campo de presença regido, como temos defendido, por um elã da rapidez (ZILBERBERG, 2011), na medida em que o andamento rápido de base, tornando a temporalidade mais breve e a espacialidade mais fechada, acaba criando, digamos, *instantes descontinuados*, apartados uns dos outros, desconectados entre si. *Diferentes* a cada vez — daí a relação com o princípio da alteridade. O elã da lentidão, ao contrário, encaminhando uma temporalidade mais longa e uma espacialidade mais aberta, favoreceria, parece-nos, a manutenção de uma estrutura mais facilmente reconhecida como única. Conferiria à subjetividade um maior efeito de continuidade. O elã da lentidão, em suma, favoreceria, se pudermos dizer assim, a visualização de mais *histórias* (entendo por *história* a possibilidade de transformar diferentes instantes em partes constituintes de uma mesma estrutura que lhes confere coesão), em vez da sucessão de presentes desconectados que parecem marcar a contemporaneidade. A lentidão de base, enfim, privilegiaria o princípio da identidade.

Paula Sibilia (2016, p. 157-158) reacende, a propósito do que temos discutido nessa seção, duas imagens metafóricas — dissemos *reacende* porque tais imagens foram lançadas inicialmente, embora apenas *en passant*, por Freud (2010a, 2010b), e desenvolvidas com mais minudência décadas depois, quando Philippe Dubois (2012) as utiliza em benefício de sua pesquisa envolvendo cinema, imagem e memória — que ajudam a compreender a maneira como se organiza o tempo-espço da subjetividade contemporânea. Trata-se das cidades arqueológicas de Roma e de Pompeia. A primeira figuraria como exemplo do princípio de identidade, na medida em que cada um de seus fragmentos, em vez de se apartarem como estilhaços desconectados uns dos outros, *identificam-se* como partes de um *todo* que as integraliza. Cada vestígio ganha contornos de continuidade. Por outro lado, Pompeia representaria o princípio da

alteridade: "a alusão à cidade petrificada evoca [...] um instantâneo eternizado, genuína lembrança quase fotográfica de um momento único e irrepetível. Um bloco de espaço-tempo congelado de uma só vez e por sempre [...]" (SIBILIA, 2016, p. 158). Nas palavras de Dubois (2012, p. 20),

Roma e Pompeia, enquanto metáforas arqueológicas, oferecem [...] a imagem de dois regimes de temporalidade distintos [...]: de um lado, um tempo do acúmulo, da continuidade, da duração, da contemplação [...] — mas fragmentário; de outro, um tempo da apreensão, do corte, do instante, da ruptura, da unicidade — mas totalizante.

Ora, se o efeito de subjetividade que se revela nos textos com que temos trabalhado vincula-se à *instantaneidade e indivisibilidade*, sentimo-nos seguros para afirmar que os objetos que entram no campo de presença do sujeito se assemelharão muito mais a sucessivas e diferentes Pompeias do que a fragmentos de uma só e mesma Roma.

Nesse sentido, Bauman (1998, p. 23, grifos nossos) afirma que aquele que deseja ser aceito no que ele chama de mundo pós-moderno, vale dizer, contemporâneo, "tem de mostrar-se capaz de [...] se regozijar com a sorte de *vestir e despir identidades*. Nem todos podem passar nessa prova. Aqueles que não podem são a sujeira da pureza pós-moderna". O sociólogo chama atenção, desse modo, para o que seria uma espécie de euforização do princípio de alteridade ou, se se preferir, uma disforização do princípio de identidade. Aponta ainda que "as identidades [hoje em dia] podem ser adotadas e descartadas como uma troca de roupa" (BAUMAN, 1998, p. 112), para em seguida avaliar as duas faces fóricas que ele enxerga nesta facilidade com que tais identidades podem ser abraçadas ou eliminadas:

O horror da nova situação é que todo diligente trabalho de construção [de um princípio de identidade] pode mostrar-se inútil; e o fascínio da nova situação, por outro lado, se acha no fato de não estar comprometida por experiências passadas, de nunca ser irrevogavelmente anulada, sempre 'mantendo as opções abertas'. (BAUMAN, 1998, p. 112-113)

Manutenção de uma temporalidade mais longa, a compor organicamente passado, presente e futuro, mantendo, com isso, o sujeito um tanto refém dessa *pesada* estrutura temporalizante que o identifica; ou predileção por um *agora*, de feição mais *leve*, que, convocado a cada vez, abre mão daquele fio temporalizante mais longo em benefício do que se apresenta como sempre novo, "mantendo as opções abertas"? A leveza efêmera e libertadora nascida de uma série de agoras que se acumulam sem se identificar, ou a estruturação mais consistente, dura e, por isso mesmo, menos libertadora, que atrela o sujeito a um passado e a um futuro? Eis as cartas que Bauman (1998) parece pôr à mesa. Segundo o próprio pesquisador, "o mundo construído de objetos duráveis foi substituído pelo de produtos disponíveis projetados para imediata obsolescência" (p. 112), de tal modo que a própria identidade subjetiva também entra nessa dinâmica que tende à obsolescência, ao descartável. Também nesse sentido, afirma que a contemporaneidade privilegia "uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais", ao passo que o momento histórico anterior, dominante ao longo do século XIX, privilegiava "uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual" (BAUMAN, 1998, p. 10). A *segurança* a que se refere Bauman estaria calcada no princípio da identidade, enquanto a *liberdade* teria como pressuposto o princípio da alteridade. Hoje, então, os indivíduos valorizariam sobretudo a face libertadora do princípio da alteridade, em detrimento da segurança — a seus olhos sufocante — do princípio da identidade. Maia (2002, p. 87, grifos nossos), a propósito, observa: "Os indivíduos precisam se *desvencilhar de suas histórias, suas identificações e seus ideais* para se tornarem mais *contingentes e flexíveis* [...]"

Gostaríamos agora de mostrar de que modo o princípio da alteridade, predominante hoje, deságua numa forte inclinação do sujeito para *agir*, isto é, para mergulhar um tanto irrefletidamente na dimensão do *fazer*. Vejamos a citação abaixo:

A temporalidade tecida de uma sequência de instantes que comandam *sucessivos impulsos à ação*, não sustentados pelo saber que advém de uma prévia experiência de duração, é uma temporalidade vazia, na qual nada se cria e da qual não se conserva nenhuma lembrança significativa capaz de conferir valor ao vivido." (KEHL, 2015, p. 116, grifos nossos).

Minimizada a duração dos objetos no campo de presença — o que se deve ao andamento rápido (a "pura pressa" [...] atropela a duração") —, o sujeito acaba por agir sem saber ("sucessivos *impulsos à ação*, não sustentados pelo *saber* que advém de uma experiência prévia de *duração*"). Assim, temos que a alta velocidade pela qual o campo de presença é regido deságua em última instância no percurso narrativo do sujeito, uma vez que as performances ocorrerão — porém, por estranho que seja, sem que o sujeito esteja devidamente equipado do ponto de vista modal para a realização do fazer. A alta celeridade, portanto, não impede, mas altera significativamente a qualidade, o modo com que serão realizadas as performances. Trata-se, não à toa, diz-nos a psicanalista, de "*impulsos à ação*", expressão que acentua o traço de velocidade em que temos insistido e que se harmoniza com um campo de presença assentado no elã da rapidez. O dicionário Houaiss, nesse sentido, apresenta, para o termo *impulsivo*, a seguinte colocação: "[...] 2. Diz-se de [...] indivíduo que [...] reage sob o impulso do momento, de maneira irrefletida" (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1058, grifos nossos). Infere-se aqui um coeficiente de velocidade, fruto de quem reage *sob o impulso do momento*, bem como a ausência de um caráter mais *agentivo* por parte do sujeito ("de maneira irrefletida"). Temos portanto um sujeito que, incompetente — já que acelerado — para entrar em conjunção com um saber que lhe concederia maior controle sobre seu campo de presença, age sucessiva ("*sucessivos impulsos à ação*") e desgovernadamente. Constantemente estimulado a *fazer* sem que antes tenha passado por uma *experiência de duração* que lhe permitiria se reconhecer mais claramente dentro de um *princípio de identidade* (LOPES, 1990), o sujeito age a esmo, assustadiço, sem saber. Assim, tomando por base este mergulho irrefletido numa dimensão do *fazer*, dimensão da qual o sujeito não consegue (talvez sequer queira) se desvencilhar, Birman (2014, p. 82, grifos do autor), sentencia: "No *cogito* da atualidade, o que se enuncia ostensivamente é: *agir, logo existir*. O agir é o *imperativo categórico* na contemporaneidade".

Não se trata de disforizar sumariamente a dimensão do *fazer*, etapa inerente ao percurso narrativo de qualquer indivíduo e, mais que isso, fundamental, de um ponto de vista narrativo, para uma possível conjunção com os objetos de valor euforizados. Aquilo para o que os pesquisadores estão chamando atenção é o domínio excessivo que esta dimensão tem assumido na atualidade.

Imergir unicamente numa dimensão distendida de tempo, conforme argumentamos anteriormente, favorece a transmissão da *experiência benjaminiana*, é

verdade; por outro lado, torna mais difícil para o sujeito corresponder, sob a forma de *ação*, às exigências rotineiras. É nesse sentido que Kehl (2015, p. 160) pondera: "Quem dirige o carro em uma autoestrada ou atravessa a pé uma avenida movimentada, sabe que o corpo prescinde do pensamento e afasta a memória e o devaneio a fim de tomar as decisões adequadas às pressões do momento". Cabe, portanto, nesse sentido de valorizar a etapa narrativa da performance, a ressalva de que

O sucesso de grande parte de nossas ações cotidianas, que exigem respostas rápidas [...], depende de que não nos deixemos tomar pelos devaneios [...]. Essas formas "dilatadas" da atividade psíquica distraem os sujeitos das exigências impostas pelo presente. (KEHL, 2015, p. 160).

No fim das contas, podemos constatar uma combinação entre, de um lado, uma dimensão ligada ao fazer, a qual, assentada no *elã* da rapidez, resultaria numa temporalidade breve e num traço de atonia; de outro, teríamos a transmissão da experiência benjaminiana, tônica por excelência, e dependente de uma temporalidade longa e de um *elã* da lentidão.

Como se pode notar, o andamento célere inviabiliza o momento de duração necessário à experiência benjaminiana. O saber legado nesse processo encontra, na alta velocidade pela qual o sujeito é regido, um obstáculo intransponível. A experiência cunhada por Benjamin, portanto, pressupõe um andamento lento, sem o qual o sujeito é simplesmente impulsionado, ainda incompetente (e *porque* incompetente), a sucessivas performances. Salta-se então de um fazer a outro sem dispor de um andamento necessária e suficientemente lento que permitisse ao sujeito *parar*, que lhe permitisse sancionar de que modo uma dada performance se vincula ao que ele foi, um instante atrás, e ao que ele será, logo adiante. Não: os instantes permanecem desconectados, perde-se o fio temporalizante que os *identificaria* como pertencentes a um só e mesmo sujeito. Escamoteia-se assim o princípio de identidade do sujeito, ganhando relevo seu par complementar, o princípio da alteridade (LOPES, 1990). A lucidez que o sujeito poderia adquirir em relação a seu próprio estado é engolida por um *sôfrego* sujeito do fazer. É importante notar, por outro lado, como tal configuração se amolda aos imperativos de um consumismo desenfreado, por um lado, e da manipulabilidade das consciências, politicamente falando. A experiência, desse modo, espacializa-se

(BIRMAN, 2014) — já que suas partes seguem apartadas umas das outras — e reduz-se ao fazer. Nesse sentido, Birman (2014, p. 132-133) afirma:

Quando consultam o psiquiatra, o psicólogo e o psicanalista, a única pergunta que fazem é reveladora desta condição de suspensão da possibilidade de pensar: *O que devo fazer?* [grifo do autor] Se *nesta indagação se evidencia como o pensamento está anulado*, como possibilidade de resolver problemas e superar conflitos, *o que vem ao primeiro plano é algo que se inscreve no registro estrito da ação*. Enfim, *é o fazer que insiste, reiterando o lugar do registro da ação na subjetividade contemporânea*. (BIRMAN, 2014, p. 132-133, grifos nossos)

O andamento de base célere ilumina a "suspensão da possibilidade de pensar" referida no trecho acima. Queremos dizer que "o pensamento está anulado, como possibilidade de *resolver* problemas" porque, de fato, o ato tensivo de *resolução* exige necessariamente uma diminuição da velocidade com que o objeto entra no campo do sujeito. Impelido sucessivamente a cumprir diferentes performances que não se identificam, o sujeito não consegue acomodar os rápidos instantes vividos numa dimensão mais lenta — e por isso mesmo mais inteligível. Advém daí sua dificuldade em "resolver problemas e superar conflitos": seria preciso desacelerar, diminuir a velocidade daquilo que o tomou de assalto para, então, reaver esta "possibilidade de pensar". Concordando com esta linha de pensamento, embora levando-a para a conclusão mais precisamente psicanalítica que lhe interessa, Kehl (2015, p. 148) adverte: "[...] o tempo vazio de que sofrem os depressivos pode estar relacionado não tanto a uma vida inativa, mas em primeiro lugar, a uma vida limitada ao fazer". Restringir-se ao fazer traz a reboque a atonia ("tempo *vazio*"), parece assinalar a psicanalista. Um gráfico tensivo pode ilustrar com precisão o que estávamos acompanhando apenas verbalmente até então:

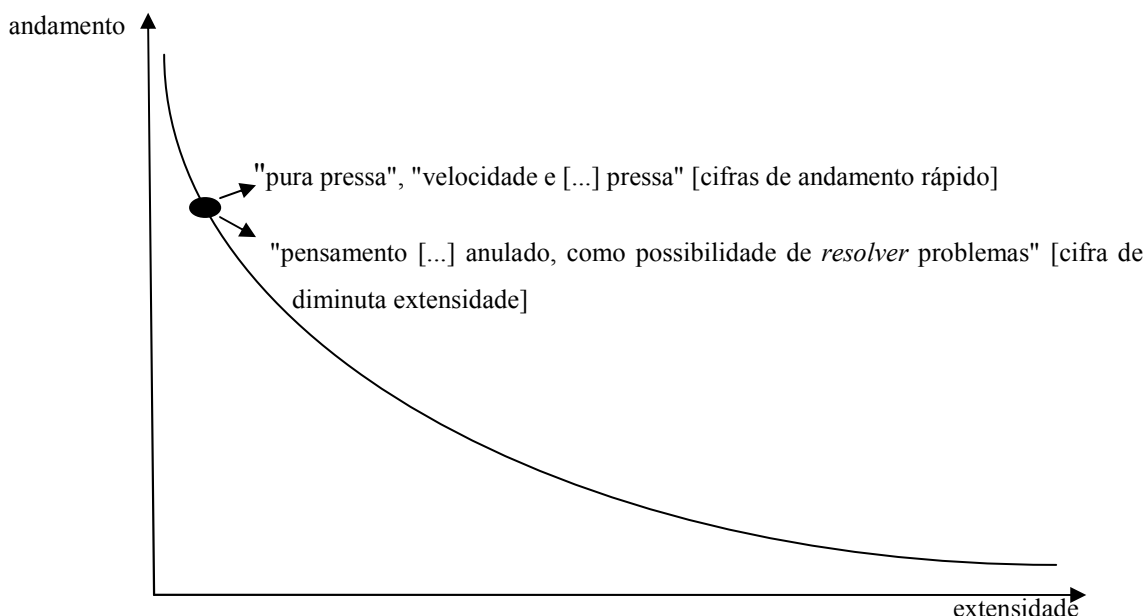


Gráfico 16: andamento vs. extensidade, ponto de vista do analista. Fonte: elaboração nossa, a partir de Kehl (2015), Birman (2014) e Zilberberg (2011).

Extensidade é o termo técnico que a semiótica tensiva proposta por Zilberberg (2011) emprega para a dimensão inteligível da significação. Ela se articula em temporalidade (mais ou menos breve, mais ou menos longa) e espacialidade (mais ou menos fechada, mais ou menos aberta). Assim, a curva do gráfico evidencia uma relação inversa entre o andamento e inteligibilidade: quanto mais rápida for a velocidade de entrada dos objetos no campo de presença do sujeito, menor será sua capacidade de alongar o tempo e abrir o espaço — ou, nos termos do psicanalista, mais acentuada será a "suspensão da possibilidade de pensar".

À sua maneira, Marisa Schargel Maia (2002, p. 85-92) também partilha da ideia de que o sujeito contemporâneo, incapaz de se *antecipar* aos eventos que lhe ocorrem, simplesmente *sofre-os*, o que faz a autora afirmar que "as individualidades contemporâneas 'funcionam' em um registro de impacto traumático" (p. 85). No mesmo diapasão, aponta que "o cotidiano passa a existir em uma atmosfera de catástrofe iminente e, aparentemente, as catástrofes ocorridas não são coletivas, mas silenciosas, atingindo os sujeitos no dia-a-dia [*sic*]" (MAIA, 2002, p. 90). As dores, as psicopatologias típicas da contemporaneidade são, segundo a autora, resultado de um sujeito que não "utilizou o recurso da angústia para se preparar para o choque". "Angústia" assume, neste trecho do ensaio, um traço de *espera* ("angústia [...]

considerada um sinal [...] que anuncia ao psiquismo qualquer ameaça à sua estabilidade [...] funciona como sentinela, dando ao psiquismo o sinal de que ele precisa se preparar [...]", p. 89-90). Distante da possibilidade de se deixar reger pelo elã da lentidão, não se adquire a competência para se acomodar em maior extensidade os objetos que entram no campo de presença; regido por uma rapidez de base, com efeito, o sujeito não sabe e não pode "se preparar para o choque".

Assim, Maia traduz — numa sintaxe a princípio estranha à nossa língua, mas que talvez justamente por isso ilumine com precisão o arranjo em questão — o incômodo desses impactos não transpostos numa dimensão mais inteligível: "O sujeito [...] *age a dor*, sendo incapaz de representá-la" (MAIA, 2002, p. 91, grifos da autora). Complementa ainda: "No *agir a dor*, há um psiquismo inundado por intensidades e esse agir não é voluntário nem contém qualquer intenção" (p. 92, grifos da autora), "*Agir a dor* é bem diferente de *expressar a dor*" (p. 92, grifos da autora). Se *expressar a dor* apontaria para um ato relativamente consciente, oriundo de uma aquisição prévia de saber, *agir a dor*, por sua vez, traduz narrativamente a situação de quem, *embora aja, isto é, embora se manifeste superficialmente como sujeito do fazer, é, sobretudo, numa camada mais profunda, um sujeito do sofrer*.

As sucessivas performances — das quais o sujeito não consegue se desvincular em benefício de um percurso mais lento, no qual tais performances deixariam de figurar como instantes apartados uns dos outros — seriam, a um só tempo, resultado de um campo de presença assentado no elã da rapidez, mas também manifestação somática de um estado passional disfórico, já que doloroso. Noutras palavras, o constante *agir*, mais que resultado de um sujeito movido por um andamento rápido, figuraria como manifestação somática do incômodo arranjo passional de quem parece querer alterar as relações de seu campo de presença, mas não sabe como fazê-lo. Arranjo passional de quem, em dado momento de seu percurso, avalia que *quer não ser* mais um "acumulador de sensações", na feliz expressão de Bauman (1998, p. 183), mas, precisamente devido ao quadro tensivo que rege seu campo de presença, *não sabe não ser* um desses "coletores de sensações" (BAUMAN, 1998, p. 43). Situação labiríntica, circular, eis o ponto para o qual queremos chamar atenção. Ademais, a figura do acumulador de sensações parece-nos, com efeito, uma metáfora que traduz com precisão o sujeito dominado prioritariamente pelo *princípio de alteridade* (LOPES, 1990), acumulador de instantes *especializados* (BIRMAN, 2014). A pergunta "O que

devo *fazer*?", que, segundo Birman, o sujeito frequentemente traz ao psicanalista, iluminaria com exatidão o círculo do qual ele não consegue escapar: para compreender que não se trata de *fazer* algo, ele precisaria justamente se desvincular do regime acelerado que mantém o registro da ação como única possibilidade de liquidar sua falta. Aquilo que reconhecemos como constante definidora da subjetividade, portanto, não se estabiliza exatamente em traços, mas sobretudo na reiteração das ações.

Expressar a dor, voltando agora à ponderação de Maia (2002), significaria, em termos tensivos, lançá-la numa dimensão mais extensa, mais inteligível. Para tanto, seria necessário atenuar a velocidade de um campo que está "inundado por intensidades". Desse modo, a estranha sintaxe que temos em "*agir a dor*" traduz a contento a situação de quem, tendo numa alta velocidade regente seu modo de existência mais premente, acaba, com efeito, saltando *irrefletidamente* de uma a outra performance ("esse agir não é voluntário nem contém qualquer intenção"). Dessa maneira, a dor se mantém, diria Birman, *especializada* — presa a um *princípio de alteridade*, complementar o Edward Lopes citado anteriormente.

É nesse viés que Maia (2002, p. 88) traz à tona, como metáfora do sujeito contemporâneo, a figura do *adicto*, "que, no âmbito social, diz respeito a esse ser guloso, impaciente e irritadiço que precisa ingerir qualquer coisa — sapatos, bebidas, carros, roupas, imagens televisivas, viagras, lexotans — para aplacar seu mal-estar". Essa sequência de variadas ações diz respeito, a nosso ver, a uma repetição quase mecânica de práticas que exaltam a celeridade. A impaciência, situação típica de quem não pode e/ou não sabe e/ou não quer esperar, é, afinal, uma condição que se harmoniza com o estado de um sujeito pouco afeito à lentidão. O *adicto* contemporâneo, nesse sentido, cumpre qualquer performance ("ingerir qualquer coisa") como se acreditasse que o *valor* — abstrato por excelência — que lhe falta pudesse estar inscrito em algum dos objetos concretos com que ele vai desenfreadamente entrando em conjunção ("sapatos, bebidas, carros, roupas, imagens [...]"). Não percebe, assim, que seu incômodo advém da mera incompetência para inserir seu próprio percurso num fio temporalizante mais longo ou, noutros termos, no *princípio de identidade*, segundo categoria de Edward Lopes. Calcado no elã da rapidez ou da vivacidade, o sujeito perde a condição de lentidão que lhe permitiria justamente estagnar sua irrefletida ação no mundo ou, em termos tensivos, *parar a continuação* de sua corrida.

Maia (2002) distingue a figura do adicto adoecido do adicto contemporâneo. A diferença estaria apenas num nível mais superficial, já que o primeiro, ao encontrar uma droga ou um conjunto de drogas que traz uma breve sensação de completude, "cometeu um erro de cálculo: pensou ter encontrado um atalho que atenderia à demanda de gozo contínuo, mas esqueceu que teria de negociar com a dor intervalar". O adicto contemporâneo, por sua vez, sequer chega a reconhecer um objeto-valor que o complete, que o realize plena, ainda que rapidamente — como no caso do dependente químico. Ambos, porém, segundo a psicanalista, identificam-se na "quebra do tempo histórico, ou seja, na dissociação entre presente, passado e futuro", de tal modo que "a lógica [...] operante é a das cisões, das dissociações e, por conseguinte, as neopatologias são a versão grotesca da lógica adicta" (MAIA, 2002, p. 89).

Noutros termos, o andamento célere cria uma temporalidade de tal modo breve, que o sujeito tem dirimida a competência necessária para associar presente, passado e futuro. A alta velocidade, na medida em que, como temos visto, abrevia a temporalidade e fecha a espacialidade, põe o sujeito numa relação apenas com *instantes*, ou seja, momentos a cada vez diferentes, porque se perdeu o fio temporalizante que conferiria coesão entre esses instantes. Eis a "quebra do tempo histórico" a que se refere Maia.

Diante de tal configuração, podemos dizer, no limite, que deixa de haver uma estrutura a ser perseguida pelo sujeito: perde-se o sentido de direção, pois os instantes não se inserem como partes constituintes de uma ordem. Os momentos não se enquadram numa sintaxe elementar que os revelaria como início, meio ou fim. Esfarela-se, assim, a capacidade de alongamento temporal do indivíduo. É nesse sentido, em defesa de uma temporalidade longa, que Maria Rita Kehl (2015, p. 119, grifos nossos) afirma que "por essa 'magia lenta' que é a psicanálise, os depressivos se instalam aliviados, *sem pressa*, seguros de que *é dessa temporalidade distendida que eles precisam*". Kehl aponta, destarte, a psicanálise como destinador da lentidão, isto é, como entidade capaz de fornecer ao sujeito o poder-fazer — poder instaurar um andamento lento ("sem pressa"), condição para uma temporalidade longa ("temporalidade distendida").

Se, de um ponto de vista mais estritamente psicanalítico, Birman (2014) relaciona a dificuldade de *simbolização*, traço marcante de nossa subjetividade contemporânea, à rarefação de nossa capacidade de temporalização e consequente espacialização de nossa experiência, nós entendemos que, embora relacionada ao

abreviamento da temporalidade e ao fechamento da espacialidade, a dificuldade de simbolização repousa, num nível mais profundo, no andamento rápido demais. É ele que responde pelo tempo, que se abrevia; pelo espaço, que fecha; e, aos que desejam mergulhar mais densamente nas categorias da psicanálise, pelo "pensamento [que] se suspende [...], impossibilitando as simbolizações" (BIRMAN, 2014, p. 133). O gráfico abaixo esmiúça a condição a que se veem submetidas as duas subdimensões da extensidade — temporalidade e espacialidade — diante do andamento veloz:

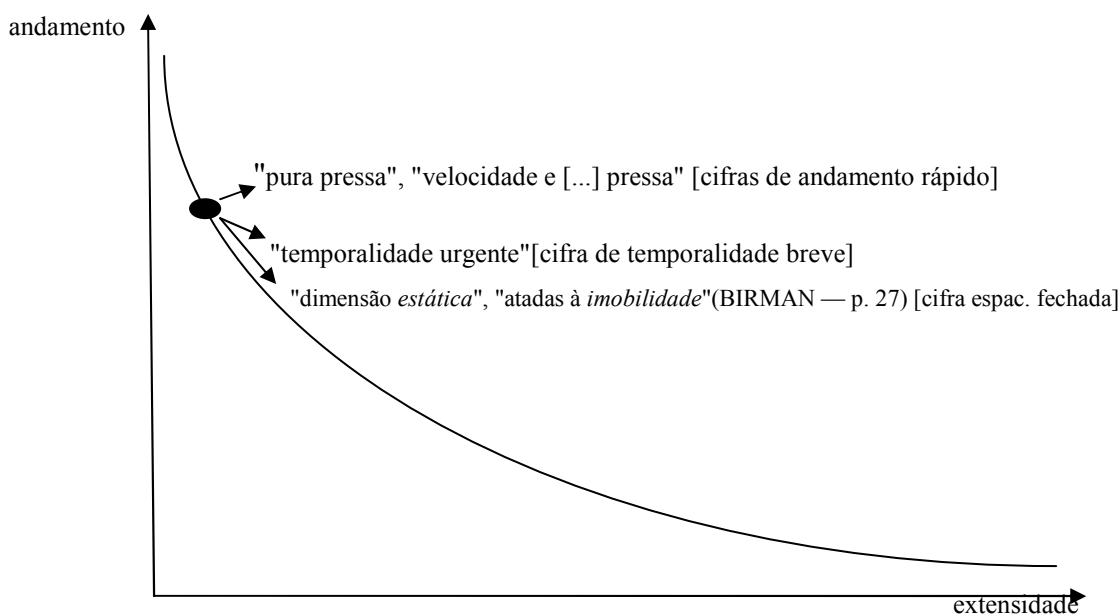


Gráfico 17: andamento vs. extensidade, ponto de vista do narrador. Fonte: elaboração nossa, a partir de Kehl (2015), Birman (2014) e Zilberberg (2011).

A propósito da constatação de que a aquisição de saber se incompatibiliza com um andamento rápido, voltamos uma vez mais à colocação de Marilena Chauí (2013, 1:38:40'), quando afirma que "o trabalho do pensamento é lento; ele é um trabalho de lentidão e paciência". A conjunção com o saber, portanto, parafraseando palavras da filósofa, encontra no andamento rápido um poderoso obstáculo. Podemos, aliás, refletir as palavras da filósofa no gráfico apresentado pouco acima:

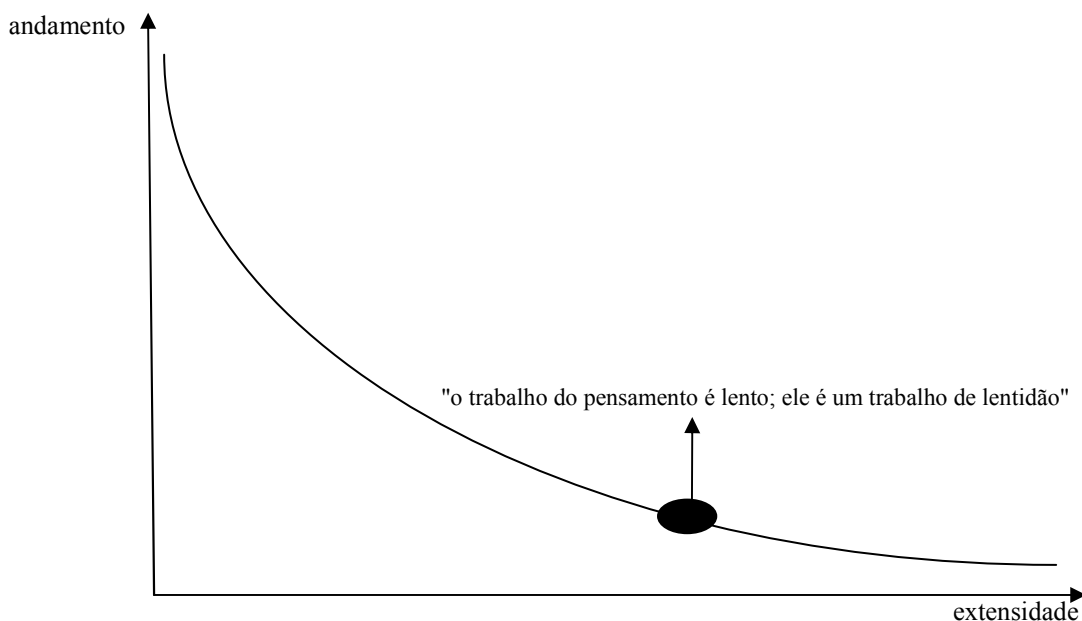


Gráfico 18: andamento vs. extensidade, ponto de vista do narrador. Fonte: elaboração nossa, a partir de Chauí (2013) e Zilberberg (2011).

À premência da dimensão do fazer e do princípio da alteridade, os quais temos destacado neste item como importantes vetores para se compreender a subjetividade atual, pode-se somar, assim nos parece, um traço de *atelicidade*, cuja explicação devemos a Discini (2015).

Segundo a semioticista brasileira, o reconhecimento do estilo¹⁹ de um sujeito se dá, entre outras categorias que não nos interessam tão de perto aqui, pelo par categorial telicidade *versus* atelicidade (DISCINI, 2015, p. 94). O primeiro polo diz respeito a um percurso cujo final se mostra claro, tal como a definição de *télos*, presente no dicionário, evidencia: "1. ponto ou estado de caráter atrativo ou concludente para o qual se move uma realidade; *finalidade, objetivo, alvo, destino* 2. fase final, derradeira; a última parte, o remate" (HOUAISS, VILLAR, 2009, p. 1824, grifos nossos). A estereotipada imagem de uma história com começo, meio e fim evidencia, portanto, o polo da telicidade. A atelicidade, por outro lado, traz à tona o efeito contrário, ecoando um percurso sem finalidade evidente, em que as performances parecem desconectadas umas das outras, apartadas. De um lado, portanto, a telicidade como a imagem de uma linha *coerente* que

¹⁹ Discini tem dedicado toda a sua obra mais recente a um entendimento — entendimento discursivo, isto é, calcado na semiótica de linha francesa, ainda que em constante diálogo com a Análise do Discurso e, sobretudo a partir de sua obra *Corpo e estilo*, também em diálogo cerrado com a fenomenologia de Husserl e Merleau-Ponty.

o sujeito parece perseguir; de outro, a atelicidade como pontos não alinhados que o sujeito vivencia sem enxergar, neles, um fio de identidade comum. Ora, quando Bauman (1998, p. 121, grifos nossos) assevera que "tudo, nesse mundo, está em movimento. Mas os movimentos parecem *aleatórios*, dispersos e *destituídos de direção bem delineada*", fica patente o efeito de atelicidade. Sujeito perdido, porque sem destinador. O momento atual salientaria, portanto, um sujeito "que já *não consegue localizar o fim das coisas* (por isto, entrega-se à busca sôfrega das origens de tudo), abandona-se à sombra artificial de si mesmo, ao mais acabrunhante *isolamento sensorial*" (BAUDRILLARD, 2004, p. 13, grifos nossos). Neste último trecho temos associados inclusive a atelicidade para a qual temos chamado atenção com o traço de atonia ("isolamento sensorial") que temos acompanhado praticamente desde o início deste trabalho. Tal associação não nos parece casual, se lembrarmos a influência que o andamento rápido tem tanto no efeito de atelicidade (a celeridade impede um efeito de alongamento temporal, em que se assenta o princípio da identidade), quanto na atonia (uma vez que se trata, como temos defendido, de uma celeridade *de partida, de base*, o sujeito a trata com a atonia típica daquilo que nos é rotineiro).

O reconhecimento, por parte do sujeito, de um, digamos, fio télico, isto é, um *percurso* no qual ele se reconheça demanda, inevitavelmente, que ele esteja inserido numa temporalidade longa, calcado no princípio da identidade. A soma de presentes que tem caracterizado a individualidade hoje, bem ao contrário, traz a reboque um efeito de atelicidade porque o andamento rápido demais cria uma temporalidade de tal modo breve, que os instantes vividos não alcançam um elo mais consistente de identidade. Tal efeito de aleatoriedade impede que se vislumbre um *fim* a ser perseguido (ou refutado). Os instantes permanecem apartados, dispostos aleatoriamente, pelo que vem à tona, então, o princípio da alteridade (o que o sujeito é, agora, difere do que ele foi um momento atrás, assim como se distingue do que será um instante adiante). No fim das contas, e até para distinguir os dois regimes, poderíamos falar, de modo propositalmente redundante, de um lado, em *identidade télica*, e, de outro, em *alteridade atélica*. No fim das contas, como salienta em tom de ironia Lipovetsky (2005, p. 21, grifos nossos), "os antagonismos se tornam 'flutuantes', e começamos a compreender, sem ofender nossos metafísicos e antimetafísicos, que hoje em dia é possível viver *sem finalidade e sem sentido, em sequências instantâneas*, e isso é uma novidade".

3. REPERCUSSÕES

3.1 MEMÓRIA

Se o interesse mais amplo deste trabalho é reconhecer mais claramente de que modo os mecanismos pelos quais produzimos e interpretamos sentido têm se alterado na contemporaneidade, a questão da memória nos parece cobrar seu lugar dentro dessa investigação. Isso porque quase todas as *invariantes* que apreendemos em nosso *corpus* até esta altura — campo de presença assentado num elã da rapidez; atonia cifrada nos objetos que compõem o universo significativo do sujeito; temporalidade breve; espacialidade fechada; aversão a uma lida mais concentrada com os objetos; princípio da alteridade como eixo que predomina na constituição da subjetividade; mergulho irrefletido na dimensão do *fazer*; percurso predominantemente atélico — parecem dialogar muito de perto com um, digamos, tipo de memória que tentaremos iluminar neste item. Nesse sentido, como resume Maria Cristina Franco Ferraz (2010, p. 63), pesquisadora interessada especificamente nas imbricações entre memória e subjetividade contemporânea, "A alteração do regime de temporalidade altera necessariamente a noção e vivência da memória" (FERRAZ, 2010, p. 63).

Toda a discussão travada nesta seção está assentada na obra *Matéria e memória* (BERGSON, 2010), de modo que faremos uma síntese — decerto limitada diante da envergadura teórica da obra bergsoniana, mas que esperamos suficiente a nosso propósito — das categorias de que lançaremos mão.

Segundo Bergson (2010), *percepção e memória* são as duas maneiras através das quais lidamos com o passado. Embora, na prática, nenhuma delas possa atuar de modo exclusivo, absoluto, a dominância de uma ou de outra já é suficiente para frutificar modos de atuação, regimes de estilo se se preferir dizer, bastante contrastantes. Assim, a percepção, de um lado, pelas razões que comentaremos em seguida, aproxima-nos da dimensão do presente, viabiliza nossas ações no mundo, ao passo que a memória, por outro lado, por motivos que também sintetizaremos logo mais, afasta-nos do agora, permitindo uma outra qualidade de apropriação do vivido.

Quando agimos, isto é, quando voltamos nossa atenção para o presente, realizando qualquer sorte de ação, isso se dá porque, sob domínio da percepção,

suspendemos as lembranças mais impactantes que vivenciamos outrora, de modo que, justamente devido a essa possibilidade de suspensão, conseguimos *agir* no mundo. Nossas ações, nesse sentido, de acordo com a teoria de Bergson, são resultado desse mecanismo através do qual conseguimos nos desvencilhar das lembranças mais impactantes do passado. Impedimos que essas lembranças mais arrebatadoras se prolonguem do passado à nossa situação presente. Com isso, nossas performances podem ser cumpridas a contento, sem que, digamos, *distrações* nos demovam da ação. Nesses momentos, no entanto, embora pareça que apagamos completamente a memória, em benefício de uma atenção absoluta para a ação presente que nos é requerida, não é isso o que ocorre. O filósofo mostra que, mesmo voltado prioritariamente para o cumprimento de uma performance que ocupa a sua atenção, mesmo situado no *agora*, há ainda assim *um prolongamento, curto que seja, do passado até o presente*, tal como explicado abaixo :

Na fração de segundo que dura a mais breve percepção possível de luz, trilhões de vibrações tiveram lugar, sendo que a primeira está separada da última por um intervalo enormemente dividido. A sua percepção, por mais instantânea, consiste portanto numa incalculável quantidade de elementos rememorados, e, para falar a verdade, toda percepção é já memória. (BERGSON, 2010, p. 175-176)

Outra evidência, esta mais importante para nossa discussão, de que o passado participa daquilo que assumimos como presente reside no fato de que, sem essa conservação do que já se viveu, o sujeito pareceria sempre arrebatado, verdadeiramente surpreendido, em estado de exclamação, como se estivesse sempre a vivenciar tudo pela primeira vez. Não parecemos vitimados constantemente por essa sensação de estarmos a viver algo absolutamente inédito em nossa vida porque já convocamos, mesmo numa ação assumida como presente, alguns traços vividos outrora. Desse maneira, ainda que sob domínio do que o filósofo chama de percepção, há participação da memória: traços do passado se conservam, passam a um estado latente, virtual, e são convocados sempre que necessário à situação presente, processo sem o qual o sujeito estaria a todo instante em estado de estupefação. É, portanto, esta condição que faz com que a percepção não nos arrebate a cada instante. A esse processo de conservação do passado Fontanille; Zilberberg (2001), já dentro da teoria semiótica, dão o nome de *potencialização*: o vivido é conservado como potência e pode por isso mesmo voltar a realizar. Assim, com

ajuda deste processo, o sujeito acaba reproduzindo não exatamente — ou não somente — um fazer, mas, sim, o que Bergson chama com precisão de "lembrança-hábito" (p. 93), expressão que ajuda a compreender o misto entre o que é prioritariamente ação (mais ou menos convertida em *hábito*), mas que se apóia um tanto na memória (*lembrança*).

Aquilo que o filósofo chama de "percepção pura" (p. 262), portanto, não passa de um limite teórico, já que, na prática, "Toda percepção ocupa uma certa espessura de duração, prolonga o passado no presente, e participa por isso da memória" (p. 285). Nesse sentido, agir no mundo, estar sob domínio da percepção bergsoniana, não significa desvencilhar-se em absoluto do passado, mas lidar com um arranjo *sui generis* de memória — retendo dela, de um lado, o que é útil à ação requerida, e, de outro, suspendendo do passado lembranças mais impactantes, as quais atrapalhariam a performance demandada. Em resumo, Bergson considera que "*a memória de um ser vivo parece medir antes de tudo a capacidade de sua ação sobre as coisas*" (p. 267, grifos nossos), ou seja, a memória, para ele, se contrai ou se dilata à medida que o sujeito se aproxima ou se afasta da dimensão do fazer: quanto mais apegado à ação, mais necessário será que a memória se contraia, retendo do passado apenas o necessário para a consecução da ação e suspendendo todas as demais lembranças, as quais acabariam por demover o sujeito da ação. Deleuze (2012, p. 66, grifos do autor), dessa forma, interpretando o pensamento de Bergson, arremata com precisão cirúrgica: "*devemos reconhecer que o próprio presente é somente o mais contraído nível do passado*", de modo que, "no limite, as determinações ordinárias se intercambiam: é do presente que é preciso dizer, a cada instante, que ele 'era' e, do passado, é preciso dizer que ele "é", que ele é eternamente, o tempo todo. (DELEUZE, 2012, p. 46).

Para compreender melhor esse ponto de vista segundo o qual é preciso suspender lembranças para agir, talvez seja salutar a imagem de "Funes, o memorioso", célebre personagem de Borges que "não só recordava cada folha de cada árvore de cada monte, como cada uma das vezes que a tinha percebido ou imaginado" (BORGES, 1999, p. 543-544). Funes, que não esquecia nada, vivia por isso mesmo refém de seu passado. Em suma, como afirma Ferraz (2010, p. 115, grifos da autora), "não pode haver *presente* [...], sem a atividade desse mecanismo inibidor que é o esquecimento".

Temos então que, mesmo mergulhado na dimensão do fazer, sob domínio portanto da percepção tal como entendida por Bergson, há incidência da memória. Algo do passado participa da situação presente, de modo que este pareça minimamente *familiar*. Algo vivido outrora é, portanto, conservado, permanecendo num estado latente, virtual — sendo novamente convocado segundo as necessidades de ação do sujeito. Tatit (2010, p. 155, grifos nossos), já dentro do campo teórico da semiótica, chama esse processo — por meio do qual a ação presente se viabiliza em grande medida devido à nossa capacidade de conservar, do passado, aquilo que dele pode vir a se mostrar *útil* à ação presente — de *potencialização átona*. Vejamos o que o semioticista comenta a esse respeito:

Há uma atividade contínua de potencialização átona na assimilação regular dos ritos, hábitos e estereótipos que vão se tornando quase automáticos ao longo de nossa vida [...]. Trata-se, aqui, de elementos memorizados, disponíveis, que desfrutaram de *pouca densidade de presença quando em estado de realização*. Possuem, portanto, uma *atonía básica* [...], mas que, por outro lado, assegura a estruturação de novas práticas significantes.

A conotação que Bergson atribuiu à percepção, atrelando-a ao fazer, à ação do sujeito no mundo sem que lembranças mais impactantes o demovam da ação seria, portanto, tributária do mecanismo de potencialização átona referido acima por Tatit (o semioticista brasileiro, como veremos logo mais, propõe ainda uma *potencialização tônica*, fundamental para entendermos o segundo tipo de memória apresentado por Bergson, mas isso também é assunto para muito em breve). No fim das contas, importa notar que o êxito de nossas ações, em grande parte ocupadas por "hábitos e estereótipos que vão se tornando automáticos ao longo de nossa vida", como salienta Tatit, depende, de um lado, da suspensão do passado — ou ao menos do passado que não é *útil* à consecução da tarefa presente — mas, de outro, da conservação de uma parcela do pretérito, processo sem o qual estaríamos sempre como que vivendo algo pela primeira vez. Esta parcela do passado que se prolonga à ação presente de modo "natural", automático, e que por isso mesmo encaminha a boa execução das performances, só é possível graças a este mecanismo de potencialização átona, eis o que queremos dizer. As experiências pretéritas vividas pelo sujeito de modo pouco impactante ("desfrutaram de pouca densidade de presença quando em estado de realização") são, portanto,

potencializadas, porém *sem guardar do vivido grande impacto*. Essa condição é fundamental para que novas performances venham a ocorrer sem que, digamos, imagens tônicas de outrora distraiam e demovam o sujeito da ação requerida. A potencialização átona é, por isso, essencial para a dimensão da ação.

Passemos agora ao segundo tipo de memória apresentado por Bergson. Se a primeira delas, de que tratamos até então, aproximava-se muito mais da *ação* do que propriamente da memória — tínhamos "antes o *hábito esclarecido pela memória* do que a memória propriamente" (p. 91, grifos do autor) — este segundo tipo seria, em palavras do próprio filósofo, "a memória por excelência" (p. 91). Se, no primeiro caso, tínhamos a dimensão do fazer suspendendo quase que integralmente o passado, retendo deste, por meio de um mecanismo prévio que Tatit (2010) chama de potencialização átona, apenas o mínimo necessário para a execução da tarefa, agora estamos diante de uma "lembrança-imagem" (p. 93), "lembrança espontânea" (p. 90-91), "imagens-lembranças" (p. 88), terminologias que remetem a vivências que se conservam no imaginário do sujeito *apartadas* da dimensão do fazer, *alheias* a este. Virtualizam-se, cristalizam-se por assim dizer, como lembranças *puras*. Não se trata mais de uma memória cuja sobrevivência é parasitária da ação.

É bem verdade que, mesmo este tipo de passado, denominado de lembrança-imagem, apenas voltará a ganhar existência — saindo do estado de *virtualização* em que se encontrava para um estado de *realização*²⁰ — em função de um mínimo de situação presente, que de certo modo traga a tal lembrança à tona. Assim, "[...] no momento em que a lembrança [lembrança-imagem] se atualiza passando assim a agir, ela deixa de ser lembrança, torna-se novamente percepção" (BERGSON, 2010, p. 281). Com isso, compreende-se que, tal como acompanhamos por relação à percepção pura, a memória pura também não passa de um limite teórico, já que a imagem que fora potencializada apenas virá à tona em função de um mínimo substrato presente, que justamente incitará a convocação da lembrança até então virtualizada. Desse modo, "não há, pelo menos no homem, um estado puramente sensório-motor [percepção], assim como não há vida imaginativa [memória] sem um substrato de atividade vaga. Nossa vida [...] normal oscila [...] entre essas duas extremidades" (BERGSON, 2010, p. 197).

²⁰ A semiótica, diferentemente de Bergson, prevê, entre as etapas da *virtualização* e da *realização*, a da *atualização*.

Trata-se de entender que estamos diante de dois limites, os quais, no fim das contas, definem duas classes de memória significativamente distintas. Vimos que, mesmo voltado para a dimensão presente, atrelada à ação do sujeito, há já aí participação de memória: toda percepção é já um ato de rememoração. Aqui, *fazer e memória* imiscuem-se, frutificando uma *lembrança-hábito* (p. 93). De outro lado, temos a "memória verdadeira" (p. 177), que se distancia do plano da ação. De um lado, portanto, uma "memória que repete", muito mais travestida de ação do que propriamente de lembrança; de outro, uma "memória que revê" (p. 98), que "*imagina*" (p. 89, grifos do autor), cuja sobrevivência no sistema de presença do sujeito independe de hábitos que a convoquem rotineiramente. Neste segundo caso temos então uma "*lembrança-espontânea*" (p. 90-91, grifos nossos), adjetivação que ilumina sua autonomia frente à dimensão do fazer. Em resumo, "*o passado sobrevive sob duas formas distintas: 1) em mecanismos motores; 2) em lembranças independentes*" (p. 84, grifos do autor). Se, no primeiro caso, vimos que a conservação deste passado se dá através do que Tatit (2010) chama de potencialização *átona*, a maneira pela qual as "lembranças independentes" se conservam se dá através do que Tatit (2010, p. 156) chama de *potencialização tônica*. O vivido, neste caso, se conserva no sistema de presença do sujeito não, digamos, vinculado a uma ação que convoca algum *hábito aprendido* anteriormente, mas, sim, devido à alta densidade de presença com que ele se realizou. Note-se que, no primeiro caso, é a baixa densidade de presença que permite que o passado seja convocado sempre que necessário à execução de uma performance. Já no segundo quadro, a conservação independe da ação e se conserva justamente por conta daquilo que falta à primeira, isto é, se conserva devido ao maior impacto, à maior tonicidade que propiciou ao sujeito quando ocorreu. Nesse sentido, Tatit (2010, p. 156) comenta:

[...] à potencialização tônica pertencem os conteúdos que se realizaram com alta densidade de presença e que, em seguida, se integraram no universo subjetivo como crenças essenciais, assumidas, e que, provavelmente, serão incentivos para novas atualizações. Ou seja, aquilo que fora força, tonicidade, em realização, torna-se diferença, destaque, em potencialização. Na passagem de um modo a outro presume-se que haja perda de tonicidade e, portanto, atenuação do impacto que caracteriza a apreensão inicial. Entretanto, um conteúdo que tenha tido presença marcante na experiência do sujeito sempre conservará uma espécie de saudade da comoção, cujo valor tônico incita as reatualizações e as futuras realizações em novas formações semióticas.

Importante ressaltar que Tatit está lançando mão dos conceitos de potencialização átona e tônica em favor da análise do conto "Nenhum, nenhuma", de Guimarães Rosa (ROSA, 1968). Assim, alguns colocações que podem parecer um tanto deslocadas para uma análise de cunho científico ("saudade da comoção", "crenças essenciais") justificam-se quando se lê análise de Tatit por completo e, mais ainda, quando se conhece o texto rosiano que ele analisa.

O que nos interessa é, sobretudo, entender que, de acordo com Bergson, embora o passado sobreviva tanto no caso da situação assumida pelo sujeito como presente quanto no caso em que o passado se mantém alheio à ação, o modo pelo qual se dá uma e outra conservação, aqui já nos apoiando em Tatit, é significativamente distinto. Bergson reconhece essa distinção do modo pelo qual o passado se mantém no universo significativo do sujeito. Parece-nos apenas que Tatit ilumina ainda mais a diferença a partir do momento em que *categoriza* claramente o fenômeno, explicitando as tais potencializações átona, de um lado, e tônica, de outro.

Apresentados os aspectos mais contrastantes entre os dois tipos de memória, cabe notar que o pensador francês deixa, em vários momentos, clara a sua lamentação em relação a uma subjetividade dominada pelo polo da percepção ("a percepção pura [...] seria o grau mais baixo do espírito — o espírito sem a memória [...]", p. 179). Assim, ainda que reconheça a importância do plano da ação na vida de qualquer sujeito, fica patente sua lamentação em relação a uma vida na qual predomina a percepção e seu inerente apego à ação:

Viver no presente puro, responder a uma excitação através de uma reação imediata que a prolonga, é próprio do animal inferior: o homem que procede assim é um *impulsivo*. Mas não está melhor adaptado à ação aquele que vive no passado por mero prazer, e no qual as lembranças emergem à luz da consciência sem proveito para a situação atual: este não é mais um impulsivo, mas um *sonhador*. (BERGSON, 2010, p. 179, grifos do autor).

Nem puramente impulsivos, tampouco unicamente sonhadores: os dois estereótipos evidenciam o intervalo dentro do qual nossa memória — nossa vida — oscila. Pender mais para o lado impulsivo, no entanto, é, para o autor, optar por "uma

lembrança menos *sonhada* [grifo do autor], isto é, mais próxima da ação e por isso mesmo mais *banal* [grifo nosso]" (BERGSON, 2010, p. 282). Uma vida mais próxima da percepção pura do que da memória pura seria, portanto, mais enfraquecida, tomada pela atonia ("banal"). É a capacidade de refutar uma vida predominantemente pautada pelo *plano da ação* e caminhar um pouco mais em direção a um *plano do sonho* (BERGSON, 2010, p. 283) que distinguiria o que é propriamente humano. Nessa medida, como bem salienta Ferraz (2010, p. 77), afastar-se deste plano da ação é aproximar-se da "*rica* [grifo nosso] capacidade de *hesitar* [grifo da autora], de adiar, diferir, suspender e variar respostas às promessas e ameaças que convocam a ação do vivente".

Ora, se, como vimos no decorrer de nosso trabalho, o que tem predominado na contemporaneidade é um mergulho um tanto irrefletido do sujeito na dimensão do *fazer* — relembrando: se o indivíduo, regido que é pelo elã da rapidez, salta de uma ação a outra sem poder interligá-las, vivenciando uma temporalidade breve, uma espacialidade fechada e, também, uma atonia típica de quem lida *habitualmente* com a rapidez — torna-se evidente que tipo de passado, que tipo de memória, dentre as duas que explicamos neste item da tese, domina a individualidade contemporânea. Trata-se, muito claramente, da percepção, do presente, da memória encurtada, parasitária do fazer.

Assim, se, como pudemos acompanhar em outro momento do trabalho (e para citar apenas um breve exemplo, entre tantos que poderíamos reconvocar aqui), "No *cogito* da atualidade, o que se enuncia ostensivamente é: *agir, logo existir*. O agir é o *imperativo categórico* na contemporaneidade" (BIRMAN, 2014, p. 82, grifos do autor), é a "lembrança-hábito", é a "memória que repete" que vem socorrer o cogito contemporâneo. Com isso, o sujeito aproxima-se muito mais da metáfora bergsoniana do impulsivo do que da do sonhador. Com efeito, já nos dizia Kehl (2015, p. 135), "Não há lugar para melancólicos e sonhadores entre os carros e caminhões da via Dutra". O sujeito apega-se, inevitavelmente, portanto, à memória que sobrevive apenas às custas da ação, agarra-se ao passado potencializado atonamente. Afasta-se da "memória-espontânea", da "lembrança independente", potencializada tonicamente. Nesse sentido, Bergson (2010, p. 90) sintetiza: "Para evocar o passado em forma de imagem, é preciso poder abstrair-se da ação presente, é preciso saber dar valor ao inútil, é preciso querer sonhar. Talvez apenas o homem seja capaz de um esforço desse tipo".

Ora, já observamos que, a tirar por nosso *corpus*, fazer o elã da rapidez pender para o da lentidão favoreceria essa fuga ao plano da ação ("abstrair-se da ação presente") e viabilizaria um regime espaço-temporal mais distendido, no qual lembranças-imagens teriam lugar e conservariam sua força. Nesse contexto, paira em Ferraz (2010) muito claramente o efeito de sentido de que, para se conservar do vivido algo de mais tônico — "vivencia[r] uma experiência temporal *rica* (FERRAZ, 2010, p. 56-59, grifos nossos) —, seria preciso "ralentar o ritmo de sua atenção", "deixar-se levar por um regime esgarçado de atenção". Ora, acossado constantemente pelas demandas apressadas do outro, tudo de que o sujeito *não* dispõe é deste regime esgarçado de atenção. Em um breve incurso literário, vem a calhar a cena poética em que, na pena de Drummond, *um boi vê os homens*²¹, os quais "correm e correm de um para outro lado, *sempre esquecidos de alguma coisa*" (ANDRADE, 2012, p. 25, grifos nossos). O elã da rapidez fatia o tempo em instantes, lançando o sujeito à ação. Ao mesmo tempo, *normaliza* a celeridade e, com isso, instaura um campo de presença sem grande impacto, átono.

No fim das contas, a questão do passado ou, mais precisamente, a conservação *do passado tônico* importa porque é ele, sobretudo, que revela a "potência desse conceito de memória atrelado à *liberdade e à ultrapassagem dos automatismos*". É este tipo de pretérito — a "memória por excelência" (BERGSON, 2010, p. 91) —, enfim, que pode reaproximar o homem do plano do sonho. Permanecer acorrentado no plano da ação, já nos disse o mesmo Bergson (2010, p. 179, grifos do autor), "é próprio do animal inferior: o homem que procede assim é um *impulsivo*".

No sentido do que temos dito, isto é, na esteira das alterações por que a memória tem passado na contemporaneidade, Jonathan Crary (2013) faz uma "genealogia da atenção", em suas próprias palavras. (CRARY, 2013, p. 26). Segundo ele, o modo como voltamos atenção para os objetos que nos cercam, para o mundo que nos circunda enfim, é *variável, modulável* de época para época: "a atenção torna-se uma membrana flutuante" (p. 111). Gostaríamos aqui, além de chamar atenção para estes "novos ritmos de atenção" (p. 136) que ele enxerga — os quais vão ao encontro do conceito de percepção bergsoniano —, de salientar que ele também endossa, a seu modo, a *lentidão* como importante condição para que algo de mais tônico se revele para a subjetividade:

²¹ O trocadilho se justifica na medida em que o título do poema — "Um boi vê os homens" — já revela o ponto de vista assumido no texto.

"a desatenção e o devaneio podem tornar-se estratégias temporárias de liberdade e resistência". No fim das contas, ao propor essa solução, digamos, lentificadora como meio de se tonificar o vivido, Crary está tocando num ponto central de nossa tese: como conferir impacto ao que é habitualmente rápido (e, por isso mesmo, átono)? Dois caminhos seriam possíveis: acelerar ainda mais esse campo já regido por alta celeridade ou — caminho proposto por Crary, Ferraz, Kehl etc. — lentificá-lo.

Poderíamos resumir toda a linha argumentativa que seguimos neste item, tomando por base a tabela que segue:

	Memória	Percepção
Tipo de potencialização	Potencialização tônica	Potencialização átona
Aptidão para a ação	Minimizada	Recrudescida
Elã requerido	Lentidão	Rapidez
Tipo de lembrança	"Lembrança-imagem", "lembrança espontânea"	"Lembrança-hábito"

Tabela 11: esquematização de memória e percepção. Fonte: elaboração nossa, a partir de Bergson (2010), Ferraz (2010), Crary (2013), Birman (2014), Zilberberg (2011).

Talvez convenha trazer uma vez mais à baila o conceito benjaminiano de *experiência* — esta necessariamente tônica, como constatamos —, do qual nos apropriamos diretamente em outro momento do trabalho, mas que a bem da verdade atravessa nossa tese de ponta a ponta. A experiência benjaminiana não se compatibiliza com o andamento acelerado pelo qual a individualidade é regida hoje. Sua transmissão também carece, tal como o conceito de memória em Bergson, de um alto grau de autonomia em relação à dimensão pragmática da vida. Ambos os conceitos, experiência benjaminiana e memória bergsoniana, dependem de um estado lento, inclinado ao devaneio. Tanto um autor quanto o outro, nesse sentido, partilham uma desvalorização da memória que se atrela à ação presente, valorizando, ao contrário, aquilo que se conserva de modo importante, marcante no imaginário do sujeito, desvinculado do fazer.

Caminhando para o fim da discussão que empreendemos nesta seção do trabalho, consideramos importante trazer à tona o estudo que Barros (2011) desenvolve

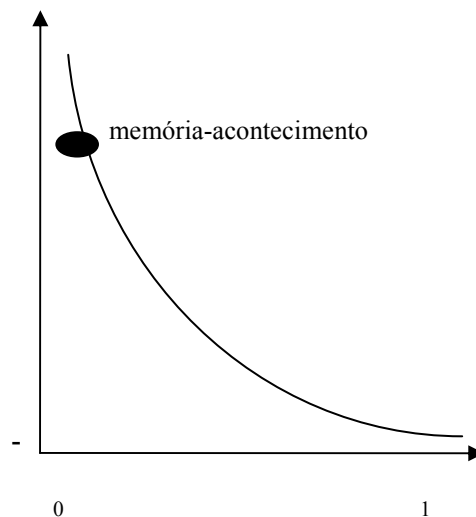
acerca da memória, desdobrando-a em dois tipos contrários: *memória-acontecimento* e *memória do acontecido*. A primeira diz respeito às lembranças mais impactantes, que foram potencializadas conservando uma maior tonicidade do vivido. Permanecem num estado virtual e, quando eventualmente voltam à tona, acabam, justamente devido a esta maior tonicidade, por atordoar o sujeito acometido por este tipo de lembrança. Nesse sentido, "[...] a cada pedaço do passado agarra-se um máximo de engajamento afetivo do sujeito [...]. A *memória-acontecimento* mostra o mínimo com o mais alto grau de força" (BARROS, 2011, p. 266, grifos da autora). É possível, como se nota, aproximar a *memória-acontecimento* da "memória por excelência" de Bergson (2010, p. 91), bem como do conceito benjaminiano de *experiência*. Todos eles distinguem-se por uma alta intensidade, um alto grau de afetação sensível. Caberia então perguntar por que a alta celeridade, tão característica da subjetividade contemporânea, não encaminha a *memória-acontecimento*, que, afinal, tem no andamento rápido um de seus traços distintivos: "A leitura²² é *acelerada* e impactante" (BARROS, 2011, p. 268, grifos nossos). Note-se que a *memória-acontecimento* define-se por combinar as duas subdimensões da intensidade, isto é, tanto andamento quanto tonicidade, em altas medidas. Por que, então, a alta celeridade, condição atendida na contemporaneidade, não se converte num modo de convocação do passado que seja também tônico? Parece-nos que a justificativa está no fato de que não se trata exatamente de um andamento acelerado que atua como regente da subjetividade, mas, mas mais precisamente, de um elã da rapidez: este, fazendo da alta celeridade uma condição *normal, habitual*, já que pressuposta, acaba por cegar o sujeito para a velocidade que o rege. Resulta daí que o vivido se conserva como memória de maneira pouco impactante.

Observemos o gráfico abaixo, que situa a *memória-acontecimento* na tensão entre intensidade e extensidade:

²² Ainda que a autora esteja se referindo à leitura de um poema que compõe seu *corpus*, trata-se de um texto, de um objeto a partir do qual se infere a *memória-acontecimento*.

intensidade:

envolvimento afetivo do sujeito [...] +



extensidade: legibilidade do passado

Gráfico 19: memória-acontecimento. Fonte: Barros (2011, p. 267)²³.

O ponto que queremos destacar aqui é que, a despeito do andamento célere que marca a cena contemporânea, os analistas não constataam a realização frequente da memória-acontecimento devido à seguinte justificativa: partindo de um elã da rapidez, resta uma dificuldade de se criar o valor de impacto demandado pela tal categoria de Barros. Noutras palavras, para se gerar uma maior tonicidade partindo-se de um quadro que *já é normalmente rápido*, ou a velocidade regente do campo de presença teria que se tornar *ainda maior*, ou — caminho sugerido por muitos dos analistas que temos acompanhado — precisaria haver uma atenuação de tal velocidade. É nesse sentido, em favor de uma desaceleração como modo de se tonificar o vivido, que Ferraz (2010, p. 56-59) afirma que seria preciso "ralentar o ritmo de sua atenção" para se "vivencia[r] uma experiência temporal rica". De igual modo, segundo Crary (2013, p. 113), a "desatenção e o devaneio podem tornar-se estratégias de liberdade". Ou, ainda, retornando a Kehl (2015, p. 163): "As atividade que favorecem a transmissão das experiências [conceito necessariamente tônico, como vimos] [...] são executadas em um tempo distendido". Uma das maneiras de se chegar a uma tonicidade mais destacada seria, com efeito, alterar o elã, aproximando-o da lentidão. Essa possibilidade, no

²³ No original, Barros apresenta também, neste mesmo gráfico, a *memória do acontecido*, que optamos por ocultar na medida em que estamos lançando mão apenas de seu par contrário, a *memória-acontecimento*.

entanto, não parece ser vista com otimismo por Kehl (2015, p. 164, grifos nossos): "De todas as experiências subjetivas que a história deixou para trás, talvez a mais perdida, para o sujeito contemporâneo, seja a do abandono da mente à *lenta* passagem das horas: tempo do devaneio, do ócio prazeroso [...]".

3.2 AMOR LÍQUIDO

A maneira como as pessoas passaram a se relacionar *afetivamente* — entendendo-se pelo advérbio destacado a dimensão amorosa, erótica se pudermos dizer assim, que marca parte das relações humanas — na contemporaneidade não parece alheia a todo o cenário que temos tentado explicitar neste trabalho. Bem ao contrário, as cifras que parecem distinguir a subjetividade — com algumas ligeiras, mas importantes diferenças, que trataremos de expor neste item — deixam suas marcas também nos elos amorosos. Nenhuma surpresa nisso, aliás, já que as relações afetivas também são parte do conjunto de práticas nas quais a subjetividade humana se revela, se deixa ver. Nesse sentido, "Alguma razão para que as parcerias [amorosas] sejam consideradas uma exceção à regra?" (BAUMAN, 2004, p. 28).

Vimos até esta altura de nosso trabalho que a individualidade contemporânea parece marcada por uma atonia, o que quer dizer que, via de regra, hoje em dia, os objetos que compõem o universo significativo de um sujeito recebem como que uma rubrica de baixa força. O elã da rapidez, base que sustenta a relação entre sujeito e objeto na contemporaneidade, parece, também aqui, implicar a ausência de uma marca mais tônica que se associaria, que se incrustaria no objeto percebido. Outras observações decorrem da alta velocidade que rege o campo de presença do sujeito: espacialidade fechada, temporalidade breve, predileção pelo princípio da alteridade, apego ostensivo à dimensão do *fazer*, atelicidade e dominância da lembrança-hábito (em detrimento da lembrança-imagem), tal como acompanhamos nas anteriormente.

Embora as relações afetivas, como já indicamos, reverberem em grande medida as conclusões que recapitulamos acima, constatamos uma espécie de tentativa, por parte do sujeito contemporâneo, de inscrição de uma marca senão mais tônica, pelo menos *menos átona* quando se trata dos interesses amorosos. Desse modo, este assunto

particular parece revelar uma condição especialmente ambígua, como se o sujeito tentasse, no fim das contas, desfrutar tanto das vantagens de quem está, como vimos em outro momento do trabalho, inserido na zona dos *valores de universo*, sem, no entanto, deixar de usufruir das benesses características dos *valores de absoluto*. Relembremos nesse sentido que os valores de universo designam uma zona da significação em que os valores são tênues, pouco impactantes, tendendo, por isso mesmo, a uma maior difusão; já os valores de absoluto recobrem uma zona da significação em que eles são impactantes, criando, por essa razão, maior efeito de concentração. Assim, quando Bauman (2004, p. 8) destaca os "desejos conflitantes [...] de apertar os laços e ao mesmo tempo mantê-los frouxos", está a seu modo apontando a vontade dos sujeitos de desfrutarem do impacto ("apertar os laços") típico dos valores de absoluto, sem, porém, abrir mão da difusão ("mantê-los frouxos") de quem prioriza os valores de universo. A *frouxidão*, noutros palavras, diria respeito a um fenômeno que, com efeito, abeira-se dos valores de universo, aqueles que, por operarem com objetos átonos, permitem um trânsito mais desimpedido, mais leve por assim dizer, entre os objetos. *Apertar os laços*, por outro lado, remete a um desejo de maior tonicidade, de maior concentração, o que exigiria da parte do sujeito uma inscrição mais clara nos valores de absoluto — tônicos e concentrados. Ora, nem é preciso muito para concluir a partir disso que "os relacionamentos [atuais] são *bençãos ambíguas* [...]. No líquido cenário da vida contemporânea, [...] talvez sejam os representantes mais comuns, agudos, perturbadores e profundamente sentidos da *ambivalência*" (BAUMAN, 2004, p. 8, grifos nossos). Complementa ainda, ironicamente, o sociólogo: "O que esperam [...] é algo como a solução do problema da quadratura do círculo: comer o bolo e ao mesmo tempo conservá-lo" (p. 9).

De um modo geral, podemos dizer que os relacionamentos aproximam-se das conclusões a que chegamos em outros momentos do trabalho, na medida em que refutam qualquer aceno para uma temporalidade mais longa: "[...] o que aprendem é que o compromisso, e em particular o compromisso a longo prazo, é a maior armadilha a ser evitada no esforço por 'relacionar-se'" (p. 10). Isso porque essa aproximação em direção a uma temporalidade mais alongada parece, aos olhos do sujeito, trazer a reboque uma maior concentração junto ao objeto. São preferidos, dessa maneira, em vez de uma relação que acene com ares mais concentrados, "momentos nos quais 'se está conectado' intercalados por períodos de movimentação a esmo" (p. 12). Estar conectado (em vez de

fixado) e, mais ainda, movimentar-se a esmo apontam para um apego, uma predileção do sujeito pela *difusão*, traço inerente aos valores de universo.

Tal dominância dos valores de universo também ajudaria a entender por que, de acordo com Moss (2002, *apud* Bauman, 2004, p. 53), nos contatos afetivos, há uma "interação frenética e frívola que revela nossos segredos mais profundos juntamente com nossas listas de compras", o que equivale a dizer que, mesmo os assuntos que poderiam receber uma rubrica de maior tonicidade ("nossos segredos mais profundos"), se equivalem àqueles dos quais já não se esperaria mesmo um traço mais impactante ("nossas listas de compras"). Ambos os assuntos, ambos os objetos são cifrados com a mesma baixa relevância, o mesmo baixo impacto que caracteriza tudo o que vive sob os valores de universo. Tudo, desse modo, ganha ares *leves*. Os objetos são reconhecidos dentro de um mesmo difuso campo, de tal modo que nada se sobressai em demasia: qualquer saliência traria, afinal, uma cifra indesejada de maior concentração do objeto que destoou dos demais. Vale ressaltar ainda que a interação *frenética e frívola* referida acima recobre, respectivamente os traços de rapidez e de atonia em que temos insistido: trata-se, como temos dito, da dificuldade de se exacerbar sensivelmente algo que de base já é acelerado. Dessa forma, o elã da rapidez acaba, por um lado, dificultando que algum objeto assuma uma maior saliência em comparação com os demais: torna-se difícil fazer vibrar sensivelmente algo que faz parte de uma dinâmica cuja regra, cujo hábito é a rapidez. Parece que o par *tonicidade-concentração* torna-se, digamos, improvável quando combinado com um elã rápido. Por outro lado, essa alta celeridade alimenta o êxito de um campo de significação que prima pelos valores de universo. Noutros termos, o par *atonia-difusão* parece encontrar na alta velocidade um importante adjuvante: a celeridade, sendo vivida como norma, ganha contornos átonos. Os objetos, então, tênues que são, tendem à difusão.

A figura do *turista* (BAUMAN, 1998, p. 114), que em outra altura do trabalho apresentamos como emblemática da subjetividade contemporânea, volta a ser elucidativa agora. Embora, ao lançar mão desta imagem, o sociólogo se refira ao modo como a subjetividade se comporta de um modo *geral*, isto é, não se atenha especificamente, como temos feito neste item, à face afetivo-amorosa do indivíduo, a metáfora do turista mantém sua rentabilidade mesmo na observação mais específica que empreendemos a esta altura. Queremos dizer que a possibilidade, inerente ao turista, de "sair de novo a caminho [...] quando [...] potencial de diversão parece ter-se exaurido,

ou quando aventuras ainda mais excitantes acenam de longe. O nome do jogo é "mobilidade" (BAUMAN, 1998, p. 114), essa condição, vínhamos dizendo, também endossa o argumento de que esse sujeito está fortemente inserido nos valores de universo. Para entender este ponto, basta imaginar que, se estivesse calcado nos valores de absoluto — com seus inerentes caracteres de tonicidade e de concentração —, a mobilidade, tão valorizada pelo sujeito-turista, estaria bastante prejudicada. Ao concentrar-se em algum valor, tem-se automaticamente, se pudermos dizer assim, os pés um tanto fixados — não se movimentaria tão facilmente, portanto.

Retomando uma outra citação de Bauman (1998, p. 10), parece mesmo que a subjetividade contemporânea — da qual as parcerias amorosas são uma cifra importante — privilegia "uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais". Essa liberdade seria filiada aos valores de universo (a difusão cria mesmo um efeito de maior autonomia para o sujeito, na medida em que este pode "circular" mais livremente entre os objetos afetantes), ao passo que a segurança a que se refere o sociólogo nos parece um modo de apontar para a concentração, típica dos valores de absoluto. Esta última, juntamente com a maior tonicidade, é, portanto, quase sempre preterida, indesejada mesmo. Os relacionamentos afetivos, destarte, "devem apenas cair sobre os ombros como um *manto leve* [índice de tenuidade] que pode ser posto de lado a qualquer momento', e que se deve ter o maior cuidado para que não se transformem em '*caixas de aço*' [índice de tonicidade]" (BAUMAN, 2004, p. 40, grifos nossos).

A exasperação em relação a um arranjo tônico e concentrado fica evidente, também, segundo Bauman, quando se constata a aversão que há hoje por ter filhos. É importante salientar, no entanto, que a visão de Bauman é bastante generalista. Assim, não se trata de conceber tal proposta de modo absoluto: evidentemente há uma enormidade de pessoas que, desejando ter filhos, vão de encontro à leitura baumaniana. De todo modo, sigamos acompanhando os efeitos de sentido engendrados no texto do sociólogo polonês. Note-se, então, que a ideia de procriar seria, segundo o sociólogo, refutada na medida em que colocaria o sujeito numa relação altamente concentrada:

[...] ter filhos significa aceitar essa dependência [...] por um tempo indefinido, aceitando o compromisso amplo e irrevogável, sem uma cláusula adicional "até segunda ordem" — o tipo de obrigação que se choca com a essência da política de vida do líquido mundo moderno [...]. A depressão e as crises

conjugais pós-parto parecem enfermidades específicas de nossa "modernidade líquida". (BAUMAN, 2004, p. 62)

Dessa maneira, no fim das contas, e ainda endossando o que nos parece ser uma predileção pelos valores de universo, temos que

[...] não são as mensagens em si, mas seu ir e vir, sua circulação, que constitui a mensagem — não importa o conteúdo. Nós pertencemos ao fluxo constante de palavras e sentenças inconclusas (abreviadas, truncadas para acelerar a circulação. Pertencemos à conversa, não àquilo sobre o que se conversa.

Queremos dizer, a partir do trecho acima, que essa dominância do que Jakobson (2010) chamaria de *função fática* — propriedade da linguagem em que interessa sobretudo manter aberto o canal de comunicação, tornando-se praticamente nula a importância do conteúdo que se enuncia — também trava com os valores de universo uma relação intrínseca, na medida em que esta função languageira opera com conteúdos necessariamente átonos. Aliás, sem querer nos estender em demasia nesta digressão, a função fática talvez seja, dentre as seis que o linguista russo propõe, aquela átona por excelência. A partir do momento em que algum conteúdo enunciado ganha maior tonicidade, já não se está sob a égide da propriedade fática da linguagem. A atonia, como já vimos, favorece a difusão — e ambas, além de caracterizarem em conjunto os valores de universo, fazem com que os contatos afetivos, participem de um mesmo fático cenário interlocutivo: "Pertencemos à conversa, não àquilo sobre o que se conversa".

A aversão a tudo o que sugere algo de concentrado é tamanha, que Bauman chega a ironizar, no trecho que segue, qualquer aproximação em direção aos valores de absoluto. Trata-se, abaixo, de uma bem-humorada recomendação do sociólogo a todos os que desejam assimilar as "regras do jogo" afetivo contemporâneo:

Não se deixe apanhar. Evite abraços muito apertados. Lembre-se de que, quanto mais profundas e densas suas ligações, compromissos e engajamentos, maiores os seus riscos. Não confunda a rede — um turbilhão de caminhos sobre os quais se pode deslizar — com uma malha, essa coisa

traíçoeira que, vista de dentro, parece uma gaiola. E lembre-se, claro, de que apostar todas as suas fichas em um só número é a máxima insensatez! (BAUMAN, 2004, p. 79)

Tudo se passa como se o indivíduo de fato preterisse qualquer sintoma que o coloque num arranjo tônico ("abraços apertados", "profundas e densas ligações"). A concentração que há como contrapartida o exaspera, torna "maiores os [...] riscos". Por isso, prefere-se "ter relacionamentos interindividuais sem apego profundo [...] desenvolver a independência afetiva" (LIPOVETSKY, 2005, p. 56). Para tanto, convém o par atonia-difusão.

Importa notar também, como indicamos de passagem no início desta seção, que a subjetividade contemporânea refuta a temporalidade longa. Essa constatação ajuda a compreender o contraste que Bauman (2004, p. 15-55) estabelece entre *desejo* e *impulso*. O primeiro aceita o tempo mais alongado, acolhe a possibilidade de espera, como se vê abaixo:

Semear, cultivar e alimentar o desejo leva tempo (um tempo insuportavelmente prolongado para os padrões de uma cultura que tem pavor em postergar, preferindo a 'satisfação instantânea'). O desejo precisa de tempo para germinar, crescer e amadurecer [...]. O tempo necessário para o investimento no cultivo do desejo dar lucros parece cada vez mais longo — irritante e insustentavelmente longo. (BAUMAN, 2004, p. 26).

O desejo, tal como definido pelo sociólogo, depende de um tempo mais distendido. Trata-se, como se nota, de uma definição própria, dada pelo próprio sociólogo, distante do tratamento que, por exemplo, a psicanálise confere ao termo desejo. Por outro lado, o *impulso* filia-se a uma temporalidade curta, abreviada: "A *curta expectativa de vida* é o trunfo dos impulsos, dando-lhes uma vantagem sobre os desejos. Render-se aos impulsos, ao contrário de seguir um desejo, é algo que se sabe ser *transitório*, [...] *não deixará consequências duradouras*" (BAUMAN, 2004, p. 27, grifos nossos). Eles não deixam marcas mais impactantes justamente porque são cifrados pela atonia, típica dos valores de universo. O elã da rapidez, fazendo da alta celeridade um *hábito* (de tal modo que o sujeito vivencia esse velocidade com a atonia típica do que nos é rotineiro), também responde pelo baixo impacto que Bauman

enxerga em seu conceito de impulso. Ao mesmo tempo, o traço *transitório* é consequência previsível se levarmos em conta que a *difusão* é, juntamente com a tenuidade, um caractere dos valores de universo: transita-se mais facilmente por um campo difuso do que por um concentrado. Já o desejo, contendo os traços opostos — isto é, por demandar uma temporalidade longa e por conferir maior tonicidade aos objetos, o que cria um maior efeito de concentração no campo de presença do sujeito — acaba preterido na contemporaneidade: "[...] líquido mundo moderno que detesta tudo o que é *sólido* e *durável*, tudo que não se ajusta ao uso *instantâneo*" (BAUMAN, 2004, p. 46, grifos nossos). O desejo baumaniano seria favorecido pelo elã da lentidão, que viabiliza uma temporalidade mais longa.

Assim, em vez de relações que primem pela concentração e por um maior impacto, ganha vez o que o sociólogo chama de *relação de bolso*: "doce e de curta duração [...]. Uma relação de bolso é a encarnação da instantaneidade e da disponibilidade" (p. 37). Eis, em suma, o lema que parece entoado pelos sujeitos contemporâneos quando o assunto são as parcerias afetivas: acesse quando quiser, delete sempre que convier — o combinado entre atonia e difusão respaldará sempre, afinal, ambas as atitudes.

Note-se no entanto que há uma espécie de *desejo de tonicidade*, se pudermos chamar assim, nestas relações de bolso. Estas, como consequência do elã por que são regidas, têm uma temporalidade breve, uma curta duração, portanto. Tais cifras tensivas nós já havíamos acompanhado em outros momentos do trabalho. No entanto, ao que parece, em se tratando das relações afetivas, torna-se particularmente importante que elas sejam *doces*, adjetivo em que se pode reconhecer uma sutil, discreta combinação entre euforia e tonicidade, em termos semióticos. Queremos chamar atenção para uma especificidade desta prática em comparação com o restante de nosso *corpus*. Até então, havia, em meio à variedade de leituras, de análises acerca da subjetividade contemporânea, uma constante: algo de átono, de enfraquecido era sempre reconhecido, embora de maneiras distintas, pelos analistas. Era, como destacamos no início do trabalho, a "*apatia new-look*" (LIPOVETSKY, 2005, p. 19, grifos nossos) que caracterizava o sujeito. No mesmo sentido, Baudrillard (2004, p. 60, grifos nossos) defendia que "a última década assistiu a uma aceleração extraordinária desta *banalização do mundo*", enquanto Kehl (2015, p. 123, grifos nossos) assinalava que "*algo do valor da vida se perde*" a partir do momento em que uma nova temporalidade,

mais breve, passou a predominar na vida das pessoas em geral. Em todos esses trechos, retomados apenas de passagem aqui, nota-se que o traço de atonia parece consensual entre os analistas.

Ora, quando cotejamos essa constante com uma concepção do "'amor' como episódios *intensos*, curtos e *impactantes*, desencadeados pela consciência *a priori* [grifo do autor] de sua própria fragilidade e curta duração" (BAUMAN, 2004, p. 20, grifos nossos), algo de destoante chama atenção. Vem à tona um traço de tonicidade ("episódios intensos [...] e impactantes") que parece específico das relações que temos analisado neste item. Uma condição distintiva desta prática, em suma. Tudo se passa como se o sujeito não aceitasse de bom grado o arranjo átono-difuso que, em todas as demais esferas sociais de que participa, era tão conveniente. Neste tema particular, o indivíduo parece exigir *uma pitada de tonicidade*, digamos de modo pouco científico. Assim, deseja uma conjunção "fugaz, mas não por isso menos intensa" (BAUMAN, 2004, p. 52, grifos nossos). Noutros termos, deseja um laço rápido, mas nem por isso menos tônico. Cabe notar que este desejo de tonicidade não é apresentado por Bauman como regular, constante. Na maior parte da obra, predomina a combinação, vamos dizer, *standard* entre atonia e difusão que temos constatado: "Uma inédita fluidez, fragilidade e transitoriedade [...] (a famosa 'flexibilidade') marcam todas as espécies de vínculos sociais [...]" (BAUMAN, 2004, p. 114). Parece, apenas, que essa *fluidez* (típica de um campo de significação difuso) e *fragilidade* (maneira de apontar para a atonia) é interrompida por rompantes de tonicidade. De igual maneira, o desejo de "*apertar os laços* e ao mesmo tempo mantê-los frouxos" (BAUMAN, 2004, p. 8, grifos nossos) também autoriza a interpretação de que o sujeito contemporâneo, no assunto particular de que temos tratado, parece buscar alguma saída para a tenuidade verificada em todos os demais eventos sociais.

O problema, como o próprio Bauman (2004, p. 9) nota com bom humor — qual seja, "esperam [...] algo como a solução da quadratura do círculo: comer o bolo e ao mesmo tempo conservá-lo" — parece, a tirar pelo restante de nossa pesquisa, dificilmente solucionável, na medida em que conferir impacto ao que já é de partida rápido não é uma tarefa simples. Seria preciso, portanto, para gerar intensidade, ou acelerar ainda mais esse andamento de base, ou lentificá-lo, como sugere Kehl (2015, p. 163): "As atividades que favorecem a transmissão das experiências [experiência, aqui,

no sentido tônico atribuído por Walter Benjamin] [...] são executadas em um tempo distendido".

No entanto, de acordo com Bauman, não parece haver um caminho viável para se desacelerar a relação entre sujeito e objeto, uma vez que seria a própria dinâmica consumista, inerente ao sistema capitalista em que estamos inseridos, a responsável primeira pela manutenção deste andamento rápido a atravessar as relações — não apenas afetivas, queremos dizer. Nesse sentido, Bauman (2004, p. 28) afirma:

Tal como outros bens de consumo, ela [a parceria amorosa] deve ser consumida instantaneamente [...]. É, antes de mais nada, eminentemente descartável.

Afinal, automóveis, computadores ou telefones celulares perfeitamente usáveis, em bom estado e em condições de funcionamento satisfatórias são considerados, sem remorso, como um monte de lixo no instante em que "novas e aperfeiçoadas versões" aparecem nas lojas [...]. Alguma razão para que as parcerias sejam consideradas uma exceção à regra?

O andamento célere, desse modo, que fundamenta em grande medida a obsolescência que tanto interessa a um sistema capitalista, parece, a tirar pelo trecho acima, abarcar, influenciar também as relações afetivas. Não há razão, dentro de uma lógica consumista, para que as relações afetivas figurem como uma exceção à regra, isto é, como uma exceção ao arranjo fugaz e prazeroso, doce e transitório que atravessa o restante da vida social.

Encaminhando-nos para o fim desta discussão, gostaríamos apenas de endossar uma ressalva que, de outras maneiras, já sugerimos ao longo do trabalho. Não é objetivo nosso indicar o melhor dos arranjos, os quais no fim das contas parecem mesmo um tanto inconciliáveis — *grosso modo*, referimo-nos, de um lado, ao cenário difuso e átono, e, de outro, ao arranjo que combina concentração e tonicidade. Esta opção, pouco generalizável, apenas cada um pode fazer, e terá toda a legitimidade para tanto. Tentamos apontar, aliás, que cada um dos cenários carrega consigo suas vantagens e desvantagens, dores e delícias. "Não há sentido em comparar os sofrimentos do passado e do presente, tentando descobrir qual deles é menos suportável. Cada angústia fere e atormenta no seu próprio tempo" (BAUMAN, 2004, p. 68).

3.3 CIBERCULTURA

Talvez seja importante mencionar que nosso intuito inicial para esta tese era o de analisar não a subjetividade contemporânea, mas, mais especificamente, a subjetividade na contemporaneidade digital. Apenas o item de que nos ocupamos agora, portanto, daria azo, se assim o quiséssemos, ao trabalho inteiro. Abrimos mão desse objetivo que a princípio havíamos nos colocado porque nos pareceu, já nas primeiras leituras acerca da individualidade contemporânea, que o universo digital que tomou conta de nossas vidas era apenas uma parte — sem dúvida importante, mas ainda assim uma parte apenas — de um fenômeno mais amplo que não nasceu com o *boom* da Internet, das redes sociais, da cibercultura enfim. A vida digital, eis a hipótese que tentaremos aclarar, apenas tem levado às últimas consequências traços que já se insinuavam ao longo do século XX. A cibercultura, em termos tensivos, *recrudescer* e quase *saturar*, a nosso ver, cifras da significação que já vinham despontando, *se restabelecendo*, várias décadas antes.

Quer-nos parecer, assim, que, em vez de enxergar, em nossas vidas cada vez mais entranhadas em redes sociais e cada vez mais guiadas pela sintaxe imposta pela cibercultura, um cenário completamente novo, vemos um prolongamento de tendências que já vinham pedindo passagem. O universo digital teria apenas atendido a algumas demandas tensivas e narrativas que já vinham se insinuando. O dispositivo tecnológico de que a Internet faz parte, portanto, não seria exatamente *causa* dos novos arranjos pelos quais produzimos e interpretamos sentido, mas, sobretudo, *resultado* de alguns novos interesses da sociedade em geral. Nesse espírito, Sibilia (2016, p. 25) propõe:

[...] as tecnologias são inventadas para desempenhar funções que a sociedade de algum modo solicita e para as quais carece das ferramentas adequadas. Por exemplo: a possibilidade de administrar múltiplos contatos de modo veloz e sem limites espaciais, ou a [...] demanda por visibilidade e conexão permanentes, são todas necessidades desenvolvidas nos últimos tempos, para cuja satisfação era preciso criar um instrumental específico. A causalidade, portanto, é assim revertida: em lugar de serem compreendidos como a causa, os dispositivos tecnológicos são fruto de certas mudanças históricas. Uma vez criados e adotados [...], porém, acabam reforçando essas transformações.

Como se vê, trata-se de um processo um tanto circular: a tecnologia que inundou a vida social do século XXI não é, segundo Sibilía, causa do novo cenário em que temos vivido, mas o reforça e, com isso, altera-lhe alguns contornos.

Algumas dessas novidades acentuadas pela Internet e tudo o que sua proliferação trouxe a reboque já estão ensejadas na citação apresentada pouco acima. "A possibilidade de administrar múltiplos contatos de modo veloz", por exemplo, será, assim nos parece, tão mais bem atendida quanto mais o sujeito estiver satisfatoriamente inserido dentro da lógica proposta pelos valores de universo. A difusão e atonia favorecem essa aptidão multitarefa requerida. Pender para os valores de absoluto, os quais combinam tonicidade, no eixo sensível, e um correlato efeito de concentração, no plano inteligível, ora, isso dificultaria o trânsito e a lida com muitos objetos simultaneamente — inviabilizaria *a administração de múltiplos contatos*, nos termos de Paula Sibilía. Prosseguindo nessa linha, diríamos que, para uma vida sintonizada com as condições tensivas requeridas dentro do universo digital, torna-se particularmente importante essa disposição tanto para

uma escuta como um olhar fáceis, rápidos e superficiais, [...] também antenados em várias coisas ao mesmo tempo. Trata-se de uma peculiar disposição dos corpos e das subjetividades que lhes permite sintonizar com os ritmos e as demandas do mundo contemporâneo, no qual uma função multitarefa — que costuma ser tanto dispersa como ansiosa — não é apenas habitual, mas também muitas vezes necessária e até eficaz [...]. (SIBILIA, 2016, p. 76).

Aí está um poderoso tripé que condiz com uma subjetividade que marcha em meios digitais: olhares e escutas *rápidos, superficiais e antenados com várias coisas ao mesmo tempo* ou, em termos tensivos, respectivamente, *andamento rápido (elã da rapidez), atonia e difusão*. O traço enfraquecido, que a analista reconhece nos objetos com que o sujeito trava relação, parece, aliás, pouco preocupante — a alta difusão compensa, ao que parece, o baixo impacto: "Hoje postam-se assuntos pensando primeiro em popularidade e repercussão, e depois no conteúdo propriamente dito"²⁴. A preocupação recai, portanto, muito mais na difusão ("repercussão") do que propriamente na importância, na tonicidade do que é divulgado ("depois no conteúdo propriamente

²⁴ Sibilía (2016, p. 43) não precisa a autoria deste trecho, atribuindo-o apenas a um "jornal argentino no início de 2016".

dito"). Sibília está a essa altura se referindo mais de perto ao funcionamento nas redes sociais. Ainda que frequentemente uma alta difusão esteja associada a um maior impacto do que é compartilhado — bastando para isso imaginar a *alta repercussão* (isto é, alta difusão) que um vídeo inédito recebe, ao trazer algum relato *chocante* (vale dizer, com alta carga de tonicidade) de alguém que testemunhou uma grande tragédia etc. —, o que a pesquisadora argumenta é que é o poder de dispersão da postagem, medido pela quantidade de *likes*, compartilhamentos, visualizações etc., o carro-chefe deste arranjo tensivo. A difusão teria prioridade sobre a tonicidade. Com efeito, numa sociedade altamente *alterdirigida* (RIESMAN, 1995), isto é, guiada pelo olhar e pela sanção do outro — por meio, no caso aqui observado, de uma avaliação mensurável de modo muito preciso através de *likes* e unidades afins —, a difusão parece ter primazia sobre a tonicidade dos conteúdos divulgados. Queremos dizer, dentro desse cotejo entre difusão e tonicidade, que, se a primeira parece mais relevante que a segunda, isso se dá porque, na sanção, etapa do percurso narrativo em que se avalia o bom cumprimento da performance exercida pelo sujeito, o parâmetro, o critério de avaliação recairá muito mais sobre a repercussão do conteúdo divulgado do que propriamente sobre a importância que ele contenha. Tanto é assim que uma postagem sem relevância, que mire apenas um fugaz lampejo de entretenimento, como grande parte dos *memes* ou das desmesuras que circulam nas redes sociais, pode ter lugar cativo no ambiente digital, pode ser muito bem sancionado — basta que alcance uma alta difusão. Por outro lado, um conteúdo que recebe uma cifra de maior tonicidade, na medida em que lega para a coletividade algo de mais duradouro, fugindo portanto à fugaz dimensão da *informação* e aproximando-se do que Benjamin (2012) chama de *experiência*, parece não alcançar, dentro do universo digital, uma sanção de fato euforizante *se não houver uma medida significativa de difusão validando esta tonicidade*. A difusão torna-se mais relevante que a tonicidade e se coloca para a sanção como principal critério a ser levado em conta. No dizer de Debord (1997, p. 16-17), "O que aparece é bom, o que é bom aparece". Arriscaríamos apenas complementar: e *quanto mais aparecer (maior difusão), melhor será (mais tônico)*.

Uma observação importante: neste momento, estamos analisando essas sílabas tensivas associadas sobretudo ao objeto, não ao sujeito. Observamos a tonicidade e a difusão atrelada àquele, não a este. Quando observamos o fenômeno por relação ao sujeito, porém, vemos que o arranjo tensivo que combina alta difusão e baixo impacto

também condiz com as práticas demandadas no convívio digital. Sibilia (2016, p. 78) mais uma vez:

[...] a capacidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo é mais estimulada e premiada que a habilidade de focar a atenção numa tarefa contínua e persistente. A abrangência inédita desse tipo de mudanças socioculturais pode levar, inclusive, a questionar se o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade [...] não seria mais bem compreendido como um traço característico das novas subjetividades [...], em vez de uma estranha epidemia infantil.

[...] parece que a nossa funcionalidade multitarefa vai se desenvolvendo junto com a dos nossos computadores, e é provável que esse processo implique não apenas uma perda — das velhas capacidades de introspecção e concentração — mas também certos ganhos nas novas formas de cognição que estão se engendrando nesse processo de compatibilização com os dispositivos digitais. [...] estudos [...], realizados nos primeiros anos do século XXI, constataram que aqueles que navegavam pela internet em busca de informações passavam menos de dois segundos num site antes de passar para outro. Em vez — ou, pelo menos, além — de ver nesse dado um mero indício de desconcentração e ansiedade, os especialistas enxergaram uma capacidade de análise mais incisiva e veloz, que é solicitada pelos modos de vida contemporâneos e que seria facilitada pelos novos meios de comunicação.

Os trechos acima criam o efeito de sentido de que, mais do que lamentar a perda de uma antiga capacidade de introspecção e de concentração, que teve seu apogeu na sociedade burguesa do século XIX, os sujeitos mais competentes para o cenário contemporâneo são aqueles que acolhem a condição de um campo de presença que prima pela difusão. O cenário digital, portanto, parece pouco confortável a um sujeito cuja competência se aproxime mais dos valores de absoluto, isto é, alguém que, no lugar de se demonstrar uma "funcionalidade multitarefa" e uma "análise mais incisiva e veloz", reúna condições para "focar a atenção numa tarefa contínua e persistente". Tal como observamos em relação ao ponto de vista *objetal*, também para o sujeito é a difusão (e sua correlata atonia) que são mais bem sancionados, mais euforizados do que a concentração e sua correlata tonicidade ("a capacidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo *é mais estimulada e premiada* que a habilidade de focar a atenção numa tarefa contínua e persistente").

Assim, "aquela atenção contemplativa, *toda focalizada em direção a um único objetivo*, estilhaça-se nesta cultura esmagadoramente audiovisual que não cessa de

emitir estímulos sensoriais *em todas as direções*" (p. 76, grifos nossos). Transpondo num gráfico, teríamos:

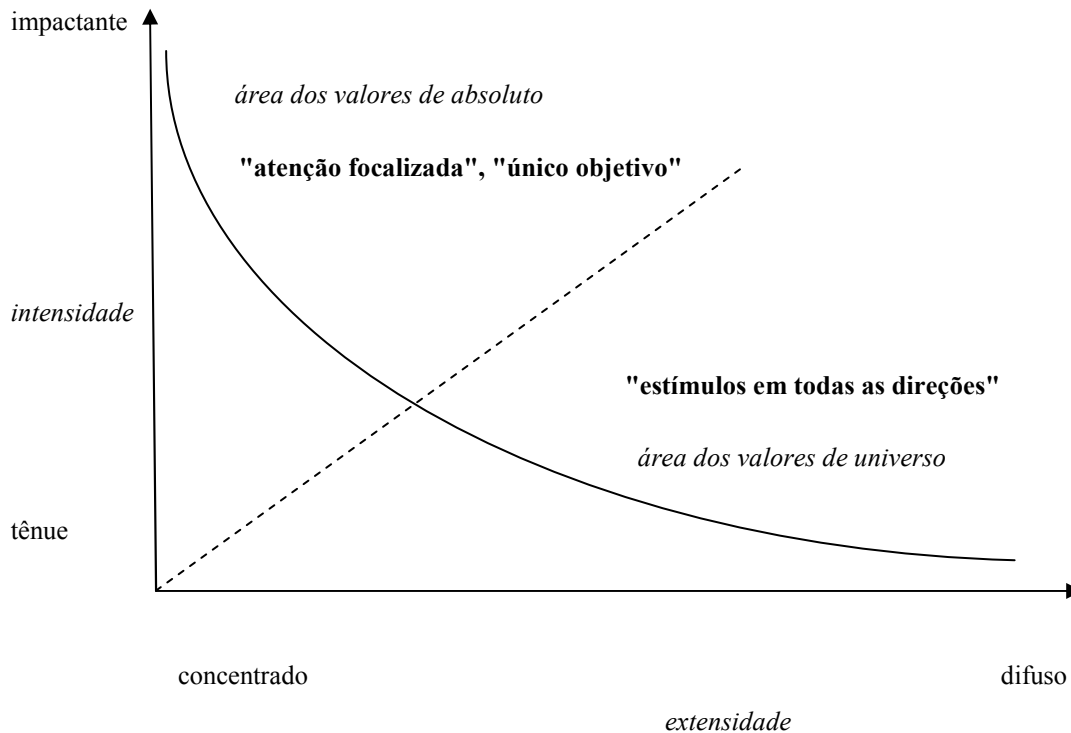


Gráfico 20: difusão e concentração nas redes sociais. Fonte: elaboração nossa, a partir de Zilberberg (2011, p. 90) e Sibilia (2016).

No que respeita ao baixo impacto de tudo o que é abarcado pela cibercultura, Ferraz (2010, p. 53, grifos nossos) aponta para as "formas mais ou menos intensas de sonambulismo e hipnose que permeiam hábitos da vida contemporânea. Afinal, a absorção no ciberespaço, diante das telas luminosas [...], produz em geral efeitos evidentes de *anestesia* [...]". Com isso a autora nos apresenta a outra face que compõe os valores de universo, qual seja, a tenuidade sensível, figurativizada por ela como um estado de anestesia.

Numa das citações de que lançamos mão um pouco acima, Sibilia (2016, p. 25) assinalava que, juntamente com a demanda por "administrar múltiplos contatos de modo

veloz", há uma outra, que a Internet também veio para tentar atender, qual seja: a "demanda por visibilidade e conexão permanentes".

Tal demanda ou, já conferido contornos mais precisos ao cenário, diríamos tal *clamor* por visibilidade e conexão diz respeito direto a um traço singular e muito caro para se compreender o que se passa no contexto digital. Clama-se por visibilidade e conexão permanentes devido ao traço *alterdirigido* (RIESMAN, 1995, p. 67-100) que marca a contemporaneidade digital. Este pesquisador propõe que a sociedade ocidental como um todo teria passado de um momento prioritariamente *introdiregido* — cujo ápice teria se dado no século XIX, quando aquilo que Foucault (2017a, 2017b, 2017c, 2018) chama de *sociedade disciplinar* teve seu apogeu, isto é, quando os *mecanismos de poder* se entranharam de tal modo na vida das pessoas, que passou a convir certo *cuidado* com o que se deveria exibir publicamente; convinha, àquela altura, que a *intimidade* permanecesse *protegida* pelo espaço doméstico da casa, pelo (tão anacrônico para os dias de hoje) diário íntimo, pela leitura silenciosa etc. — para um momento tipicamente *alterdirigido*²⁵. Quando Riesman (1995) escreveu sua obra, a Internet sequer existia. Ainda assim, o historiador foi capaz de notar que havia uma transformação em curso durante o século XX: o momento fortemente *introdiregido* que vigeu sobretudo durante o século XIX perdia força à medida que ganhava contornos mais nítidos uma nova subjetividade, prioritariamente *alterdirigida*.

Semioticamente, uma sociedade *introdiregida* é aquela em que um mesmo ator sincretiza os papéis de sujeito do fazer e de sancionador. Quem age é também aquele que, protegido pelas paredes do espaço da casa, cercado no quarto privado ou no diário íntimo, mergulha silenciosamente, *distante do olhar alheio*, em busca de uma compreensão de si. Note-se que quem avalia é, sobretudo, o próprio sujeito, que mergulha nas *profundezas de um eu* — histórica e cuidadosamente elaborado pela sociedade disciplinar analisada por Foucault — para ali se autodescobrir, se autoavaliar etc. A ideia de *intimidade*, algo a ser trancafiado e preservado do olhar alheio, revela-se aqui com toda a sua força. Bem diferente é o arranjo narrativo que subjaz às chamadas sociedades *alterdirigidas*, cujo exemplar mais bem acabado que Riesman poderia imaginar reside na contemporaneidade digital. Temos, no caso *alterdirigido*, um sujeito

²⁵ Riesman propõe ainda uma terceira categoria, as sociedades *tridiregidas*, isto é, guiadas por uma tradição partilhada coletivamente. Esta categoria não nos interessa aqui; passaremos ao largo dela, portanto.

que age basicamente em função de um outro sujeito, que avalia, que chancela, valida ou invalida a performance cumprida. Diferentemente do cenário introduzido, aqui há dois atores diferentes cumprindo cada um determinado papel dentro do esquema narrativo. Destinador julgador e destinatário julgado dividem-se em atores distintos. A compreensão acerca da própria subjetividade não é, como na introdução, escavada nas profundezas de uma subjetividade que se autoavalia, mas, sim, buscada e compreendida a partir do olhar e da sanção alheios. Importante destacar que Riesman não concebia essas categorias de modo estanque. Havia, para ele, apenas uma dominância de uma ou de outra em diferentes momentos históricos. Assim, sabemos que a subjetividade não nasce senão numa relação dialógica, balizada portanto pelo outro. Um traço mínimo alterdirigido estará sempre presente na ordenação de uma individualidade, como se pode ver pelo trecho abaixo: "Embora toda a gente queira e necessite ser apreciada por algumas pessoas em alguns momentos, apenas os tipos modernos alterdirigidos fazem disto a fonte principal da orientação e a área primordial da sensibilidade" (RIESMAN, 1995, p. 86). A percepção mais aguda de Riesman, a nosso ver, é, além de apresentar uma tipologia suficientemente abrangente acerca da subjetividade humana — tipologia que ajuda a compreender de que modo diferentes momentos históricos frutificaram contornos bastante distintos à subjetividade humana — ser capaz de intuir, ainda nos anos 1950, que "a hegemonia da alterdireção não está muito longe" (p. 84).

É fundamental notar, para darmos continuidade ao mapeamento da contemporaneidade digital de que nos ocupamos neste momento, que a predominância do sujeito introduzido estava altamente calcada numa dicotomia que perdurou e ditou os contornos no século XIX, mas que foi pouco a pouco se diluindo durante o século XX. Trata-se de dicotomia *público vs. privado*. À medida que se cristalizou uma fronteira entre o que se poderia fazer e mostrar publicamente e o que não convinha expor ao olhar alheio, ganhou força o *homo privatus*, *homo psychologicus* ou introduzido (SIBILIA, 2016, p. 48). A dicotomia referida, portanto, alimentava, favorecia o desenvolvimento de um tipo subjetivo que reconhecia essa fronteira, compreendendo (e temendo) mais claramente a noção de intimidade que ela implicava. Ora, a partir do momento em que começa a ganhar força uma sociedade na qual é sobretudo no espaço *público*, e não mais no privado, que a subjetividade se constitui ao mesmo tempo em que se compreende, ganha força o traço alterdirigido. Ou, invertendo a relação de causa e efeito, podemos dizer que, à medida que ganha ímpeto a

alterdireção, esfuma-se a fronteira entre o que pode/deve ser exibido e o que convém preservar do olhar alheio: para *ser*, é preciso, cada vez mais, mostrar-se, apresentar-se. Assim, vai-se esfurelendo a noção antiga de intimidade. Para que a subjetividade se constitua, passa a ser preciso exibir-se, desnudar-se ao olhar alheio. Minimiza-se assim a antiga noção de *intimidade* ao mesmo tempo em que ganha força uma *extimidade*, aproveitando o arguto trocadilho que colhemos em Sibilia (2016, p. 20). Semioticamente, parece-nos que o eixo mais relevante na constituição da subjetividade deslocou-se do íntimo para o éxtimo. Note-se que, se o indivíduo introdirigido e a concepção de intimidade, de introspecção que ele traz a reboque pressupunham uma fronteira bastante cristalizada entre o espaço público e o espaço privado, o sujeito alterdirigido pressupõe uma diluição de tal categoria semântica. Em termos semióticos, diríamos que o cenário digital, fartamente guiado pelo olhar e pela sanção do outro, assenta-se num *termo complexo*, aquele que subsume a um só tempo o contraste entre público e privado. Nesse diapasão, pontua Arfuch (2010, p. 95-96): "[...] o novo traçado do mapa mundial e o desdobramento incessante das tecnologias, que foi além de qualquer previsão, transtornaram definitivamente o sentido clássico do público e do privado [...] a ponto de essa distinção se tornar frequentemente indecível". A obra *Videologias* (2004), assinada em conjunto por Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl, também ilumina o processo de diluição da categoria público-privado quando aponta o duplo processo segundo o qual, de um lado, "o espaço público é invadido pelas representações da vida privada" (KEHL, 2004, p. 173), e, de outro, quando destaca a presença de "um veículo que é doméstico, cotidiano, onipresente [...] faz[endo] a ponte entre a individualidade privada e o espaço público que ela (TV²⁶) ocupa ou, melhor, substitui" (KEHL, 2004, p. 46, grifos nossos). Ou seja, os dois polos, no fim das contas, confundem-se, tornam-se homologáveis. A Internet seria o termo complexo que torna pouco discernível a categoria público vs. privado.

Embora nosso interesse específico, no que respeita à tal categoria, seja apenas propor que a contemporaneidade digital borra a fronteira entre os dois polos já referidos, vale mencionar aqui o denso estudo de Sennett (2018), em que ele — resgatando o contexto sócio-histórico que possibilitou a separação mais nítida entre o espaço público

²⁶ Na obra, Bucci; Kehl analisam os efeitos decorrentes da presença massiva da *televisão* na vida social. Suas conclusões, a nosso ver, no entanto, podem ser estendidas inteiramente à cibercultura.

e o privado — propõe que um momento-chave para o estabelecimento dessa fronteira se deu durante o século XVIII, no que o autor compreende como Antigo Regime²⁷.

Foi, em grande parte, a partir dali, segundo o sociólogo, que, à medida que as principais cidades europeias de então, Paris e Londres, recebiam uma massa volumosa de imigrantes vindos do campo, floresceu aos poucos a concepção de que convinha não expor, naquele espaço (público) em que transitava uma nova massa de desconhecidos, certos hábitos, gestos, ações etc. Ao mesmo tempo, a nascente família burguesa colocava-se como o espaço (privado) em que esses hábitos denotadores de personalidade podiam ocorrer sem receio: "A família burguesa [...] tentou preservar uma certa distinção entre o senso da realidade privada e os termos muito diferentes do mundo público exterior ao lar" (SENNETT, 2018, p. 25-26).

Assim, pode-se dizer — em um resumo pobre na medida em que apaga a argumentação bastante mais matizada de Sennett — que a maneira como o capitalismo se desenvolveu a partir do século XVIII, segundo o sociólogo, conferiu novos contornos ao espaço público, fazendo deste um lugar sobretudo de trânsito, de passagem, no qual os indícios de personalidade deveriam ser expostos segundo novos costumes (de cortesia, etiqueta etc.). Trata-se, em palavras do sociólogo, de uma nova "ideia do espaço público como derivação do movimento [...]. As ruas da cidade adquirem então uma função peculiar: a de permitir a movimentação" (SENNETT, 2018, p. 30). Ora, à medida que o espaço público passa a ser visto como pouco indicado para exposições pessoais mais desbragadas, o espaço privado desenvolve-se como *locus* ideal da nova noção de intimidade. Compreende-se, assim, como "a visão intimista é impulsionada na proporção em que o domínio público é abandonado, por estar esvaziado" (p. 28). O século XIX — figurativizado pelo diário íntimo, pela leitura silenciosa dos romances, pelo recato quando em situações públicas etc. — representaria o ápice do fosso criado entre o público e o privado.

O próprio Sennett, no entanto, quando, na década de 1970, escreveu sua obra, já notava de certo modo uma diluição dessa categoria. Nessa medida, segundo ele, a partir da Segunda Guerra Mundial, pipocam pelo Ocidente mais desenvolvido edifícios cuja

²⁷ O próprio Sennett (2018, p. 77) explica: "A expressão 'Antigo Regime' é usada muitas vezes como sinônimo de feudalismo; poderia assim se referir a um período de tempo que abrange desde antes dos anos 800 até depois de 1800. Prefiro, porém, seguir o uso estabelecido por Tocqueville: 'Antigo Regime' se refere ao século XVIII, especificamente ao período no qual a burocracia comercial e administrativa se desenvolve nas nações [...]"

arquitetura "dedicava-se a uma nova ideia de visibilidade [...]. Paredes quase inteiramente de vidro [...] fazem com que o interior e o exterior de um edifício se dissolvam [...] essa tecnologia permite [...] o máximo de visibilidade" (SENNETT, 2018, p. 28). Estava-se, a essa altura, embaçando, em nome das premências da *alterdireção*, a fronteira entre os terrenos público e privado. Não seriam, porém, como sugere o sociólogo, as *paredes de vidro* que viriam a representar o *máximo de visibilidade*. Outras telas, décadas depois, cumpririam esse papel, numa saturação da subjetividade pautada pelo olhar sancionador alheio.

Em palavras que resumem bem a transformação ainda em curso, mas já bastante consolidada, Sibilia (2016, p. 126, grifos da autora) também nos diz:

Após o desmoronamento daqueles muros que separavam os ambientes públicos e privados na sociedade industrial, torna-se visível nada menos que a intimidade de cada um e de qualquer um. Nesse quadro, o *homo privatus* se metamorfoseia e dá lugar às novas formas da subjetividade contemporânea.

Parece-nos que tal metamorfose, que aponta para uma mudança da intro para a alterdireção, com um conseqüente apagamento da fronteira público vs. privado, toca também num outro ponto de análise. Entendemos que, subjacente ao "deslocamento daquele psiquismo interiorizado para a pele e para os atos visíveis, do quarto próprio para as telas de vidro, da intimidade protegida pelas duras paredes do lar para uma extimidade bem editada" (SIBILIA, 2016, p. 127, grifos da autora), encontramos uma mudança naquela que se constitui como a principal etapa, para a semiótica, do esquema narrativo canônico. Teríamos não mais a performance, o fazer como a etapa mais, digamos, *preocupante* para o sujeito. Passa a ser a sanção, o julgamento o momento mais importante, dentre as quatro etapas — manipulação, competência, performance e sanção — previstas por esse simples mas útil esquema greimasiano. O "importante é o que *você* [...] mostra na tela, e somente em função disso terá valor tudo o que *você* (não) *faz*" (SIBILIA, 2016, p. 325, grifos da autora).

Também a propósito desse deslocamento da etapa narrativa mais saliente, é emblemática a mudança que a mesma Sibilia (2016, p. 318) flagra quando afirma que, hoje, é a *vergonha*, e não mais a *culpa*, que amedronta os sujeitos contemporâneos. Ora, a vergonha pressupõe, como consistentemente comprova o estudo desenvolvido por

Harkot-De-La-Taille (1999), o olhar do outro, ao passo que a culpa parece trazer, em primeiro plano, a avaliação do próprio sujeito que agiu. Dentro do que temos dito, a culpa estaria para uma sociedade interdirigida assim como a vergonha está para uma sociedade prioritariamente alterdirigida.

Desse modo, é a sanção alheia, principalmente, que baliza a subjetividade imersa no espaço digital. É o

reconhecimento nos olhos alheios e, sobretudo, o cobiçado troféu de *ser visto* o que mais importa. [...] Pois tudo aquilo que permanecer oculto, fora do campo de visibilidade — seja dentro de si, trancado no lar ou no interior do quarto próprio — corre o triste risco de não ser interceptado por olho algum. E, de acordo com as premissas básicas da sociedade do espetáculo [...], se ninguém vê alguma coisa não há como garantir que isso de fato exista [...]. Nesse monopólio da aparência e da quantificação dos *likes*, tudo o que ficar no escuro simplesmente não é. (SIBILIA, 2016, p. 151, grifos da autora)

Consideramos que paira o efeito de sentido de que a sanção importa mais que as outras três etapas do esquema narrativo canônico porque sua ausência ("o triste risco de não ser interceptado por olho algum") parece implicar a própria inexistência do sujeito ("se ninguém vê alguma coisa não há como garantir que isso exista"). A própria condição de veracidade ou, em termos semióticos, de veridicção passa necessariamente, portanto, pela validação que o olhar alheio confere ao sujeito.

A sociedade alterdirigida, que tem na contemporaneidade digital seu exemplar mais cristalizado, mantém uma relação intrínseca com a *sociedade do espetáculo* analisada por Guy Debord ainda na década de 1960. A alterdireção proposta por Riesman (1995) aproxima-se da categoria proposta por Debord na medida em que, a nosso juízo, ambas reconhecem a inédita necessidade do olhar alheio como eixo definidor da subjetividade. O próprio vocábulo *espetáculo*, tal como havíamos observado por relação à vergonha, a qual suplantou nos tempos atuais a culpa, já pressupõe uma sanção do outro. Não há espetáculo sem um público a quem ele se exhiba.

Além dessa tendência inevitável para a avaliação alheia, o provocante pensador francês nota uma relação do sujeito com as imagens que ajuda a definir a sociedade que ele analisava: "o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, *mediada por imagens*" (DEBORD, 1997, p. 14, grifos nossos). Parece até

que o tipo de relação intersubjetiva que ele apenas intuiu hoje se revela com toda a força nas redes sociais em geral. Há, eis o que nos diz o trecho, uma superioridade, uma hierarquia que as imagens estabelecem junto às relações sociais. Ao afirmar que o espetáculo é uma relação entre pessoas *mediada por imagens*, está-se apontando que são estas que assumem um estatuto por assim dizer privilegiado, na medida em que guiam e de certo modo ressignificam as relações sociais. Altera-se mesmo o estatuto veridictório — estatuto de verdade — das relações, na medida em que "tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação" (p. 13).

Aliás, essa representação sequer parece notada pelos sujeitos. Senão vejamos o que nos destaca Chauí (2004, p. 13), em prefácio à obra *Videologias* (BUCCI; KEHL, 2004): "*a operação central da TV²⁸ é ocultar-se a si mesma* [grifo da autora] [...] o espectador [...] não se dá conta de que mantém uma relação determinada com o veículo, mas *acredita relacionar-se diretamente com o mundo* [grifo nosso]". Semioticamente, portanto, o destinador pressuposto ao, se pudermos dizer assim, enunciado-Internet, tenta ao máximo apagar qualquer vestígio da enunciação, isto é, tenta ocultar qualquer rastro que possa indiciar a presença de uma instância que organiza, que *faz-ser* o enunciado. Resta assim o efeito de que o produto (enunciado) não é filiado a um processo que o gerou (enunciação). Ao ocultar-se enquanto instância reguladora de todo o vasto conteúdo que circula nos ambientes digitais, cria-se um cenário discursivo perfeito ao destinador: os atores do enunciado não se sabem debreados, creem assim numa realidade não mediada, transparente. O destinador se satisfaz: "Qualquer usurpador tenta fazer esquecer *que acabou de chegar*" (DEBORD, 1997, p. 178, grifos do autor).

Também nesse quadro de apagamento das marcas da enunciação no enunciado, compreende-se melhor que o "caráter fundamentalmente tautológico do espetáculo depende do simples fato de seus meios serem ao mesmo tempo seu fim. É o sol que nunca se põe no império da passividade moderna" (DEBORD, 1997, p. 17). Tudo se passa como se a realidade produzida no ambiente digital existisse *per se*, positivamente, mantendo-se, justamente devido a esse apagamento da enunciação que em última instância regula tudo o que ali se passa, uma situação labiríntica ("É o sol que nunca se

²⁸ Destacamos mais uma vez que, em nossa opinião — e isso vai por nossa conta e risco — as conclusões acerca da TV apresentadas nesta obra são extensíveis à cibercultura, de modo que a primeira figuraria como metonímia da segunda.

põe"). Noutros termos, diríamos que, à medida que essa instância que regula — ou que ao menos *acompanha*, à distância, como pais que deixam livres os filhos a brincar, mas não os perdem de vista — se oculta, os sujeitos que participam irrefletidamente do mundo digital tornam-se tanto mais reféns do destinador que se quer apagado. Nesse momento em que o destinador se suprime ao máximo, momento em que, paralelamente, os destinatários (aqueles que vivem, que se manifestam, que se debreiam enunciativamente nos ambientes virtuais) agem o mais "livremente" possível, pode-se dizer que o sujeito estará "de antemão a serviço da ordem estabelecida, embora sua intenção possa ser o oposto disso [...] ele obedecerá à linguagem do espetáculo, a única que conhece [...]. Ele pode querer repudiar essa retórica, mas vai usar a sintaxe dessa linguagem" (DEBORD, 1997, p. 191). Isso porque a manipulação mais exitosa possível é aquela em que o destinador sequer é notado, tamanha fusão de seus valores no universo axiológico do destinatário. Em suma, não se escapa aos tentáculos do mundo digital, na medida em que, fora dele, o sujeito estará anulado — "O que aparece é bom, o que é bom aparece" (DEBORD, 1997, p. 16-17) —, e, dentro dele, não notando a presença do destinador, o sujeito não será capaz de usar outra linguagem senão a do próprio espetáculo ("obedecerá à linguagem do espetáculo, a única que conhece"). Quando Bucci (2004, p. 228) afirma "sem o menor risco de exagero que as coisas só acontecem de verdade no Brasil quando acontecem na TV. Isso faz dela uma sede, por excelência, do que chamamos de espaço público", ele também está fazendo coro a essa traço que diríamos altamente englobante do mundo digital. Basta que, em sua citação, apaguemos o locativo "no Brasil" e substituamos "TV" por "Internet". No fim das contas, o ocultamento do destinador cria o efeito de que espaço digital é a própria realidade: "A televisão [que, mais uma vez, assumimos por nossa conta como uma anacrônica metonímia do espaço digital] é o mundo", sintetiza Chauí (2004, p. 8, grifos da autora).

A vida digital parece levar às últimas consequências tanto o traço alterdirigido quanto esse aspecto da vida mediada por imagens. Quando Sibilia chama atenção para "essa profusão de telas e de câmeras [que] tem multiplicado até o infinito as possibilidades de se exhibir diante dos olhares alheios" (p. 151), mas também quando fala numa "extimidade bem editada" (p. 127), ela está, a um só tempo, reconhecendo, na contemporaneidade, ambos os caracteres: o sujeito precisa do outro como meio de constituição de sua própria subjetividade (daí a urgente demanda por uma "extimidade"

e por se "exibir diante dos olhares alheios"), porém, tal exibição, para ser bem sancionada, deve ser "bem editada", vale dizer, atravessada por imagens que, no fim das contas, recriam a subjetividade. Temos aqui uma interação curiosa entre as etapas do esquema narrativo canônico. Dissemos que passou a ser a sanção a etapa mais relevante do esquema. É a extimidade que se impõe. No entanto, o fato de esta ter de ser *bem editada* pelo sujeito aponta para uma *competência* prévia que ele deve possuir, antes de se desnudar à sanção alheia. Destruindo o sintagma de Sibília, propomos:

Definidos Definidores → ↓	"Extimidade"	bem editada"
Etapa mais evidente do esquema narrativo canônico	Sanção	Competência

Tabela 12: "Extimidade bem editada". Fonte: Sibília (2016, p. 127), Greimas; Courtés (2012).

Assim, o termo extimidade aponta para a inserção do sujeito na cena alterdirigida, guiada pelo olhar, pela sanção alheia; o fato de essa extimidade ter de ser bem editada ecoa fortemente, no entanto, um saber com o qual o sujeito já deve estar conjunto, antes de se pôr à vista. A performance perde até importância: se houver um bom cuidado prévio com o que se vai mostrar, se o sujeito é competente para manusear as telas em que será pouco depois sancionado, não importa tanto o *fazer* que ele irá cumprir. A performance — balizada por uma competência do próprio sujeito para *bem editar* suas imagens e por uma sanção alheia, marca típica da cena alterdirigida — perde em relevância. A importância distribui-se sobretudo nestas duas etapas adjacentes à performance. O efeito é de que a competência para bem editar suas próprias imagens atenua a relevância da performance e pode alcançar, quase por si só, a sanção euforizante que tanto se busca. Poderíamos também acrescentar que, de um lado, a competência *bem editada* sinaliza, em termos tensivos, a necessidade de uma *triagem* por parte do sujeito: antes da performance, é preciso filtrar cuidadosamente a maneira

como irá se expor. Por outro lado, a extimidade, mirando o maior acolhimento possível junto ao olhar alheio, mobiliza a categoria tensiva da *mistura*²⁹.

Há alguns outros traços presentes na sociedade do espetáculo — e, por via de consequência, também na contemporaneidade digital, a qual no fundo apenas cristaliza o que Debord intuía — que precisamos destacar. Um deles é que, de acordo com o pensador francês, há uma espécie de *abreviamento temporal* intrínseco à sociedade espetacular. Tudo se passa como se a sede de alterdireção para qual já chamamos atenção mirasse apenas o tempo presente. O espetáculo apaga a história, seu tempo é o agora. Nesse sentido, acompanhemos o trecho abaixo, assinado por Debord (1997, p. 178):

O domínio da história era o memorável [...]. Ela era o conhecimento que deveria durar e, ao mesmo tempo, que ajudaria a compreender, ao menos em parte, o que fosse acontecer de novo: "uma aquisição para sempre", disse Tucídides [...]. Quando o importante se torna socialmente reconhecido como o que é instantâneo, e vai sê-lo um instante depois — diferente e igual —, e que sempre substituirá uma outra importância instantânea, pode-se também dizer que o meio utilizado garante uma espécie de eternidade dessa não importância, que fala tão alto.

Note-se que, ao dizer que "o importante se torna socialmente reconhecido como o que é *instantâneo*", o autor chama atenção, a seu modo, para o abreviamento temporal que importa para a sociedade espetacular. Aliás, a definição de *instantâneo* também apresenta uma cifra de *rapidez* que é igualmente cara ao cenário em que vivemos. Observemos uma parte da definição deste lexema: "1. que dura só um instante; que *se passa em um espaço muito breve de tempo*; momentâneo, súbito, fugaz [...] 2. *que se dá rapidamente* [...]" (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1091, grifos nossos). O instantâneo, tão caro ao espetáculo, portanto, traz a reboque não só uma temporalidade breve, como um andamento rápido — o qual, aliás, radica, como sabemos de acordo com as premissas tensivas, tal encurtamento temporal. É a celeridade que, no fim das contas, faz nascer os sucessivos instantes apartados uns dos outros, sucessivos *agoras* para os quais Debord chama atenção. A constante proliferação de presentes deve-se, tal como temos insistido ao longo do trabalho, à instantaneidade, à celeridade que inviabiliza a

²⁹ A rigor, devemos ao professor Ivã Carlos Lopes essa correlação entre *competência* e *triagem*, de um lado, e *sanção* e *mistura*, de outro.

conjugação desses presentes num mesmo fio temporal. O elã rápido impede o alongamento temporal, o qual conferiria maior, digamos, coerência diacrônica à subjetividade.

Trazendo, então, da sociedade espetacular analisada por Debord para a contemporaneidade digital esse traço de abreviamento do tempo, acompanhemos Sibilía (2016, p. 282, grifos nossos): "Poucos adjetivos definiriam melhor os fragmentos postados nos blogs confessionais ou nas redes sociais [...], em contraste com aquelas ficções literárias oitocentistas: antes de nada e acima de tudo, eles são *breves*".

Não é casual, aliás, a menção que a pesquisadora faz às ficções literárias oitocentistas, que, com efeito, remetem a um outro tipo de construção da subjetividade. Naquele passado que parece tão distante — mas que ainda se conservou em alguns hábitos que se mantiveram ao longo do século XX, sendo praticamente extintos apenas quando a Internet se introjetou de fato na vida das pessoas em geral —, preponderava uma investigação da intimidade que repousava num exercício *lento* e voltado para si (sujeito do fazer e sancionador sincretizados num mesmo ator discursivo, em termos semióticos). Ademais, esse exercício de desvelamento ou de compreensão da individualidade pressupunha uma conexão entre os momentos passados, presentes e futuros; havia portanto um alongamento temporal que gerava uma dominância do já comentado *princípio da identidade* (LOPES, 1990). Segundo este conceito, o que o sujeito é, hoje, mantém uma relação intrínseca com o que ele foi, um instante atrás, e com o que ele será, um momento adiante.

Hoje, por outro lado, com os relatos cultivados no universo digital, temos instantes, fragmentos apartados uns dos outros, de que resulta a dominância daquilo que Lopes (1990) chama de *princípio da alteridade*: o que o sujeito é, agora, já não é mais o que ele foi um instante atrás, assim como não se identifica com o que ele será, um momento adiante. O traço instantâneo — que subsume um andamento rápido e uma temporalidade breve, como expusemos anteriormente —, marca dos relatos *éxtimos* tão presentes nas redes sociais, também contrasta com a lentidão que alimentava a antiga noção de intimidade. Em palavras de Sibilía (2016, p. 88, grifos da autora), hoje "[...] prosperam, com incrível força, as novas modalidades de escritas íntimas ou *éxtimas* [...] Uma das grandes novidades que esse fenômeno traz é que agora tudo acontece em *tempo real*: na velocidade do instante". Outra diferença diz respeito ao fato de que esses

fragmentos se voltam para o olhar alheio, não são mais perscrutados pelo próprio indivíduo — sujeito do fazer e sancionador, dessa maneira, hoje se dividem em atores discursivos distintos. Teme-se, também, devido a essa premência do olhar alheio, a vergonha (afinal atrelada a uma cena alterdirigida), muito mais o que a culpa (que pressupõe uma subjetividade introdirigida).

O princípio da alteridade, já comentado em outro momento do trabalho e citado acima, é mais um dos caracteres que as redes sociais não frutificaram exatamente, mas sobretudo reforçaram. Os *posts* que normalmente vão com o selo do instantâneo, do *agora*, criam o efeito de que a vida exibível nas redes não é senão composta por instantes que não precisam guardar entre si um sentido de continuidade temporal, histórica. São fragmentos, de tal modo que, segundo Sibilia (2016, p. 154-155), "essa insistência na prioridade da atualização permanente — e sempre recente — das informações ou postagens, por meio de fragmentos de conteúdo que são adicionados a todo momento" acaba por alimentar a "sensação de viver num perpétuo presente, como uma característica inerente à contemporaneidade".

A vida digital, utilizando mais uma vez a metáfora entre as cidades arqueológicas de Roma e de Pompeia, aproximar-se-ia muito mais da configuração espaço-temporal que esta última cidade suscita. Pompeia perfaz a metáfora do princípio da alteridade, do *aqui-agora*, uma vez que a composição de suas partes não se fia num passado, tampouco aponta para um futuro; o conjunto irrompe com a nitidez de um tempo presente alheio aos momentos que o cercam. Com Roma, ao contrário, tem-se a configuração de um conjunto em que cada parte remonta a um passado, a um todo que integraliza tais pedaços. Esta cidade, assim, seria o emblema do princípio da identidade: cada fragmento descoberto aponta para um tempo-espaço pretérito, de tal modo que a compreensão do conjunto presente está necessariamente calcada neste fio temporalizante longo, em que cada parte só ganha sentido na medida em que participa de um todo organicamente entrelaçado.

Ora, se "vivemos numa época [digital] em que o passado parece ter perdido boa parte de seu sentido como *causa* do presente" (SIBILIA, 2016, p. 162), ou se, "acompanhando essa transição do *homo psico-lógico* da sociedade industrial para um certo *homo tecno-lógico* do capitalismo informatizado, o passado já não abre seus orifícios secretos para que seja explorado através da velha técnica de retrospectção"

(SIBILIA, 2016, p. 163, grifos da autora), trata-se de entender que, na vida digital, o que predomina é o princípio da alteridade: o que se é independe do que se foi, de tal modo que os *posts* que se sucedem uns aos outros parecem muito mais Pompeias — conjuntos fincados cada qual num *aqui-agora* que, afinal, confere a esses fragmentos certa autonomia espaço-temporal — do que partes de uma só e mesma Roma.

Nesse contexto, acompanhemos mais uma vez a pesquisadora que tem nos servido a tantas observações neste item:

[...] as mídias sociais convidam-nos a realizar esse projeto de maneira quase literal: publicando as nossas imagens fotográficas cotidianas como inúmeras Pompeias mudas, uma série de instantâneos cuja loquacidade costuma se limitar a uma modesta epígrafe ou legenda, às vezes nem isso sequer. Uma coleção de restos fósseis — embora sempre recentes — de uma vida qualquer, como múmias de uma só dimensão: pura superfície que costuma calar a sua espessura semântica (SIBILIA, 2016, p. 181).

É o tempo presente, portanto, com suas, diríamos semioticamente, coordenadas enunciativas — eu-aqui-agora —, que se impõe no cenário que temos observado. Dirime-se o princípio da identidade em favor de uma dominância do princípio da alteridade. "O fim da história é um agradável repouso para todo poder presente", resume Debord (1997, p. 177).

Tal como já destacamos em outros momentos do trabalho, parece que esse apego ostensivo ao *agora*, de que resulta uma dominância do princípio da alteridade, altera as próprias cifras que respondem pela face extensa — inteligível — da significação. O eã da rapidez — que, tornando *habitual* a velocidade com que transcorre aquele fluxo de imagens característico dos *feeds* das redes sociais, acaba por inviabilizar qualquer impacto sensível que poderia ali se engendrar — repercute, como não poderia deixar de ser, nos efeitos de espaço e de tempo que se revelam ao sujeito. Nesse sentido, observemos o trecho abaixo:

[...] os meios de comunicação [atuais] destroem nossos referenciais de espaço e tempo, constituintes da percepção, e instituem-se a si mesmos como espaço e tempo — o espaço é o "aqui" sem distâncias, sem horizontes e sem fronteiras; o tempo é o "agora" sem passado e sem futuro [...] a televisão se torna o *lugar*, um espaço ilocalizável que se põe a si mesmo num tempo

imensurável, definido pela fluxo das imagens. A televisão é o mundo. (CHAUI, 2004, p. 8, grifos da autora).

Paralisia do desejo no narcisismo, impossibilidade de simbolização e ausência de pensamento, a imagem televisiva sem sua imediatez persuasiva e exclusiva, só é capaz de propor e provocar atos [grifo da autora] sem mediação [...] (CHAUI, 2004, p. 11, grifos nossos)

Como se nota, a cena ou, tecnicamente falando, o campo de presença criado pela cibercultura escamoteia os referenciais de tempo e de espaço, abreviando o primeiro e fechando o segundo. Resultam daí os efeitos de "paralisia", "impossibilidade de simbolização", "ausência de pensamento" — todas expressões que têm como denominador (semiótico) comum uma baixa extensidade e que encontram, na combinatória entre elã rápido e atonia seu radical sensível.

Também nesse espírito, mais adiante, Kehl (2004, p. 57, grifos da autora) alerta que "o fluxo ininterrupto de imagens [...] dispensa o espectador da *necessidade* do pensamento [...]. O binômio diversão/distração [...], sendo a continuidade lógica do tempo do trabalho alienado, não solicita o trabalho do pensamento". Entendemos que a conjugação entre as cifras sensíveis de atonia e rapidez de base respondem pelo binômio a que se refere a psicanalista, ao mesmo tempo em que ajudam a definir o funcionamento da vida digital. A *diversão* teria algo de ameno, certo traço de suavidade, revelando, portanto, uma cifra de atonia. A *distração*, por sua vez, revela certo alheamento, certa impossibilidade de se fixar em dado conteúdo: o elã que se inclina à rapidez, nesse caso, funcionaria como combustível do "fluxo ininterrupto de imagens". O sujeito, assim, permaneceria num *estimulante estado de entorpecimento*, expressão que talvez traduza a paradoxal conjugação entre celeridade e enfraquecimento. A primeira, por ser vivida como *norma*, não se converte em assomo sensível; ao contrário, entorpece.

Aliás, a propósito desse traço ameno, atonizante que subjaz à diversão, vale destacar o estudo de Gabler (1999), que desenvolve a tese de que a contemporaneidade ocidental — que à altura da pesquisa ainda não conhecia a Internet — ergueu-se à medida que, inicialmente nos Estados Unidos mas em seguida alastrando-se por todo o mundo ocidental, a ideia de *entretenimento* introjetou-se na vida das pessoas. Transpondo semioticamente o convincente estudo que Gabler desenvolve, podemos afirmar que a contemporaneidade se constituiu em grande medida calcada num,

digamos, *modo leve* de se lidar com o mundo. Há algo de átono no alicerce (e na fachada) da contemporaneidade, parece dizer-nos o historiador estadunidense. O subtítulo de sua obra já indicia essa ideia: *Vida, o filme: como o entretenimento conquistou a realidade*.

Segundo Gabler, devido a algumas razões históricas específicas — entre as quais podemos citar: 1) uma prática religiosa mais informal, mais entusiástica que, desde pelo menos o século XIX, se desenvolveu nos Estados Unidos, o que não ocorreu na Europa, onde a relação com a Igreja sempre foi mais solene; e 2) a quase ausência de uma aristocracia cultural empenhada em controlar o que devia ou não ser consumido artisticamente, ao passo que "[...] as nações européias [*sic*] tinham uma agenda cultural fortemente entrincheirada, que não só ditava a agenda cultural da sociedade [...], como gozava de autoridade suficiente para marginalizar qualquer coisa que não aprovasse" (GABLER, 1999, p. 29) —, os Estados Unidos (e não outro país) acabaram se constituindo como o que o autor chama de "República do Entretenimento" (GABLER, 1999, p. 37).

Assim, uma vez que "nenhum desses obstáculos — religião e controle aristocrático — impediu por muito tempo a difusão da cultura popular na América" (p. 29), a classe média norte-americana foi, num processo complexo, de cujos pormenores não nos ocuparemos aqui, criando e reforçando um estilo de vida que valorizava sobremaneira a leveza e a praticidade. Um momento-chave, que deflagrou esses valores fundamentais ao entretenimento, os quais depois estiveram presentes também no nascimento do cinema, da televisão etc., deu-se, segundo Gabler, através do jornalismo, quando, em meados do século XIX, alguns editores perceberam que "[...] a maioria dos seres humanos, desde que saibam ler, [...], acham mais fácil ler notícias que opiniões em editoriais" (PARK, 1927, *apud* GABLER, 1999, p. 61).

A essa altura se iniciou uma revolução no jornalismo que nos interessa de perto porque, muito mais que peculiaridades dos gêneros discursivos, o que os comunicadores estavam descobrindo era que o, digamos, prosaísmo de uma notícia era preferido à sobriedade do editorial, o qual até então monopolizava os principais jornais norte-americanos (GABLER, 1999, p. 61-95). O traço leve com que uma notícia, por mais trágica que fosse, passou a ser veiculada — note-se nesse sentido que, no fim do século XIX, imagens e novas técnicas tipográficas, passaram a participar das notícias,

conferindo-lhes, claro, maior efeito de verdade, mas também, eis o que nos interessa aqui, um notório sentido de entretenimento —, atraía mais leitores que o peso trazido pelo editorial. Em síntese, a tenuidade e a brevidade da informação, base da notícia, obtinha mais sucesso que a lenta e densa deglutição da opinião, base do editorial.

Para Gabler, o cinema e a televisão também bebem diretamente desse arranjo tenso que nasceu por volta de 1830, nos Estados Unidos, quando alguns jornalistas notaram que a, por assim dizer, brevidade leve da informação era uma mina de ouro para a comunicação. A nosso ver, a vida digital pós-Internet, na linha do que temos dito, recrudescer, satura mesmo esse sentido de entretenimento que, de acordo com o Gabler, teria se espalhado, dada a influência dos norte-americanos, por outros tantos países. Interessante notar ainda que, já analisando as particularidades da TV, o autor afirma: "volto a afirmar, a televisão era apenas um sintoma e não a causa. A causa era a fome de entretenimento do público" (p. 88). Transpondo a frase para os dias de hoje, ou seja, substituindo *televisão* por *Internet* ou *redes sociais*, endossamos essa proposta, no sentido de que tudo o que a tecnologia nos legou não pode ser visto apartado do processo social que o frutificou.

Seja como for, o mais importante aqui foi o passeio pela interessante tese de Gabler, segundo a qual, já em meados do século passado, "[...] o entretenimento tinha, sorrateiramente, se transformado no padrão de valor para a própria realidade" (p. 94). Entendemos que a cibercultura pode ser vista como uma extensão desse processo.

Vínhamos tratando dos efeitos de sentido que parecem decorrer do apego ostensivo ao *agora*. Acompanhando essa linha de raciocínio, acabamos, através de uma digressão que ocupou os últimos parágrafos, chamando atenção para a relação que parece haver entre esse apego ostensivo ao *presente* e a dimensão inteligível da significação.

Há alguns outros desdobramentos da dominância do princípio da alteridade que também merecem ser destacados. Um deles é que essa prevalência dos instantes presentes que se sucedem uns aos outros — os chamados *stories* do Instagram, com seus vídeos curtos e fotos que são automaticamente apagados 24 horas após sua divulgação, talvez sejam, hoje, a evidência mais próxima desse "presente perpétuo", nos termos de Debord (1997, p. 175) — vem quase sempre com um *selo de verdade*: o que se mostra nas telas deve parecer real. "[...] o que se destaca é a *devoção ao real*.

Qualquer coisa que se exhiba, mesmo que seja 'qualquer coisinha', só tem que cumprir um requisito: ser verdadeira, autêntica, realmente vivenciada" (SIBILIA, 2016, p. 292, grifos nossos). A presença maciça, nos enunciados que proliferam nas redes sociais, de elementos, sejam eles verbais, visuais etc., que apontem para um *eu-aqui-agora* ajuda a criar esse efeito de verdade. Endossando esse ponto de vista, Arfuch (2010, p. 75) constata que "[...] a proeminência do vivencial se articula com a obsessão de certificação, de testemunho, com a vertigem do 'ao vivo', do 'tempo real'". Há, assim, sobretudo nas redes sociais, uma espécie do que chamamos de *sede enunciativa*: são os marcos temporal (agora), espacial (aqui) e actancial (eu) que se inflam no mundo espetacularizado das mídias. Arfuch chama atenção ainda para o, digamos, estupor de referencialidade que comentamos anteriormente, isto é, o efeito de que não haveria, nos ambientes digitais, um destinador pressuposto, a controlar o espaço digital em que todos atuamos: "[parece] o transcurso de uma vida *segundo aconteceu*, quando na realidade se trata de um *resultado* de escrita" (ARFUCH, 2010, p. 75, grifos da autora). A autora destaca, dessa maneira, que o apagamento do destinador responsável pela instauração do espaço digital é tamanho, que os sujeitos que atuam neste cenário não notam que seus atos são já *resultado* de uma transposição de sentido. Em geral não percebem, assim, que os relatos, as imagens, os vídeos, tudo enfim o que circula nas redes, embora pareça bastante real, é já fruto de uma transposição anterior, viabilizada por um dispositivo cujo controle não lhes pertence. Esquecem-se, conforme já dissemos, de que "o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social [...] *mediada por imagens*" (DEBORD, 1997, p. 14, grifos nossos).

Arfuch (2010), ao voltar-se especificamente para os relatos biográficos contemporâneos, desperta uma outra questão: até que ponto esses relatos — fragmentos de nossas vidas, espalhados pelas redes sociais através de *posts* em que expomos parte do que vivenciamos, daquilo em que acreditamos etc. —, que, com efeito, ocupam grande parte daquilo que se enuncia no espaço digital, podem ser vistos como um retorno do velho hábito, cujo desaparecimento foi tão lamentado por Walter Benjamin (2012), de se contar histórias? Até que ponto, eis a pergunta que o estudo de Arfuch desperta, são homologáveis os relatos de si — a vida de cada um, cuidadosamente editada e *alterdirigida*, dentro do que já argumentamos — e as narrativas orais, que se perpetuavam de geração em geração, até o momento em que as condições de vida burguesas começaram a asfixiá-las, segundo Benjamin (2012, p. 213-240)? Porque, de

ambos os lados, há histórias sendo contadas, narrativas sendo difundidas. Até que ponto, então, os relatos contemporâneos presentes nas redes sociais, os quais afinal carregam muitas marcas de oralidade, podem ser entendidos como um ressurgimento, decerto em novas bases tecnológicas, do velho hábito de se contar e se ouvir histórias?

A aproximação, no entanto, esbarra em algumas diferenças significativas: as narrativas nas redes são via de regra bastante breves, independentemente do registro (escrito, a exemplo dos textos divulgados no Facebook ou Twitter; verbo-visual, como nos chamados *stories* no Instagram etc.) de que se valham, condição que não é de modo algum exigida nas narrativas orais de que Benjamin tratava. Também o elã da rapidez, na medida em que naturaliza a alta velocidade regente do campo de presença do sujeito, retira força dos relatos digitais, ao passo que uma das condições que viabilizavam a partilha das narrativas orais era, bem ao contrário, uma condição lenta — "estado de distensão", no dizer de Benjamin (2012, p. 221). Esse estado lento favorecia a conservação tônica do que era transmitido pelas narrativas orais ou, simplesmente, favorecia a *experiência* benjaminiana.

Em síntese, nota-se que, nas redes sociais, os relatos tendem, devido ao elã rápido que subjaza eles, a ser breves, átonos e, além disso, preferencialmente calcados num *eu-aqui-agora* que chancela o efeito de verdade sem o qual o *post* não alcança a repercussão (difusão) pretendida. Já as antigas narrativas orais — que demandavam um estado de distensão por parte do ouvinte, para que nele se inscrevesse tonicamente a experiência transmitida no relato — bebem no sentido histórico, lentamente maturado, que uma coletividade (não um indivíduo) lhes dá. O *saber* legado pelas narrativas orais, ademais, não precisa de modo algum carregar esse *selo de verdade* que marca os relatos biográficos contemporâneos, segundo Arfuch (2010).

Temos, ao fim e ao cabo, que o contraste entre os tipos de narrativas aqui cotejados, ou, melhor dizendo, a vitória do tipo de história narrada no mundo digital — que prima por brevidade, atonia e ilusão de realidade — sobre as narrativas orais — lentas, tônicas e sem compromisso nenhum com aquilo que se concebe como realidade — repousa em grande medida na supremacia daquilo que Benjamin (2012, p. 213-240) chama de *informação*. Segundo o filósofo alemão,

com a consolidação da burguesia — da qual a imprensa, no alto capitalismo, é um dos instrumentos mais importantes — destacou-se uma forma de comunicação que, por mais antigas que fossem suas origens, nunca havia influenciado tão decisivamente a forma épica [calcada nas narrativas orais]. Agora ela exerce essa influência. Ela é tão estranha à narrativa como o romance, mas é mais ameaçadora que ele, e, de resto, provoca uma crise no próprio romance. Essa nova forma de comunicação é a informação. (BENJAMIN, 2012, p. 218).

Temos, assim, apresentado o contexto em que vicejou essa *nova forma de comunicação*. Benjamin chama atenção, no trecho acima, para o *romance* porque este, na medida em que pressupunha uma elaboração solitária e uma leitura igualmente isolada e silenciosa, já abalara fortemente as narrativas orais, que não existiam senão num contexto partilhado coletivamente. A passagem do relato oral para o escrito, cristalizada na forma burguesa do romance, já havia, portanto, incutido novas nuances no hábito de fabulação. Com o florescimento da informação, porém, a distância em relação às formas orais torna-se ainda maior. Isso porque a base sobre a qual estas últimas se sustentavam, qual seja, "o saber que vinha de longe — seja espacialmente das terras estranhas, ou temporalmente da tradição — [e que] dispunha de uma autoridade que lhe conferia validade [...]", esse saber, vínhamos dizendo, choca-se frontalmente com a "verificabilidade imediata" (BENJAMIN, 2012, p. 219) que caracteriza a informação. Esta, assim, mira um estatuto de verdade para o qual a narrativa oral era absolutamente indiferente: "enquanto esse relatos [orais] recorriam frequentemente ao miraculoso, é indispensável que a informação soe plausível [...]" Metade da arte narrativa está em, ao comunicar uma história, evitar explicações" (BENJAMIN, 2012, p. 219).

Os relatos presentes nas redes sociais, portanto, a tirar pelas características elencadas acima, mobilizam muito mais aquilo que Benjamin chama de informação — conteúdos breves cuja existência passa necessariamente pelo selo veridictório da *verdade*, do *real* — do que propriamente narrativas, também nos termos do filósofo, isto é, relatos transmitidos oralmente que, sem compromisso com a realidade e convocando um *saber que vem de longe*, inscreviam-se de modo tônico no imaginário dos ouvintes. Conceber os relatos contemporâneos como uma espécie de resgate do antigo narrador euforizado por Benjamin, como se nota, não se sustenta. Além disso, também aqui é reforçada, parece-nos, a ideia, apresentada no início do item, de que a subjetividade inscrita na contemporaneidade digital não se define por trazer algo de

exatamente novo, mas apenas exacerba tendências que já vinham se desenvolvendo nas últimas décadas: os traços fundamentais da informação, afinal, não nascem do espaço digital. Queremos dizer que, embora uma afirmação como a de que "a cada manhã recebemos notícias de todo mundo. E, no entanto, somos pobres, em histórias surpreendentes" (BENJAMIN, 2012, p. 219) pareça uma antevisão do filósofo do que se vivencia hoje nas redes sociais — em cujo *feed*, com efeito, convivem dos mais trágicos aos mais divertidos relatos, que se sucedem recebendo o igual átono selo de um *like* —, Benjamin estava apenas percebendo cifras que viriam a encontrar, no espaço digital, seu mais perfeito *habitat*.

No fim das contas, embora um tanto inseguros quanto à validade do que proporemos agora, parece-nos que, quando Benjamin notou lucidamente que a consolidação da burguesia, com suas diferentes implicações — possibilidade de se reproduzir tecnicamente um objeto, o que retirou deste a aura e a autenticidade que ele conservava enquanto objeto irrepetível; surgimento da *informação* enquanto forma de comunicação cuja brevidade, atonia e efeito de veracidade suplantaram as narrativas orais —, estava retirando *força* do campo de presença do sujeito, ele também estava tangenciando o argumento que temos perseguido ao longo de todo o trabalho. Talvez o pensador alemão estivesse também tateando o momento em que a alta velocidade que passou a reger a subjetividade estava a se naturalizar, a se introjetar como *hábito* na vida dos indivíduos. A atonia — seja sob a forma de perda da aura dos objetos, que dali em diante passaram a ser reproduzíveis tecnicamente, seja sob a forma da informação, cuja tenuidade venceu a tonicidade requerida no ato de transmissão das narrativas orais —, lamentada por Benjamin, a nosso ver, era já decorrência da *normalidade* com que andamento rápido passou a ser vivenciado. O momento de consolidação da burguesia, situado por Benjamin na passagem do século XIX e sobretudo no alvorecer do século XX, marcaria, dessa maneira, a deflagração do elã da rapidez — do qual decorre a atonia em suas mais variadas formas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomemos os resultados a que chegamos durante este trabalho. No primeiro capítulo, intitulado *Por que a semiótica*, procuramos pôr em evidência, rememorando os primeiros passos da teoria fundada por Greimas, que esta, desde sua fundação, já apresentava uma vocação para o diálogo com outras ciências humanas. Esta tese, ao utilizar como *corpus* análises feitas acerca da subjetividade contemporânea por outras áreas das humanidades, faz, de certo modo, um voto para que a semiótica, mesmo em seus desdobramentos fiéis à imanência saussuriana, não abandone esse lugar potencialmente voltado ao diálogo com saberes vizinhos. Também neste primeiro capítulo, mostramos que, como uma teoria *geral* da significação humana, a semiótica não deve se furtar ao movimento a que diversas áreas do conhecimento têm aderido, com objetivo de compreender melhor aquilo que chamamos *contemporaneidade*.

A segunda etapa — disposta em itens que fornecem uma moldura conceitual suficiente para compreender o que distingue a subjetividade contemporânea, a nosso juízo — representa nosso esforço por reconhecer, em meio à variedade de interpretações que compõem nosso *corpus*, aquilo que singulariza o sujeito contemporâneo. Buscamos, desse modo, reconhecer o que há de comum, de generalizável nos discursos dos analistas (filósofos, sociólogos, psicanalistas, historiadores etc.) cotejados. Nosso esforço a essa altura foi o de *gramaticalizar*, isto é, *explicitar* os mecanismos de significação *implícitos* nas análises que já vinham sendo feitas por diversos pesquisadores das humanidades. Dessa maneira, lembremos, com Zilberberg (1999, p. 42), que, se os analistas que compõem nosso *corpus* participam sobretudo de uma etapa de *conceptualização* da subjetividade contemporânea, nossa pesquisa, por sua vez, pôde contribuir, esperamos, à medida enveredou pela etapa, mais generalizante, da *gramaticalização*.

Uma das primeiras conclusões a que chegamos apontou a alta velocidade, regente do campo de presença do sujeito, como um dos traços mais emblemáticos da individualidade observada. Essa celeridade — referida a partir de variados pontos de vista e através dos mais diversos recursos metafóricos — é certamente um dos pontos mais consensuais apontados pelos analistas enquanto eixo definidor da subjetividade contemporânea.

Transpondo semioticamente as conclusões dos teóricos, vimos que a alta celeridade por que o sujeito é regido favoreceu um efeito de temporalidade breve e de espacialidade fechada. De acordo com os primados tensivos, temporalidade e espacialidade compõem o eixo inteligível (extensidade, nos termos da teoria) da significação, ao passo que andamento e tonicidade constituem o eixo sensível (intensidade). Uma vez que as medidas intensas alteram necessariamente o grau de inteligibilidade com que significamos o mundo ao nosso redor, o andamento veloz radica a diminuição da extensidade acusada com relativa frequência pelos analistas.

Outro ponto consensualmente apontado como definidor da subjetividade contemporânea foi a atonia inscrita no campo de presença do sujeito. Assim, curiosamente, o andamento veloz notado pelos teóricos não se refletia num alto grau de afetação sensível vivenciado pelo sujeito. A explicação que encontramos está na diferença dos pontos de vista dos narradores-analistas e dos sujeitos referidos por esses teóricos. Dessa maneira, o andamento veloz parece vinculado apenas à perspectiva dos analistas, mas não dos sujeitos analisados. Há de ressaltar, porém, que, na medida em que os narradores não cedem voz, por debreagem interna, aos sujeitos referidos, temos, no máximo, um ponto de visto do sujeito *segundo simulacro feito sobre ele pelo narrador*. De toda maneira, apenas uma fronteira separando as duas perspectivas justifica o arranjo tensivo *sui generis*, combinando andamento rápido e atonia. Nessa medida, temos que a alta velocidade detectada pelos analistas, sendo assumida como *hábito* pelos sujeitos, é vivenciada por estes com a atonia típica do que nos é rotineiro. Não se trata, assim, exatamente de um andamento rápido, mas, mais precisamente, daquilo que a semiótica tensiva chama de *elã da rapidez*.

Observamos, dentro desse quadro tensivo, que o sujeito (segundo simulacro construído dele pelo narrador) parece posicionar-se na área da significação que o esquematismo tensivo chama de *valores de universo*, zona em que os valores ganham contornos átonos, no plano sensível, e difusos, no eixo inteligível. Isso se justifica porque o elã da rapidez, ao mesmo tempo em que *normaliza* a velocidade alta, *banalizando* o impacto do vivido, abre caminho para que o sujeito lide com muitos objetos simultaneamente. O elã da rapidez, desse modo, favorece uma relação muito mais difusa do que concentrada com os objetos participantes do campo de presença.

Constatamos também que esse elã, à medida que abrevia a temporalidade, acaba gerando uma sequência de instantes desconectados uns dos outros. Impedido de alongar a temporalidade, resta ao sujeito a "sensação de viver num perpétuo presente [...]" (SIBILIA, 2016, p. 154): o vivido é fatiado em instantes que não guardam *identidade* entre si, parecendo *diferentes* a cada vez. Nesse contexto, vimos, a partir dos princípios da alteridade e princípio da identidade — categoria que, segundo Edward Lopes (1990), constitui a subjetividade —, que é o primeiro que domina o sujeito contemporâneo. Também a esta altura do trabalho, observamos que a forte tendência do sujeito para *agir* de modo desordenado, *atético* (DISCINI, 2015), também diz respeito a essa dificuldade em reconhecer os instantes vividos como partes de um mesmo fio temporal. Ademais, se o registro da ação é apontado por alguns analistas como mais um traço distintivo da subjetividade contemporânea, isso também dialoga de perto com uma vida predominantemente situada na área dos valores de universo. Relembremos. O elã da rapidez — ponto de partida de todas as consequências analisadas na tese —, uma vez que viabiliza uma percepção átona da celeridade vivida, favorece a manutenção do sujeito nesta área da significação que prima por valores tênues e difusos. Assim, não conseguindo se *concentrar* em um mesmo objeto de modo mais *durativo*, o sujeito acaba saltando de uma ação para outra, irrefletidamente.

No terceiro capítulo, apresentamos algumas repercussões dos traços apreendidos no segundo capítulo, ou seja, mostramos de que maneira os traços e conceitos mais *abstratos*, os quais apreendemos no segundo momento da pesquisa, participam, de modo mais *concreto*, da vida contemporânea. No que tange à memória, mostramos, retomando uma clássica categoria proposta por Bergson (2010) — percepção *vs.* memória —, que a subjetividade contemporânea lidaria muito mais com a primeira do que com a segunda. Relembrando as principais diferenças entre ambas, diríamos que a percepção vincula-se ao tempo *presente*, aquele em que o sujeito, *suspendendo* as lembranças mais impactantes de outrora, pode, justamente devido a essa possibilidade de suspensão, *agir* no mundo. A percepção marca, assim, uma qualidade de memória que se presta basicamente à ação do sujeito no mundo, travestindo-se muito mais de presente do que de memória propriamente. Já a "memória por excelência" (BERGSON, 2010, p. 91) seria aquela que, praticamente se desvinculando da *ação presente* que se requer do sujeito, arrebatá-lo, na medida em que traz à tona lembranças tônicas vividas anteriormente. Neste caso, a memória (ao contrário da percepção) dificulta a ação do

sujeito, pois este é tomado pelo alto impacto de lembranças que lhe sobrevêm. Ora, a partir dos caracteres já constatados ao longo do trabalho, torna-se evidente a que tipo bergosoniano de memória a subjetividade contemporânea se vincula. Trata-se, muito claramente, da percepção.

Trouxemos algumas considerações sobre as relações afetivas, amorosas se se preferir dizer, porque notamos, neste assunto particular, um caractere que destoava em comparação com os demais temas analisados no trabalho. Vimos que, se, no restante do *corpus*, o sujeito (segundo avaliação do narrador-analista, ressalva sempre necessária) parece satisfeito com seu posicionamento predominante na área dos valores de universo, ou seja, parece lidar de bom grado com valores tênues e difusos, quando se trata das relações afetivas resta um desejo de tonicidade mais destacado. Assim, tudo se passa como se, neste assunto particular, os sujeitos quisessem, de um lado, usufruir da dispersão e da efemeridade propiciada pelos valores de universo, rechaçando, no entanto, a atonia típica desta zona da significação; de outro lado, desejam usufruir da tonicidade típica dos valores de absoluto, porém abrindo mão de uma relação mais concentrada trazida a reboque.

Findamos a análise com considerações acerca da cibercultura. Consideramos que a cultura digital vivida a partir da disseminação da Internet em nossas vidas não alterou o arranjo tensivo e narrativo que já vinha se desenrolando ao longo do século XX. Nessa medida, o espaço digital apenas *recrudescer* e *saturar*, ao máximo, tendências que já vinham pedindo passagem décadas antes. O campo de presença do sujeito, ganha, assim, contornos ainda mais rápidos e átonos, desdobrando-se, no plano inteligível da significação, numa temporalidade ainda mais breve. Chama atenção também o traço fortemente *alterdirigido*, ou seja, guiado pela sanção alheia, como caractere da vida digital. Além disso, parecem perder relevância as *performances* cumpridas pelo sujeito, ganhando importância, por outro lado, as etapas do esquema narrativo canônico que balizam o *fazer*. Dessa maneira, de um lado, a *competência* para bem editar tudo aquilo que se põe à disposição do olhar alheio, e, de outro lado, a *sanção* vinda de outrem, entendida como etapa crucial na constituição da identidade do sujeito, são as duas etapas que se sobressaem, em detrimento da *performance* propriamente cumprida.

Esta pesquisa, em suma, procurou fornecer um panorama da subjetividade contemporânea, tentando sintetizar e analisar os traços tensivos e narrativos que a

distinguem. É notório, porém, que apenas um mergulho mais detido em cada um dos temas/itens nos quais se divide o trabalho pode iluminar contornos que preferimos observar de maneira mais generalizante.

Chegando ao fim desta caminhada, quero, num momento tão sombrio vivido em nosso país, vendo desmoronar os tímidos avanços na área da educação que vinham ganhando corpo nos últimos anos, reconhecer o privilégio que foi poder concluir um mestrado e um doutorado de modo gratuito e com financiamento para ambas as pesquisas. Meu desejo, embora tão incompatível com o cenário atual de nosso país, é que mais pessoas, sobretudo as que não são socialmente privilegiadas como eu, possam gozar dessas condições. No cenário em que estamos, afinal, poder estudar algo é não só um necessário respiro para a lucidez como também, por que não, um gesto de resistência.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução J. Oliveira e A. Ambrósio de Pina. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Claro enigma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Tradução Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BACHELARD, Gaston. **La dialectique de la durée**. 4 éd. Paris: PUF, 2006.

BADIR, Sémir. "Sémiotique et langage: une présentation hitorico-épistémologique." In: Normand, C. (éd.). **Parallèles floues. Autour de la théorie du langage**. Paris: Ophrys, 2010.

BARROS, Manoel de. **Memórias inventadas**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2018.

BARROS, Mariana Luz Pessoa de. **O discurso da memória**: entre o sensível e o inteligível. 2011. 306 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2011.

BAUDRILLARD, Jean. **Telemorfose**. Trad. Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

_____. **Tela total**: mito-ironias do virtual e da imagem. Tradução Juremir Machado da Silva. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **O sistema dos objetos**. Trad. Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva: 2015.

_____. **A sociedade de consumo**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2017.

BAUMAN, Zigmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama.. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUMAN, Zigmunt; DONKIS, Leonidas. **Cegueira moral**: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BEIVIDAS, Waldir; LOPES, Ivã Carlos. Interdisciplinaridade: triagem e mistura na identidade da semiótica. In: PORTELA, J. C.; BEIVIDAS, W.; LOPES, I. C.; SCHWARTZMANN, M. N. (Orgs.). **Semiótica**: identidades e diálogos. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Magia, técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução Eduardo Guimarães et al. 2 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução Paulo Neves. 4 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

BIRMAN, Joel. "Sujet et pouvoir dans la contemporanéité. Sur la souffrance et la douleur dans les formes de subjectivation". **Recherches en psychanalyse**. n. 15, p. 11-22, sem. 1, 2013.

_____. **O sujeito na contemporaneidade**: espaço, dor e desalento na atualidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BORGES, Jorge Luis. "Funes, o memorioso". In: BORGES, J. L. **Obras completas I**. Tradução Carlos Nejar. São Paulo: Editora Globo, 1999. p. 539-546.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias**: ensaios sobre televisão. São Paulo: Boitempo 2004.

CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio**: lições americanas. Tradução Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **História da vida privada, 3**: da Renascença ao Século das Luzes. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CRARY, Jonathan. **Suspensões da percepção**: atenção, espetáculo e cultura moderna. Tradução Tina Montenegro. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita (autores). **Videologias**: ensaios sobre televisão. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. "Do espaço ao ponto e do tempo ao instante". In: COÊLHO, Ildeu Moreira; FURTADO, Rita Márcia Magalhães (orgs.). **Universidade, cultura, saber e formação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2016.

_____. **A contração do tempo e o espaço do espetáculo**. São Paulo: Alicia Ruiz Diaz, 2013. (108 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=X5d1TBpXrq0>>. Acesso em: 08 maio 2019.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução Estela Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. Tradução Luiz B. L. Orlandi. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

DISCINI, Norma. **Corpo e estilo**. São Paulo: Contexto, 2015.

DUBOIS, Philippe. A imagem-memória ou a *mise-en-film* da fotografia no cinema autobiográfico moderno. **Revista Laika**, São Paulo, v.1, n.1, p. 1-37, julho, 2012.

DUNKER, Christian. **Reinvenção da intimidade**: políticas do sofrimento cotidiano. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

ECO, Umberto. **Viagem na irrealidade cotidiana**. Tradução Aurora Feroni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes**. Tradução Ruy Jungmann. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FERRAZ, Maria Cristina Franco. Tecnologias, memória e esquecimento: da modernidade à contemporaneidade. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 27, p. 49-57, agosto 2005.

_____. **Homo deletabilis: corpo, percepção, esquecimento do século XIX ao XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. **Tensão e significação**. Tradução Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Beividas. São Paulo: Discurso editorial: Humanitas/FFLH/USP, 2001.

FONTANILLE, Jacques. A semiótica hoje: avanços e perspectivas. **Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 12, n. 02, p. 01-09, dez., 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramalhete. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. 6 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. 3 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. _____.

_____. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. 15 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. _____.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.

_____. **História de uma neurose infantil: ("O homem dos lobos")**: além do princípio do prazer e outros textos. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

GABLER, Neal. **Vida, o filme**. Tradução Beth Vieira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GOMEZ-MEJIA, Gustavo. **Les fabriques de soi? Identité et Industrie sur le Web**. Paris: WkF Éditions, 2016.

GOUREVITCH, Aaron Yakovlévitch. "O tempo como problema de história cultural". In: RICOUER, Paul e outros. **As culturas e o tempo**. Tradução Gentil Tilton, Orlando dos Reis e Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Vozes; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Sobre o sentido: ensaios semióticos**. Tradução Ana Cristina Cruz Cezar [e outros]. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. "L'actualité du saussurisme". In: GREIMAS, A. J. **La mode en 1830**: langage et société: écrits de jeunesse. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

_____. **Sobre o sentido II**. Tradução Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nankin, Edusp, 2014.

GREIMAS, Algirdas Julien; COUTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. Vários tradutores. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Tradução Tomaz Tadeu. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth. **Ensaio semiótico sobre a vergonha**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Abirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 25 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HJELMSLEV, Luis. **Ensaio linguísticos**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

_____. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Tradução J. Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva: 2009.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JAGUARIBE, Beatriz. **O choque do real**: estética, mídia e cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 22 ed. Tradução Izidoro Blikstein, José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2010.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LASCH, Christopher. **La culture du narcissisme**: la vie américaine à un âge de déclin des espérances. Traduction Michel L. Landa. Paris: Éditions Flammarion: 2006.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**: Antropologia e sociedade. Tradução Marina Appenzeller. 6 ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

LEITE, Ricardo Lopes. Transposição e narratividade nos desenvolvimentos da semiótica atual. **Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 2, n. 13, p. 51-58, dez. 2018.

LE MOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 7 ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LE PETIT ROBERT MICRO. Paris: La Tipografica Varese S.p.A, 2013.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** Tradução Paulo Neves. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio:** ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Trad. Therezinha Monteiro Deutsch. Barueri-SP: Manole, 2005.

LOPES, Edward. "Paixões no espelho: sujeito e objeto como investimento passionais primordiais". **Cruzeiro Semiótico**. Porto, n. 11-12, p. 154-160, 1989/1990.

MAIA, Maria Schargel. "Um tapete vermelho para a angústia: considerações sobre a clínica psicanalítica e contemporaneidade". In: PLASTINO, Carlos Alberto (org.). **Transgressões**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2002.

MATOS, Olgária. **Tempo sem experiência**. São Paulo: Território Conhecimento, 2007. (52 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pVXl6c_MiAM&t=5s>. Acesso em: 08 maio 2019.

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2007.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaaios**. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Editora 34, 2016.

MORIN, Edgar [et al]. **A decadência do futuro e a construção do presente**. Vários tradutores. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.

QUEIROZ NETO, Valdemir Pereira de. **O Homem-Máquina na Cibercultura: Análise Teórico-Crítica de Signos de Esportividade**. 2018. 417 f. Tese (Doutorado em Psicologia) — Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2018.

RIESMAN, David. **A multidão solitária:** um estudo da mudança do caráter americano. Tradução Rosa R. Krausz e J. Guinsburg. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

ROSENFELD, Anatol. **Texto/Contexto I**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-moderno:** da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SARAIVA, José Américo Bezerra. Análise da análise: quadrado semiótico e gráfico tensivo. **Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 2, n. 13, p. 77-87, dez. 2018.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**. Tradução Lygia Araujo Watanabe. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico:** a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais. 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

_____. **O show do eu**. 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SOUZA, Jessé; Ölze, Berthold. **Simmel e a modernidade**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

TATIT, Luiz. **Semiótica à luz de Guimarães Rosa**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**: a construção da identidade moderna. Tradução Adail Ubirajara Sobral; Dinah de Abreu Azavedo. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

TEIXEIRA, Lucia; FARIA, Karla; AZEVEDO, Sandro Torres de. "Enunciação em meios digitais". **Estudos semióticos**. vol. 13, n. 2 (edição especial), São Paulo, p. 122-135, dezembro de 2017.

VEYNE, Paul (org.). **História da vida privada, I**: do Império Romano ao ano mil. Vários tradutores. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VIRILIO, Paul. **Estética da desapareição**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

ZILBERBERG, Claude. **De l'humanité de objet**: à propos de Walter Benjamin. *Versão não publicada. Paris, 1999.

_____. **Razão e poética do sentido**. Tradução Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Bevidas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. "Observações sobre a base tensiva do ritmo". Tradução Lucia Teixeira e Ivã Carlos Lopes. **Estudos semióticos**. vol. 6, n. 2, p. 1-13, novembro de 2010.

_____. **Elementos de semiótica tensiva**. Tradução Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

Žižek, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Hegel e a sombra do materialismo dialético**. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.

WIENER, Norbert. **Cibernética e sociedade**: o uso humano de seres humanos. Tradução José Paulo Paes. 4 ed. Editora Cultrix, 1973.